



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – PPGSS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL – ESS

SHEILA DIAS ALMEIDA

**UNIDADE DO DIVERSO OU INCLUSÃO SEM PERTENCIMENTO?
ANÁLISE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E DAS POLÍTICAS DE AÇÕES
AFIRMATIVAS NAS PÓS-GRADUAÇÕES EM SERVIÇO SOCIAL NO
BRASIL**

Rio de Janeiro

2023

SHEILA DIAS ALMEIDA

**UNIDADE DO DIVERSO OU INCLUSÃO SEM PERTENCIMENTO?
ANÁLISE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E DAS POLÍTICAS DE AÇÕES
AFIRMATIVAS NAS PÓS-GRADUAÇÕES EM SERVIÇO SOCIAL NO
BRASIL**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Área de concentração: Cultura e Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a. Dr^a Patrícia Silveira de Farias

Rio de Janeiro

2023

CIP - Catalogação na Publicação

A543u ALMEIDA, SHEILA
UNIDADE DO DIVERSO OU INCLUSÃO SEM
PERTENCIMENTO? ANÁLISE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E DAS
POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NAS PÓS-GRADUAÇÕES EM
SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL / SHEILA ALMEIDA. -- Rio
de Janeiro, 2023.
231 f.

Orientadora: Patrícia Silveira De Farias.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio
de Janeiro, Escola de Serviço Social, Programa de Pós
Graduação em Serviço Social, 2023.

1. Ações Afirmativas. 2. Ensino Superior. 3.
Produção de Conhecimento. 4. Questão Étnico Racial.
5. Serviço Social. I. Farias, Patrícia Silveira De,
orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

SHEILA DIAS ALMEIDA

**UNIDADE DO DIVERSO OU INCLUSÃO SEM PERTENCIMENTO?
ANÁLISE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E DAS POLÍTICAS DE AÇÕES
AFIRMATIVAS NAS PÓS-GRADUAÇÕES EM SERVIÇO SOCIAL NO
BRASIL**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Área de concentração: Cultura e Serviço Social.

Aprovada em 24 de abril de 2023

Professora Dr^a Patrícia Silveira de Farias, UFRJ, Presidente da Banca e Orientadora

Professora Dr^a Márcia Leitão Pinheiro, UENF, titular externo

Professora Dr^a Roseli da Fonseca Rocha, FIOCRUZ/RJ, titular externo

Professora Dr^a Marlise Vinagre Silva, UFRJ, titular interno

Professora Dr^a Rosana Morgado, UFRJ, titular interno

Professor Dr Daniel de Souza Campos, UFRJ, suplente interno

Professora Dr^a Maria Helena Elpídio, UFES, suplente externo

338 – ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE TESE DE DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL DA ALUNA SHEILA DIAS ALMEIDA, CANDIDATA AO GRAU DE DOUTORA EM SERVIÇO SOCIAL

Aos vinte e cinco dias do mês de abril de dois mil e vinte e três às oito horas e trinta minutos, reuniu-se, por via remota (Resolução CEPG nº 01/2020), a Banca Examinadora da tese de doutorado intitulada: "UNIDADE DO DIVERSO OU INCLUSÃO DO PERTENCIMENTO? Análise da Educação Superior e das Políticas de Ações Afirmativas nas Pós-graduações em Serviço Social no Brasil", da aluna Sheila Dias Almeida, registro UFRJ nº 118008835. A Banca Examinadora foi constituída pelas Professoras Doutoras: Patrícia Silveira de Farias, Presidente e Orientadora; Marlise Vinagre Silva, Marcia Leitão Pinheiro, Roseli da Fonseca Rocha e Rosana Morgado como membros titulares; Daniel de Souza Campos e Maria Helena Elpidio como suplentes. Dando início, a aluna apresentou a síntese da tese e em seguida, foi arguida pelas professoras examinadoras. Ato contínuo, passou a Banca Examinadora a proceder a avaliação e julgamento da tese apresentada, concluindo pela sua aprovação com nota dez (10) correspondente ao conceito A, com recomendação de publicação. A aluna, portanto, foi declarada apta a receber o grau de doutora em Serviço Social. Nada mais havendo a tratar, a presidente da Banca Examinadora deu por encerrados os trabalhos. Na forma regulamentar foi lavrada a presente ata, que é abaixo-assinada pela presidente da banca em nome de todos os demais membros, conforme alteração promovida pela Res. CEPG 02/2020 no Parag. 6º. do Artigo 54 da Res. CEPG 01/2006, e Res. CEPG 09/2020:



Documento assinado digitalmente
PATRICIA SILVEIRA DE FARIAS
Data: 25/04/2023 17:26:29 -0300
Verifique em <http://validar.it.gov.br>

Patrícia Silveira de Farias
Presidente e Orientadora

Porque metade de mim é amor, e a outra metade, saudades. Nem tudo que se viveu foi bem vivido, mas, até onde se viveu, foi válido. À Anderson, Painho (Emanuel) e Roberto (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS - MODUPÈ

*Cale o cansaço, refaça o laço
Ofereça um abraço quente
A música é só uma semente
Um sorriso ainda é a única língua que todos
entende
[...] Tudo que bate é tambor
Todo tambor vem de lá
Se o coração é o senhor, tudo é África
Pois em prática, essa tática, matemática falou
Enquanto a terra não for livre, eu também não sou
Enquanto essa história de quem tá por vir, eu vou
Jantar com as menina enquanto germina o amor
É empírico, e onírico, meio pírico, meu espírito
Quer que eu tire de tua dor
[...] 'Simbora que o tempo é rei
Vive agora não há depois
Tudo, tudo, tudo, tudo que nós tem é nós
Tudo, tudo, absolutamente tudo que nós tem é
Tudo que nós tem é isso, uns ao outro
Tudo o que nós tem é uns ao outro, tudo
[...] Queria eu guardar tudo que amo
No castelo da minha imaginação
Mas eu vejo a vida passar num instante
Será tempo o bastante que tenho pra viver?
Eu não sei, eu não posso saber
Mas enquanto houver amor, eu mudarei o curso
da vida
Farei um altar pra comunhão
Nele, eu serei um com o mundo até ver
O ponto da emancipação
Porque eu descobri o segredo que me faz humano
Já não está mais perdido o elo
O amor é o segredo de tudo
E eu pinto tudo em amarelo.*

(Emicida - Principia)

Fiquei parada por horas em frente à tela do computador, sem saber por onde começar a escrever os meus agradecimentos. A demora para escrevê-lo, não significa não ter a quem ou o que agradecer. Muito pelo contrário, para alguém como eu que nunca estive só e nunca soube

o que é estar só, sei bem que agradecer aos corações e mentes, mãos e pés, que me trouxeram até aqui, é reconhecer que “ninguém é preta/o sozinha/o”. Por isso, reconhecer a coletividade que me trouxe até aqui, é reconhecer que nossa produção se dá pelo todo, visto que o que fazemos é produzido com excelência.

Estar no tempo presente, significa que o meu corpo retinto é o somatório de muitas vidas e que os saberes que me atravessam também são resultados de gerações passadas. Ao me ressignificar enquanto mulher negra, nordestina, pertencente a uma religião de matriz africana e mãe, eu redescobri uma imensidão de formas para ressignificar andanças e projetar minha trajetória para realizar audácias que nunca havia sonhado. Sem dúvidas, esse processo foi muito importante para alterar o percurso da minha caminhada, que antes fora tão violentada. Assim, agradeço a ancestralidade e a cada manifestação de amor, cuidado e a solidariedade de todas as pessoas que enxergou em mim potências para além do “serviço doméstico”, da ocupação de feirante, de cozinheira ou de cuidadora de crianças.

A realização desse trabalho foi sonhada, gestada e realizada através de intensos diálogos com a minha ancestralidade e com as muitas mentes amigas que me forneceram elementos para reflexão, formulação, indagação e construção do que agora se consagra como uma tese de doutorado. Foram Orí-entações coletivas, individuais, espirituais, no diálogo franco, sem oportunismos intelectuais e onde eu pude me despir para só assim ser inteira. Só posso reconhecer que este é um trabalho autoral, mas não é individual, é a expressão da luta coletiva.

Por falar em Orí, há quem diga que este é um Orixá, que mora dentro das cabeças e que cada indivíduo já nasce com o seu. Há ainda quem diga que Orí é a essência real da (o) sujeita (e/o) e que é uma divindade soberana. De acordo com a filosofia africana, o maior apoio que um ser vivente pode ter advém justamente de Orí. Portanto, eu bendigo, louvo e agradeço ao meu Orí por ter me conduzido por escolhas e caminhos que me permitiram a realização deste trabalho. Nisto, agradeço aos Orixás, e em primeiro lugar Esù, senhor dos caminhos e da comunicação, aquele que soprou em mim a boa conversa e que me apresentou encruzilhadas de possibilidades e concretude.

Ogum, o senhor da tecnologia e da boa guerra, sem dúvidas, para os desafios que tenho enfrentado, ele sempre esteve e está comigo, me fez transformar grilhões em ferro fundido, me mostrando inclusive que as boas soldas representam importantes transformações. Oxóssi, o Rei de ketu, que, além da fartura de vida, me nutre com boas caças e boas colheitas sempre. Seja pelas boas amizades ou pelo alimento pra alma. Senhor Omolu, o Rei da Terra, aquele que acalma com as suas palhas ao mesmo tempo que potencializa e protege. Aprendi com uma avó,

que hoje é ancestral, que este é o senhor das lindas amizades. A ele agradeço boa saúde, inclusive a saúde espiritual e mental.

Ao Rei Xangô, aquele que me disse em sonho que eu não precisaria lhe pedir nada, pois no tempo certo eu receberia tudo que ele havia preparado pra mim. A este senhor, agradeço pela lealdade, verdade e materialização da justiça. Oxumaré é quem me traz o encantamento e desnuda a beleza que se revela naquilo que menos se espera. Agradeço a Ossanha por me acalmar com suas ervas de cura e sabedoria e a Logun Edè, pela poesia que chega para aliviar a alma e calar a angústia através dos mais belos sorrisos.

Por Iyá Obá e Ewá, a lealdade das minhas irmãs de alma, caminhada e afetos. Representada por Iemanjá, a senhora que protege e alimenta o Ori, da fartura do mar à imensidão que o conhecimento representa. À Iyá Osùn por ter me feito mãe, filha e mãe novamente e por me apresentar mãos sagradas que me proveram nos momentos de maior aflição e dificuldade. Minha mãe Iansã, a senhora do meu Ori e dos meus caminhos, aquela que me apresentou categorias analíticas que me permitiram realizar esta pesquisa e que faz ir além dos raios em busca de forças para prosseguir. Por fim, agradeço a babá Oxaguiã e a babá Oxalá por me agradecerem com calma, proteção, serenidade e a sabedoria necessária para não desistir.

Eu tenho uma “mini eu” pra chamar de minha. Uma amorinha que me fez entender o sentido mais belo da palavra VIDA! Aisha Yamê, ou a vida de nós dois, te agradeço pelo desafio diário da criação libertária, feminista e antirracista. Por seu jeito particular de cuidar, mesmo que às vezes isto ocorra de maneira muito intensa. Ao meu príncipe Ébano, meu amigo, protetor, meu sorriso de leveza, pela constante necessidade de desconstruir o patriarcado e o machismo que se apresenta ainda na infância, com também pelas doses diárias de espertezas e ressignificados. Obrigada, EU AMO VOCÊS!

Ao Júnior Santos (molindo), agradeço pela parceria na vida, nos perrengues, choros e ao mesmo tempo aprendizado. Sabemos que não é fácil essa caminhada, mas te escolho todos os dias. Obrigada por sua generosidade e por embarcarmos junto na criação desses dois seres de luz a quem chamamos de nossos filhos.

À minha mãe Luzia, por ser farol, entrega, determinação e fé. Que bom ser sua filha e te ter ao meu lado. Obrigada por não ter desistido de nós. Ao meu irmão Anderson (agora meu ancestral), obrigada por me apresentar boas músicas e por me mostrar que a vida pode ser bem vivida, a despeito das dificuldades. À minha irmãzinha Helaine, minha parceira, generosa e fiel amiga, te amo até o infinito e além; te agradeço pelas horas de boas risadas, choros, desabafos e pelas fofquinhas ao telefone... Te amo minha vidinha. Ao Jailson e à Michelle, irmãos

amados com quem aprendo sempre e agradeço por tê-los ao meu lado. Aos meus sobrinhos e sobrinhas, Gabriel, Sarah, Matheus, Matheus Francini, Júlia, Isabella, Carol, Diogo, Emilly, Larissa, Douglas, Mariah, Miguel, Marlon e a nova geração que vem pingando fogo. Ao parceiro e amigo, meu cunhado João, obrigada por me buscar e levar na rodoviária, aeroporto e por me ajudar sempre que eu preciso.

À Pammella, Carlinha, vovó Lourdes, tio Gugu e ao Pai do coração Carlos Alberto, nosso CAS, obrigada pelas gargalhadas. Para Iyá Dayse meu obrigada pela acolhida, irmandade e boas histórias. E para as Bisas Lourdes e Efigênia, obrigada pelo colinho de vó!

À Rosangela, minha amada sogra do coração e sua família sempre tão generosa. Não há palavras que descrevam o tamanho do meu carinho e gratidão por vocês. À Renata e ao Marcelo, amores que BH me deu, eu amo estar com vocês, amo estar com a mamis Graça e Sr. Ananias. À Eloah, Pedro e Felipinho, a tia torta aqui só agradece por cada demonstração de amor, é muito bom sorrir com vocês! Para Carol e Gui, agradeço a espiritualidade amiga por ter vocês como extensão da minha família, muito obrigada. A toda minha família mineira e amigas... Zuca, Aline, Tia Meire, Tia Zá, Rosangela, Natália e Lorena, sou muito feliz por ter cada uma/um de vocês em minha vida.

Ao Rodrigo Reduzino, meu irmão de afeto, reflexões, provocações e axé. Por tudo que sonhamos, pelo que vislumbramos e pelas luas que namoramos enquanto tecemos infinitas reflexões. Eu te amo, pelo dia de hoje e pelas horas que são. Obrigada por se amor em mim.

Ao Lucas Aredes, pelo feliz encontro nesta vida, pelas duas mãos, inteligência e sagacidade presentes nesta tese. Pelas longas reflexões e pela insistente busca de respostas nas referências que nos inspiram. Muito obrigada pelo impulso necessário para que eu não desistisse e pelo entusiasmo a cada nova página deste trabalho.

Para Mari Monteiro, pelo cuidado, por sua linda energia e brilhantismo, você é tão maravilhosa que te quero sempre perto.

À Raissa Arantes, de ex-aluna à amiga para toda vida, pelo fôlego que agregou um olhar atento nos levantamentos dos dados aqui analisados. Sua presença é uma das mais importantes contribuições para esta pesquisa. Um xêro especial para minha pequena Vitória. Assim, também agradeço à Marcela pela organização das tabelas e gráficos, muito obrigada!

À minha irmã de alma e aventuras Jussara Lopes, sem dúvidas você é a grande responsável pela minha entrada na vida docente. Te amo, irmãzinha.

Também tenho um agradecimento especial para a minha amiga e amora Adriana Mesquita. Pessoa generosa, inteligente e espirituosa. Que bom te ter ao meu lado, e que o melhor da vida alcance sempre a você e Pedro.

Aos colegas do corpo técnico, docente, discente; às/aos terceirizadas (es/os) e aos colegas de trabalho da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), em particular aos do Jornalismo: Ricardo Orlando, Adriana Bravim e Tedson.

Para as colegas do meu departamento de Serviço Social, Sara, Virgínia, Cristiane, Raquel Pataxó, Rafael e Ísis, obrigada pelo respeito e companheirismo, pelas trocas nos corredores e pela parceria de trabalho. Aos demais colegas, obrigada pela generosidade enquanto estive afastada para esta qualificação.

À minha amiga recém chegada Flávia Máximo e toda equipe da Ouvidoria Feminina, quanta potência! Vocês são audaciosas e estão mexendo com o patriarcado e o machismo dentro da UFOP, que bom está nessa luta ao de vocês.

Às irmãs e aos irmãos do NEABI, Adilson, Pai Erisvaldo, Clésio, Dulce e Kassandra (em especial ao meu mais novo amor, Príncipe Jamal) e também a Roberta, como é bom poder contar com você na luta antirracista.

Às amigas e amigos que fiz na militância do Serviço Social, Dácia, Dilma, Alessandra Dias, Alessandra (PB), Lidu (minha diva amada, como é bom ter o seu abraço e sorriso), Rodrigo Teixeira, Ramiro, Rose, Uel, Mafê, Priscila, Juliana Melim, Marina Castro, Paula Sirelli, Vilma, Zaira, Sálvia, Vivi, Carina, Gabs, Gustavo Repetti e Tales, com quem aprendo e partilho inquietações, risadas e muitos desafios.

À Dani Castilho, Esther Lemos, Silvana Mara, Bia Abramides, Ana Paula Mauriel, Janaina Bilate, Lúcia Barroco, Silvia Terra, Adriane e Jarbas, que partilharmos as trincheiras de luta com doçura e afeto.

Um carinho especial vai para minha parceria negra Márcia Eurico, e para Gracyelle Costa, Rai, Roberta, Elizângela Pankararu, Suelma de Deus, Leonardo Dias, Marli, Wagner, Gilza, Roseclair, Loiva e Andréa Rocha (a moça dos infográficos e das provocações afetuosas) tenho vocês em meu coração.

Às Aqualtunes (Bia, Flávia, Evelin, Aline, Dayse), à Neusa das Dores e Edmeire Exaltação pelo letramento inicial sobre as discussões de gênero. À Ivete, minha linda Iyabá, e à Mãe Beata de Iemanjá (*in memoriam*).

Às amigas e aos amigos da turma de doutorado, a primeira turma de cotistas, realmente fizemos história. Rafa, Camila, Camila Chaves, Luana Atanzio e Vânia Oliveira (essas duas

últimas são amigas e irmãs). Silvana Marinho, Clariça, Nathe Carlos e Aline Miranda, que bom tê-las nessa caminhada e que bom contar com o carinho de vocês. Obrigada pela parceria, trocas e construção de afetos. Também agradeço ao Léo, Ricardo e Corato... Muito obrigada!

Para Marcia Brasil, Ju Assis, Monique Cruz e Malu Vale. O tempo pode passar, mas a gente sempre será um time na luta contra o racismo e todas as formas de opressões. Obrigada pela luta coletiva e por me trazerem carinho, afetos e proteção. À Joilson, Aline, Ana Paula Procópio, Magali Almeida, Ricardo Janoário, Anderson Souza, Luiza Casemiro, Cinthia Rachel... vocês são a representação de que o amor preto realmente cura. Muito obrigada por tanto!

Aos compadres e amigos Lucas Toller e Genesis Oliveira, nenhuma palavra será suficiente para agradecer todo o carinho, amor, dedicação e respeito a mim e aos nossos pequenos Aisha e Ébano. Muito obrigada pelo apoio emocional e financeiro, pelos afetos e por todas as trocas que tivemos até aqui. Sem vocês tudo teria sido muito mais difícil. Gratidão hoje e sempre!

Para minha irmãzinha Déia, Lourdes Rodrigues, Tia Donina, Tio Jorge (*in memoriam*), Gilberto e Marcinha, minha amiga e irmã de alma, meus respeitos, gratidão e amor.

Ao Gui, meu amor e amigo fiel; à Mari e Tia Vânia, ao Rodrigo e Théo, essa família lindinha que eu amo e que me nutre de boas memórias, bons sorrisos e, com certeza, de muitos sabores. Eu amo vocês!

Aos irmãos do Pré-Vestibular Santo André, pela boa amizade que atravessou os anos. Pelo sorriso certo e abraço caloroso do Márcio (baby); para Rose, Cosminho, Jorge, Gabi e Patrícia Elaine, pelo incentivo, acolhida e pela caminhada até aqui. Vocês são a família que meu coração escolheu. Obrigada!

Para minhas irmãs, meus irmãos, tias e avós de axé, muito obrigada por cada reza, cada orô, cada ebó e bori, por cada alimento e por cada contato de carinho e preocupação. Em especial aos irmãos Egbomi Hércules e Ana, Priscila Macena, Egbomi Charles, tia Iza, tia Flávia e Abian Marcelo (o amendoim). Amo vocês por tudo o que são e por tudo que representam em minha vida. Obrigada por toda entrega e alimento constante ao sagrado.

À Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), por ser uma senhora em constante renovação e por me oportunizar muitos aprendizados. Ao corpo técnico, discente, docente e às/aos terceirizadas/os/es, amo essa casa e agradeço pelos desafios que foi estudar nesse lugar desde a graduação até aqui no doutorado. Agradeço a cada pessoa que passou pelo meu caminho e me possibilitou ser mais. Ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social, meu respeito e

agradecimento sincero a todos/as/es que fazem essa engrenagem funcionar. Tenho orgulho em ser filha da Minerva e da “pequena Moscou”.

Meu carinho especial para Andrea Moraes, Rachel Gouveia, Yolanda Guerra, Lenise Fernandes, Andrea Teixeira, Fátima Grave, Sheila Back, Ludmila Fontenelle, Marilene Coelho, Sara Granneman, Sueli Almeida e Carlos Nelson (*in memoriam*) e a Zé Paulo Netto. Obrigada pelos ensinamentos e pela oportunidade da boa companhia nessa caminhada.

À Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), por ser solo sagrado e fecundo. Também por ser o lugar onde aprendi a ouvir, elaborar reflexões e defender as cotas raciais e as ações afirmativas.

Agradeço imensamente minha banca de avaliação. Primeiro, a minha Orientadora, Dr^a Patrícia Farias, você foi ímpar nessa construção. Te agradeço pelas reflexões, desafios, provocações, diálogos e pela entrega nessa parceria. Muito Obrigada. Principalmente por ser uma aliada na luta antirracista e por não ter medo em se lançar em cada novo desafio.

Agradeço as incríveis contribuições das professoras Andréa Lopes e Renata Gonçalves na banca de qualificação. Uma pena não poder contar com vocês nessa fase final. Mas, com certeza, suas contribuições foram valiosas e engrandeceram este trabalho. Meu carinho, respeito e admiração por vocês.

À Maria Helena Elpídio (avaliadora externa - suplente), irmã de caminhada, reflexões, provocações. Sem dúvidas suas contribuições são partes importantes na realização deste trabalho, não só na qualificação, mas na construção diária, da contribuição teórica aos sonhos... Seu Ori é gigante e você é maravilhosa!

À Rosana Morgado (avaliadora interna), professora amada, pessoa de coração generoso e de muito cuidado no trato com as palavras e condução de processos. Muito obrigada pelo aceite e pela participação desde a qualificação, que bom te ter como referência na luta feminista e aliada antirracista.

Ao amigo querido Daniel Campos (avaliador interno - suplente). Que orgulho da sua trajetória, e que bom te ter nessa caminhada, de lá dos tempos de alojamento estudantil à minha banca de avaliação de tese. É realmente um belo percurso.

À professora Márcia Leitão Pinheiro (avaliadora externa), pelo carinho em compor também a banca e pelo olhar aguçado de pesquisadora, que nos brinda com importantes reflexões sobre as políticas de ações afirmativas.

Querida irmã/amiga Roseli Rocha (avaliadora externa), são tantos agradecimentos a você... das provocações teóricas ao riso largo, da sabedoria de valorizar cada conquista e saber

honrar os processos. Com você aprendo todos os dias. Obrigada por ser farol e por não soltar a minha mão.

Meu carinho especial de amor, gratidão, respeito e toda admiração à professora e Iyá Marlise Vinagre (avaliadora interna). Que suas mãos continuem a nos guiar. Que seu afeto, axé e bons conselhos estejam sempre presentes em mim. Adupé minha riqueza, a senhora é luz e sempre será uma bússola. Adupé!

Franciane Menezes (nossa Fran), Mabel Assis, Marielle Franco, Luciana Cantalice e Vó Lucinha, todo meu carinho e saudades. Dedico também a vocês a realização deste trabalho... De onde estiverem, olhem por nós! Adupé pela trajetória linda que tiveram aqui!

Por fim, deixo aqui meu agradecimento a toda irmandade negra, indígena, cigana, imigrante. A cada militante da luta antirracista e contra todas as formas de opressão. Para todes militantes e ativistas e a cada sujeite que desprende do seu tempo e das suas vontades e se colocaram na luta em prol da emancipação humana. Por toda luta coletiva, por todas vidas pretas que tombaram, por toda vida indígena dizimada. Para todes que ficaram ou sobreviveram à travessia do Atlântico, adupé!

“Por que sou levada a escrever? Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. Para desfazer os mitos de que sou uma profetisa louca ou uma pobre alma sofredora. Para me convencer de que tenho valor e que o que tenho para dizer não é um monte de merda. Para mostrar que eu posso e que eu escreverei, sem me importar com as advertências contrárias. Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever. Por que deveria tentar justificar porque escrevo? [...] O ato de escrever é um ato de criar alma, é alquimia. É a busca de um eu, do centro do eu, o qual nós mulheres de cor somos levadas a pensar como “outro” — o escuro, o feminino. [...] A escrita é uma ferramenta para penetrar naquele mistério, mas também nos protege, nos dá um distanciamento, nos ajuda a sobreviver.”

(Gloria Anzaldúa, 2000, p. 232)

RESUMO

ALMEIDA, Sheila Dias. **Unidade do diverso ou inclusão sem pertencimento? Análise da educação superior e das políticas de ações afirmativas nas Pós-graduações em Serviço Social no Brasil.** Rio de Janeiro, 2023. Tese (Doutorado em Serviço Social). Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2023.

Esta tese apresenta uma análise sobre a produção de conhecimento nas pós-graduações de Serviço Social do Brasil e sua relação com a questão étnico-racial. No primeiro momento, reflete sobre os aspectos fundantes da sociedade brasileira, o capitalismo dependente, a construção de uma agenda antirracista e da organização negra enquanto categoria política. No segundo momento, traz um resgate dos antecedentes históricos sobre o ensino superior, a constituição das ações afirmativas, seus avanços, desafios e os dilemas que se apresentam na atualidade. No terceiro momento, analisa os 36 (trinta e seis) cursos de mestrado e doutorado que compõem os Programas de Pós-Graduação em Serviço Social (*stricto sensu*) das Unidades de Formação filiadas à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Embora a discussão acerca do Serviço Social e da questão étnico-racial não seja um objeto novo a ser pesquisado, a adesão das ações afirmativas pelos PPGs constitui um movimento recente que merece ser acompanhado de perto. A presente pesquisa limitou-se a revisitar essa relação e os binarismos históricos, os quais comprometem tal afinidade. A metodologia utilizada constitui-se em uma pesquisa empírica, quali e quantitativa, de cunho bibliográfico e documental. O levantamento se deu a partir do banco de dados do portal CAPES e CNPq e com visita aos sites dos 36 PPGs investigados. Verificou-se a adesão das ações afirmativas de cada programa no período de 2018 a 2022, com revisão das ementas e disciplinas. Também foi realizado um levantamento das dissertações e teses com ênfase nas relações étnico-raciais e o Serviço Social, em período compreendido entre 2012 e 2022, e uma breve análise crítica do Relatório de Avaliação da Quadrienal da CAPES (2017-2020) acerca da Área 32. Está presente nesta construção analítica, obras de pensadores africana (es/os), brasileiras (es/os), indígenas, decoloniais, interseccionais, marxistas e marxianas (es/os), presentes em seus territórios e na diáspora, cujas produções movem possibilidades para conceber os elementos necessários para a construção e problematização da hipótese a qual este estudo busca investigar.

Palavras-Chave: ações afirmativas; ensino superior; produção de conhecimento; questão étnico-racial; Serviço Social.

ABSTRACT

ALMEIDA, Sheila Dias. **Unidade do diverso ou inclusão sem pertencimento? Análise da educação superior e das políticas de ações afirmativas nas Pós-graduações em Serviço Social no Brasil.** Rio de Janeiro, 2023. Tese (Doutorado em Serviço Social). Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2023.

This thesis presents an analysis on knowledge production in graduate programs in Social Work in Brazil and their relationship to the ethnic-racial question. Firstly, it reflects on the foundational aspects of Brazilian society, on dependent capitalism, and the construction of an anti-racist agenda and Black organization as a political category. Secondly, it salvages historical precedents about higher education, the constitution of affirmative action -the advances, challenges and dilemmas present in the current moment. Thirdly, it analyzes the 36 Masters and Doctoral Programs in Social Work (*stricto sensu*) of the Units of Formation affiliated with the Brazilian Association of Teaching and Research in Social Work (ABEPSS). Though the discussion of Social Work and the ethnic-racial question is not a new object of study, the inclusion of affirmative action in the graduate programs (PPGs) is a recent movement. The present research was limited to revisiting this relationship and historical binaries that compromise its affinity. The methodology used is an empirical study, qualitative and quantitative, of a documentary and bibliographic nature. The collection of data occurred through the database of the CAPES and CNPq scholarly programs and by visiting the sites of the 36 graduate programs being investigated. The inclusion of affirmative action in each program was verified for the period of 2018-2022, with a review of the course guides and disciplines. A survey of dissertations and theses was also carried out with an emphasis on ethnic-racial relations and Social Work, in the period between 2012 and 2022, and a brief critical analysis of the CAPES Quadrennial Assessment Report (2017-2020) about the Area 32. In this analytical construction, we have works by African, Brazilian, indigenous, decolonial, intersectional, Marxist and Marxian thinkers in their own territories and in the diaspora, whose productions open up possibilities to conceive of the necessary elements for the construction and problematization of the hypothesis investigated by this study.

Keywords: affirmative action; university education; knowledge production; ethnic-racial question; Social Work.

RÉSUMÉ

ALMEIDA, Sheila Dias. **Unidade do diverso ou inclusão sem pertencimento? Análise da educação superior e das políticas de ações afirmativas nas Pós-graduações em Serviço Social no Brasil.** Rio de Janeiro, 2023. Tese (Doutorado em Serviço Social). Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2023.

Cette thèse présente une analyse sur la production de connaissances dans les programmes d'études supérieures en travail social au Brésil et leur relation avec la question ethno-raciale. Premièrement, il réfléchit sur les aspects fondamentaux de la société brésilienne, sur le capitalisme dépendant, et la construction d'un agenda antiraciste et de l'organisation noire en tant que catégorie politique. Deuxièmement, il sauve des précédents historiques sur l'enseignement supérieur, la constitution de l'action positive - les avancées, les défis et les dilemmes présents à l'heure actuelle. Troisièmement, il analyse les 36 programmes de maîtrise et de doctorat en travail social (stricto sensu) des unités de formation affiliées à l'Association brésilienne d'enseignement et de recherche en travail social (ABEPSS). Bien que la discussion sur le travail social et la question ethno-raciale ne soit pas un nouvel objet d'étude, l'inclusion de l'action positive dans les programmes d'études supérieures (PPG) est un mouvement récent. La présente recherche s'est limitée à revisiter cette relation et les binaires historiques qui compromettent son affinité. La méthodologie utilisée est une étude empirique, qualitative et quantitative, à caractère documentaire et bibliographique. La collecte de données s'est faite par le biais de la base de données des programmes académiques du CAPES et du CNPq et en visitant les sites des 36 programmes d'études supérieures faisant l'objet de l'enquête. L'inclusion de l'action positive dans chaque programme a été vérifiée pour la période 2018-2022, avec un examen des guides de cours des disciplines. Une enquête sur les mémoires et les thèses a également été réalisée avec un accent sur les relations ethno-raciales et le travail social, dans la période entre 2012 et 2022, et une brève analyse critique du rapport d'évaluation quadriennal du CAPES (2017-2020) sur la zone 32. Dans cette construction analytique, nous avons des travaux de penseurs africains, brésiliens, indigènes, décoloniaux, intersectionnels, marxistes et marxistes dans leurs propres territoires et dans la diaspora, dont les productions ouvrent des possibilités pour concevoir les éléments nécessaires à la construction et à la problématisation du hypothèse étudiée par cette étude.

Mots-clés: action positive; formation universitaire; production de connaissances; question ethno-raciale; Travail social.

ÀKÓTÁN

ALMEIDA, Sheila Dias. **Unidade do diverso ou inclusão sem pertencimento? Análise da educação superior e das políticas de ações afirmativas nas Pós-graduações em Serviço Social no Brasil.** Rio de Janeiro, 2023. Tese (Doutorado em Serviço Social). Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2023.

Ìwé èkó yíi se ìfihàn itúká imò lórí síṣe imò ní àwọn ìpele àgbà ilé èkó gíga ti Ìsin Àwùjọ ní Brasil àti ìpapò rẹ̀ pẹ̀lú ọ̀rọ̀ èyà ènìyàn. Ní àkókò àkókó, ó se ìrònú lórí àwọn nṁkan ìjìnlẹ̀ ti àwùjọ Brasil, ètò àkójopò olá àidádúró, ìgbékalẹ̀ ètò ài se ètanú àti ìjọ ènìyàn dúdú gégé b́í èyà ọ̀ṣẹ̀lú. Ní àkókò kejì, se imúwá ìgbàpádà àwọn ìṣe àtìjọ lórí èkó àgbà, idásílẹ̀ ìṣe tó múlẹ̀, àwọn itèsíwájú rẹ̀, ohun idánidúró àti àwọn ohun iyálẹ̀nu tí ń fi ara wọn hàn lóde òní. Ní àkókò kẹta, ó se àtúká imò àwọn ètò èkó àgbàgbà 36 (erindílógóji) tí wón kópa nínú Ètò Èkó Àgbà ní Ìsin Àwùjọ (stricto sensu) ti àwọn Ìgbékalẹ̀ Kíkó omolẹ̀ papò pẹ̀lú Egbé Àwùjọ Brasil ti Èkó àti Ìwádíí lórí Ìsin Àwùjọ (ABEPSS). B́í ó tilẹ̀ jẹ̀ pé ìfòròwánìlẹ̀nuwò lórí Ìsin Àwùjọ àti ọ̀rọ̀ èyà ènìyàn kò jẹ̀ ìdí tuntun tí wón tí se ìwádíí, ìfikún àwọn ìṣe tó múlẹ̀ lówó PPGs sí se àkójopò àipé tó ní ore ọ̀fẹ̀ láti se ìbàrìn súnmósúnmó. Ìwádíí yíi sí se ìdíwọ̀ rẹ̀fún irántí ìbáṣepò àti èjì èjì àtìjọ, àwọn tí wón se imùlẹ̀ náà. Iwadi na da lori CAPES ati aaye data portal CNPq ati ṣabẹwo si awon oju opo weṣbu ti awon PPG 36 ti se iwadii. Ifaramo si awon ìṣe idaniloju ti eto koṣkan ni a rii daju ni akoko lati 2018 si 2022, pẹ̀lú atunyẹwo ti awon akojọ aṣayan ati awon ilana-ìṣe. Iwadi ti awon iwe afowokọ ati awon arosọ ni a tun se pẹ̀lú tẹnu lori awon ibatan ẹya-ara ati Ìṣe Awujọ, ni akoko laarin ọdun 2012 ati 2022, ati itupalẹ̀ kukuru kukuru ti Iroyin Igbelewon Quadrennial CAPES (2017-2020) nipa agbegbe 32. Ó wà nínú ikolẹ̀ itupalẹ̀ yíi, ìṣe ọwọ̀ àwọn ọ̀jògbón ti Afirika, ti Brasil, ti àwọn ènìyàn ìbílẹ̀, jìnnà sí àwọn akónilerú, ìbátan orisirisi, ti Marxist àti ti àwọn Marxian, tí ó wà ní àwọn àgbègbè wón àti ní ilú òkèèrè, tí àwọn ìṣelọpọ̀ wón pèsè àyè láti lóyún àwọn èròjà pàtàkì fún ìkolẹ̀ àti ìṣoro ti àròṣọ̀ èyí tí ìwádíí yíi ń se wíwá rẹ̀.

Àwọn Ọ̀rọ̀ Pàtàkì: ìṣe idanilojú; ìṣelọpọ̀ imò; eko ile-eko giga; ọ̀rọ̀ èyà ènìyàn; Ìsin Àwùjọ.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Levantamento das ações afirmativas nos PPGs de Serviço Social

Gráfico 2 – Levantamento das ações afirmativas nos PPGs de Serviço Social por Regiões da ABEPSS

Gráfico 3 – Número total de dissertações e teses produzidas na última década (2012 a 2022) nos 36 PGG de Serviço Social filiados à ABEPSS

Mapa 1 – Distribuição Regional da ABEPSS

Tabela 1 – Período e quantitativo de dissertações produzidas entre 2012 e 2022 voltadas à questão étnico-racial

Tabela 2 – Temáticas das dissertações produzidas entre 2012 e 2022 voltadas à questão étnico-racial

Tabela 3 – Período e quantitativo de teses produzidas entre 2012 e 2022 voltadas à questão étnico-racial

Tabela 4 – Temáticas das teses produzidas entre 2012 e 2022 voltadas à questão étnico-racial

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

ADC 41 - Ação Declaratória de Constitucionalidade

ADPF - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

AIB - Ação Integralista Brasileira

BM - Banco Mundial

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CAPES - Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

CEDEPSS - Centro de Documentação e Pesquisa em Política Social e Serviço Social

CEAA - Campanha de Educação de Jovens e Adultos

CEAP - Centro de Articulação de Populações Marginalizadas

CEERT - Centro de Estudos de Relações, Trabalho e Desigualdades

CFESS - Conselho Federal de Assistentes Sociais

CIN - Centro de Informação Coisa de Mulher

CNEA - Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CRESS - Conselhos Regionais de Serviço Social

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DEM - Partido Democratas

DF - Distrito Federal

EAD - Ensino à Distância

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

EDUCAFRO - Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes

ENEM - Programa de Exame Nacional de Ensino Médio

ENESSO - Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social

ENPSS - Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social

ESS - Escola de Serviço Social

Faecidh - Fundação Francisco de Assis: Educação, Cidadania, Inclusão e Direitos Humanos

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública de São Paulo
FCP - Fundação Cultural Palmares
FHC - Fernando Henrique Cardoso
FIES - Programa de Financiamento Estudantil
FNB - Frente Negra Brasileira
FMI - Fundo Monetário Internacional
FUNABEM - Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente
Geledés - Instituto da Mulher Negra
GEMAA - Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ações Afirmativas
GTI - Grupo de Trabalho Interministerial
GTP - Grupo Temático de Pesquisa
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IESP - Instituto de Estudos Sociais e Políticos
INEP - Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicadas
LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira Nacion
LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais
LOA - Lei Orgânica da Saúde
LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social
MA - Maranhão
MDH - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
MEC - Ministério da Educação
MESS - Movimento Estudantil de Serviço Social
MinC - Ministério da Cultura
MMN - Movimento de Mulheres Negras MNU Movimento Negro Unificado
MNU - Movimento Negro Unificado
Mobral - Movimento Brasileiro de Alfabetização
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
ONG - Organizações Não Governamentais
ONU - Organização das Nações Unidas
ParticipaSUS - Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS
PAS - Programa Alfabetização Solidária

PBA - Programa Brasil Alfabetizado
PcD - Pessoa com Deficiência
PCERP - Pesquisa das Características Étnico-Raciais da População
PIB - Produto Interno Bruto
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSB - Partido Social Brasileiro
PNA - Política Nacional de Alfabetização
PNAC - Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania
PNAIC - Pacto Nacional pela Alfabetização da Idade Certa
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAES - Plano Nacional de Assistência Estudantil
PND - Plano Nacional de Desenvolvimento
PNE - Política Nacional de Estágio
PNPG - Plano Nacional de Pós-Graduação
PNSIPN - Política Nacional de Saúde Integral da População Negra
PPG - Programa de Pós-Graduação
PPGSS - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
PROFA - Programa de Formação de Professores
PROUNI - Programa Universidade para Todos
PT - Partido dos Trabalhadores
PVNC's - Pré-Vestibulares para Negros e Carentes
REUNI - Programa de Reestruturação das Universidades Federais
SIMS - Sistema de Informação do Ministério da Saúde
SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)
SISU - Sistema de Seleção Unificada
SNPG - Sistema Nacional de Pós-Graduação
STF - Supremo Tribunal Federal
SUS - Sistema Único de Saúde
TEN - Teatro Experimental do Negro
TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação
UCSAL/BA - Universidade Católica de Salvador
UERN - Universidade Estadual do Rio Grande do Norte
UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFF - Universidade Federal Fluminense

UFMA - Universidade Federal do Maranhão

UFPI - Universidade Federal do Piauí

UFRJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UHC - União dos Homens de Cor

UnB - Universidade de Brasília

UNE - União Nacional dos Estudantes

UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	22
CAPÍTULO I. COMO SANKOFA: ENTRE PASSADO, PRESENTE E REALIZAÇÕES FUTURAS	41
1.1 Dos percursos históricos aos dilemas contemporâneos	41
1.2 Tentativas de construção do Brasil Nação	47
1.3 A organização da luta antirracista no pós-abolição	57
1.4 Capitalismo e racismo: a dinâmica impressa para além da pele	77
1.5 A contrarreforma do Estado e seus efeitos no ensino superior	91
CAPÍTULO II. ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO, ENCRUZILHADAS EPISTÊMICAS E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS	99
2.1 Antecedentes históricos do ensino superior no Brasil e a exclusão racial	99
2.2 Epistemicídio: a régua e o compasso dos parâmetros colonialistas	106
2.3 Entre resistências e rebeldia: ações afirmativas e ensino superior	112
2.4 Intersecção entre gênero e raça/cor: atravessamentos do racismo acadêmico	127
2.5 Afinamentos do diálogo entre Serviço Social e relações raciais	136
CAPÍTULO III. NO PASSO DO IJEXÁ: A PESQUISA CIENTÍFICA E OS CAMINHOS PARA REALIZAR-SE	147
3.1 A consolidação da pós-graduação no Serviço Social brasileiro	147
3.2 Percursos metodológicos	156
3.2.1 Análise dos dados	159
3.2.2 Adesão das ações afirmativas pelos 36 PPGs de Social da Área 32	159
3.2.3 Produção de conhecimentos e relações étnico-raciais no Serviço Social	163
3.2.4 Panorama sobre a produção de dissertações e teses no período de 2012 a 2022 nos PPGs de Serviço Social	167
3.2.5 Levantamento das ementas e disciplinas sobre a questão étnico-racial nos PPGs de Serviço Social	176
3.3 Uma breve análise crítica do Relatório de Avaliação da Quadrienal da CAPES (2017-2020) acerca da Área 32	181
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	185
REFERÊNCIAS	196
ANEXOS	213

INTRODUÇÃO

“A gente combinamos de não morrer.”

(Conceição Evaristo, 2014)

Com o título do conto “A gente combinamos de não morrer”, de Conceição Evaristo, este trabalho se inicia. No referido texto literário, a observadora e subversiva escritora expõe a realidade de um Brasil racista, sintetizando o conjunto de amarras e batalhas que penetram a vida de sujeitos negres, incluindo a minha: Mulher Negra que, com afinco, venho desenvolvendo este estudo.

A pesquisa de tese teve como objeto de estudos a incorporação da reserva de vagas a partir das cotas étnico-raciais para negres, indígenas, pessoas com deficiência e pessoas LGBTQIA+ nos Programas de Pós-Graduação (PPGs) dos cursos de Mestrado e Doutorado em Serviço Social em universidades públicas e privadas do Brasil.

Neste sentido, foi realizado um levantamento dos 36 programas de pós-graduação em Serviço Social inscritos no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)¹. A partir disso, analisou-se as teses, dissertações, ementas e disciplinas desses programas, todos filiados à Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS e registrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)².

A CAPES é um órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC), que tem como atribuição subsidiar as universidades por meio dos seus programas de apoio e desenvolvimento, atuando na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* em todos os estados brasileiros. O CNPq está vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)³ para incentivo à pesquisa no Brasil, sendo uma das instituições mais sólidas na área de investigação científica e tecnológica dos países em desenvolvimento.

São apresentados aqui, alguns dos resultados advindos não só do meu amadurecimento teórico, pessoal e profissional, como também da troca de saberes com minhas/meus iguais e do movimento contínuo em forjar estratégias que nos auxiliam no exercício da escuta atenta e das experiências de vida que nos conectam através das encruzilhadas epistêmicas.

¹ Ver em: <https://www.gov.br/capes/pt-br>

² Ver em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br>

³ Ver em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br>

A pesquisa recorreu a uma articulação com a discussão das seguintes categorias analíticas: *ações afirmativas*; *racismo*; *produção de conhecimento, pesquisa e Serviço Social*. Também são abordadas outras categorias igualmente importantes para dar mais capilaridade à pesquisa, como: *intelectualidades negras*⁴ e *racionalidade moderna*⁵. Buscou-se, a partir dessas, elementos necessários para refletirmos as tensões existentes sobre a produção de conhecimento científico fincados numa perspectiva teórica que nos permitam um caminho em direção a outras formas de diálogos com saberes, que outrora foram desqualificados do lugar de conhecimentos.

A interlocução entre as categorias citadas se fez necessária neste trabalho porque estas se complementam, mas não se esgotam. Portanto, tais e quais devem ser compreendidas a partir de uma *intersecção*, onde a análise das condições históricas, culturais, sociais, econômicas e políticas possa ser realizada como um conjunto de elementos, partindo de uma perspectiva crítica, capaz de nos fornecer pistas para além da perspectiva que se localiza na universalidade do pensamento eurocêntrico.

O fio condutor para a construção das análises, seguiu a ótica da *emancipação humana*⁶, a partir do conhecimento que liberta e emancipa. Objetivando refletir ainda sobre os discursos sociais contemporâneos construídos sob o pilar do pensamento colonialista⁷, que reza a cartilha de opressões históricas presentes nas artes, na saúde, na cultura, na política, na economia e na produção de conhecimento.

Sob essa direção, a elaboração desta tese articulou como referência o encontro com vastas literaturas e produções teóricas que buscam interpretar temáticas diversas que nos atravessam, se mantendo como bússola que contribui na direção do olhar e da postura que alimentam a nossa *escrevivência*⁸. A isto, Conceição Evaristo (2020), autora do referido conceito, diz que este é um caminho inverso, que borra a imagem do passado e compreende um caminho já trilhado por uma autoria negra, sobretudo, dos caminhos que remontam experiências

⁴ Cf. hooks (2017).

⁵ Cf. COUTINHO (2010).

⁶ Cf. MARX, Karl (2010).

⁷ Cf. CÉSAIRE (2020).

⁸ Escrevivência é um conceito desenvolvido pela Professora Doutora, intelectual e escritora negra mineira Conceição Evaristo. Ela utiliza deste termo inclusive para explicar a sua própria escrita e também a escrita de outras mulheres, sobretudo, mulheres negras. Em entrevista concedida à Tayrine Santana do Itaú Social, e Aleksandra Zapparoli da Rede Galápagos (São Paulo), em 09/11/2020, por ocasião do seminário virtual “A Escrevivência de Conceição Evaristo, iniciativa do Itaú Social em parceria com a MINA Comunicação e Arte, desenvolvida a partir do Projeto Oficina de Autores – Memórias e Escrevivências de Conceição Evaristo, lançado em 2018”. Conceição Evaristo afirma que “A escrevivência serve também para as pessoas pensarem”. Ver em: [CONCEIÇÃO EVARISTO - “A escrevivência serve também para as pessoas pensarem” | Itaú Social](#). Voltaremos a essa discussão ao longo do trabalho.

audaciosas na busca por reparações contra as arbitrariedades do racismo que degradam a vida dos sujeitos⁹.

As reflexões de Evaristo (2020) servem, também, de gancho para justificar o título que deu vida a esta tese. Surgido a partir de uma conversa com a minha ancestralidade, onde eu narrava com certo entusiasmo tudo que havíamos feito aqui no *Aiye* (terra). No momento de profunda reflexão, eu discorria com orgulho as vitórias que obtivemos enquanto população negra, nossas vivências, realizações e de como não morreremos.

Fui carinhosamente contestada, e de uma gaveta surgiu uma tese, onde a ancestralidade, através de uma linha do tempo, me convenceu que ao longo do tempo nós pessoas racializadas como negras estamos ainda sub-representadas nos espaços de “poder”, de produção de conhecimento e das deliberações importantes que impactam as nossas vidas. E assim convencida de que experimentamos ações de inclusão, mas o pertencimento não se realizou.

A fim de discorrer sobre minhas vivências como docente, militante e intelectual negra, nos próximos parágrafos irei referir a mim e a minha trajetória na primeira pessoa, algumas vezes no singular e outras no plural. Nesta construção, utilizo-me da escrevivência que me compõe para construir um objeto de estudo, onde, de acordo com hooks (2020), eu possa me encontrar e ter voz. Falar, ser capaz de nomear e reclamar para si a posição de *sujeite* (hooks, 2020, p. 17, *grifo nosso*). Por isso, estudar a adesão das cotas raciais¹⁰ nas pós-graduações em Serviço Social das universidades públicas e privadas brasileiras, bem como compreender meu pertencimento enquanto sujeita partícipe desse processo, numa dupla junção, ou seja, como estudante cotista de um programa de pós-graduação e pela trajetória de militante em prol das ações afirmativas.

⁹ Optamos por usar a linguagem inclusiva, uma vez que o estudo que ora se apresenta, objetiva a construção e a desconstrução de perspectivas que questionam as estruturas postas, inclusive na forma linguística. Cabe enfatizar que as discussões em torno da linguagem inclusiva são pouco investigadas e, embora os estudos que questionam o binarismo entre o feminino e o masculino no Brasil não sejam recentes, a incidência deste na língua oficial brasileira (português) ainda é pouco realizada. Portanto, este trabalho será realizado usando a linguagem inclusiva e ao invés do uso de a ou o para referir-me a todas/todos, sujeitas/os entre outres, usarei o e/ou es. Para ampliar tal discussão, ver mais em: PESSOTO, Ana Lucia (2019). Ver em <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/41827/29008>.

¹⁰ Destaco que a breve discussão sobre as cotas raciais e sociais nesta etapa do trabalho, se dá para efeitos de organização do que será aprofundado mais a frente. Portanto, esta é uma breve reflexão sobre o que vem as cotas raciais e sociais, que aqui são compreendidas como um conjunto de ações afirmativas vigente em diversos países, inclusive aqui no Brasil e buscam diminuir ou mesmo erradicar as disparidades econômicas, sociais e educacionais entre pessoas negres, indígenas, LGBTQIA+ e o grupo hegemonicamente dominante (brancos). Essas ações foram desenvolvidas a partir do reconhecimento do Brasil ser um país racista, colocando assim, uma urgência em combater o racismo e as disparidades existentes. As cotas raciais e sociais podem ser encontradas em diversos meios, sobretudo no setor público, como nas universidades, concursos públicos etc. Para maiores informações por ora, ver material disponível em: [Cotas raciais no Brasil: entenda o que são](#).

Para compreender as contradições que envolvem a discussão em torno do termo inclusão sem pertencimento é preciso refletir sobre os laços indissociáveis entre alienação¹¹, capitalismo e colonialismo¹². Nessa tríade, o racismo adquire *status* de condição legal e justificada, presente nos discursos europeus, tanto entre renomados pensadores, quanto aos grupos intitulados humanistas/progressistas. Tais discursos também se legitimaram pela via da moralidade, da ciência, principalmente a partir das teorias racialistas, e da religião (CESAIRE, 2020).

As discussões em torno do conceito de inclusão vêm adquirindo contornos interessantes atualmente. O ponto de partida para sua compreensão se dá no campo da exclusão e este, por sua vez, é usado para descrever principalmente a situação social desta sociedade, inclusive no que tange às assimetrias econômicas, sociais, culturais, de gênero, étnicas e raciais.

Castel (1997) ressalta que o uso equivocado do conceito de exclusão ao mesmo tempo em que oculta, desnuda alguns aspectos que conformam a questão social. Ou seja, muitas vezes o conceito de exclusão acaba por escamotear as verdadeiras intenções que se escondem atrás de injustiças e desigualdades. Assim, considerando que as relações sociais estão marcadas pela desigualdade, podemos afirmar que o fator raça/cor é um dos determinantes para incluir ou excluir¹³ quem quer seja, em esferas e segmentos sociais também diferenciados, mas que, sobretudo, obedece às ordens impostas por e para além das determinações capitalistas.

Como veremos no desenvolvimento deste trabalho, a população negra experimenta a dupla junção composta pela inclusão e exclusão. Que é incluída nos piores segmentos da sociedade, sendo este o grupo social que engrossa as fileiras dos hospitais psiquiátricos, das favelas e cortiços, dos presídios e penitenciárias, e ainda a que experimenta os piores índices

¹¹ Compreendemos alienação como: “[...] um fenômeno exclusivamente histórico-social, que se apresenta em determinada altura do desenvolvimento existente, e a partir desse momento, assume na história formas sempre diferentes, cada vez mais claras. Logo, sua constituição não tem nada a ver com uma *condition humaine* geral e tanto menos possui uma universalidade cósmica”. (LUKÁCS, 1976. p. 501, apud. LIMA, 2007.p. 5). Neste sentido, a alienação aqui compreendida, parte das reflexões oferecidas por Lukács, que ao discorrer sobre a Ontologia do ser social, afirma que a alienação é um complexo de caráter sócio histórico, com formas singulares, que se desenvolve a partir de determinados momentos, também históricos. Para o autor, a alienação se dá por circunstâncias que se estruturam a partir das estruturas macroeconômicas da sociedade, inclusive articulada com outras forças produtivas. Portanto, este é um terreno em que ontologicamente ampliam-se tanto as potencialidades humanas, como desenvolvem-se as forças produtivas. Para maior compreensão deste conceito, ver mais em: LUKÁCS, 1976. p. 501 apud LIMA, 2007.p. 5.

¹² No entendimento de Césaire (2020), colonialismo é equalizado pela junção entre colonizador e colonizado e colonização representa coisificação. Essa equação se dá pelo esvaziamento cultural, social, religioso, pelo confisco de terras, assassinatos, destruição das ciências etc. Ainda de acordo com o autor, a introjeção do medo, do complexo de inferioridade, do desespero e da servidão, são causadores de proletarização e mistificação de um povo em detrimento de outro. (Césaire, 2020.pp. 24-25)

¹³ Darcy Ribeiro (2001) chama a atenção para quais as formas de inclusão que se destinam aos grupos sociais subalternizados. Portanto, compreendemos que há distintas formas de inclusão, e o que se realiza na vida em sociedade hoje, é um projeto de inclusão subordinado ao projeto societário vigente, que obedece às determinações capitalistas (idem. p. 8-9).

educacionais, recebem os piores salários e são sub-representados nos espaços de poder. No entanto, experimenta a exclusão dos espaços de poder, de conhecimento e ainda das importantes decisões etc.

[...] Rigorosamente falando não existe exclusão; existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes. Existe o conflito pelo qual a vítima desses processos proclama seu inconformismo, seu mal-estar, sua revolta, sua esperança, sua força reivindicativa e sua reivindicação corrosiva. São reações que mostram que não se trata, estritamente, de exclusão, uma vez que não ocorre fora dos Sistemas Econômicos e de poder. Tudo o que se refere a essas manifestações, acontecem dentro da realidade que produziu os problemas que a causam, estão no interior da realidade problemática (MARTINS, 1997. p. 14-15 *apud* ANDRÉ, 2008, p. 158).

Corroborando com a reflexão proposta por André (2008), porém numa perspectiva que abrange mais a linguagem quantitativa, Paixão (2003) evidencia através dos seus estudos que a desigualdade baseada no quesito cor/raça conformam a questão racial. Sobre isto, Diaz (2010) informa que a categoria “questão racial”, pode ser compreendida como o conjunto de relações desiguais baseadas em termos da cor, e que isso afeta especialmente as pessoas negras.

Já para Neves (2005), a questão racial pode ser interpretada também pelo conjunto imbricado de injustiças sociais e de reconhecimento, que se evidenciam nas diferenças socioeconômicas entre a população de origem negra e população não negra (*idem*, p. 86). Paixão (2003) é categórico ao afirmar que existe um traço característico da questão racial, que se dá pela ausência de um tratamento sistemático no que se refere ao enfrentamento das mazelas deixadas pela escravidão, e, por essa razão, a mesma não é considerada como algo relevante a ser priorizado.

Guimarães (2001) é um dos autores que muito se debruçou sobre as diversas interpretações que giram em torno da questão racial. Assim, ele passou a conceituar o tipo de relações que se configura em torno da construção social da raça como

[...] o conjunto de relações desiguais, de opressão ou dominação que padecem as pessoas em razão de seu fenótipo. Em segundo lugar, esta concepção envolve a ação do Estado através das políticas públicas sobre as desigualdades raciais. Em terceiro lugar, é uma noção constituída pela ação do Movimento Negro Brasileiro - MNB no combate, em diferentes espaços, à discriminação e às desigualdades étnico-raciais da população negra (GUIMARÃES, 2001, p. 121).

A partir da interpretação dos conceitos descritos acima, é possível concluir que a questão racial funciona dentro da ordem capitalista como parte integrante do conjunto das estruturas que emprega as assimetrias e desigualdades sociais, indispensáveis para a funcionalidade deste sistema.

Estou convencida que é nesse campo de tensões entre inclusão e exclusão que se efetiva a *Inclusão Sem Pertencimento*. Césaire (2020) aponta a operacionalização do racismo como ferramenta fundamental para o capitalismo. A experiência da colonização europeia é também responsável direta pela alteração do modo de vida de pessoas africanas e indígenas, bem como de seus ascendentes. Tais alterações provocaram um desraizamento desses povos, da língua falada à linguagem acessada, do modo em como essas pessoas se percebiam sujeites, portanto, não havia condições propícias para que a inclusão desses povos se desse também pela via do pertencimento

A desumanização perpetrada por séculos resultou, pois, em um processo de segregação. Grupos sociais empurrados geograficamente para a periferia, cortiços e favelas, acompanharam de longe a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, e também aqui, este novo regime não foi destinado a estes. Em conformidade Quijano (2005), a colonização foi muito bem administrada pelo capitalismo, restando a resistência e as lutas dos povos subjugados contra esse sistema de poder.

Para a noção de pertencimento, encontramos no Dicionário Aurélio (2010) que este conceito significa “sentimento de pertença ou ação de pertencer”. No entanto, ao traçar uma reflexão crítica sobre o mesmo, é pertinente refletir que este é um conceito onde cabe múltiplos significados. Souza (2021) aponta que, ao buscar aproximações teóricas sobre o seu significado, encontrou que:

[..] “pertencimento” é “a crença subjetiva numa origem comum que une distintos indivíduos que pensam em si mesmos como membros de uma coletividade na qual símbolos [bandeiras, hinos, patrimônios históricos etc.] expressam valores, medos e aspirações”. É dessa forma que o Dicionário dos direitos humanos define o conceito de “pertencimento” no verbete respectivo. O sentimento de “pertencimento”, assim, carrega consigo acolhimento, oferece identidade coletiva, reforça o eu individual e o equilíbrio psíquico. O “não pertencimento” seria, por oposição, um sentimento de desenraizamento, de exclusão, de rejeição, de isolamento, o que, em casos extremos, prejudicaria a construção e as funções do ego (SOUZA, 2021, p. 63-64).

A partir das reflexões acima, posso afirmar que para que haja pertencimento, é preciso preservar a história, a identidade e também as raízes de sujeites (as/os), preservar a individualidade, mas construir coletivamente o respeito pelas diferenças. O que a história nos mostra, sobretudo para o grupo racial de negres, indígenas e povos como ciganas (es/os), migrantes e outros considerados como minorias, foi a perda das identidades e ainda a subjugação de seus corpos, das suas culturas e religiões, bem como de elementos que são fundamentais para o sentimento de pertencimento ser real.

Considerando as reflexões traçadas até aqui, é importante ressaltar que as medidas de reparação e que foram elaboradas com o intuito de dirimir as assimetrias sociais existentes, principalmente aquelas que expressam a discriminação por cor/raça e/ou etnia, nos informam que significativas mudanças estão em curso.

Destaco que ao longo dos anos, as políticas de ações afirmativas têm tido inúmeros avanços, inclusive no âmbito das pós-graduações, tanto nas instituições públicas quanto privadas em todo o Brasil. Essa ampliação é muito significativa porque informa que essas políticas estão contemplando diversos grupos sociais, portanto, pode representar tanto o resultado do endurecimento das leis de combate ao racismo e outras formas de opressões, quanto da presença árdua de uma militância negra que não descansa um só minuto.

Neste sentido, além de outras importantes conquistas que veremos ao longo do texto, destaco que recentemente, em 12 de janeiro de 2023, foi sancionada pelo então Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, a Lei nº 14.532/2023, que altera o Código Penal e a Lei 7.716/1989, entre outras providências, tipificando, como racismo, a injúria racial¹⁴. Também a criação do Ministério dos Povos Indígenas¹⁵.

No bojo das recentes conquistas, testemunhei a posse de 11 (onze) ministras mulheres à frente de importantes ministérios¹⁶. E, neste contexto da retomada da democracia no Brasil, está também o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDH)¹⁷ e a assinatura do Pacote pela Igualdade Racial¹⁸.

¹⁴ As ofensas em razão de raça, cor, etnia ou procedência nacional passaram a estar criminalizadas pelo novo artigo 2º-A da Lei nº 7.716/1989, inserido justamente pela Lei nº 14.532/2023, e não mais no artigo 140, § 3º, do Código Penal. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-jan-30/william-akerman-tipificacao-racismo-injuria-racial#:~:text=A%20pena%20para%20as%20ofensas,%2C%20passou%20a%20ser%20incondicionada>. Acesso: 16 fev. 2023.

¹⁵ O Ministério dos Povos Indígenas, foi criado para garantir aos indígenas acesso à educação e a saúde, demarcar terras indígenas e, combater o genocídio deste povo e acompanhar o desenvolvimento social destes. Este é um ministério criado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e faz do Poder Executivo do Brasil está presidido pela indígena e Deputada Federal Sônia Guajajara (PSOL). Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%B4nia_Guajajarahttps://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%B4nia_Guajajara. Acesso: 16 fev. 2023.

¹⁶ São elas: Ana Moser, Ministério dos Esportes; Anielle Franco, Ministério da Igualdade Racial; Cida Gonçalves, Ministério das Mulheres; Daniela Carneiro, Ministério do Turismo; Esther Dweck, Ministério de Gestão e Inovação; Luciana Santos, Ministério da Ciência e Tecnologia; Margareth Menezes, Ministério da Cultura; Marinas Silva, Ministério do Meio Ambiente; Nísia Trindade, Ministério da Ciência; Simone Tebet, Ministério do Planejamento; Sônia Guajajara, Ministério dos Povos Indígenas. Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/conheca-as-ministras-do-governo-lula/> Acesso: 16 fev. 2023.

¹⁷ À frente desse Ministério, está também um homem negro. O Professor, advogado e escritor Silvio de Almeida.

¹⁸ O dia 21 de março, é comemorado o Dia Internacional da Luta pela Eliminação da Discriminação Racial e também o Dia Nacional das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé, além dos 20 anos de criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). O então Presidente Lula, em conjunto com a Ministra Anielle Franco (Ministério da Igualdade Racial) e o Ministro Silvio Almeida (Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania), assinaram um pacote de medidas de enfrentamento a violência racial no Brasil. As medidas são: Criação do Programa Aquilomba Brasil, que irá promover os direitos dos povos

A partir das últimas medidas sancionadas pelo atual presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, em seu terceiro mandato (2023), que incidem diretamente na luta contra formas de discriminação e preconceitos, posso dizer que começamos enfim a experimentar o sentimento de pertencimento, sobretudo, no âmbito do poder público e das instâncias deliberativas, como nos ministérios supracitados. No entanto, é necessário dizer que embora esses pactos e acordos sejam a expressão de respostas para uma luta que atravessa os séculos, não é possível afirmar a efetivação de unidade na diversidade. Em outras palavras, a despeito das ações progressistas descritas, essas acontecem em paralelo aos avanços do neoconservadorismo, do fundamentalismo religioso, das perseguições aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, aumento dos casos de feminicídio, perseguição aos povos indígenas¹⁹, enfraquecimento da ciência e o assombroso crescimento do fascismo. Estamos diante de grandes desafios, que nos apontam um cenário de muita luta e enfrentamentos reais, sobretudo, porque vimos ressurgir monstros que julgávamos erradicados.

Diante de tudo que foi apresentado, não resta dúvidas de que tanto o pertencimento quanto a efetivação da unidade em concomitância com a diversidade, fazem parte de uma realidade ainda distante. Afirmamos a materialização de significativos avanços, mas também reafirmamos que está longe desta ser a sociedade ideal para pessoas negras, indígenas e outros grupos sociais.

Na direção da reflexão realizada, afirmo que tenho aos poucos experimentando o sentimento de pertencimento, e este se deu com a minha entrada como estudante de graduação no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 2006, e que

quilombolas à terra, inclusão produtiva, qualidade de vida, desenvolvimento local e cidadania; criação do grupo interministerial para elaboração do Programa Nacional de Ações Afirmativas, que tem como objetivo ampliar o acesso e a permanência de estudantes negros em cursos de graduação e pós-graduação, além de estabelecer reservas de vagas em órgãos públicos; criação do grupo de trabalho para elaboração de Plano Juventude Negra Viva, que visa reduzir o número de assassinatos, desigualdades e vulnerabilidades sociais entre jovens negros de 15 a 29 anos; Criação de um centro no local para valorização da herança africana. Pelo Cais do Valongo, na região portuária do Rio de Janeiro e patrimônio histórico da humanidade, passaram mais de um milhão de escravizados; Formulação de ações de combate à violência em relação às religiões de matriz africana e povos de terreiro. No total, o grupo de trabalho terá representantes de 13 órgãos e de nove organizações da sociedade civil. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/lula-lanca-pacote-pela-igualdade-racial/> acesso: 23 mar. 2023.

¹⁹ Recentemente fomos surpreendidas (es/os) com situação de calamidade e dizimação dos Povos Yanomamis aqui no Brasil. As cenas que assistimos e que foi noticiado mundialmente, nos atravessou de maneira sem precedentes. A partir de um informativo produzido pelo Governo Federal e apoio da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), é possível acessar com detalhes a realidade dos povos indígenas Yanomami e Ye'kwana. A partir disso, há em curso uma série de ações emergenciais objetivando reverter a situação de calamidade, que versam sobre a saúde, alimentação, violação de todas as formas de direitos, dignidade e cidadania, impetradas tanto pela prática do garimpo ilegal. Como este trabalho tem a função pedagógica, mas também de denúncia, cabe aqui o registro de mais essa forma de violação contra os povos indígenas. Para maiores informações: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/informativo-do-governo-federal-reune-detalhes-sobre-a-realidade-dos-povos-indigenas-yanomami-e-ye2019kwana> acesso em: 16 fev. 2023.

me oportunizou estar em espaços deliberativos, de produção de conhecimento, e de certa forma dos espaços de poder.

A minha inserção no movimento estudantil me levou a ocupar o cargo de Representante Nacional Discente na ABEPSS, no biênio de 2009-2010 – talvez tenha sido a primeira estudante negra a assumir esse cargo, não consegui encontrar registros de outras mulheres negras neste cargo. Recentemente, estive como suplente na gestão *Aqui Se Respira a Luta*, biênio 2021-2022. Minha participação como representante discente nesta entidade se deu numa conjuntura extremamente dura e adversa. Sentíamos o peso e o volume da militância orgânica, do trabalho não remunerado, e principalmente da dificuldade em pautar o tema da discussão racial nos espaços deliberativos da entidade.

Coletivamente, desenvolvemos importantes estratégias que direcionaram o Plano de Lutas²⁰ e o Plano de trabalho²¹ da nossa gestão, que foi elaborada em uma reunião ampliada e que contou com expressiva participação da diretoria nacional. Dentre as principais ações estão: A defesa da universidade pública, articulando ensino, pesquisa e extensão e a luta contra o aligeiramento e a precarização do Ensino à Distância (EAD) – não só da graduação, mas também dos cursos de mestrado e doutorado.

Também em consonância com o conjunto CFESS/CRESS, ENESSO e representações estudantis regionais, percorremos o Brasil inteiro debatendo e acompanhando as discussões em torno da *Resolução 533 do CFESS*²², que dispõe sobre a regulamentação da supervisão direta de estágio no Serviço Social. Nossos esforços somaram-se com o de outras entidades e movimentos sociais de esquerda, cuja agenda esteve sempre pautada contra a precarização e as privatizações nas esferas do trabalho docente, a garantia pela qualidade da educação pública, gratuita e contra a aceleração do ensino e do produtivismo. Buscamos ainda articular e fomentar o diálogo entre graduação, pós-graduação e a residência, tendo como referência a defesa do projeto ético-político profissional, fortalecendo assim a relação entre formação e o exercício profissional.

Puxando pela memória, num exercício de rebeldia, onde lembrar é para não deixar passar (SCHWARTZ; GOMES, 2018, p. 19), revisito a construção dos momentos que

²⁰ Consiste em ação articulada entre CFESS, ABEPSS e ENESSO, objetivando “... construir novas estratégias de enfrentamento à precarização do ensino superior e subsidiar a realização de ações coletivas em defesa da formação e do exercício profissional com qualidade” (Plano de Lutas Em Defesa do Trabalho e da Formação e Contra a Precarização do Ensino Superior, 2009).

²¹ O Plano de Trabalho de cada gestão, é elaborado com a participação da Executiva Nacional da ABEPSS e objetiva traçar as ações que serão desenvolvidas ao longo dos dois anos em que se dará a gestão.

²² Resolução CFESS N° 533, de 29 de setembro de 2008. Ementa: Regulamenta a **SUPERVISÃO DIRETA DE ESTÁGIO** no Serviço Social.

confirmam o que foi vivido. Em novembro de 2009, tivemos o Seminário Nacional de Graduação ocorrido na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e o Seminário Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa da ABEPSS, realizado no Campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), situado na Praia Vermelha (URCA).

Lembro do evento em comemoração aos 30 anos do Congresso da Virada, e foi esse um dos encontros mais lindos da minha trajetória profissional. Felizmente pude vivenciar as emoções da sua realização. Houve ainda a construção do XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), que excepcionalmente aconteceram no ano de 2010 e que se tornaram encontros históricos para toda a categoria.

Assisti e ouvi análises conjunturais ricas em conteúdo, estratégias e potências. Presenciei o despontar de muitas das minhas referências de militância, tais como: Malu Vale (UFRJ), Dilma Franklin da Universidade Católica de Salvador (UCSAL/BA), Rafaela Albergaria da UFRJ, Fabiana Boaventura da Universidade de Brasília (UnB), Nelsinho da Universidade Federal Fluminense (UFF), Jorge Og também da UFF, Aparecida Milanez da Universidade Federal da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Clariça Ribeiro da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), Luciana Azevedo da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), entre outros significativos nomes. Foram muitas as tensões, entraves políticos e disputas internas que marcam os bastidores e atuação do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS).

Cada evento que eu participei e/ou tive a oportunidade de coordenar, foi de um aprendizado singular. Os congressos e seminários organizados tanto pelo MESS quanto pela categoria abrilhantaram-se com a presença de grandes intelectuais que se dedicam/dedicaram toda uma vida a compreender a natureza do Serviço Social brasileiro, suas especificidades e as mudanças estruturais que o cerca, assim como das contribuições que o particulariza e da influência que exerce na profissão existente mundo afora.

A partir de uma militância contínua, corajosa e democrática, lutamos pelo fortalecimento da Política Nacional de Estágio (PNE). Caminhamos lado a lado do conjunto CFESS/CRESS e ENESSO em uma campanha nacional pela aprovação do teto das 30 horas²³ para as/os assistentes sociais (realizamos um ato público na Esplanada dos Ministérios em Brasília, Distrito Federal-DF). Além disso, a consolidação dos chamados Grupos Temáticos de

²³ Ver: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/451>.

Pesquisa (GTPs)²⁴ trouxe ao fim desta gestão um misto de dever cumprido, ainda que acompanhado da certeza de que o cenário à nossa frente seria marcado por duros retrocessos. Outro registro importante e que merece destaque neste resgate histórico, é a realização do I Colóquio de Serviço Social e as Relações Étnico-Raciais realizado na UERJ²⁵, alguns dias antes do XII ENPESS. Organizado pelas Professoras Dra. Magali da Silva Almeida²⁶ e Dra. Elisabete Aparecida Pinto²⁷ (ambas docentes do Curso de Serviço Social da UFBA). O referido colóquio contou com a participação de docentes, técnicas/os/es, assistentes sociais que atuavam em diversas esferas da categoria, estudantes de graduação e pós-graduação e outros militantes do movimento negro. Sem dúvidas, esse acontecimento marca um importante avanço quanto à legitimação das discussões que versam sobre Serviço Social e questão racial.

Enquanto estudante de graduação, participei ativamente de cada encontro, reuniões que entravam noites e até madrugadas adentro. Atentamente, ouvi as defesas de pontos de vistas distintos, da elaboração de e-mails, circulares, notas e pareceres técnicos que informavam, mas também convocavam a categoria para a construção coletiva. Confesso que nem sempre compreendia as interlocuções e os posicionamentos apresentados. Todavia, hoje percebo o quanto tais processos foram enriquecedores e o tanto que contribuíram/contribuem para minha vida acadêmica, pessoal e profissional. Construí laços indissolúveis com mulheres e homens aguerridos, dos quais tenho muito orgulho em ter em minha vida.

²⁴ A partir do ENPESS de 2010, onde ocorreram os colóquios por áreas temáticas, que materializaram-se os GTP's da ABEPSS (MAURIEL, 2017. p. 263). Inicialmente eram sete: Trabalho, questão social e serviço social; Política social e serviço social; Serviço social, fundamentos, formação e trabalho profissional; Movimentos sociais e serviço social; Questão urbana e agrária e serviço social; Serviço social, relações de exploração/ opressão de gênero, feminismo/ raça, etnias e sexualidades; Ética, direitos humanos e serviço. Posteriormente, foi criado também o GTP de Serviço social, geração e classes sociais. Mais em: [GTPS | ABEPSS](#).

²⁵ Antes de acontecer o colóquio supracitado, havia sido fundado em 2009, na cidade de São Paulo, um núcleo para refletir sobre o serviço social e as relações raciais, o Grupo de Estudos das Relações Etnicorraciais e o Serviço Social - GERESS. Este grupo atua ainda hoje em parceria com o CRESS/SP, acompanhando, monitorando e desenvolvendo estudos sobre o serviço social e a questão racial. Ver dissertação de mestrado de Kajali Lima Vitorio (2019), em que a pesquisadora nos fornece maiores detalhes sobre o grupo em questão: “O DEBATE RACIAL NA AGENDA POLÍTICA DO CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS)”. Trabalho disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/59833/KAJALI%20LIMA%20VITORIO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

²⁶ Magali Almeida (UFBA), nesta mesma época, coordenou a Ênfase de Raça/Etnia do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) nos biênios 2010 - 2012, 2014 - 2016, 2016 - 2018 e atualmente integra o GTP ampliado da mesma entidade.

²⁷ Na ocasião, a Professora Elisabete Pinto estava como coordenadora do grupo de pesquisa intitulado “A questão étnico-racial no âmbito do Serviço Social Brasileiro”, cujo desenvolvimento se dava a partir do vínculo com o curso de graduação em Serviço Social da UFBA.

Incontáveis reflexões impressas neste trabalho são, deste modo, acúmulos adquiridos ao longo de mais de uma década de caminhada coletiva, cujo aprendizado são diferenciais para minha vida até os dias atuais. Refiz todo esse percurso porque compreendo que de todos os marcos históricos que eu presenciei, a consolidação dos GTPs, especialmente o de *Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração, sexualidades*, dialoga intrinsecamente como este trabalho e representa um dos mais significativos avanços entre a aproximação da categoria com as discussões sobre a questão étnico-racial.

Em um relato de experiência, Mauriel (2017) dá particular importância à criação e representação dos GTPs:

Os Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) foram criados em 2010 no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), realizado no Rio de Janeiro, com o intuito de servirem de base para criação de redes de pesquisadores e interlocuções entre pesquisas, no sentido de se tornarem um espaço estratégico de resistência ao produtivismo, ao isolamento entre os pesquisadores e à precarização da formação seja na graduação e na pós-graduação, pela via do fortalecimento da pesquisa e da produção de conhecimento na área de Serviço Social. Várias ações vêm sendo realizadas desde então pelas comissões coordenadoras dos sete GTPs para implementar essa iniciativa nas consecutivas gestões da ABEPSS (MAURIEL, 2017. p. 263).

Ao revisitar a memória de documentos que preconizam essa construção, Mauriel (2017) nos permite conhecer mais dos momentos que antecedem esse processo. E afirma que a criação dos GTPs ocorreu de fato em 2008, a partir da inclusão do artigo 34 no Estatuto da ABEPSS, onde dispõe sobre a constituição de Grupos Temáticos de Pesquisa na área de Serviço Social (idem, p. 263).

A discussão que indica a materialização dos GTPs adquiriu novos contornos em 2009, ano que também marca nossos primeiros passos na gestão daquele biênio. Foi então que elaboramos um documento base, intitulado de *A consolidação da ABEPSS como organização acadêmico-científica*, o que nos proporcionou um fecundo avanço no que diz respeito a sua formação.

O referido documento percorreu todo território nacional, condensando acúmulos de acalorados debates e horas incalculáveis de dedicação e observações, sobretudo, nos encontros originados nas oficinas regionais. Tal movimento implicou em sua revisão, reunindo um conjunto de propostas que o tornaram um sólido instrumento de fundação dos GTPs. Ressalto que este movimento fortaleceu o diálogo entre a Diretoria Nacional e Regional da ABEPSS e aproximou a categoria das entidades organizativas do Serviço Social.

A análise feita por Mauriel (2017) aponta o contexto de intensa reprodução do capital, elevando os níveis de acumulação e dos valores que reforçam a naturalização das desigualdades sociais. Aumentando a competitividade, e impondo o pragmatismo e o discurso da educação voltada para o sucesso, submetendo-se assim ao mercado e seus efeitos enquanto regulador das reações individuais e coletivas dos sujeitos.

Também segundo esta autora,

[...] o contexto de criação dos GTPs é justamente o de acirramento da crise estrutural e resultante dos consecutivos ajustes neoliberais e contrarreformas da educação em todos os seus níveis, particularmente aqui considerando o nível superior, as quais trouxeram ao longo dos anos 1990 e 2000, um acelerado processo de mercantilização da educação, a abertura indiscriminada de cursos à distância e o aligeiramento da formação profissional (BRAZ; RODRIGUES, 2013 *apud* MAURIEL, 2017. p. 264).

É possível observar que as reflexões propostas por Mauriel (2017) coadunam com a análise de Mota (2017), quando esta afirma que somos condicionadas (es/os) às determinações e a reatualização de uma *cultura da crise*. Mota (2017, p. 40) explica que ao seguir tais diretrizes, essa cultura vai se atualizando, o que implica em judicialização do poder, moralização da política e fetichização dos ajustes fiscais. Compreende-se, com isso, que estes instrumentos do moderno estado capitalista desmontam as políticas sociais e subtraem os direitos sociais.

As autoras referem-se ao contexto que data o fim do segundo mandato de governo do então presidente Lula (2003 - 2010), e em suas análises nos informam que o referido governo também seguiu a cartilha econômica liberal dos seus antecessores, enfrentaram dissidências, denúncias de corrupções, investigações, inflação em alta e juros absurdos que caíam sobre os ombros dos trabalhadores.

Ainda sobre o ENPESS de 2010, pode-se notar que grande parte dos objetivos elencados no Plano de Lutas da gestão 2009/2010 foi realizado; o evento foi marcado por afetos e pela beleza da caminhada coletiva. O fato de o ENPESS ter sido sediado na UERJ, e por esta ser uma das mais emblemáticas universidades públicas do país, palco de inúmeras lutas políticas e berço de tantas outras resistências, nos permitiu encerrarmos a gestão contagiados pela esperança de novos tempos.

Refiz todo esse percurso histórico, não só para apresentar parte da minha trajetória política e acadêmica e do lugar de onde falo hoje, mas também para apresentar um lugar construído e forjado na prática da escuta, do diálogo franco e no exercício diário da militância fiel aos meus princípios enquanto mulher negra. Dessa forma, posso afirmar que é no contexto

acima, também contraditório, que minha identidade de militante do MESS e a de militante do Movimento de Mulheres Negras²⁸ se encontram e caminham juntas até hoje.

As diversas vitórias enumeradas aqui, vieram alimentadas pelo desprendimento e ação de sujeitos individuais que através da compreensão das complexidades que nos cercam, não se furtaram em construir a luta coletiva, arvorando-se em movimentar suas vidas em prol de mudanças reais e concretas. Ter participado da fundação dos GTPs da ABEPSS enquanto militante das duas organizações políticas, me permite uma interlocução orgânica e me propicia também um olhar qualificado sobre a dimensão da luta coletiva organizada.

Ter reconstruído um pouco da trajetória que me trouxe até o presente objeto de estudos, consiste em um grande desafio, não só pela pesquisa em si, que tem por objetivo investigar a incorporação da reserva de vagas a partir das cotas raciais para negres, indígenas e da população LGBTQIA+ nas pós-graduações que oferecem os cursos de mestrado e doutorado em Serviço Social. Mas sim porque esse estudo representa um projeto de muitas vidas. Ou seja, mais do que contribuir com reflexões sobre o quanto avançamos nos projetos de emancipação humana, é sobre o tanto que ainda falta para experimentarmos viver de forma justa e igualitária.

Como mencionado, este estudo parte da análise de dados disponíveis em reconhecidos portais de fomento à pesquisa brasileira (CAPES e CNPq), como dos sites dos programas de pós-graduação que elaboram suas ementas e disciplinas abordando a referida temática e ainda, sites oficiais que se debruçam em analisar o progresso das relações raciais e da produção de conhecimento. De antemão é importante referir que os possíveis avanços que serão aqui apresentados se deram, sobretudo, pelo protagonismo de grupos específicos que, organizados política e estrategicamente, estiveram presente no interior da categoria profissional de assistentes sociais, bem como em outras esferas da sociedade civil organizada.

Em relação ao âmbito do Serviço Social brasileiro, seja no Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFESS), nos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), na Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO) ou ainda na Representação

²⁸ Na ocasião acima mencionada, eu era membro da Associação de Mulheres Negras Aqualtune, localizada no Rio de Janeiro e fundada pela psiquiatra negra Lenora Mendes (*in memoriam*). Ana Beatriz Silva, Flavia Souza, Dayse Gomis, Allyne Andrade, Evelin e eu, Sheila Dias, estivemos juntas neste espaço. Por meio da Associação Aqualtune, e em conjunto com o Centro de Informação Coisa de Mulher (CEDOICOM), presidido por Neusa das Dores e Edmeire Exaltação, obtivemos o apoio político e espiritual de Mãe Beata de Yemonjá e Ivete Moreira Costa; ONG CRIOLA presidida por Jurema Werneck; Lúcia Xavier, Thereza de Castro e Lia Manso. Assim, foi possível desenvolvermos interessantes ações voltadas para o reconhecimento tanto da identidade negra, quanto de ações políticas sobre as questões de gênero e das políticas públicas para mulheres negras. Também participamos de cursos de formação política para o fortalecimento das cotas raciais e participação em conselhos e grupos de estudos sobre as expressões do racismo na sociedade brasileira e sobre feminismo negro.

Discente Estudantil da ABEPSS, a luta negra esteve presente. Rocha (2014) destaca que se de um lado da história da profissão há ausência do tema raça e etnia nas produções da profissão, por outro lado, existe um protagonismo inegável de profissionais negres, especialmente pensadoras negras que não se furtaram em enegrecer o Serviço Social brasileiro, e que, assim sendo, são responsáveis pelos distintos avanços conquistados.

Dentre os diversos nomes, destacamos: Elizabete Pinto, Magali Almeida, Roseli Rocha, Ana Paula Procópio, Márcia Eurico, Jussara Assis, Jussara Lopes, Maria Helena Elpídio, Matilde Ribeiro, Suelma de Deus, Augusta Nunes, Kajali Lima Vitorio, Mabel Assis (*in memoriam*), Teresa Martins, Zelma Madeira, Cristiane Sabino, Franciane de Menezes ou Fran (*in memoriam*) – como carinhosamente a chamamos, Joilson Marques, Ricardo Janoário e eu que vos escrevo.

É notório que há tempos saímos do campo das denúncias sobre a ausência de pessoas negres e indígenas no ensino superior, para desenvolver, monitorar e avaliar os avanços advindos de políticas públicas como as ações afirmativas²⁹ presentes no sistema educacional brasileiro.

A hipótese que direcionou este estudo é que as cotas raciais permitiram o acesso dos grupos sociais subalternos ao ensino superior, mas também é fato que tal acesso não garante a permanência, bem como não tem sido o suficiente para conferir a estes grupos pertencimento³⁰. Afirma-se, então, que a realidade da população negra, indígena, LGBTQIA+ brasileira tem se modificado, alterando-se de forma lenta, principalmente se olharmos para o longo processo que tem atravessado os séculos.

O primeiro capítulo intitulado “Como Sankofa: Entre Passado, Presente e Realizações Futuras” foi dividido em cinco chaves analíticas. Inicialmente, são recuperadas algumas categorias centrais para refletir os elementos fundantes da formação social da sociedade brasileira. Parte da análise sobre as transformações capitalistas que adquirem particularidades aqui, como o capitalismo dependente e sua estreita relação com o desenvolvimento das opressões raciais, bem como outras violências e tentativas de construção do Brasil Nação, com a negação do racismo somada aos passos para o desenvolvimentismo. São abordados alguns aspectos da luta antirracista no pós-abolição e na construção de uma agenda antirracista, sendo

²⁹ As ações afirmativas se definem como um conjunto de políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Na sua compreensão, a igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos, e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade (GOMES, 2001, p. 21).

³⁰ Os maiores detalhes dessa categoria que venho desenvolvendo, será apresentado ao longo do trabalho.

também realizada uma reflexão sobre a relação existente entre capitalismo e racismo e como estes se estruturam e uma breve consideração sobre a contrarreforma do Estado³¹ e seus efeitos no ensino superior.

O segundo capítulo, “Ensino Superior brasileiro, Encruzilhadas Epistêmicas e a Produção de Conhecimentos”, subdivide-se em cinco eixos de análise, onde são discutidos os percursos históricos do ensino superior brasileiro e a exclusão racial que nasce no Brasil Império, com efeitos que perduram até os dias atuais. Também versa sobre a categoria “epistemicídio” como sendo a régua e o compasso dos parâmetros colonialistas e de como se institucionaliza o racismo acadêmico, apresentando um resgate histórico-político das resistências e rebeldias e das ações afirmativas no ensino superior como resultado da organização coletiva negra. Para tal, foi necessário estabelecer um diálogo acerca da intersecção entre gênero e raça/cor. Ainda, são refletidos os atravessamentos do racismo acadêmico e apresentados os afinamentos do diálogo entre Serviço Social brasileiro e relações raciais.

No capítulo III, “No passo do Ijexá: a pesquisa científica e os caminhos para Realizar-se”, é feita uma discussão sobre a consolidação da pós-graduação no Serviço Social brasileiro, como também sobre as transformações históricas que ocorreram no interior do Serviço Social brasileiro. São referidos os percursos metodológicos que auxiliaram na elaboração desta pesquisa e, posteriormente, é apresentada a análise dos dados encontrados, direcionados à discussão em torno da adesão das ações afirmativas pelos 36 PPGs de Serviço Social da Área 32.

Este último capítulo estabeleceu um diálogo entre produção de conhecimentos e relações étnico-raciais no Serviço Social. Com isso, apresenta o panorama da produção de dissertações e teses no período de 2012 a 2022 nos PPGs de Serviço Social e, finalmente, o resultado do levantamento das ementas e disciplinas sobre a questão étnico-racial nos PPGs de Serviço Social e uma análise do Relatório da CAPES (201-2019) relativo aos PPGs da Área 32. Por fim, são explicitadas algumas reflexões e considerações, que também compõem a estrutura da presente tese. Porém, ressalto que este trabalho não se esgota aqui, ao contrário, aponta para

³¹ Para a compreensão de Estado, partimos do entendimento de que este representa concepções distintas, que se desenvolvem a partir de contextos históricos também distintos. O que não muda, são as relações de poder que este assume entre os grupos sociais organizados em sociedade. Em sua análise sobre o Estado Burguês no início do capitalismo industrial, Marx e Engels (1993), informam que a contradição é o principal elemento presente na relação estabelecida entre o Estado e os sujeitos. Cada grupo apresenta interesses distintos, e o Estado se coloca como mediador dessa relação de conflitos, preservando os interesses da burguesia. Ou nas palavras dos autores: o poder executivo do Estado moderno não passa de um comitê para gerenciar os assuntos de toda a burguesia”. (Marx e Engels, 1998.p.12)

o horizonte de múltiplos desdobramentos, expressando a necessidade da continuidade da pesquisa empírica e ampliação de análise sobre o objetivo proposto.

As referências bibliográficas apresentadas são obras que julgamos importantes, que foram lidas atentamente, consultadas com rigor teórico e utilizadas como aporte teórico necessário, e que nos deram maior capilaridade na construção de argumentos sólidos para a execução da problematização do objeto pesquisado e outros que atravessam este debate.

Além do mais, é preciso dizer em quais condições este trabalho foi produzido. Como já é sabido de todes, no início de 2020, o mundo foi surpreendido pela aceleração do vírus SARS-CoV-2, que em inglês chama-se *Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2*, ou em português, Síndrome Respiratória Aguda Grave do Coronavírus 2. Como num *tsunami*, o vírus da COVID-19 se espalhou por todo o globo terrestre. A nova realidade alterou radicalmente a vida humana e a forma como nos relacionamos com os outros.

Algumas estratégias foram colocadas, como o distanciamento físico, o uso de máscaras e cuidados com o asseio das mãos, olhos, boca e nariz. Tais medidas ocasionaram impactos significativos no funcionamento do capitalismo mundial, agudizando a crise estrutural aqui já mencionada. Em um contexto pandêmico, as restrições que impedem a circulação da vida social, a interdição de corpos e as medidas que impedem a livre movimentação dos sujeitos, como medidas de proteção a fim de evitar a propagação do vírus, ocasionaram outros conflitos dos quais não estamos preparados para resolver.

A campanha *Fica em Casa* foi adotada e divulgada amplamente tanto nas redes sociais como na grande mídia, nos levando a um confinamento quase que forçado. E foi aí que vimos escancarar as taxas de feminicídio, os problemas urbanos, como a precarização do transporte público, o desperdício de alimentos enquanto milhares passam fome, as condições precárias de trabalho e do subemprego, a privatização da saúde, os elementos fincados no patriarcado e no racismo, as violências provocadas pelo Estado e pelas instituições que se colocam como operantes e mantenedoras do racismo institucional e dos limites que o capitalismo impõe aos sujeitos, questionando inclusive o significado e valor da própria vida.

A escrita deste trabalho situa o lugar em que me encontro hoje, que é o da produção da rebeldia. Mediante ao sentimento de inconformismo que sempre me atravessou, e que alimentou em mim as possibilidades reais e concretas de resistências. A despeito de tudo que me foi negado, as escolhas que fiz até aqui são escolhas que partem de inquietações causadas por não aceitar a dominação como forma de desumanização.

Dessa forma, rebelar-se contra injustiças, não se adequar a subserviência e questionar os princípios da hierarquia e da autoridade, é se tornar um alvo a ser aniquilado. Questionar

pilares de dominação tão presentes na sociedade nos coloca em perigo, no entanto, é um caminho sem volta; e, como diria Sartre:

O preto que chama seus irmãos de cor a tomarem consciência de si próprios tentará apresentar-lhes a imagem exemplar de sua negritude e voltar-se-á para a sua própria alma a fim de captá-la. Ele se quer farol e espelho concomitantemente; o primeiro revolucionário será o anunciador da alma negra, o arauto que arrancará de si a negritude para estendê-la ao mundo, meio profeta, meio guerrilheiro, em suma, um poeta na acepção da palavra vate (SARTRE, 1965, p. 99-100).

Lopes (2014, p. 4), destaca que “[...] a escolha de um método de investigação não acontece arbitrariamente, nenhuma escolha da vida é feita dessa maneira”. Portanto, há por trás das escolhas, motivos que encorajam as nossas decisões sobre aquilo que vamos nos debruçar em análise, e mesmo que estes se apresentem de forma sutil e tímida, é correto afirmar que são carregados de sentidos e significados. Em síntese, tais motivos exprimem a nossa visão de como estabelecemos relações com o mundo e com as pessoas que nos cercam.

Entre as dimensões mais relevantes de análise neste estudo, é importante enfatizar que se trata de uma temática dentro do meu universo de pertencimento. Completo de simbolismo, que compõe parte do imaginário social, da realidade dura e concreta, e do cotidiano plenamente conhecido pela nossa vivência. Sem a suposta neutralidade acadêmica, coloco-me inteira na tentativa de expor minha subjetividade, que antes fora tão intensamente refutada. Como ensina Gonzalez (1979, p. 226-227):

A gente tá falando das noções de consciência e de memória. Como consciência, a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que memória inclui. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, a consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade. Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura: por isso, ela fala através das mancadas do discurso da consciência. O que a gente vai tentar, é sacar esse jogo aí, das duas, também chamado de dialética. E, no que se refere à gente, à crioulada, a gente saca que a consciência faz tudo pra nossa história ser esquecida, tirada de cena. E apela pra tudo nesse sentido. Só que isso tá aí... e fala.

Nesse jogo dialético, o presente trabalho recorre ao uso da consciência e memória. Com a nítida certeza de que os ensinamentos que possuo resultam do caminho percorrido por homens e mulheres negras percorreram antes de mim, e dessa fonte perene, busco saciar minha sede por conhecimento e justiça social. Sou fruto da luta coletiva e da longa caminhada percorrida pelas/os minhas/meus ancestrais. E do lugar desse pertencimento, que traço as minhas reflexões. Assim, escolho como trincheira, também a luta coletiva, por reconhecer que esta é a

única via possível para combater o capitalismo e seus matizes, bem como o racismo e suas estratégias.

A despeito das dificuldades metodológicas oriundas da necessidade de afastamento do objeto, quando existe uma aproximação inerente à temática envolvida, optou-se por estudar, aqui, a temática étnico-racial no que tange à produção de conhecimento na pós-graduação do Serviço Social brasileiro, pois a paixão também deve mover a pesquisa, tornando-a instrumento para a ampliação, fortalecendo seus argumentos com análises coerentes, capazes de desnudar fenômenos e que certamente resultaram em mudanças.

CAPÍTULO I

COMO SANKOFA³²: ENTRE PASSADO, PRESENTE E REALIZAÇÕES FUTURAS

Este capítulo apresenta alguns elementos fundantes da sociedade brasileira e, para refletirmos sobre esse período, traçamos um breve panorama acerca da questão racial resultante do processo de escravidão, sua relação com o capitalismo dependente e a funcionalidade do racismo para o modo de produção capitalista, assim como sobre as transformações históricas que remontam a organização e expansão do ensino superior brasileiro e algumas características que conferem a este sistema de ensino, aspectos particulares próprios desta sociedade.

Consideramos estas discussões como o ponto de partida para as reflexões que se seguem, pois acreditamos ser a partir destas análises que encontraremos entendimento para muitas das particularidades sociais e raciais que nos atravessam histórica e atualmente.

1.1 Dos percursos históricos aos dilemas contemporâneos

“Antes de ser pensada em termos de cultura, ou em termos econômicos, a nação foi pensada em termos de raça.” (CORRÊA, 1998, p. 53)

Tomando por base a reflexão proposta por Corrêa (1988), é possível compreender como a racialização do Brasil nos atravessa atualmente. Em tal processo, reside importantes aspectos sobre as desvantagens históricas que acometem determinados grupos sociais, como é o caso da população negra e indígena. Partindo desta concepção, podemos enunciar que a história da formação social brasileira subscreve a desigualdade racial enquanto uma realidade concreta. Para melhor compreensão das minhas análises, busco elementos que antecedem os séculos XIX (período escravista) e o século XX (pós-abolição), mas destaco que é a partir dos períodos inscritos que minhas reflexões se ancoram.

³² *Sankofa* é um dos *Adinkras* mais conhecidos entre os povos Africanos e também da diáspora. Significa a sabedoria de aprender com o passado para construir o presente e assim possibilitar prospecções futuras, a partir do que foi vivenciado e/ou experienciado. Na compreensão do *Sankofa*, a experiência do que foi vivido, serve de base para não repetir erros, mas sim, potencializar os acertos futuros. O símbolo que representa o *Sankofa*, é o pássaro que olha para trás. Informações extraídas do livro: *Adinkra, Sabedoria em símbolos africanos*. Org. de Elisa Larkin Nascimento e Luiz Carlos Gá. Rio de Janeiro: Ipeafro/Pallas, 2009. Disponível em: <http://www.pallaseditora.com.br/busca/?keyword=adinkra>. Acesso em: 18 jul. 2020.

Ao refletir sobre este processo sócio-histórico, precisamos fazê-lo a partir da perspectiva dialética, cujo movimento nos permite pensar as contradições raciais presentes nas relações sociais na contemporaneidade. A interpretação crítica do Brasil, deve ser realizada sob a ótica das contradições, descompassos e perversidades históricas que marcam a fundação deste país.

De acordo com Menegat (2008), a herança que nos foi deixada é o resultado da história de um país retardatário, recheada de atrocidades e crueldades. Tal constatação se confirma, ao olharmos para a violência e genocídio, expresso contra indígenas e negros ainda no período da colonização, e se perpetuando contra os ascendentes desses povos, assim como ocorre posteriormente com os imigrantes pobres (europeus e asiáticos), que aqui chegaram. (p. 6).

O modo de produção escravista teve início no começo do século XVI e perdurou até o final do século XIX. O maior registro do tráfico de pessoas, foi em África e o Brasil o país que mais recebeu pessoas condicionadas à prática da escravidão moderna. Foi assim que a África se tornou um vasto mercado do tráfico negreiro, sob as bênçãos da Igreja Católica, tal prática era legitimada. Adotando nítida postura política, justificavam suas ações com a difusão do pensamento de que os negros (as) não tinham alma. Nisto,

[...] o papel exercido pela igreja católica tem sido de principal ideólogo e pedra angular para a instituição da escravidão em toda a sua brutalidade. O papel ativo pelos missionários cristãos na colonização da África não se satisfaz com a conversão dos “infieis”, mas prosseguiu efetivo e entusiástico, dando apoio até mesmo a crueldade, ao terror desumano do tráfico negreiro. [...] o cristianismo, em qualquer de suas fórmulas, não constituiu outra coisa que aceitação, justificação e elogio da instituição escravocrata, com toda a sua inerente brutalidade e desumanização dos africanos (NASCIMENTO, 2002, p. 92 - 93).

Fanon (2008) também refletiu sobre o colonialismo. Segundo ele,

o colonialismo, que não matizou os seus esforços, não deixou de afirmar que o negro é um selvagem [...]. Para o colonialismo, esse vasto continente era um antro de selvagens, uma região infestada de superstições e fanatismo, digna de desprezo, carregada de maldições divinas, lugar de antropófagos, lugar de negros [...] (FANON, 2008, p. 245).

A instituição católica cristã validou as práticas escravistas. O tráfico negreiro alimentava e fortalecia o modo de produção capitalista vigente. Justificando-se como um favor aos “povos primitivos”, apresentavam a desculpa social, de que tais ações eram indispensáveis para a “socialização” e “evolução” desses povos, no entanto, o que estava em curso, representou uma das faces mais cruéis do capitalismo, que é o processo de desumanização dos sujeitos.

Moura (2020), informa que o número de negras (es/os) que entraram no Brasil durante todo o período escravista não está definitivamente revelado e não acreditamos que isso um dia

venha de fato acontecer, pois, muitas informações que nos ajudaria a revelar esses dados se perderam e/ou foram apagados de forma proposital. Não apenas pelas lacunas das estatísticas, mas, especialmente, pela existência do contrabando negro, fato que leva a se ter uma visão minimizada das reais proporções dessa população (idem, p. 15-16).

Nas reflexões que se seguem, Moura (2021) traz outras informações sobre os cálculos e uma aproximação da quantidade de negres escravizados durante os quase 400 anos que durou o sistema de escravidão, beirando aproximadamente 4.830.000.00 (quatro milhões, oitocentos e trinta mil escravizados). O Brasil foi o país das Américas com maior número de escravizados (es/os), 40% do total. Com isso, o colonialismo ganha força a partir das teorias científicas também racializadas, elaboradas sob os argumentos que sustentavam uma suposta superioridade branca, e é no pós-escravidão que o racismo adquire novos contornos, sobretudo, a partir das transformações capitalistas, que ao reatualizar-se, também altera a forma pelo qual o racismo opera.

Portanto, é correto dizer que o capitalismo dinamiza o racismo³³, tornando-o um dos meios de dominação mais perversos. Nisto, compreende-se que, capitalismo e racismo são maneiras distintas de exploração, que conjuga uma série de elementos, onde os níveis de opressão se apresentam de formas também distintas, mas que operam no mesmo sentido, isto é, legitimam a dominação e o extermínio de determinados grupos sociais, eleitos como a mola que justifica a construção de aparatos e mecanismos para uma suposta proteção a quem se sentir ameaça de pelos grupos perigosos.

Ao analisarmos o surgimento do racismo como conceito que deriva da noção de raça e o amadurecimento do capitalismo a partir do desenvolvimento desigual e combinado³⁴, encontramos nas particularidades fundantes da história desse país o motivo pelo qual tal realidade permanece como característica presente na atualidade, e por onde o antagonismo entre as classes sociais determina o lugar da população indígena, feminina, negra, pobre e periférica.

³³ Munanga (2003), afirma que o racismo é entendido como uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos. (p. 7-8). Já Guimarães (2002), parte do conceito de raça, para compreender que, como a raça não é apenas uma categoria política necessária para organizar a resistência ao racismo no Brasil, mas é também categoria analítica indispensável, uma vez que esta é a única categoria que revela as discriminações e desigualdades, a partir da cor e do fenótipo. Assim, compreendemos que a noção brasileira de cor é efetivamente racial e não apenas de classe” (GUIMARÃES, 2002, p. 51).

³⁴ Em artigo publicado na revista *Actuel Marx*, N°. 18, (1995), com tradução de Henrique Carneiro, Michael Löwy, aborda importantes reflexões sobre a teoria do desenvolvimento desigual e combinado. O autor faz referência às obras desenvolvidas por Leon Trotsky (1879 – 1940). Neste sentido, as formulações de Trotsky sobre a lei do desenvolvimento desigual e combinado é uma das principais contribuições teóricas para o Marxismo e as ciências modernas.

Sob a influência do pensamento determinista europeu, os intelectuais brasileiros do primeiro período republicano inspiraram-se na construção das suas teorias sobre raça. Cientistas europeus como Lapouge, Agassiz, Buck, Gabineau, além de outros brasileiros como Perdigão Malheiros, Nina Rodrigues, Silvio Romero, desenvolveram teorias sobre eugenia e evolucionismo social e responsáveis por construir um imaginário que buscava a interpretação sobre os elementos que conformam a identidade nacional, a partir da ciência biológica e do que compreendiam por raça.

Chamado de *racismo científico*, este foi um dos principais pilares das teorias racialistas do século XVIII, tornando-se fonte, de onde beberam vários intelectuais. Os *darwinistas sociais* pressupõem que esse movimento apoiou-se na ideia da seleção natural e que a partir desta seleção haveria a criação de raças puras, o que levaria a uma expansão da diversidade. Muitos desses cientistas e/ou pesquisadores, mantiveram seus pensamentos nesta perspectiva, inclusive, defendendo medidas como a *eugenia*³⁵, dado que acreditavam que a mudança biológica levaria ao progresso humano (SEYFERTH, 1996, p. 43).

Rocha (2014, 2014, p. 37) salienta que,

[...] embora a tese da superioridade genética do branco sobre as demais raças tenha sido superada pela própria ciência, que afirma existir apenas uma única raça, a humana, a ideia acerca daquela pseudo superioridade ainda persiste. Se não em relação aos aspectos biológicos, há em relação a outros, como a cultura, a sociabilidade e fatores econômicos e políticos.

Essa teoria encarregou-se de explicar, através das leis biológicas, a determinação da civilização e o progresso humano resultantes da disputa entre raças, onde os mais aptos seriam seres biologicamente evoluídos. Desse modo, essa doutrina foi também responsável por enfatizar que, através da competição, num processo de seleção natural, os negros seriam os primeiros a sucumbir.

Ainda de acordo com Rocha (2014, p. 38),

[...] hierarquizar os diferentes grupos humanos a partir das marcas/características que carregam em seus corpos tem sua fundamentação em bases que um dia foram

³⁵ A palavra *eugenia* refere-se ao estudo das condições mais propícias à reprodução e melhora da raça humana. De acordo com alguns pesquisadores, esta teoria foi desenvolvida por Francis Galton (1822 – 1911). Galton defendia a tese da seleção natural, onde a capacidade intelectual de um indivíduo era passada para outro indivíduo do mesmo grupo, através de uma herança genética. Ao trazermos essa discussão para a questão racial, encontramos em Seyferth (1996) a definição para melhor compreendê-la. De acordo com a autora, os darwinistas sociais pensavam que a operação da seleção natural, criaria raças puras a partir da diversidade que então era dominante e muitos deles também mantiveram a ideia de que se adotassem medidas de *eugenia*, a mudança biológica poderia levar a humanidade a uma evolução humana, apagando assim, os traços degenerativos, restando assim as melhores qualidades do ser humano (idem, p. 43).

consideradas reais, concretas e cientificamente comprovadas. Assim, ao nos remetermos à história das relações sociais brasileiras, verificaremos como o racismo científico criou e consolidou ideias de supremacia de uma raça sobre outras e contribuiu para elaboração de instrumentos legais e políticos de valorização de um grupo racial e buscando o aniquilamento de outros.

Com orientações diversas e ideais positivistas, surgem os primeiros estudos conhecidos como *darwinismo social*, buscando compreender a composição biológica dos indivíduos, bem como o evolucionismo das espécies ou o determinismo biológico que degeneram os sujeitos e que levam a uma possível criminologia (SKIDMORE, 1976).

Para Seyferth (1986, p. 54)³⁶:

A crença na inferioridade genética das raças não brancas e na sua incapacidade de ascender à civilização foi contrabalanceada por uma crença na seleção natural e social, que, através da mestiçagem³⁷, conduziria a um povo branco (pelo menos na aparência) num futuro próximo.

O *Darwinismo Social* ou *teoria das raças*, não via progressos na miscigenação. Ao contrário, acreditava que as características adquiridas não podiam ser transmitidas, nem mesmo no processo de evolução social. A miscigenação era vista como sinônimo de degeneração e deterioração das raças e apagamento dos melhores traços que um indivíduo pudesse ter (SCHWARCZ, 1993, p. 58; ROCHA, 2014, p. 41).

Para o entendimento sobre os sentidos que o termo raça adquire nesse contexto, encontramos no capítulo primeiro da tese de Rocha (2014) uma riquíssima reflexão sobre as teorias centradas no argumento da raça. Embora não seja objetivo desta tese realizar extensa reflexão também sobre este conceito, traremos a título de informação algumas referências das quais nos orientam nessa compreensão.

Segundo a autora, é possível compreender que

no século XVIII, a palavra raça era inicialmente empregada para se referir à descendência comum de um conjunto de pessoas, e para as suas características distintas, a categoria raça era utilizada para explicar como as conseguiram. Já no século XIX, raça tornou-se um meio de classificar as pessoas por meio de suas características (BANTON, 1977, p. 39). Segundo Cashmore (2000), a palavra raça, desde o início do século XIX, foi sendo usada com sentidos diversos. E estes, ao longo do tempo, passaram por várias mudanças. A questão principal, no entanto, não é o que vem a ser raça, mas o modo como o termo é empregado. As pessoas elaboram crenças

³⁶ SEYFERTH, et. al. 1996.

³⁷ Schwarcz (1993), informa que no final do século XIX, o Brasil adquiriu um caso particular e multiétnico, onde a miscigenação racial alcançaria índices alarmantes. Dessa forma, este país passou a ser visto como um país doente e degenerado racialmente. Também diziam que a mistura de raça resultou num grande mal para esta sociedade. Ainda de acordo com a autora, o conjunto dos modelos evolucionistas aqui presentes, atestavam a impossibilidade do progresso e da civilização. Dessa forma, os evolucionistas davam por certo, que a mistura de espécies heterogêneas era sempre um erro, que ocasionava tanto a degeneração do indivíduo e se estendia para toda a sociedade (idem, p. 314).

a respeito de raça, assim como a respeito de nacionalidade, etnia e classe, em uma tentativa de cultivar identidades grupais (CASHMORE, 2000, p. 447- 448) (ROCHA, 2014, p. 38).

As variações no uso da palavra raça são reflexos advindos da popularização da palavra e adquirem novas interpretações a partir das compreensões físicas e culturais. Nesse caminho concordamos com Munanga (2003) ao afirmar que, do ponto de vista biológico e científico, a raça não existe³⁸. No entanto, é correto dizer que mesmo invalidado cientificamente, sujeitos não são geneticamente iguais, ou seja, as heranças genéticas são diferentes, embora não seja o suficiente para classificar os seres humanos em raças distintas (MUNANGA, 2003, p. 5).

Podemos observar, que o conceito de raça tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação. A raça, sempre apresentada como categoria biológica, isto é natural, é de fato uma categoria etno-semântica. De outro modo, o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam (MUNANGA, 2003, p. 6).

Tal classificação trouxe humanidade para um processo de hierarquização pelas diferenças biológicas. E as teorias pseudocientíficas, sobre a raciologia, ganhou ainda mais relevo no início do século XX, adquirindo contornos mais doutrinários que científico e sendo usado como justificativa para a dominação racial. Essas doutrinas foram recuperadas pelos nacionalismos, que assim como o nazismo, emergiram legitimando variadas formas de violações e atrocidades, justificando o extermínio de povos tidos como impuros; esses antecedentes históricos explicam o advento da Segunda Guerra Mundial (MUNANGA, 2003, p. 6).

A discussão sobre raça e racismo, ou sobre as questões étnico-raciais, é muito ampla e complexa, composta por diversas interpretações, necessitando assim da análise de outros elementos para sua compreensão. Contudo, apesar dos limites que envolvem esse debate, este é um assunto que permeia o imaginário da sociedade brasileira, traduz sentimentos e revela aspectos de violências, tendo em vista que, desde o início das teorias que o interpretaram até os dias atuais, os efeitos do racismo para a sociedade não foram superados.

Discorrer sobre as teorias racistas que marcam o fim do século XIX e o início do século XX, tal como sobre a inferioridade racial e primitiva, seja a partir de uma perspectiva eugênica ou darwinista, ou mesmo culturalista, falamos necessariamente do processo de construção das múltiplas identidades aqui encontradas. É nesta direção que diferentes grupos instituem e

³⁸ C.f. MUNANGA, 2003.

norteiam suas vidas, ou seja, a partir de conceitos e significados diversos que carregam, atribuindo-lhes suas percepções e práticas no cotidiano de toda sociedade brasileira.

1.2 Tentativas de construção do Brasil Nação

A análise das transformações ocorridas na passagem do Brasil Colônia para o Brasil República, exige-nos um grande esforço teórico e interpretativo. Neste sentido, encontramos uma vastíssima literatura, que nos empenha nesse movimento. Destaco como fio condutor para realizar esta crítica, as expressões da questão racial, bem como das transformações capitalistas e os impactos sociais resultantes desse processo. Recorro ao materialismo histórico e dialético para esta interpretação, uma vez que nesta perspectiva teórica, encontro bases reais para tal tarefa.

Com o capitalismo entrando na “fase dos monopólios”, algumas exigências são colocadas para atingir o objetivo do novo padrão de acumulação. A competição entre os mercados nos países desenvolvidos impõe a necessidade de procurar e criar polos consumidores para além daqueles que já existiam, pois assim a produção industrial não excedia a demanda e não provocava recessões econômicas.

As colônias europeias funcionavam como fornecedoras de matéria prima, e passaram ao *status* de mercados consumidores em potencial. No entanto, foram necessários alguns ajustes estruturais, como por exemplo, a abolição da escravidão nos países que ainda eram colonizados. Fernandes (1974) aponta sobre a necessidade de romper com o estatuto colonial e criar condições para a expansão da burguesia, bem como valorizar socialmente o crescimento do comércio (FERNANDES, 1974, p. 18).

Moura (2021) também destaca as particularidades substantivas que o escravismo adquire no Brasil, se comparado a outras regiões da América, e informa que aqui existiam duas classes fundamentais, a dos senhores e a dos escravizados. Essas classes, todavia, chocavam-se entre si, uma vez que as contradições que as consistiam era o que determinava a existência do conflito que as alimentavam. Ainda de acordo com este autor, a dinâmica gerada entre essas duas classes (oprimida e dominante/opressora) se deu em níveis de grande expressividade (MOURA, 2021, p. 13-19).

Mesmo partindo de época e vivência distinta da de Clóvis Moura, Fernandes (1978) nos oferece pistas para compreender que o que se desenvolveu no Brasil foi um processo de recomposição das estruturas de poder entre a oligarquia e a burguesia emergente, que operavam suas ações através da conciliação dos interesses dessas duas classes. Observa-se que a velha

oligarquia colonial, ligada ao mercado mundial pela Metrópole, não representava uma burguesia pura, mas um misto entre o “senhor de terras e o produtor de mercadorias”, isto acontecia também na produção açucareira.

A lavoura cafeeira já possuía fortes vínculos com o capital comercial nacional, fato que foi reforçado a partir do surgimento do Oeste Paulista como o centro de formação das bases burguesas, conferindo-lhe a excelência naquilo que produzia e oferecia à elite brasileira. De tal modo, a crise da sociedade colonial e sua inserção na ordem capitalista criaram condições propícias para este desenvolvimento (AZEVEDO, 1987).

A associação entre o modelo burguês de dominação e os procedimentos autocráticos e conservadores da oligarquia, tornou o Estado brasileiro uma instituição avessa à participação “democrática” da população. Entretanto, a iminência de mais uma crise impôs ao Estado burguês o desenvolvimento de estratégias de controle – que enfrentaram resistências, a fim de garantir que o sonhado progresso não fosse estagnado. Sendo assim, o objetivo era incutir na população brasileira a ideia de uma nacionalidade diretamente identificada com a sua pátria, em aparências não só geográficas, mas também a partir de uma ética nacional (AZEVEDO, 1987, p. 59-60).

Porém, dada a diversidade racial, bem como a estratificação e desigualdade social da população brasileira, resultante do período de escravidão, desenvolver em seus cidadãos a ideia de povo brasileiro e do Brasil como Estado-nação não configurou como uma simples tarefa. Havia o desejo de superar os séculos de atraso deste imenso país e fazê-lo caminhar em direção aos países “desenvolvidos”, como os países da Europa e da América do Norte.

Paixão (2013) ressalta que analisar o caráter da formação de um povo é – e sempre foi – essencial para qualquer estado, especialmente para os estados formados a partir do século XIX, seja na Europa ou na América Latina. Em concordância com o autor, a ideia da formação nacional aconteceu mesclada com as ideologias que emolduravam os projetos de modernização destas nações, diferenciando-as entre nações civilizadas/civilizáveis e não civilizadas/civilizáveis, ou, ainda, nação dos domináveis e não domináveis, como pressupunha a lógica da razão imperialista estadunidense, por exemplo.

Esse tema sobre a formação da nacionalidade brasileira vai além da curiosidade etnográfica e associa-se com as estratégias desenvolvidas pelas elites daqui, dando sentido à constituição de uma nação industrializada e, portanto, “portadora de instituições políticas tipicamente ocidentais” (idem).

Manoel Bomfim (1868 - 1932), Alberto Torres (1865 -1917) e Silvio Romero (1851 - 1914) podem ser descritos como os intelectuais que, já no início do século XX, desenvolveram

estudos sobre as dimensões culturais do passado nacional e da organização da sociedade, na tentativa de construir a partir do ponto de vista da realidade brasileira, teorias de cunho nacionalista. Embora não tenham fugido à regra da superioridade racial, apontavam outros caminhos para o país, sobretudo, a partir do incentivo à propriedade rural e ainda de um amplo projeto educacional (Manoel Bonfim)³⁹.

Aos poucos, surgem as primeiras imagens “positivas” do Brasil – fortemente através da cultura e da literatura, com as obras de Euclides da Cunha em *Os Sertões*, publicada em 1902, e também de Monteiro Lobato, com destaque para o *Jeca Tatu*, de 1918. Aqui, inicia-se um processo de exaltação do país, evidenciando a natureza, o encontro mágico das três raças (o indígena, o negro e o branco), o ufanismo (sobretudo a partir da I Guerra Mundial) e o surgimento da visão fatalista inspirada na ideia da inferioridade racial.

Para Paixão (2013), a lógica presente na chamada nacionalidade brasileira valoriza o histórico biológico e cultural resultantes da mistura das raças e exalta sua mestiçagem. Segundo o autor, a carta contida na manga do projeto de modernização e constituição do Estado-Nação brasileiro, era a chamada democracia racial. Acreditava-se que tal carta serviria de impeditivo contra o individualismo e a competição exacerbada presente em qualquer processo modernizante. Isto permitiria o desenvolvimento desta sociedade, sem que experimentássemos os conflitos raciais, como os ocorridos em outras sociedades.

Um desafio estava posto para as elites brasileiras: transformar o Brasil em um país civilizado. Mas, as dificuldades encontradas consistiam em desenvolver a democratização social da sociedade brasileira, ao lado do desenvolvimento econômico e dos projetos de modernização. Em vista disso, cabe ressaltar que:

O que estava em jogo, evidentemente, era a caracterização do Brasil enquanto país civilizado, ou pelo menos, como um país capaz de superar o atraso e as contradições para alcançar um lugar ao lado das luminosas civilizações do hemisfério norte. Intrinsecamente amarrada aos problemas do índio e da escravidão, a perspectiva de se atingir tal estado dependia, em última instância, da incorporação ou eliminação (e substituição, no caso dos escravos) destes elementos (MONTEIRO, 1996. p. 18).

Foram inúmeros os esforços para superar as contradições aqui existentes. Dentre eles, foi dado como tarefa aos intelectuais da época a missão de realizar uma interpretação do país que possibilitasse o desenvolvimento de estratégias contra o atraso vigente. A partir disso, foram apresentadas algumas teorias interpretativas sobre a composição nacional, das quais algumas delas ainda habita o imaginário social e racial brasileiro.

³⁹ C.f. MAIO, 1996.

Na medida em que a imagem do “Brasil Real” se desenvolvia pelas lentes dos cientistas, as características que marcavam o povo brasileiro também se tornavam visíveis. O conteúdo que dava sentido à palavra raça, aparecia de forma muito dúbia nesses estudos. Nesse hiato, alguns desses intelectuais teciam verdadeiras críticas acerca da ideia fatalista sobre a inviabilidade do Brasil se tornar de fato uma nação e do povo adquirir uma identidade nacional; e, nesta perspectiva, o pacto nacional surgido a partir de 1930 começou a ser pensado. Como resultado, a mestiçagem é o símbolo que mais se destaca nesse processo, antecedendo, assim, o chamado *mito da democracia racial*.

Nesse processo de formação da identidade nacional formou-se a criação de terrenos, onde, mais tarde, floresceu o mito da democracia racial, bem como da cordialidade e do bom sujeito. Outras teorias foram desenvolvidas com o intuito de incorporar no Brasil o ideário de povo e nação, bem como de encaminhá-lo para o seu desenvolvimento econômico, político, social e cultural, empurrando para debaixo do tapete a sujeira trazida com a escravidão.

O livro *Casa Grande e Senzala* de Freyre (2002), desenvolvido na década de 30, desempenhou um papel fundamental na superação do paradigma do *racismo científico* e do debate sobre a formação da identidade nacional, ocupando por muito tempo o lugar privilegiado de discussão na agenda brasileira. Sem desmerecer o trabalho realizado por Freyre (2002), concordamos que esta é uma obra complexa e contraditória, dado que não só evidencia e exalta o Brasil mestiço, resultado da miscigenação – sem entrar no mérito de como se deu este processo, elogia e defende a presença de uma suposta harmonia racial.

A partir das teorias que embasaram a política *eugenista* adotada pelo Brasil, no final do século XIX e início do século XX, Telles (2003) discorre que Gilberto Freyre populariza a ideia do Brasil como um país no qual todas as raças habitam de forma tranquila, e o convívio entre o “bom senhor” e ex escravizadas (es/os), estabeleciam relações próximas, onde por meio de trocas e influências mútuas, realizavam a integração que materializava a democracia racial. O conceito de miscigenação é mais ressaltado, tornando-se uma característica nacional que para Freyre (2002) era positiva, tornando-se o símbolo mais importante da cultura brasileira.

Bento (2002) aponta que Freyre (2002) fornece à elite branca os argumentos para se defender e continuar usufruindo dos privilégios raciais; a distância social entre dominantes e dominados é modificada pelo cruzamento inter-racial. Sob essa perspectiva, a distância social entre brancos (as) e negos (as) abranda as contradições existentes e harmoniza as diferenças e nisto os conflitos se dissipam.

Ao postular a conciliação entre as raças e suavizar o conflito, fica evidente que Freyre (2002) nega a existência do preconceito e da discriminação, culpabilizando os “mestiços e negros” pelo insucesso e por mazelas decorrentes da inercia inerente aos negres.

Há na temática da miscigenação um aspecto contraditório, pois, ao mesmo tempo em que seria a salvação do país, porque os negros desapareceriam, também era vista como elemento que “estragaria o potencial de progresso dos brancos”. No entanto, foi por meio da miscigenação que se deu a construção do que é divulgado como “identidade brasileira”. O resultado da miscigenação, para tal ideologia daria para o negro a esperança, o sonho, à ilusão de que os seus herdeiros, talvez, pudessem ser incluídos como parte da sociedade, mas, porque “carrega um duplo sentido negativo: o de denegação de identidade de grupo e o de denegação de uma humanidade comum” (ANDRÉ, 2008, p. 120-121).

E, ao discorrer sobre o mito da democracia racial, André (2008) coloca que, envolto nesta temática, há uma série de complexidades que a envolve, e que desse modo a existência de uma democracia não se efetivou. Para ela, o problema decorrente das violências provocados pela escravidão era algo muito mais amplo, que não fora superado a ponto de estabelecer uma harmonia entre as raças.

Diante disso, Ramos (1957) desenvolveu necessárias reflexões sobre os laços existentes entre relações raciais, desenvolvimento e identidade nacional. Para ele, a valorização do negro se alinhava na mesma direção em que o Brasil vivia na década de 50. O crescente desenvolvimento e a busca pela emancipação política e econômica, incutia nos indivíduos uma ideia de valorização da sua pertença étnico-racial. O autor reflete que,

por força do desenvolvimento de sua riqueza material e de sua crescente emancipação econômica, começa a ter o que se chama de caráter nacional, um orgulho nacional e, na medida em que este processo avança, torna-se verdadeiro imperativo categórico de nossos quadros intelectuais procurar aplicar-se na estilização, na valorização de nossos tipos étnicos (RAMOS, 1957, p. 158).

Ramos (1957) acrescenta ainda, que essa perspectiva partia de uma visão positiva sobre as relações raciais e a identidade nacional e problematiza que a possibilidade da realização de uma democracia racial, junto ao desenvolvimento econômico apenas seria possível se essa também levasse em consideração a diversidade racial aqui existente. No entanto, para a população negra e indígena, as habilidades em lidar com questões que perpassam a construção de uma identidade diversa está para além da aparência de um bom convívio com quem outrora fora seus algozes.

Ampliando suas reflexões em segmentos distintos, Ramos (1957) contribui na análise sobre “o problema do negro”, no campo intelectual e quando este se tona uma “referência central” a ser enfrentado, tornando-se uma questão nacional. Para este autor, as especificidades

da questão étnico-racial não se diluíram sem que o atraso existente no país fosse encarado como necessidade a se resolver. Com isso,

desde que se define o negro como um ingrediente normal da população do País, como povo brasileiro, carece de significação falar de problema do negro puramente econômico, destacado do problema geral das classes desfavorecidas ou do pauperismo. O negro é povo, no Brasil [...]O negro no Brasil não é uma anedota, é um parâmetro da realidade nacional (RAMOS, 1952, p. 157).

Entende-se, portanto, que as diversas coações ocasionadas pela “patologia social do branco brasileiro” desnudavam contradições fundamentais para as incongruências experimentadas naquele tempo histórico, presentes nos conflitos que perpassam a relação entre o padrão conservador e o padrão progressista, ambos necessários para o desenvolvimento social, econômico e cultural do país.

Sobre isso, Maio (1996, p. 191) assinala que:

[...] as elites brancas de regiões atrasadas não conseguiriam reconhecer a legitimidade do compósito racial existente no País. Esta situação de atraso se associaria com a "ideologia da brancura" que não seria mais do que a força do colonialismo, do etnocentrismo europeu sobre as nações em busca de seus próprios destinos. O padrão tradicional e etnocêntrico, diante da necessidade de se construir um caminho nacional autóctone, seria sinônimo de tudo que fosse antimoderno e atinação.

E acrescenta que Ramos (1952) acreditava ser possível viver uma democracia racial no Brasil, desde que convivêssemos com “doses elevadas de racismo”, e que isto só seria possível caso a construção da identidade nacional se construísse definitivamente como uma identidade nacional brasileira (MAIO, 1996, p. 191).

Deste modo, a ideia de democracia racial antes se desenvolveu com o discurso de absorção do “mestiço”, a qual, na realidade, mostra técnicas específicas de dominação. E que servem para manter a ordem social que discrimina e coloca seres humanos com diferenças fenotípicas em posição de desigualdade e inferioridade (FERNANDES, 1978, p. 26-27).

Da Matta (1981) problematiza que a democracia racial é, de fato, um mito fundador das relações sócio raciais, inspirado na “fábula das três raças”, ou seja, “a branca, a negra e a índia” (idem, p. 63). O autor ressalta que esse discurso, para a maioria da população brasileira, é aceito e verdadeiro – e ainda (re)produzido – no interior das relações raciais, transformado num valor e num sonho a ser alcançado, ou nas palavras do autor: “redenção das massas”. Todavia, tão nocivo quanto acreditar na veracidade desse mito, é a alienação resultante dele.

Acerca disso, Ianni (2005) diz que:

[...] O negro se defronta com uma história difícil, uma longa *história de alienação*; e, simultaneamente, uma ideologia racial evasiva, enganosa, pervasiva, cruel, com a qual os donos do poder, as “elites”, compreendendo inclusive intelectuais, recobrem,

elidem ou simplesmente apagam a realidade social, as condições excepcionalmente difíceis em que são colocados pela intolerância racial camuflada, ambígua, enganosa, sub-reptícia. Uma intolerância que penetra todos os círculos de convivência social, desde o trabalho até a política, da educação à religião, das organizações públicas às privadas, impregnando amplamente subjetividades, modos de ser, sentir, pensar, agir, compreender, fabular (IANNI, 2005. p. 12, *grifos do autor*).

Para este autor, a ideologia racial presente no Brasil constitui condições para a manutenção do poder das elites brasileiras, no qual essas desenvolvem, constantemente, estratégias de fragmentação e a elaboração de meios para que tudo permaneça funcional aos seus interesses. Isto é, cria-se o mito e falsas verdades para sustentação dele e das ideologias de dominação. “É assim que se realiza lenta e contraditoriamente a transição da sociedade de castas em sociedade de classes [...]”. Tal como se desenvolve a hierarquização do indivíduo, mesmo que estes estejam organizados em classe e “[...] todos são distribuídos desigualmente na estrutura da sociedade, participando desigualmente do produto do trabalho coletivo [...]”. E de tal modo as hierarquias se estruturam e subdivide a sociedade (IANNI, 2005. p. 13).

Ao longo da história, a dinâmica da violência racial alarga as estruturas de exploração e dominação, no mesmo passo que adquire novas roupagens. E nisto o mito da democracia racial tem servido ao papel de favorecer e legitimar a discriminação racial, corroborando para naturalização das diferenças e colocando-as como sinônimo de desigualdade, mantendo não só o *status quo*, mas também fornecendo mecanismos para a permanência das desigualdades raciais e de outras variáveis que se interseccionam com ela, como o gênero e a classe.

Desenvolvida a partir de uma imagem que destoava da realidade, o mito da democracia racial funcionou como base de sustentação aos discursos racistas, servindo inclusive como amparo ideológico para a manutenção das práticas de exploração e dominação da população negra no pós-colonial. Entretanto, o poder continuava na mão da elite branca e burguesa que, atendendo às determinações capitalistas e a superexploração, mantinha antigas práticas de violência, mas, travestida de solidariedade e do compromisso com um “pacto social”, que se colocava como projeto de superação ao período escravocrata.

No início dos anos de 1950, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura – UNESCO, desenvolveu um projeto de pesquisa, com o objetivo de compreender as relações raciais no Brasil, bem como suas consequências no plano político. A UNESCO financiou uma equipe da Universidade de São Paulo (USP), que contou com nomes como Virginia Leone Bicudo, Florestan Fernandes, Roger Bastide, em São Paulo, e Costa Pinto, no Rio de Janeiro.

A escolha da sociedade brasileira como instrumento de pesquisa foi motivada pela ideia de que vivíamos numa civilização perfeita. Ideia esta, que ganha relevância, sobretudo, após a

obra de Gilberto Freyre (2002). Olhando de fora, ao contrário do contexto segregacionista norte-americano e do *apartheid*⁴⁰ sul-africano, aqui – de fato – vivia-se numa democracia racial. Nos termos de Freyre (2002), a sociedade brasileira poderia servir de inspiração para a criação de soluções universalistas que cancelassem os efeitos perversos do racionalismo, do nacionalismo xenofóbico e das disparidades socioeconômicas, provocadas pela desigualdade racial (MAIO, 1998, p. 17).

Com o apoio de várias lideranças negras da época, os estudos acabaram desmistificando a ideologia da democracia racial, que foi aos poucos sendo substituída pela expressão “racismo à brasileira”; e, também, acabou contribuindo para a compreensão de como se estruturam as relações raciais no país. O que os dados evidenciaram foi a profunda desigualdade socioeconômica nas condições de vida de brancos, indígenas e negros, e que a democracia racial existia apenas no plano das ideias. Pois, na realidade, o racismo atingia cotidianamente níveis cada vez mais abissais.

Os resultados dessa pesquisa em questão, levaram à reflexão de que está na raiz de uma nova visão da formação e transformação da sociedade brasileira moderna, e de outro lado, serve de prova da veracidade da visão do negro sobre a sua condição humana e da realidade racial brasileira. A obra de Fernandes *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, de 1978, permitiu a compreensão de que o fenômeno do racismo está na estrutura da sociedade brasileira e, portanto, são indissociáveis (FERNANDES, 1978, p. 17).

Diante do exposto, chegamos à conclusão de que Fernandes (1978) acreditava que a democracia racial – ou seja, o discurso de uma nação sem preconceito racial – era o padrão correspondente de dominação racial tradicionalista, já que existia um preconceito encoberto que prejudicava os negros.

Desde o início (e ainda hoje) o trabalhador negro precisa de compreensão atilada e de amparo constante, seja para encetar uma carreira, seja para persistir nela, seja para tirar o máximo proveito de sua capacidade de trabalho, para si, para os patrões e para a coletividade. A estereotipização negativa não só impediu que o “branco” descobrisse esse aspecto da realidade, mas produziu algo pior: suscitou uma barreira invisível universal, que tolhia qualquer redefinição rápida da imagem do “negro”, que facilitasse a transição do trabalho escravo para o trabalho livre e acelerasse pelo menos a proletarização do “homem de cor” (FERNANDES, 1978, p. 141).

⁴⁰Regime de segregação racial instaurado na África do Sul entre 1948 e 1996. Os direitos políticos, civis, econômicos, sociais e culturais dos negros foram extintos. As diferenças raciais foram oficializadas, e a segregação atingiu todas as relações sociais sul-africanas. A população negra sul-africana não tinha direito a voto, e nem o direito a frequentar escolas, universidades, transportes públicos, empregos, hospitais e até relações conjugais entre brancos (as) e negros (as).

Fernandes (1978) desenvolve uma compreensão das relações raciais na contemporaneidade, tendo como ponto de partida a análise das mesmas relações no período da colonização. A conclusão a que se chega é que as desigualdades raciais estariam condicionadas a se manter através da dependência econômica. Dessa maneira, o autor compreende que na medida em que o capitalismo se expandisse, ocorreria à eliminação da discriminação e do preconceito racial e haveria uma adequação das relações raciais na estrutura de classes da sociedade brasileira.

Ainda sobre Fernandes (1978), é importante referir que este sociólogo se manteve otimista quanto à inclusão da população negra na estrutura de classes, através do alcance da emancipação humana. Dito de outra forma, para ele as relações raciais pautadas pela subproletarização da população negra seriam paulatinamente superadas, de acordo com o desenvolvimento de uma sociedade socialista.

Sendo assim, compreendemos que as obras em que o autor desenvolveu para compreender as complexidades da sociedade brasileira, avançam teoricamente ao refutar a lógica de uma suposta harmonia racial, difundida pelo pensamento de Gilberto Freyre.

Já Ianni (2005) apresenta outra reflexão da qual compartilhamos:

[...] O preconceito racial é uma técnica de dominação, por meio da qual subordinam-se amplos setores da sociedade: homens e mulheres, crianças, adultos e velhos, trabalhadores assalariados da cidade e do campo, na agricultura, na indústria e nos serviços. O preconceito racial e o preconceito de classe mesclam-se em intolerâncias de vários tipos, manifestas em várias linguagens, com as quais se excluem, confinam ou administram os que são obrigados a vender sua força de trabalho para viver. Esta é a realidade: a raça e a classe são constituídas, simultânea e reciprocamente, na dinâmica das relações sociais, nos jogos das forças sociais. Essa é a fábrica da dominação e da alienação, que pode romper-se quando uns e outros, assalariados de todas as categorias, simultaneamente negros e brancos, em suas múltiplas variações, compreenderem que sua emancipação implica a transformação da sociedade: desde a sociedade de castas até a de classes, desde a sociedade de classes até a sociedade sem classes (IANNI, 2005. p. 14).

O autor é categórico ao afirmar que somente numa sociedade sem classes e outras formas de exploração é possível se viver uma vida plena, na qual todas (es/os) possam se realizar como pessoas e indivíduos coletivos, onde, também, as diversidades não serão transformadas em desigualdades, ou mesmo em forma distinta de alienação.

Neste aspecto, conformam-se aqui diferentes representações do Brasil: um Brasil negro que sofre toda a sorte de discriminação e preconceito mediante a cor da pele e/ou origem racial, e um Brasil branco, não discriminado, herdeiro dos privilégios e das vantagens da pós-abolição e das políticas racistas. Para Fernandes (1978), aqui vige uma espécie de preconceito reativo,

ou dito de outra forma, o preconceito contra o preconceito ou o preconceito de se ter preconceito, resultante na forma “esquizofrênica” em como lidamos com o racismo.

Os efeitos do preconceito racial são devastadores, uma vez que coloca as discriminações também no campo da psicologização, culpabilizando os sujeitos ao impor sobre seus ombros um problema que não se resolve com terapias ou homeopatia. Retira-se da população negra, as possibilidades de um enfrentamento radical, no sentido de enfrentar o racismo com o devido rigor.

As reflexões desta estrutura racista, encontra em Hasenbalg (1979) importantes análises; e, enquanto pesquisador, inaugura um novo olhar sobre as relações raciais e a estratificação social que esta provoca. Seus achados, inclusive nos informa que o desenvolvimento do capitalismo aqui não resultou na integração do negro na sociedade de classes, posto que

a discriminação e preconceito raciais não são mantidos intactos após a abolição, pelo contrário, adquirem novos significados e funções dentro das novas estruturas e as práticas racistas do grupo dominante branco que perpetuam a subordinação dos negros não são meros arcaísmos do passado, mas estão funcionalmente relacionadas aos benefícios materiais e simbólicos que o grupo branco obtém da desqualificação competitiva dos não brancos (HASENBALG, 1979, p. 84).

Portanto, Hasenbalg (1979) avança ao afirmar que o desenvolvimento econômico capitalista, por si só, não foi e não é capaz de eliminar as desigualdades raciais existentes. Ao contrário, o que este autor comprova é que ao passo que o capitalismo avança, também se elevam as desigualdades e a precarização das condições sociais da população negra.

Telles (2003) expõe e analisa a situação dessas populações, a partir dos primeiros resultados das recentes políticas elaboradas e executadas pelo governo brasileiro, buscando a promoção da igualdade e equidade social, sobretudo, no acesso da população negra ao mercado de trabalho e ao ensino superior.

Diferentemente do que esperava Fernandes (1978), chegamos ao século XXI e a realidade das discriminações raciais pouco mudou. Reconhecemos que a obra desse autor é, sem dúvidas, de uma importância fundamental para a compreensão do debate racial e a luta de classes. Sua tese foi refutada, uma vez que o socialismo não chegou e, apesar das discussões acerca das relações raciais ganharem um novo fôlego. Portanto, há ainda muito que se avançar para superarmos as contradições impostas no modelo de sociedade vigente.

1.3 A organização da luta antirracista no pós-abolição

Tenho caracterizado como *Compromisso Epistêmico Ancestral*, o movimento assumido por pesquisadoras e pesquisadores negres em “recriar, recontar e refundar” a nossa história aqui na diáspora africana. A exigência que este esforço nos obriga, não é só para se fazer justiça contra a tentativa de apagamento e silenciamento das nossas produções teóricas e ações políticas, mas também enfatizar como as ações de resistência nos fizeram atravessar o tempo e chegar em pleno século XXI como maior grupo social que compõem a população brasileira. De acordo com o IBGE (2021), 46,8% se autodeclararam pardos e 9,4% como pretos. As somas entre esses dois grupos totalizam 56,2%, isto é, que nos classifica como população negra⁴¹.

Ao analisar as diversas ações desenvolvidas por homens e mulheres negres na busca por emancipação, equidade e justiça social, nos deparamos com um poderoso instrumento capaz de realizar feitos históricos, que movimentam a vida em todas as suas esferas e complexidades: a resistência coletiva. Apesar das práticas racistas de extermínio, genocídio ou impeditivos de ascensão política, cultural, social, educacional, religiosa e/ou de outra forma que traduz a extensão da vida.

No dicionário Aurélio (2010), encontramos que a palavra rebeldia, significa qualidade ou característica do ato de rebelar-se; não conformidade; reação. Já a palavra insurgência, informa o caráter ou condição do que é insurgente; ato ou efeito de insurgir-se, insurreição, rebelião. Para o entendimento de escravo, encontramos no mesmo dicionário a seguinte interpretação: aquele que, privado da liberdade, está submetido à vontade de um senhor, a quem pertence como propriedade. E para o significado de escravidão, encontramos: condição de escravo; servidão, cativo, escravaria, escravatura e sistema socioeconômico baseado na escravização de pessoas; escravismo, escravagismo, escravatura.

O que torna esses significados interessantes, é que os dois primeiros podem ser facilmente compreendidos se colocados como reações esperadas mediante a existência dos dois últimos. No entanto, quando negamos a existência do racismo, resultante dos processos vivenciados na escravidão e da situação do ser humano escravizados, também negamos a rebeldia e a insurgência como processos de reação legítima ao escravismo. A característica comum entre rebelar-se e insurgir-se é a não adequação a uma situação de hierarquização ou

⁴¹ Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2021. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html> e https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf.

imposição de autoridade. Portanto, a desobediência, do ponto de vista da resistência, é assim uma virtude.

Mediante ao processo de desumanização dos corpos negres e indígenas, a rebeldia se tornou elemento vital para a resistência. Muito embora, não compreendida como uma reação legítima dos oprimidos contra os opressores, a rebeldia ou insurgência não desabona a conduta ética dos sujeitos que estão em condição de inferioridade. As várias insurgências, rebeliões, revoltas e processos de luta contra a dominação imposta à população negra, indígena ou em decorrência do gênero ou da sexualidade, não pode ser vista como ausência de ética ou no campo da moralidade, mas sim na liberdade de lutar e defender-se contra a tirania.

Nascimento (1984, p. 274) expressa que

numerosas foram as formas de resistência que o negro manteve ou incorporou na luta árdua pela manutenção da sua identidade pessoal e histórica. No Brasil, poderemos citar uma lista desses movimentos que no âmbito “doméstico” ou social tornam-se mais fascinantes quanto mais se apresenta a variedade de manifestações: de caráter linguístico, religioso, artístico, social, político, e de hábitos, gestos, etc. Não nos cabe aqui, porém, discorrer sobre esses movimentos. Um movimento social e político é o objetivo do nosso estudo. Trata-se do Quilombo (kilombo), que representou na história do nosso povo um marco na sua capacidade de resistência e organização. Todas as formas de resistência podem ser compreendidas como a história do negro no Brasil.

A relação entre oprimidos e opressores marca, de tal modo, a dinâmica da sociedade brasileira. Ao passo que o capitalismo endurecia suas formas de controle, também encontrava à sua frente formas de resistência como insurreições, guerrilhas urbanas, a organização quilombola e outras formas de levante, que os direcionavam a uma luta aberta pela liberdade e cidadania. Neste tópico, apresento um breve panorama sobre os movimentos que reconstituem os percursos realizados na organização objetivando a emancipação dos grupos sociais escravizados e subjugados.

Em *Rebeliões da Senzala*, publicado originalmente em 1959, Clóvis Moura retrata aspectos da escravidão no Brasil, a partir do ponto de vista de ser a luta dos escravizados uma forma de protesto. Rompendo com a visão simplista de ser a escravidão um conflito social ou um choque cultural, este livro ocupa-se em analisar tal regime de forma crítica, articulando história e aspectos sociológicos.

O autor apresenta o ser negro como sujeito político: um ser capaz de se articular e traçar estratégias em busca da liberdade. Aqui, usamos a versão de Moura (1988), onde ele reconstrói a figura do negro escravizado, informando aspectos que contestam a naturalização do negro como escravo; e, assim, Moura (1988) atesta ser legítimo o ato de insurgir-se (SILVA, 2017, p. 12).

Silva (2021), ao dialogar com a obra de Moura (1977), afirma: “[...] os quilombos⁴², as insurreições e as guerrilhas no período colonial e os movimentos negros pós-abolição estão presentes nas construções sociais da América latina e do Caribe” (SILVA, 2021, p. 48). A autora aponta as semelhanças aqui e em outras partes do mundo.

Destaca-se a importância da organização quilombola, ou “perigo negro” como uma das mais potentes formas de luta antirracista. De acordo com Nascimento (1984, p. 292),

quilombo passou a ser sinônimo de povo negro, de comportamento do africano e de seus descendentes e de esperança para uma melhor sociedade. Passou a ser sede interior e exterior de todas formas de resistência cultural. Tudo, da atitude a associação, seria quilombo, desde que buscasse maior valorização da herança negra.

Tanto Moura (1977) quanto Nascimento (1984) reafirmam que a luta da população negra sempre esteve em consonância com a perspectiva emancipatória coletiva. Os inconformismos e rebeldias não apenas rechaçam internamente o mito da democracia racial, como se constituem insurgentes, tratando inclusive com hostilidade a falsa superioridade branca e individualista.

Segundo Moura (1977, p. 90, *apud* SILVA, 2021, p. 49-50),

todos os movimentos sociais ou quaisquer outros objetivos que visem, através de formas organizacionais e manifestações autoconscientes, ou apenas contestadoras, modificar ou transformar o sistema de estratificação social existente, no sentido de livrar-se dos restos de relações coloniais, representam atitudes e/ou realizações válidas. Assim como também consideramos válidos aqueles movimentos ou atitudes que – mesmo abortados – representaram em determinados momentos a extrapolação das contradições entre a necessidade de libertação das forças produtivas em desenvolvimentos e os entraves que a ela se opõe às forças – sociais, jurídicas e militares – do establishment colonial.

As lutas e resistências, resultantes do processo de rebeldia, são compreensíveis e legítimas ao passo que se articulam com a radicalidade da não aceitação da inferiorização imposta ao grupo racial subjogado. O que se espera com essa prática insurgente, é a transformação radical da ordem social que está posta.

Essas são forças sociais consideradas dinâmicas, que impulsionam o devir social no interior de estruturas tradicionais, e que insurgem buscando a transformação das relações sociais, demonstrando ainda o lado contraditório dos complexos movimentos, os quais são as lutas em prol da emancipação dos sujeitos (SILVA, 2021, p. 49-50).

⁴² Para Moura (2020, p. 25), o quilombo foi a unidade básica da resistência dos escravizados. E Nascimento (1979, p. 17) definiu o quilombo como sendo um local onde a liberdade era praticada, onde os laços étnicos e ancestrais eram revigorados.

Neste sentido, as subjetividades se deparam com impossibilidades forjadas, as quais objetivam impedir o reconhecimento e a percepção dos indivíduos como sujeitos históricos, tal como as densas determinações (étnico-raciais, regionais, culturais, rurais e urbanas) que os constituem. Dito isso, observa-se que:

[...] a escala e a radicalidade da questão racial no Brasil podem ser consideradas condições fundamentais não só da luta pela eliminação do preconceito racial, mas também da transformação da sociedade brasileira como um todo e, fundamentalmente, da verdadeira construção de uma sociedade nacional, articulada, viva, em movimento, que a sociedade civil e o Estado desenvolvam-se de forma articulada e fluente e que a “população” se transfigure em “povo”, no sentido de que o povo se constitui quando se compõe de “cidadãos”, de pessoas situadas e integradas, participantes e ativas, em todas as esferas da sociedade, públicas e privadas [...] (IANNI, 2004, p. 11).

As estruturas definem os lugares dos indivíduos e as relações sociais são pautadas por relações de produção e por uma estrutura classista e racista, que também regem as classes sociais, perpassadas por um conjunto de valores, que determinam e organizam as classes a partir da realidade concreta. E que, portanto, alteram a dinâmica sobre a forma como as pessoas se relacionam no mundo, fazendo com que a luta pela emancipação humana se dê através das estruturas de poder e da organização em prol da manutenção dos privilégios. Assim, reside nas determinações básicas das relações de integração e antagonismo raciais (IANNI, 1978, p. 124).

Destacamos alguns dos principais momentos que antecederam a organização dos Movimentos Negros no Brasil, sobretudo no contexto de pós-abolição. Primeiro, a Frente Negra Brasileira (FNB), iniciada nos anos 1930⁴³, a organização nasce após a grande crise econômica (1929). Em seguida, temos o Teatro Experimental do Negro (TEN)⁴⁴ nos anos 1940 e 1950, que se firma com a consolidação do Movimento Negro Unificado (MNU)⁴⁵ no final da década de 1970 e início da década de 1980.⁴⁶

O momento de criação da FNB, marca o início de um pacto negro contra as mazelas deixadas pela escravidão. Neste cenário surgem várias (os) personalidades que traçaram

⁴³ De acordo com informações extraídas do site IPEAFRO, a FNB criada em outubro de 1931 na cidade de São Paulo, representa uma das primeiras organizações no século XX a exigir igualdade de direitos e participação dos negros na sociedade brasileira. Sob a liderança de Arlindo Veiga dos Santos, José Correia Leite e outros, a organização desenvolvia diversas atividades de caráter político, cultural e educacional para os seus associados. Realizava palestras, seminários, cursos de alfabetização, oficinas de costura e promovia festivais de música. Disponível em: <https://ipeafro.org.br/acervo-digital/documentos/antecedentes-do-ten/frente-negra-brasileira/>. Acessado em: 02/07/2021.

⁴⁴ Voltaremos a falar do TEN um pouco mais a frente.

⁴⁵ Segundo (Rocha, 2014, p. 74), O Movimento Negro Unificado Contra o Racismo e a Discriminação Racial passaram a se chamar Movimento Negro Unificado (MNU) a partir da realização do seu primeiro congresso nacional, em dezembro de 1979.

⁴⁶ Rocha (2014) resgata o contexto histórico, que marca o início desse processo.

importantes perspectivas, tanto para a luta antirracista quanto para a organização política da população negra no Brasil⁴⁷. Nomes como os de Sebastião Cardoso, Arlindo Veiga dos Santos, Justiniano Costa, Edison Carneiro, José Correia Leite, entre outros, se destacam como lideranças. A maior parte dos membros da FNB eram pessoas de origem humilde, funcionários públicos, trabalhadores braçais, subempregados ou desempregados, já as lideranças, eram provenientes dos estratos intermediários do sistema ocupacional e em estado de mobilidade social (DOMINGUES, 2008, p. 522).

Objetivando enfrentar o racismo e mobilizar a sociedade em prol de equidade, igualdade racial e enfrentamento ao racismo, a FNB organizava a luta negra. Sobretudo, contra o mito da democracia racial, fruto do nacionalismo político desenvolvido no contexto da Primeira República, mas que ganhou relevo durante o Governo de Getúlio Vargas.

Domingues (2008) elabora uma série de questões sobre a FNB, e ocupa-se não só em responder perguntas que marcam o tempo em que vigorou a FNB, como se preocupa em categorizar as ações mais significativas desta entidade, que foi a maior associação de pessoas negras vigente entre 1931 e 1937 no Brasil. Ainda segundo o autor, tal entidade resulta do acúmulo de experiências organizativas⁴⁸ dos afro-paulistanos (idem, p. 520).

Santos (1994) e Pereira (2011) evidenciam que a criação de uma imprensa negra⁴⁹, dos grêmios, clubes e associações de negros⁵⁰ foram fundamentais para a materialização da FNB. Estes espaços de informação foram importantes para a divulgação e visibilidade das ações desenvolvidas pelas lideranças negras da época.

Merece destaque sobre a FNB, o seu engajamento para lançar a candidatura política de pessoas negras. Com a participação efetiva de quase cem mil membros em todo Brasil, a entidade tinha a sede em São Paulo e filiais em diversos estados, como Minas Gerais, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Pernambuco. Além do chamado para que pessoas negras

⁴⁷ Deixo como indicação, três grandes obras sobre a FNB e as lutas negras compreendidas entre 1930 e 1964. A primeira é o livro “Negros e Política: 1888-1937”, do historiador Flávio Gomes, publicado pela Zahar Editora. A segunda obra é a dissertação de mestrado da Professora e historiadora Maria Claudia Cardoso Ferreira, com o título de “Representações Sociais e Práticas Políticas do Movimento Negro Paulistano: as trajetórias de Correia Leite e Veiga dos Santos (1928-1937)”, UERJ – 2005 e a terceira obra, é do também Professor e Historiador Felipe Alves de Oliveira, intitulado de “Nosso Imperativo Histórico é a Luta – Intelectuais negros/as insurgentes e a questão da democracia racial em São Paulo (1945 – 1964).

⁴⁸ Outro destaque importante que antecede a criação da FNB, é o chamado Centro Cívico Palmares, que segundo Pereira (2011), representou um marco importante para a organização política dos grupos negres (os) de São Paulo. Inclusive, num contexto marcado pelo período que antecedeu a Revolução de 1930.

⁴⁹ O principal veículo de informação da entidade, era A Voz da Raça, órgão oficial por onde se divulgavam as ações e mantinha seus membros informados.

⁵⁰ Para maiores informações sobre a Imprensa Negra e os Clubes e agremiações da época, ver a obra de Santos (1994) e a tese de doutorado de Pereira (2010) onde estão presentes, pesquisas minuciosas sobre esses importantes espaços de divulgação das ações negras.

disputassem o espaço físico do Estado, inclusive a própria FNB se organizou como um partido político.

Conforme Domingues (2008), a FNB também criava condições para a entrada de pessoas negras na educação.

Outrossim, foi essa associação que desenvolveu uma importante iniciativa educacional: a criação de uma escola com certa estrutura pedagógica. Funcionando na sede da entidade, as aulas ocorriam nos períodos diurno e noturno. Ensinava-se a ler, a escrever e a contar, bem como gramática, geografia, história, aritmética e geometria, entre outras disciplinas. Para as mulheres, ensinavam-se prendas domésticas. De acordo com matéria publicada no jornal Progresso, o Centro Cívico Palmares chegou a ter um “curso secundário que contava com um afinado corpo docente preto”, de lá saíram alguns alunos que ingressaram nas “escolas superiores do país” (Progresso, 24 mar. 1929, p. 2) (DOMINGUES, 2008, p. 520-521).

A partir das reflexões de Domingues (2008), fica nítido que as lideranças negras da época lutavam pela garantia da educação⁵¹ para as pessoas negras. Fundaram escolas, mantiveram bibliotecas e incentivaram a participação tanto na educação como na cultura, na saúde, e, ainda, a participação massiva nas decisões políticas e instâncias deliberativas do Estado.

Pereira (2011) destaca que a FNB obteve significativas conquistas em diversos segmentos. Com destaques para a educação, manutenção dos vínculos com uma imprensa negra comprometida politicamente com a questão da população negra, a contratação em massa para a Guarda Civil, nomeados por Getúlio Vargas. Houve ainda a expansão dos encontros para a formação política e cultural, valorização de estratégias, palestras, grupos de estudos e outras ações igualmente importantes para a formação crítica da população negra.

Essa organização também era cercada por equívocos e entraves políticos. Sobre isto, Malatian (2016) resgata importantes registros sobre os calorosos embates que ocorreram no interior da FNB. Havia sérias divergências, que colocavam as principais figuras desse movimento em lados antagônicos.

Os irmãos Veiga dos Santos (Arlindo e Isaltino) defendiam como orientação política as idéias monarquistas do patrianovismo, e sua militância negra, sobretudo, com foco na mídia da

⁵¹ De acordo com Domingues (2008, p. 523-532), o termo educação às vezes é usado como sinônimo de cultura. No mesmo texto sobre a Frente Negra Brasileira, Domingues traz vasta pesquisa sobre as primeiras escolas para pessoas negras na Cidade de São Paulo, berço fundante da FNB. Este é sem dúvidas um importante resgate sobre os primeiros estabelecimentos de ensino, objetivando a transformação da realidade das pessoas negras, através da educação e da cultura. Entretanto, é preciso ressaltar que a FNB também desenvolveu um Departamento de Cultura ou Intelectual e acreditavam que a educação tinha o poder de erradicar o preconceito racial. Para as lideranças da FNB, ter instrução, cultura e educado, seria o suficiente para romper as barreiras impostas pelo racismo vigente. Embora a FNB não tenha desenvolvido um projeto pedagógico mais enfático para a formação intelectual e ainda um engajamento mais contundente contra a educação formal com valores eurocêntricos, atribui-se a FNB as primeiras instruções sobre a educação para a população negra.

época, onde destaca-se os jornais Voz da Raça e o Clarim da Alvorada. Os jornais eram mantidos por Correia Leite e seu grupo político. Este último não compactuava com as ideias dos irmãos, pois, ele defendia as propostas advindas do socialismo e do comunismo. Este último, derrotado politicamente fazia duras críticas aos irmãos Veiga dos Santos, acusando-os de fascistas (Malatian, 2016).

De modo geral, as críticas em torno da FNB se dão pelo fato de que a entidade buscava a integração da população negra na sociedade, não a partir da superação da ordem societária vigente, ou seja, pelo combate ao racismo, da divisão social classista e preconceituosa. Segundo críticos, a FNB buscava tal integração pelo viés “assimilacionista e nacionalista”, com um discurso da nação acima de todos, reivindicando inclusive uma postura imbricada ao nacionalismo exacerbado, com forte inclinação fascista, sobretudo, a partir do seu elo com a Ação Integralista Brasileira – AIB (PEREIRA, 2011; MALATIAN, 2016).

A FNB buscou uma participação ativa na cena política da época, além de construir organicamente o chamado projeto de socialismo para o Brasil. Por determinação de Getúlio Vargas, que em 1937 instituiu o Estado Novo e fechou todas as associações políticas, a FNB também teve que interromper suas ações, há poucos meses das “comemorações” de cinquenta (50) anos da abolição da escravidão (IPEAFRO, 2021).

Almeida (2018) afirma que o Movimento Negro é o resultado de um esforço coletivo em prol da luta contra o racismo e das diversas formas de discriminações sofridas pela população negra. A prova disto está na capacidade que tal movimento adquiriu em ressurgir das cinzas, iniciando um novo ciclo, recuperando o sentido da luta e desenvolvendo novas perspectivas de atuação.

Um exemplo para a afirmação acima, é a fundação do Teatro Experimental Negro, que vigorou de 1944 a 1961. Logo após o fim do Estado Novo, num contexto marcado pela Guerra Fria⁵², surge o TEN e a União dos Homens de Cor (UHC)⁵³, fundada em Porto Alegre em 1943, com filiações em 11 estados da federação, também reconhecida como uma das principais organizações que marca a segunda fase do movimento negro. Essas entidades nasciam, trazendo consigo novos olhares sobre a população negra brasileira (GUIMARÃES, 2002; DOMINGUES, 2007).

⁵² C.f. HOBSBAWM, 1999.

⁵³ De acordo com Pereira (2011): [...] a União dos Homens de Cor (UHC), tinha outra perspectiva de ação, um tanto distante da do TEN, que embora também oferecesse curso de alfabetização para os atores negros, pautava sua atuação no campo do protesto político e cultural. A UHC tinha uma perspectiva de atuação social mais próxima à da FNB, no sentido da busca de integração do negro na sociedade brasileira através de sua “educação” e sua inserção no mercado de trabalho (idem, p. 9).

Fundado por Abdias do Nascimento, em 1943, o Teatro Experimental do Negro (TEN) teve como questão central a crítica sobre a falta de representatividade e dignidade das pessoas negras nas artes cênicas nacionais. Além de autor de diversas peças e espetáculos, Abdias atuou de 1944 a 1961, onde a companhia encenou vários textos estrangeiros de destaque e passou a desenvolver sua própria dramaturgia.

O TEN pautava debates sobre o colonialismo também aqui na diáspora e em África⁵⁴ – e os impactos do racismo contra a população negra. Além de promover a participação do grupo social negro na sociedade, também buscava elevar a autoestima – com a promoção de concursos de beleza, denunciando o preconceito racial e viabilizando a mobilidade social do referido grupo (GUIMARÃES, 2002).

Outro grande feito do TEN foi a criação dos cursos de alfabetização, por meio da promoção de debates, e a criação do *Jornal Quilombo*⁵⁵, onde publicou um resumo sobre o *Orfeu Negro*⁵⁶. O TEN também incentivava para que as pessoas negras buscassem apoio psicológico, pois compreendiam que o racismo também afetava o psicológico do grupo social negro. A entidade participou da Constituinte de 1946, e ativamente na elaboração da Lei Afonso Arinos⁵⁷, que tratava da primeira lei que oferecia sanções contra o racismo (IPEAFRO, 2021).

De acordo com Rocha (2014, p. 70), inicialmente a União Nacional de Estudantes (UNE) emprestou ao TEN espaço físico para a realização das suas atividades de ensino e debate. Todavia, algum tempo depois, a UNE suspendeu o empréstimo do espaço. Conforme Nascimento (2003), tal suspensão havia se dado por motivos ideológicos, pois a entidade estudantil, além de não aceitar a especificidade da questão racial, não queria colaborar com um movimento que propunha uma posição tida como diversionista da luta operária (ROCHA, 2014, p. 291).

⁵⁴ Em 1958, a Associação Cultural do Negro (ACN), realizou um protesto contra a discriminação racial existente tanto na África do Sul como nos Estados Unidos. Este protesto foi organizado pelo militante Cuti (Luiz Silva). Deste encontro surgiu a ideia de criar um comitê de solidariedade aos povos africanos. A ACN também participou ativamente da organização pela libertação de Angola, contra o colonialismo português. O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), fundado em 1956. Este movimento, passou a comunicar-se e enviar suas publicações para o Comitê de Solidariedade aos Povos Africanos aqui no Brasil reconhecendo, portanto, a legitimidade deste, como um movimento de apoio a luta antirracista. (Pereira, 2011)

⁵⁵ Também fundado por Abdias do Nascimento (1948-1950).

⁵⁶ Com introdução de Jean Paul Sartre, este texto representava uma “antologia de poetas negros de língua francesa.” Foi organizado pelo senegalês Léopold Senghor em 1948. Destacam-se na mesma época, os poemas de Léopold Senghor, do martinicano Aimé Césaire e do guianense Léon Damas. Estes poemas eram declamados na Associação Cultural do Negro (ACN), que foi outra organização criada em 1954 por José Correia Leite em São Paulo. (Pereira, 2011)

⁵⁷ Criada por Afonso Arinos de Melo Franco e sancionada por Getúlio Vargas em 1951, a Lei de Nº 1.350/51, é a primeira lei que colocava a discriminação racial como crime de contravenção. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/?p=52750> Acesso em: 20/set/21

Diferente de outras companhias da época, no TEN, as pessoas negras eram as protagonistas. Encenavam, cantavam, dançavam, montavam peças e protagonizaram histórias que lhes atravessavam a alma e as vivências, entre eles, os espetáculos como *O Imperador Jones* de Eugene O' Neill (1945), e *Calígula* de Albert Camus (1949), conforme ressalta Pereira (2011).

Damos notoriedade as palavras do próprio Abdias Nascimento, que expressou:

[...] minha idéia de um Teatro Experimental do Negro recebeu as primeiras adesões: o advogado Aguinaldo de Oliveira Camargo, companheiro e amigo desde o Congresso Afro-Campineiro que realizamos juntos em 1938; o pintor Wilson Tibério, há tempos radicado na Europa; Teodorico dos Santos e José Herbel. A estes cinco, se juntaram logo depois Sebastião Rodrigues Alves, militante negro; Arinda Serafim, Ruth de Souza, Marina Gonçalves, empregadas domésticas; o jovem e valoroso Claudiano Filho; Oscar Araújo, José da Silva, Antonieta, Antonio Barbosa, Natalino Dionísio, e tantos outros (NASCIMENTO, 2004, p. 211).

Ao resgatar a fundação do TEN, Nascimento (2004) demonstra que a construção coletiva é uma prerrogativa do Movimento Negro. Isso explicita que nossas ações sempre se constroem a partir da perspectiva da coletividade e, não por acaso, o TEN resistia a opressão cultural e a desvalorização do grupo social negro enquanto consumidor de cultura e ainda de sujeitos de direitos.

Nesse aspecto, o TEN atuou em diversas frentes. Ocupavam-se de produzir e entregar não só excelentes espetáculos, mas em atuar como provocador e denunciante dos males causados pelo racismo e a discriminação. Infelizmente, em razão da perseguição política praticada a partir da instauração do regime militar, as atuações do TEN continuaram em cena, mas apenas em cenários internacionais. Abdias do Nascimento, seu fundador, foi exilado, mas não se calou diante da violência política. Ao contrário, sua voz pode ser ouvida em vários fóruns do mundo africano, da Europa, das Américas e dos Estados Unidos (Nascimento, 2004).

Ao falar sobre o protagonismo das muitas associações e entidades criadas pelo movimento negro, é importante refletirmos sobre a participação das Mulheres Negras nesse processo de organização da luta antirracista, sobretudo, no período pós-abolicionista.

Sobre a importante participação das mulheres negras na Frente Negra Brasileira desde a primeira fase do Movimento Negro, quando se constituíram as primeiras organizações coletivas. A atuação das mulheres negras acontecia nos clubes, jornais, centros cívicos, grêmios literários e sociedades recreativas e dançantes surgidas no pós-abolição. A Frente Negra Brasileira, ainda segundo Domingues (2009), identificou maior sensibilidade entre as mulheres negras e mais iniciativas para sua inclusão. Ele assinala, no entanto, que apesar de volumosa, a participação das mulheres negras na FNB foi relegada a um papel que muitos consideravam como subsidiário na Frente, sendo os homens os atores que ocupavam os cargos de decisão (WERNECK, 2010 *apud* DIAS, 2017, p. 4).

No que compete ao apontamento acima,

dentro do movimento negro, as mulheres negras se chocaram com o machismo dos companheiros, que impunham a elas um papel secundarizado, tarefeiro etc. e as mantinham longe das instâncias decisórias. Para o homem negro, em uma sociedade atravessada pelo racismo, dominar esse espaço significava ter um dos poucos momentos para o seu protagonismo, tornando utópica a tentativa de uma divisão igualitária com as mulheres negras. Elas tinham ainda de lidar com o assédio sexual, com a sexualização/objetificação de seus corpos, o que as colocavam como “sombra” de seus companheiros. (GONÇALVES, 2018. p. 11)

As autoras informam que se por um lado a luta antirracista unia mulheres e homens, por outro lado, o machismo colocava mulheres e homens racializados como negros em lados opostos no sentido da igualdade de gênero. No interior da luta, quase sempre, o protagonismo das mulheres negras era secundarizado, e por várias vezes, também havia a tentativa de silenciá-las.

Rocha (2014), ressalta que as mulheres negras constituíam uma boa parte de componentes que congregavam a FNB. Para além da luta pela emancipação do grupo social negro em geral, elas também qualificaram esse espaço de luta com pautas pertinentes à condição do ser mulher negra, a exemplo da busca pela legalização do aborto e do apoio para as “mães solteiras” (PINTO, 1993, p. 426 *apud* ROCHA, 2014, p. 77). E, em 1936, ocorreu a criação da primeira Associação de Trabalhadoras Domésticas, no Estado de São Paulo.

No entanto, Dias (2017), analisa que as barreiras impostas ao protagonismo feminino negro na época não impediram o êxito de mulheres como Laudelina de Campos Melo, que, por exemplo, integrava a Frente Negra Brasileira e foi uma das principais fundadoras da Associação de Trabalhadoras Domésticas de São Paulo, em 1930. Também em 1950 houve a fundação do Conselho Nacional das Mulheres Negras, por Maria de Lourdes Vale Nascimento, autora da coluna feminina da Revista Quilombo⁵⁸ e onde discutiam cultura, política, artes e outras questões da mulher negra (DIAS, 2017, p. 3).

Assim, Rocha (2014) sintetiza que o Movimento de Mulheres Negras (MMN) na contemporaneidade⁵⁹ data do início do século XX, precisamente no I Encontro Nacional de

⁵⁸ Quilombo era o nome do jornal criado em 1948 pelo TEN, sob a liderança de Abdias do Nascimento. O periódico tinha como um dos seus principais objetivos “trabalhar pela valorização do negro brasileiro em todos os setores: social, cultural, educacional, político, econômico e artístico” (Nascimento, 2008, p. 123 *apud* Rocha, 2014.p. 78).

⁵⁹ De acordo com Rocha (2014), na década de 1980, surgiram diversas organizações de mulheres negras. Dentre tantas, destacam-se: Nzinga Coletivo de Mulheres Negras, criado em 1983, no Rio de Janeiro; Coletivo de Mulheres Negras da Baixada, criado em 1986, em Santos; Geledés Instituto da Mulher Negra, criado em 1988, em São Paulo; grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa, criado em 1986, no Maranhão; Grupo Maria Mulher do Rio Grande do Sul, em 1987. Nos anos 1990, amplia-se ainda mais esse número, com a fundação de novas organizações: Criola, em 1992, no Rio de Janeiro; Eleeko, em 1993, também no Rio de Janeiro; Coletivo Mulheres Negras Laudelina de Campos Mello, em Campinas/SP e o Grupo Iyalodê, em Salvador, no ano de 1995; Grupo de

Mulheres Negras, ocorrido em 1988 – na Cidade de Valença⁶⁰. Mesmo sendo acusadas de promover um racha entre o movimento feminista e até mesmo entre o Movimento Negro, Carneiro (2003) ressalta a necessidade deste movimento, uma vez que a inviabilização da categoria raça e das questões pertinentes às mulheres negras não sensibilizava outros grupos que desenvolviam ações tanto sobre o feminismo de um modo geral, como das relações que perpassam o gênero.

Destaca-se nesse contexto histórico, a presença de Beatriz Nascimento (1942-1995) e de Lélia Gonzalez (1945-1994), expoentes militantes e intelectuais que contribuíram fortemente para a compreensão dos efeitos que o racismo causa sobre a população negra. No entanto, como feministas que foram, suas reflexões pautavam-se em analisar de forma particular a situação das mulheres negras.

Nascimento (1979) nos oportunizou grandes reflexões sobre as experiências advindas do quilombo, não apenas concernente a época da escravidão, mas também como uma força, que exerce influência ainda hoje aos processos de resistência contemporânea (RATTS, 2007). E Lélia Gonzalez foi fundamental para os questionamentos sobre o mito da democracia racial. Analisando tal ideologia a partir do lugar que as mulheres negras ocupavam, bem como dos imaginários misóginos, racistas e sexistas em que se tentavam condicionar as mulheres negras, Gonzalez denunciava que o passado racista ainda era presente.

Sem dúvidas, Lélia Gonzalez foi uma das primeiras intelectuais da época a analisar a situação das mulheres negras a partir da intersecção entre classe, gênero e raça, sendo também uma das primeiras a dialogar com Frantz Fanon sobre os efeitos do racismo para a psique das populações negras (RATTS; RIOS, 2010).

Neste sentido, Carneiro (2003) refere que as mulheres negras foram responsáveis por enegrecer a agenda do movimento feminista e incorporar a discussão sobre sexismo na agenda do movimento negro. De acordo com a autora, este enegrecimento, ao conjugar a intersecção entre gênero, raça, sexualidade e classe, qualificou as ideias e práticas dessas ações no interior dos movimentos políticos da época.

Mulheres Negras Malunga, em Goiás, Casa da Mulher Catarina/ SC, Nzinga Coletivo de Mulheres Negras de Belo Horizonte, em 1993; IMENA Instituto de Mulheres Negras do Amapá, em 1999; AMMA Psiquê e Negritude, em 1995 e Fala Preta! Organização de Mulheres Negras, em 1997, ambas em São Paulo (CARNEIRO, 2004, p. 313 *apud* ROCHA, 2014.p. 79).

⁶⁰ Antes desse encontro, houve grande tensão entre o movimento feminista e o movimento feminista negro. Refiro-me ao Encontro Feminista de mulheres brancas, realizado em Bertiooga, ocorrido no ano de 1985. As mulheres negras foram impedidas de participar, e mesmo com a tentativa de invadir o encontro, o grupo estava em menor número, e por isso não houve êxito na ação.

Mesmo com a implantação da Ditadura Militar⁶¹, aqui e em diversos países da América Latina, este foi um período de grandes mudanças no cenário mundial e fortes impactos na sociedade brasileira, de acordo com Caio Prado Júnior (1999). Utilizando-se como pretexto a preservação da “ordem social” – instauração da Ditadura Militar na busca pela aceleração econômica e desenvolvimento nacional, esse período resultou no aprofundamento da dependência ao capital externo, na violação de direitos e na acentuação das desigualdades sociais, culturais e econômicas.

Não estava em jogo no Brasil o socialismo, como muito bem lembra Netto (2015), mas sim um projeto de desenvolvimento do capitalismo menos atrelado às burguesias internacionais. Havia, além disso, uma fragmentação da direita no país, também subdividida em classes, porém com interesses particulares distintos e com dificuldades em traçar um elemento comum capaz de assegurar os rumos do capitalismo no Brasil. Uma crise da dominação burguesa oriunda das dificuldades de absorver os dinamismos do capital monopolista internacional sem perder sua hegemonia de classe no interior do país.

De acordo com Fernandes (2008), o golpe militar de 1964 marcou a concretização da revolução burguesa no Brasil, momento no qual as relações do campo se subordinam à economia urbana e às relações sociais capitalistas, apresentando seu pleno desenvolvimento. Esse foi também o momento de amadurecimento da burguesia nacional como classe dominante e contra revolucionária, em permanente processo de autodefesa. Logo, ao contrário dos elementos monopolistas gestados dentro das sociedades centrais, o monopólio no Brasil é um processo que vem de fora com o prelúdio da crise do capital internacional e a necessidade de abertura para valorização do capital sobrando.

O capital monopolista no Brasil nega suas feições democrático-burguesas presentes nos países centrais, que se expressam com a ampliação de direitos e fortalecimento das entidades e partidos dos trabalhadores. Assim, retoma-se, aqui, traços históricos de nossas burguesias, o autoritarismo, a repressão, o extermínio, traços que são herdados dos senhores de escravo, das oligarquias. Para Fernandes (2008), as alterações do desenvolvimento do capital monopolista colocaram as burguesias nacionais em profunda crise.

Portanto, no fundo da crise de poder burguês estava a necessidade histórico-social de adaptação da burguesia brasileira ao industrialismo intensivo não sob uma evolução

⁶¹ Os anos de vigência da Ditadura Militar tanto no Brasil, como em vários países da América Latina, durou exatamente 40 anos. (1964 a 1985): Autoritário e totalmente militarizado, a ditadura perseguiu, assassinou e desapareceu com diversas lideranças, estabeleceu censura à imprensa, além de cercear os direitos políticos, a liberdade de ir e vir e ampliou os níveis de violências e perseguições a que se opunha ao tal regime. Para mais informações, ver NETTO, 2006. In. Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.

que acelerasse e aprofundasse a revolução nacional, como ocorria sob o capitalismo competitivo. Porém, ao contrário, sob uma evolução que agravava o desenvolvimento desigual interno e intensificava a dominação imperialista externa, pois ambos teriam de ser irremediavelmente, os ossos, a carne e os nervos do industrialismo intensivo. Ao superar essa crise a burguesia torna-se uma “burguesia madura” apta a enfrentar e conduzir a industrialização intensiva, como etapa mais complexa e mais alta da transformação capitalista, e a completar o ciclo da revolução burguesa, mas sob e dentro do capitalismo dependente (FERNANDES, 2008, p. 371).

A saída para a crise burguesa não se dá pelo jogo democrático, visto que a burguesia brasileira sempre se furtou da democracia quando ela poderia tomar rumos que não estavam traçados pelas elites. Temos, então, a instalação da autocracia-burguesa, como indica Fernandes (2008, p. 313):

Isso fez com que a restauração da dominação burguesa levasse, de um lado, a um padrão capitalista altamente racional e modernizador de desenvolvimento econômico; e, concomitantemente, servisse de pião a medidas políticas, militares e policiais, contrarrevolucionárias, que atrelaram o Estado Nacional não à clássica democracia burguesa, mas a uma versão tecnocrática da democracia restrita, como uma autocracia burguesa.

Consolida-se o movimento de modernização do capital no Brasil sobre as bases oriundas de políticas militares e policiais contrarrevolucionárias, retirando os trabalhadores da cena política como única forma possível de modernizar as estruturas econômicas e realizar as profundas transformações nacionais próprias da implementação do monopolismo. Tivemos, ao longo de nossa história, no âmbito dos rumos decisivos desse país, a exclusão dos setores sociais que não detém os meios de produção, como no caso dos escravizados ao longo do Império, de Trabalhadores Rurais e da participação tutelada dos trabalhadores no Estado Novo e da tentativa de exclusão total do proletário no âmbito da luta de classes na implementação do monopolismo⁶².

Souza (2017) enfatiza que a burguesia brasileira travestiu todo o seu ódio de classe, seu ódio ao negro, ao pobre, ao favelado, ódio esse que vem desde a escravidão e se manifesta todo dia no cotidiano de milhões de brasileiros/os/as negres há mais de 500 anos. A burguesia nacional nunca gostou nem de pobre, nem de negro, nem de dissidentes, ou mesmo daqueles oriundos das camadas populares. Pode-se afirmar, com isso, que essa burguesia nunca teve apreço pela democracia, porque ao longo da história recorreu a sucessivos movimentos que não levaram em conta o jogo democrático. Esses elementos visavam, principalmente, conter a classe trabalhadora e assegurar os interesses das classes dominantes nacionais e internacionais. O amadurecimento dessa burguesia no golpe de 1964 reflete até os dias de hoje.

⁶² Digo, tentativa, pois mesmo num contexto de ditadura militar a luta de classes se fazia presente, mesmo que os trabalhadores não dispusessem de meios necessários para acirrar essa luta.

Segundo Fernandes (1975), a burguesia brasileira, apoiada pela burguesia internacional, desenvolveu ações objetivando não só a expansão monopolista, como também manteve a dominação imperialista e a desigualdade interna do desenvolvimento da sociedade nacional. É nesse contexto, pois, que se agudizam as desigualdades econômicas, sociais, políticas e regionais. Essa expansão redundou numa forma típica de dominação política, de cunho contrarrevolucionário, em que o Estado capturado historicamente pelo bloco do poder assume um papel decisivo na unificação dos interesses das frações e classes burguesas (IAMAMOTO, 2013).

Isto se caracteriza por impor os seus interesses, valores e ideologias para o conjunto da sociedade, ao passo que se antecipa as possíveis pressões advindas das camadas populares; e, assim, se camufla, realizando mudanças que, no real, só servem para preservar a ordem vigente. Neste sentido, acerca do que esse período representou, concordamos com a afirmativa de Menegat (2008. p. 6, *grifos nossos*):

[...] uma *contrarrevolução* preventiva que completou de modo autoritário e antipopular o nosso modelo de substituição de importações, iniciado na grande crise do capitalismo mundial dos anos 1930. Com este modelo econômico, o Brasil passou por uma intensa e tardia industrialização e urbanização, o que correspondeu ao pleno desenvolvimento das relações sociais burguesas num país periférico, com as particularidades que são inerentes a uma formação social realizada nestas condições históricas.

O elemento econômico se torna o foco da discussão. No entanto, a agressividade capitalista tentou silenciar a efervescência política que crescia nesse contexto histórico. As desigualdades sociais passaram a ser questionadas, ao mesmo passo que a luta antirracista se organizava politicamente e exigia o enfrentamento ao racismo. Embora parte da esquerda tenha adotado essa bandeira de luta, não foi suficiente para mobilizar outros sujeitos. Faltou, inclusive, que as organizações sociais e políticas da época, bem como os partidos ditos de esquerda, assumissem o posicionamento de elencar a luta contra a discriminação racial em seus discursos e nos seus projetos de combate a todas as formas de opressões.

Num movimento dialético, que permite às determinações ultrapassarem a si mesma – e que impõe que os grupos sociais que ora padecem também reorganizem as suas estratégias na busca pela emancipação humana – reinventa e desenvolve mecanismos de superação das mazelas a que são impostas. Em concordância com Mészáros (2002), não pode haver estratégia real de transformação sem que se prossiga com firmeza na busca e realização da unidade das dimensões políticas e materiais de reprodução necessários para o alcance do domínio organizacional. Diante disso, tem-se

[...] a necessidade de uma aproximação com as origens africanas, a influência da luta por direitos civis nos EUA e o processo de descolonização da África irão trazer elementos importantes para a autoafirmação dos negros brasileiros. Irá também estimular sua luta por cidadania em duas frentes - luta democrática com influência socialista e luta pela valorização cultural – ambas abrigadas pelo Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (MNU), criado em 1978 (MENEZES, 2014, p. 32).

O MNU contribuiu ativamente pela redemocratização do Brasil, atuando em conjunto com diversos movimentos e atores sociais da sociedade civil organizada. Também nesse período,

[...] o enfretamento das condições de pobreza e a oferta de melhores condições de educação, de trabalho e de cidadania definem uma pauta importante das demandas do Movimento Negro. Com elas, colocava-se a ênfase na necessidade de reconhecimento da discriminação racial como um fenômeno recorrente no país e de sua condenação [...]. A associação entre pobreza e negritude pode ainda ser observada na descrição de Santos (2007, p. 151) sobre as propostas apresentadas pelo Movimento Negro paulista em meados da década de 1980, onde se destacam, além da demanda pela criminalização da discriminação racial, a reivindicação de garantia de reserva de vagas nas instituições públicas de ensino, do primeiro grau à universidade, à população carente (JACCOUD, 2008, p. 57).

Assim, o MNU, desde o seu início, possui uma vasta pauta sobre a admissão do negro na sociedade, para além da classe. As necessidades para inclusão e respeito passavam antes, pela elaboração de políticas públicas de educação, saúde, habitação, acesso ao trabalho em condições dignas etc. Também, buscava-se romper com o preconceito, a pobreza e a discriminação, bem como a desnaturalização do racismo.

Em Cuba, os ares da revolução⁶³, impulsionaram-se os movimentos políticos vinculados ao socialismo e ao marxismo, os quais impactaram a resistência política no Brasil e em boa parte da América Latina. São movimentos emergidos tanto pela crise mundial do padrão de acumulação capitalista, quanto pela inserção dos países latinos na nova divisão internacional do trabalho, resultado da implantação da política econômica desenvolvimentista que só fez aumentar as contradições e potencializar as desigualdades sociais.

Esse período marca a aproximação da leitura marxista através das ciências sociais e surgem, também, as primeiras formulações acerca das categorias de raça e classe, trazendo outro sentido histórico e teórico sobre elas. O marxismo vai trazer a compreensão de que, no processo de produção e reprodução capitalista, o resultado não é só o desenvolvimento de

⁶³ A Revolução Cubana (1959 – 1961), representa a passagem da transformação entre a chamada democracia popular, agrária e anti-imperialista para a constituição da sociedade socialista. Fidel Castro, o principal líder dessa revolução, teve papel importantíssimo na condução desse processo. (MORAES, 2011). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/MqPKxfD9jDgv9T7dJqmggGB/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 21/04/2021.

relações a partir da coisificação que as tornam em mercadorias, mas que, para obtenção integral e acúmulo de lucros, são necessárias outras formas de dominação e opressão.

Por isso, é necessário lembrar a transversalidade em que o racismo opera e reconhecer que ele também está presente internamente em parcelas da própria classe trabalhadora. Essa cisão constante causada pelo racismo pode ser uma das estratégias utilizadas pelo capitalismo para controlar a classe trabalhadora - pois enquanto a maioria (parcelas da classe trabalhadora) compete veladamente - e agressivamente - entre si, a minoria (capital) mantém o controle sobre todos. Por esta razão, até a solidariedade intraclasse trabalhadora precisa ser construída e fomentada. Isto ocorre porque os sujeitos sociais, inseridos na vida social cotidiana, não são mera abstração, são concretos e ainda pouco elucidados em suas particularidades (rebeldias, conformismos e lutas) e nas suas relações sociais, no tempo e espaço histórico que vivemos (MENEZES, 2014, p. 51).

As reflexões propostas por Menezes (2014) indicam que o capitalismo se alimenta de outros elementos, que atravessam as questões de classes. Nesta direção, é importante conhecer as transversalidades e as interseções com o racismo, com o gênero, com a sexualidade, tal como com as questões ecológicas, regionais e geracionais. Essas são questões que expressam as contradições presentes entre a relação capital e trabalho, operando sempre em favor do interesse econômico do capitalismo.

O movimento em favor da redemocratização do Brasil se intensificou em vários setores da sociedade civil brasileira. O surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) seguiram na mobilização, culminando em ações como as *Diretas Já* (1983 - 1984), onde os movimentos de esquerda endureciam os discursos de oposição à ditadura. Exigia-se a retomada da democracia e das pautas sociais abandonadas durante o período ditatorial, dentre elas as dos direitos civis e políticos, do combate à pobreza e das desigualdades sociais e econômicas.

Jaccoud (2008, p. 56) diz que, neste discurso, definia-se a pobreza como um processo de exclusão dos benefícios do desenvolvimento econômico enquanto a cidadania era definida por uma dupla característica: a participação nas decisões públicas e o acesso a direitos sociais. Assim, com a destituição do regime militar e a elaboração da Constituição Federal de 1988 – a constituição cidadã, debates como a dívida social, que refletia na desigualdade que marcava a sociedade brasileira, ressurgiram apontando a urgência de políticas públicas e sociais.

Em meio a tantos outros objetivos, buscava-se, também, o combate à situação de exclusão do processo político e decisório, e do processo de desenvolvimento econômico que se abatia sobre a maioria da população brasileira. Acredita-se, contudo, que com proteção social e os direitos sociais, se formaria um pacto pela seguridade social, que oportunizaria o acesso dos

setores mais empobrecidos aos benefícios do desenvolvimento econômico e da própria democracia.

Os estudos sobre a questão racial no Brasil ressurgem com um novo enfoque a partir do final da década de 1970 e início da década de 1980. Outros estudos e pesquisas foram realizadas com o objetivo de compreender a nova face dessas relações. Instituições públicas se lançaram em pesquisas para averiguar a existência da real face da desigualdade racial, com o objetivo de criar possibilidades para integrar a todos na chamada democracia. Conforme contextualiza Menezes (2014, p. 32),

à medida que ocorre uma aproximação da militância negra com o socialismo, nos anos 60 e 70 – em plena ditadura militar - a luta passa a ganhar um novo elemento: o econômico. A superação das iniquidades de origem racial é colocada como consequência da vitória final das classes subalternas na luta de classes. Conforme as considerações de Guimarães (2006), a necessidade de uma aproximação com as origens africanas, a influência da luta por direitos civis nos EUA e o processo de descolonização da África irão trazer elementos importantes para a autoafirmação dos negros brasileiros. Irá também estimular sua luta por cidadania em duas frentes - luta democrática com influência socialista e luta pela valorização cultural – ambas abrigadas pelo Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (MNU), criado em 1978.

O MNU unificava a luta da população negra e agia, na perspectiva de apontar, de forma individual ou coletiva, sobre a condição de desigualdade social em que viviam as populações negras no Brasil, pautando-se pela denúncia ao racismo e da condição que estes ocupavam como grupo superexplorados da classe trabalhadora. Ou seja, no paraíso da classe trabalhadora, o negro também não entrava, quer na produção industrial, nas agências automobilísticas ou mesmo na construção civil. O lugar pré-determinado aos negres esteve por muito tempo num não lugar.

A entrada agressiva do capital estrangeiro no país ampliou o seu parque industrial. [...] Tal agressividade determinou, por sua vez, a desnacionalização ou o desaparecimento das pequenas empresas. E era justamente por elas que o trabalhador negro participava do mercado de trabalho industrial. [...] era o capitalismo invadindo todos os setores da economia brasileira [...]. Essa ofensiva ocasionou grandes índices de desemprego no campo. [...] a gente imaginar qual o tipo de saída encontrado pelo trabalhador rural para fugir da miséria: o deslocamento para a periferia dos grandes centros urbanos. [...] de acordo com o censo de 1980, a população urbana passou a constituir 67,57 % do total. [...] as cidades não cresceram, mas “incharam”. Com o aumento de favelas e o surgimento desse novo personagem, o “boia-fria” no cenário da história dos despossuídos desse país. [...] A indústria automobilística, assim como a construção civil serviram de ponta de lança desse do processo que afogou os demais setores da economia brasileira na voragem do imperialismo multinacional. A construção civil foi, sobretudo, um grande escoadouro da mão-de-obra barata (majoritariamente negra) (GONZALEZ; HASENBALG, 1982. p. 12-13).

A classe operária se organizava nos vários movimentos sociais surgidos nesse período, e a organização se dava em prol de uma mudança estrutural e da reforma política do Estado.

Esse é um período marcado pelo processo de subordinação ao imperialismo norte-americano, internacionalização da economia e tensões internas que questionavam os mecanismos de dominação imperialista.

Deferentes estratégias, foram traçadas não só pelo Movimento Negro, mas também por diversos setores da sociedade civil e do governo brasileiro na busca pelo enfrentamento da questão racial, que pode ser concebida como um movimento de organização na luta contra o racismo e suas ofensivas. Uma vez que o racismo se apresenta como pilar estruturante da ordem sócio metabólica do capital, a organização das classes que o enfrentam também deve ser radical. A chamada questão racial se arrasta em conformidade com as expressões da questão social, que estão imbricadas em si. Já a situação da população negra, embora tenha obtido grandes avanços, as desigualdades raciais ainda é uma realidade que se mantém quase inalterada. Portanto, a discriminação racial desenvolveu aqui no Brasil cidadanias distintas, uma que se desenvolve a partir de uma negritude⁶⁴ e outra a partir da branquitude⁶⁵.

Para a compreensão do conceito de branquitude, encontramos em Alves (2012) que a branquitude, assim como as demais identidades raciais, é considerada como um produto da dominação colonial europeia, e que, assim sendo, está intimamente relacionada à supremacia branca global. Segundo a autora, é impossível conceituá-la sem atentar para as relações de poder que lhe deram origem, e isto sugere uma primeira assimetria, impedindo que se tracem paralelos entre a branquitude e as demais identidades raciais construídas em resposta, ou como forma de resistência a esta (ALVES, 2012, p. 29).

Nisto, observa-se que:

O inequívoco racismo contra os negros já não é mais negado pela maioria da população brasileira, embora seja ainda difícil encontrar brasileiros que admitem que eles mesmos discriminam os negros, haja vista que 89% dos brasileiros concordam que a sociedade é racista e somente 10% admitem ser, eles mesmos, racistas, conforme constatou a pesquisa realizada pelo jornal Folha de S. Paulo, por meio do seu instituto de pesquisas, o Datafolha⁶⁶ (TURRA; VENTURINI, 1995, p. 13).

⁶⁴ Partindo das reflexões propostas por Munanga (1988-1999), vamos discutir a categoria *Negritude*, que busca compreender o sentido da palavra; essa expressa tanto como conceito, quanto como movimento ideológico. Assim, *negritude* é um conceito que parte de duas interpretações, sendo a primeira a forma mítica, e a segunda, ideológica. A descoberta do passado africano, antes da colonização, e a segunda, um movimento que busca a afirmação do ser negro, contrário à branquitude.

⁶⁵ Embora concordamos que a categoria de branquitude seja de extrema importância para a compreensão das discussões aqui apresentadas, optamos por não aprofundá-las aqui, uma vez que isto nos demandaria um grande esforço teórico, mas não ficaria a contento, pois não dispomos do tempo necessário que tal categoria exige, dado a sua complexidade.

⁶⁶ C.f. TURRA, Cleusa; VENTURI, Gustavo. Racismo Cordial. São Paulo: Ática, 1995, p. 13.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 marca importante conquista no que tange aos direitos civis e de cidadania do povo brasileiro. Neste sentido, Silva (2009) analisa que a Constituição Federal de 1988 pode ser considerada um enorme avanço, dado que reconhece o racismo e o preconceito racial como fenômenos presentes na sociedade brasileira. Destaca-se que, a inclusão do tema racial na agenda das políticas públicas responde, especialmente, a um esforço inovador do movimento social negro no sentido de estimular o debate político, não somente para enfrentar o racismo, mas para protagonizar uma série de ações focadas na promoção da igualdade racial.

Mesmo antes da promulgação da constituição, ainda num período ditatorial, exigia-se, além da redemocratização do país, a elaboração de uma agenda de lutas antirracistas. Tanto que a década de 1980 é marcada, também, por grandes manifestações e mobilizações do MNU e do MMN.

Um importante acontecimento foi a promulgação da Lei Federal nº 7.716/1989 – “Lei CAÓ”, posteriormente alterada para a Lei 9.459 de 13/05/1997, onde as principais mudanças foram nos artigos 1º e 20º que revogou o artigo 1º da Lei 8.081 e a Lei 8.082 de 03/06/1994 e imputa o racismo e as práticas discriminatórias como crime inafiançável. Além do mais, houve a criação da Fundação Palmares no Ministério da Cultura e do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, em São Paulo, e da Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras, no Rio de Janeiro.

Destaca-se a intensificação das lutas, como aquelas as que ocorreram no início do século XX, sobretudo no ABC Paulista, e com o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). No campo com o Movimento dos Sem Terra (MST), pela reforma agrária e a demarcação de terras indígenas e quilombolas. Também as organizações negras que realizaram protestos em todo país, contra as “comemorações oficiais do centenário da Abolição no ano de 1988”⁶⁷, com denúncias sobre a falsa abolição da escravidão, e quando transformaram a data de 20 de novembro que historicamente consta como sendo o dia da morte de Zumbi dos Palmares, e que, desde então, passou a ser a data simbólica de celebração da cultura negra brasileira, mas também é o dia de reafirmação de luta contra as discriminações e desigualdades raciais (PEREIRA, 2008; ROCHA, 2014).

Nessa conjuntura, a esquerda e o MNU unem-se ao eleger membros da ala progressista de esquerda como representantes do projeto societário da classe trabalhadora, com unidade na

⁶⁷ C.f. ROCHA (2014).

diversidade, na defesa e tentativa de restaurar a democracia no país⁶⁸ (PEREIRA, 2008; JACCOUD, 2009; ROCHA 2014).

No rol das grandes conquistas que marcam esse período histórico, em 22 de agosto de 1988 o Governo Federal fundou a primeira instituição pública voltada para promoção e preservação da arte e da cultura afro-brasileira: a Fundação Cultural Palmares (FCP), entidade vinculada ao Ministério da Cultura (MinC). A FCP comemora o desenvolvimento de suas ações, desenvolvendo uma política cultural igualitária e inclusiva – que busca contribuir para a valorização das manifestações culturais e artísticas negras brasileiras como patrimônios nacionais – ainda de combate ao racismo e desenvolvimento da cidadania da população negra⁶⁹.

As reflexões desenvolvidas nas linhas acima, atestam nossa suposição de que a luta coletiva nos trouxe aos dias atuais. A rebeldia que imprimimos contra as várias formas de submissão e subalternidade, encontrou no coletivo negro a insurgência necessária para a resistência.

Tanto o MNU quanto o MMN resistiram aos processos de violências e atrocidades, encontrando na coletividade formas de fortalecer suas individualidades. Seja através do Samba, da Capoeira, do Hip Hop ou do Funk, dos Xirês nas Rodas de Candomblé ou das Giras de Umbanda. Seja no Black Music ou no Soul, nos Afoxés, Blocos Afros⁷⁰ ou em outras formas de expressão da corporeidade negra, concluímos, por ora, com a certeza que todas essas expressões também contribuíram para impulsionar a rebeldia em insurgências.

Nossas articulações em busca de uma vida plena e sem violências, atravessaram o tempo. Das denúncias às ações de oposição que impunham desde os navios negreiros até a falta de inclusão e oportunidades nas escolas e universidades. Contra os camburões, o extermínio nos becos e vielas, contra a violência simbólica, política, econômica, ambiental, sexual etc. Aqui estamos, aquilombades; e, para além da sobrevivência, estamos reescrevendo a nossa história. Resgatando valores da nossa herança africana e de uma vida que respira liberdade e plenitude.

⁶⁸ C.f CHAUI (2008).

⁶⁹ Ver mail em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=95. Acessado em: 21/04/2021.

⁷⁰ Gonzalez e Hasenbalg, em Lugar de Negro (1982), trazem importante registro sobre a importância da cultura para a ampliação tanto da consciência negra, como para organização e mobilização do MNU. A coletividade expressa nessas e outras formas de vivência cultural, permitiu ao grupo social negro, sobretudo, jovens negres, em aquilombar-se contra o racismo e a discriminação racial.

1.4 Capitalismo e Racismo: a dinâmica impressa para além da pele

Partindo da análise sócio-histórica de marcos importantes, já abordados neste trabalho, concluímos que determinados acontecimentos ocorridos durante o século XIX privilegiam e recolocam a questão racial como elemento central da formação desta sociedade.

A partir de mecanismos legais como a Lei de Terras de 1850⁷¹, mesmo ano em que a Inglaterra determinou o fim do tráfico negreiro, bem como as sucessivas leis⁷² que buscavam abrandar a situação da escravidão, só se concretizou aqui no Brasil com a promulgação da Lei da Abolição de 1888⁷³.

Este é um país nitidamente polarizado, em que há inúmeras formas de exclusão e desigualdades. Numa tentativa de interpretar o Brasil, Souza (2009) traça um paralelo sobre a transformação do sujeito escravizado em algo que não completa o *status* de ser humano. Ou seja, o reconhecimento social deste indivíduo passa por uma série de fundamentações superficiais, que não lhes permite acessar a humanidade.

De um lado, eis o Brasil escravocrata e um conjunto de normas jurídicas que buscam legitimar o escravismo e as suas transformações históricas, e do outro, o Brasil escravizado, constituído de negros anônimos buscando sua emancipação e a dissolução do regime servil, enquanto preservam os elementos essenciais daquilo que lhes humanizam. Com imensa força, a capacidade do racismo em tornar-se “invisível” permitiu não apenas o seu enraizamento nas diversas esferas da sociedade brasileira, como também lhe deu a capacidade de recriar-se e (re)atualizar as mais perversas formas de manifestação.

Ianni (2004) salienta que durante a segunda metade do século XIX, o Brasil era governado pela contradição entre a mercadoria e o escravizado. De acordo com o autor, esse antagonismo entre escravo e mercadoria somente aparece como contradição quando o sistema econômico social ingressa num período de transformação. Assim, a exploração do trabalhador na esfera dos meios de produção é um acontecimento que, ao mesmo tempo, torna-se preliminar

⁷¹ Também conhecida como Lei nº601, um dos seus principais objetivos era a manutenção dos grandes latifúndios e permitir a posse de terras somente por meio da compra; além de elevar o preço da terra e assim impossibilitar o acesso a ela por parte dos trabalhadores rurais (MARTINS, 1997) acreditava que a terra era destituída de valor, antes da lei de 1850, para ele, os seres escravizados valiam muito mais que a terra. Todavia, a fazenda representava trabalho escravo acumulado, sendo o principal capital do fazendeiro o escravo. Neste sentido, a terra sem trabalhadores não representava valor algum. Nesse sentido, observa-se que o escravo possuía duas funções distintas, a primeira que era de produzir e ser garantia bancária de crédito para expansão ou custeio da fazenda, fazendo com que o fazendeiro se tornasse dependente do escravo, e também subordinando-o ao tráfico negreiro.

⁷² Aqui nos referimos especificamente à Lei Eusébio de Queirós (1850), Lei do Ventre Livre (1871) e Lei dos Sexagenários (1885) (GOMES, 2019. p. 101).

⁷³C.f. THEODORO, 2008.

e interno à formação do capitalismo industrial. É nesse momento, que se inicia um novo ciclo das acumulações capitalistas e uma reacomodação do Brasil no quadro do capitalismo mundial. As transformações existentes entre capital, escravidão e trabalho, apontam como se agudizam as tensões entre exploradores e explorados e qual a relação destes com outro objeto de estudo do Serviço Social brasileiro, que são as chamadas *expressões da questão social*⁷⁴. Para tanto, é importante colocar que entendemos por capitalismo dependente o sistema econômico, político e social brasileiro que se insere no capitalismo mundial de forma complementar e dependente em relação aos sistemas capitalistas avançados (IANNI, 2004; MARINI, 2000; FERNANDES, 1975).

Por este ângulo, a expropriação do trabalho e a superexploração do trabalhador fundamentam esse sistema através da associação de crescimento econômico com a presença da pobreza, miséria, exclusão social e ausência de direitos sociais. A atual conjuntura política, econômica e social do capitalismo dependente brasileiro está sendo fortemente marcada por perdas e retrocessos das históricas conquistas e avanços obtidos pela classe trabalhadora.

Fernandes (1975) utiliza o conceito de capitalismo dependente para definir e caracterizar o capitalismo brasileiro. Para o autor, a análise sobre a emergência e o desenvolvimento do capitalismo que se desenvolvia aqui, fundamenta-se em três elementos essenciais: articulação entre modelos institucionais políticos, econômicos e sociais que oscilavam entre mecanismos “arcaicos” e modernos”; associação entre interesses “internos” e “externos” da sociedade burguesa; e, ainda, o agravamento da monopolização da renda, do prestígio e do poder político na sociedade de classes.

Em primeiro lugar, Fernandes (1974) assegura que a efetivação da chamada “Revolução Burguesa no Brasil” se deu de forma oposta aos modelos de revolução democrático-burguês (como os casos clássicos que ocorreram na Inglaterra, França e EUA), de modo essencialmente autocrático, antidemocrático e antinacional.

O exemplo brasileiro foi marcado pela combinação de mecanismos institucionais modernos – de uma ordem social competitiva e de classes – sem romper com a ordem social da sociedade colonial e suas práticas políticas arcaicas provenientes do mandonismo tradicional, do clientelismo e fisiologismo dos partidos da ordem e conservadores. Os nexos coloniais foram

⁷⁴ Embora em outro momento voltaremos a esta discussão no interior do trabalho, cabe ressaltar que compreendemos por expressões da questão racial: O conjunto de questões sociais que englobam um conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs ao mundo, no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim, a “[...] questão social está fundamentalmente vinculada ao conflito entre o capital e o trabalho (CERQUEIRA FILHO. 1982, p, 203).

sendo remodelados e redefinidos em conformidade com as novas situações históricas que se estabeleciam em tempos de capitalismo em sua fase monopolista e oligopolista.

Em segundo lugar, a formação do capitalismo brasileiro se deparou com a articulação de elementos “internos” e “externos” às sociedades, especialmente, no que se refere à produção que passou a atender aos interesses das classes burguesas ditas nacionais e outra parte drenada para o exterior.

Dessa forma, o capitalismo dependente não tem como objetivo a universalização da riqueza, mas sim a monopolização da renda e a constituição de uma ordem social competitiva. Esse padrão de capitalismo se efetiva na exacerbação da dominação política e econômica da classe dominante burguesa, apoiadas pelas ações do Estado, através da superexploração da classe trabalhadora e as demais camadas subalternas que vivem em condições precárias (FERNANDES, 1974).

Nessa esteira, Sabino (2020, p. 18) corrobora que o controle sobre os explorados combina a dizimação dos seus corpos e a dominação de suas mentes. O crescente genocídio da população jovem e negra, periférica e pobre, bem como o encarceramento destes, ampliam os “mecanismos ideológicos de dominação” (idem).

Há uma lógica em negligenciar a existência perversa do racismo, visto que sua dialética é funcional ao próprio capitalismo. Sendo este, por sua vez, o cimento que dá a liga necessária para a subjugação e exploração dos grupos sociais historicamente racializados como negros, tornando mais eficaz o processo de dominação. No entanto,

[...] a questão racial perpassa centralmente a formação da vida social assentada no modo de produção capitalista, bem como a particularidade deste processo histórico da formação social brasileira desde seu processo de colonização e inserção tardia no capitalismo, aprofundando e sustentando a relação de dependência nos diferentes períodos históricos de desenvolvimento; e aflora como força motriz repleto de contradições e do movimento real da classe que combina castigo e rebeldia (ELPÍDIO, 2020, p. 520).

As reflexões propostas por Sabino (2020) e Elpídio (2020) caminham na direção de que racismo e capitalismo são indissociáveis. No caso do capitalismo, e da forma dependente impressa na América Latina, seu papel foi muito executado e a sua funcionalidade para a sociedade burguesa se acentua até os dias atuais. Sobre o racismo, assim como o capitalismo, há lutas historicamente tocadas por expressivos movimentos antirracistas e anticapitalistas, que, organizados de diferentes maneiras, forjam respostas e enfrentamentos aos mecanismos de opressão e exploração.

Devulsky (2021) coopera cirurgicamente para compreendermos como se relaciona capitalismo e racismo. Segundo esta autora,

[...] o racismo colabora na diferenciação das tarefas por meio do estabelecimento de uma hierarquia baseada no recorte racial, no qual “certos trabalhadores perdem uma parte maior do mais valor que eles criaram do que os outros” (grifos da autora). A força de trabalho é revestida de uma roupagem étnica indissociável da produção de valor no capitalismo. Portanto, sua organização é perpassada por esse elemento que, embora não seja fundador, é essencial em sua reprodução (DEVULSKY, 2021. p. 13).

A exploração capitalista necessita da hierarquia racial para ativar a superexploração. O capitalismo aplica intensas violações ao grupo social que julga ser minoritário em força e poder. Nesta estrutura vigente, negres além de perder mais valor, é o que também emprega mais força de trabalho. Assim, este grupo experimenta a extração da sua mais valia com o rigor capitalista existente em diversas esferas sociais, sofrendo tais determinações no cotidiano, nos processos de reprodução da vida material etc.

Devulsky (2021) afirma ainda, que a mercadoria⁷⁵ se particulariza por ser a principal responsável em amarrar e escamotear as relações perversas presentes neste modelo econômico. Por isso, referenciamos que o fim do racismo passa necessariamente pelo fim da mercadoria, porque esta categoria executa e viabiliza a “forma social em conjunto com a forma valor”, sobretudo, porque o trabalho⁷⁶ é potencialmente aquilo que viabiliza a manutenção dos sujeitos como ser social⁷⁷ (idem, 2021, p. 14).

A superação da incompatibilidade entre mercadoria e escravo, envolve as possibilidades de ampliação da margem de lucro e em consequência, a instauração de outros níveis de racionalidade – na organização da empresa e do mercado. Dessa forma, a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, mediante a um processo histórico, cria condições para o surgimento do trabalho assalariado, sendo esta é condição essencial para o desenvolvimento do modo capitalista de produção. Assim, observa-se que:

Um dos pressupostos do trabalho assalariado é uma das condições históricas do capital é o trabalho livre e a troca de trabalho livre por dinheiro, com o objetivo de reproduzir o dinheiro e valorizá-lo; de o trabalho ser consumido pelo dinheiro, não como valor de uso para o desfrute, mas como valor de uso para o dinheiro. Outro pressuposto é a separação do trabalho livre das condições objetivas de sua efetivação, dos meios e do material. Isto significa, acima de tudo, que o trabalhador deve ser separado da terra enquanto seu laboratório natural significa a dissolução tanto da pequena propriedade

⁷⁵ De acordo com Netto e Braz (2006, p. 80), “a mercadoria é uma unidade que sintetiza valor de uso e valor de troca.” E desta forma, no modo de produção capitalista tudo via mercadoria; assim sendo, ao produzir valor de uso, tal unidade se constitui como mercadoria e também destina-se a produções que também se reproduzem várias vezes e são destinadas a um produto para venda e/ou consumo (idem).

⁷⁶ De acordo com Marx (1996, p. 297) “[...] o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media (sic), regula e controla seu metabolismo com a Natureza”.

⁷⁷ C.f. NETTO, BRAZ, 2008).

livre como da propriedade comunal, da terra assentada sobre a comuna oriental (MARX, 1977, p. 65).

Conforme analisado por Marx (1977), é o trabalho livre e a venda da força de trabalho que constitui as condições necessárias para o desenvolvimento capitalista, ou a acumulação primitiva de capital, uma vez que é a partir dessa troca, da força de trabalho por dinheiro, que ocorre a produção de valor e da mais valia, dessa forma, esse movimento pressupõe a separação do trabalhador com os meios de produção. A formação do mercado de trabalho e da transformação da terra em mercadoria pode ser compreendida no que o referido autor descreveu como acumulação primitiva, e que se constitui como alicerce para o desenvolvimento do mercado interno para o capital.

Interessa-nos analisar qual a função desenvolvida pelo Estado burguês no trato com o racismo, e quais mecanismos são utilizados para manutenção das estratificações provocadas pela hierarquia racial. Neste sentido, é necessário compreender a maneira como o Estado estrutura as relações de poder, organizando-as tanto nas esferas de produção e reprodução da vida como nas necessidades específicas que atravessam os sujeitos nas mais diversas camadas perpassadas pela realidade. No Brasil, assim como em outras partes da África, das Américas e de outros territórios, o legado do escravismo é o racismo. O que nos diferencia enquanto Brasil e América Latina, são as formas de dominação, tendo como pano de fundo o capitalismo periférico.

A compreensão que envolve a complexidade da discussão de classe, também absorve toda a pluralidade que comporta o ser negro e as perversidades oriundas do racismo. Seria uma verdade dizer que, ao romper com as barreiras impostas pelo processo de alienação, o indivíduo consegue conceber a sua essência e o seu pertencimento em um determinado grupo social, ou seriam necessários a compreensão e o domínio de outros elementos, para além da consciência, para que tal ruptura aconteça?

Historicamente, a negação sobre a existência do racismo foi massivamente defendida tanto pelos setores mais conservadores da sociedade, como pelos campos que se diziam progressistas. Enquanto era negligenciada, aumentava-se os níveis de opressão e alargavam-se as fronteiras que mantinha aberto o abismo entre os considerados desiguais.

É correto afirmar que a origem do preconceito racial se encontra no processo mais geral da mercantilização do trabalho, e de onde parte a subproletarização do trabalho. Este é cenário quase perfeito, por onde se materializa o antagonismo entre raça e classe. Portanto, o preconceito racial torna-se justificável e se legitima como prática social necessária para a exploração que ocorre entre a sociedade capitalista. Conforme vemos a seguir:

A liberdade e a escravidão constituem um antagonismo. Não há nenhuma necessidade para eu falar dos aspectos bons ou maus da liberdade. Quanto à escravidão, não há nenhuma necessidade para eu falar de seus aspectos maus. **A única coisa que requer explicação é o lado bom da escravidão.** Eu não me refiro à escravidão indireta, a escravidão do proletariado; eu refiro-me à escravidão direta, à escravidão dos pretos (blacks) no Suriname, no Brasil, nas regiões do sul da América do Norte (MARX & ENGELS, 1967. p. 645 *apud* BENEDICTO, 2010. p. 40, *grifo nosso*)⁷⁸.

A reflexão proposta pelos autores acima, nos permite compreender que mesmo para aqueles que fundam as principais teorias a respeito da contradição capital x trabalho e de como se constitui a sociedade de classes, não só a escravidão é legitimada, como também é avaliada como algo bom e positivo. Observamos aqui, que Marx e Engels não percebiam a ideologia racista para além de uma consciência de classe e, portanto, pouco se importavam com os efeitos da escravidão para um determinado grupo social. Negros (as) africanos (as) vistos como qualquer coisa abaixo da humanidade. Entretanto, em conformidade com Menezes (2014, p. 52),

é preciso compreender ainda que realizar o debate sobre o papel da ideologia racial no capitalismo periférico brasileiro não se trata de uma tentativa de profanar o legado de Marx, mas de utilizar suas contribuições teóricas como suporte para discutir questões inerentes à classe trabalhadora no Brasil – que apresenta algumas características ímpares / outras semelhantes, frente às classes trabalhadoras de outros países do mundo.

Embora com as limitações que se apresentam na elaboração de argumentos mais profundos sobre esse debate, compreendo que analisar os efeitos do racismo e a apropriação deste como mecanismo de superexploração da população negra, é de fundamental importância para avançarmos na elaboração de propostas eficazes contra o silenciamento do debate racial por dentro da luta de classes, ou mesmo de como estes são usados para hierarquizar esse determinado grupo social.

Mais do que reconhecer que existem dificuldades da esquerda brasileira, em refletir sobre a questão racial, bem como sua representação nas práticas racistas, é imprescindível que seja retomado o debate sobre as formas que essa contradição se apresenta entre a classe trabalhadora. Portanto, é preciso enfrentar os benefícios do racismo para a classe trabalhadora branca, pois está mais do que provado que só a discussão de classe não abarca as múltiplas especificidades desse conjunto, e sem esse reconhecimento, as possibilidades de superação dessas assimetrias são inexistentes.

⁷⁸ C.f. MOORE, 2010. p. 40.

Sobre isto, tomamos por base a constatação de Netto (1996), ao afirmar que há uma espécie de inépcia das correntes marxistas em dialogar com as questões advindas das minorias. O resultado desta “inépcia” é o desprezo pelas importantes determinações que perpassam a luta de classes e as lacunas estruturais profundas que se abrem cada vez mais entre a superação do capitalismo e da perspectiva totalizante.

Com isso, é possível compreender que o racismo e a alienação funcionam como mecanismos de naturalizar as contradições existentes na superação das práticas capitalistas. Isto posto,

é por este caminho que apontamos a inter-relação entre a predominância do *ethos* burguês e o racismo que, se acomodam sobre o mesmo interesse de garantir a dominação e a reprodução da exploração de determinado grupo social, e, portanto, as ideologias, espaço no qual se inserem complexos fundamentos no racismo, assim como representações ideológicas particulares, devem ser percebidas como componentes intrínsecos à consciência social. Mesmo que apresentem especificidades em suas formulações, e, portanto, uma certa autonomia, elas não podem ser explicadas isoladamente, como se fossem determinantes de si próprias (MOREIRA, 2014, p. 52).

Cabe ressaltar, além disto, como nessas formas racionalizadas presentes na dominação e na opressão, até as correntes ditas progressistas reduzem a temática étnico-racial a um determinismo econômico e desenvolvem suas análises a partir de uma leitura etnocêntrica. Isto é, são capazes de denunciar e até mesmo questionar as injustiças socioeconômicas próprias das sociedades capitalistas, porém, não se percebem como reprodutoras de injustiças e discriminações de cunho racial.

Indagamos, então, até quando essas correntes vão reduzir a questão racial a um problema meramente socioeconômico? Sabemos que de fato a pobreza tem cor e sexo, mas dizer que este é um problema que se limita somente à classe social, e que, portanto, se resolve por meio de uma consciência de classe que ambiciona a universalidade, já não nos convence. Esse argumento não é mais suficiente para manter intactos questionamentos sobre a quem o racismo beneficia.

Também nos perguntamos se seria equívoco ou negligência, ou mesmo a escolha política em não se posicionar diante das atrocidades impostas pelo racismo às populações negras? Não se posicionar estaria relacionado ao fato destes evitarem assumir o papel que cumprem como agentes do racismo que cimenta as relações sociais? Ou dito de outra forma:

O paternalismo/liberalismo racial que permeia o discurso “revolucionário”, na luta contra o monopólio do capital, revela uma forma de perpetuação dos mecanismos de dominação utilizados pelo sistema que combate. Também ele reage negativamente quando uma minoria negra, consciente do racismo disfarçado, denuncia os diferentes processos de marginalização a que seu povo está submetido. Enquanto isso, os aparelhos ideológicos do Estado, na medida em que servem à manutenção das relações

de produção existentes, desenvolvem com eficácia a veiculação e o reforço das práticas de discriminação (GONZALEZ, 1979, p. 12).

O discurso das classes ditas progressistas difere muito pouco dos conservadores que, por motivos aqui já mencionados, objetivam manter intactos os privilégios que herdaram com a exploração e opressão que se desenvolveu na sociedade brasileira. Portanto, não é só a despolitização responsável pela alienação e negação da pertença étnico-racial do grupo subjugado. Para manutenção dos privilégios, os privilegiados criam e recriam formas de assegurar que tudo permaneça inalterado para que não percam os benefícios obtidos com as práticas hierarquizantes.

Um dos métodos mais eficazes na sociedade dos privilégios é o silêncio. Como já mencionado aqui, o silenciamento resulta em inviabilização e inviabilizar é manter-se inerte enquanto o racismo, o preconceito e a discriminação racial se espriam e se conforma nas diversas esferas da sociedade brasileira. Nisto, observamos que

a inviabilização, ademais, constitui uma das experiências mais perversas do preconceito. Ela atua tanto no através de dispositivos que não permitem o reconhecimento da existência de práticas discriminatórias, como o silêncio, a dissuasão dos/as que desejam denunciar, a rejeição do debate, quanto através da inviabilização da existência material dos próprios sujeitos. [...] visibilizar não é vitimar, é permitir que se estabeleçam espaços de debate sobre as formas sutis (ou não) pelas quais a discriminação se estabelecem e se perpetuam, socializando informações, discutindo direitos, estimulando a participação política pela exposição de meios concretos pelos quais esta participação se torna viável (ALMEIDA, 2013. p. 79).

A prática nefasta da invisibilidade somente contribui para que as diferenças sejam entendidas como desigualdades naturais, cristalizando o violento processo de não se importar com a dor do outro, retirando ainda a sensibilidade dos seres humanos para perceber o sofrimento alheio, conduzindo-os inevitavelmente à sua trivialização e banalização (MOORE, 2007, p. 23).

Poderíamos afirmar que a dicotomia existente entre as discussões de raça e classe, tornam-se potentes ferramentas para a ditadura capitalista. O racismo se torna mais uma estratégia de dominação e controle da classe trabalhadora, tornando-se a garantia de que a parte externa do exército industrial de reservas ou os subproletariados (“lazarentos”, conforme Marx preferia), fossem definidos pela própria cor.

O capitalismo se apropria e potencializa as práticas racistas como manutenção da opressão, reduzindo o projeto de emancipação humana a formas de sobreviver, conduzindo a passos largos a sociedade para a barbárie. E nisso, não isentamos a esquerda de sua participação nestes valores da sociedade burguesa. Portanto, o resultado da negligência desse e de outros

temas também secundarizados, é a assimilação pelas correntes ditas pós-modernas, que se apropriam de forma equivocada de um debate caro, relegando-o a um reformismo pela via mais conservadora de análise crítica.

Conforme a discussão que se apresenta, percebemos que é imprescindível o entendimento da constituição das identidades de classes e sua mobilidade num “movimento de contradições”, onde, novamente, através de um processo de negação, tais contradições se elevam, conforme aponta Bogo (2010). No tocante a isso, destaca-se que

é justamente dessa contradição entre o interesse particular e o interesse coletivo que o interesse coletivo toma, na qualidade de Estado, uma forma autônoma, separada dos reais interesses particulares e gerais e, ao mesmo tempo, na qualidade de uma coletividade ilusória, mas sempre sobre a base real dos laços existentes em cada conglomerado familiar e tribal – tais como, laços de sangue, linguagem, divisão do trabalho em maior escala e outros interesses – e, sobretudo, [...] baseada nas classes, já condicionadas pela divisão do trabalho, que se isolam em cada um destes conglomerados humanos e entre as quais há uma que domina todas as outras. Segue-se quase que todas as lutas no interior do Estado, a luta entre democracia, aristocracia e monarquia, a luta pelo direito do voto etc. são apenas as formas ilusórias nas quais se desenrolam as lutas reais entre as diferentes classes [...] (MARX; ENGELS, 1993, p. 48).

A existência da classe é o que direciona as identidades e, neste processo, uma classe se torna condição necessária para a existência da outra. E nesta “guerra de posições” para que haja emancipação de dominados por dominantes, a organização da classe se faz absolutamente necessária. Esta não é uma luta fácil, pois nela ocorrem batalhas, que vão desde a ruptura entre as classes, como também a elevação do nível de conscientização e solidariedade entre os seus componentes. Mas, é sabido que o capitalismo não existe sem classes, e ao entrar nesta disputa, caso vença, a classe trabalhadora também se constituirá como classe dominante (BOGO, 2010, p. 9-10).

Num movimento contraditório, o capitalismo avança e se constitui mais voraz, obstinado em sua necessidade de produção de lucro e acumulação. Crises financeiras, políticas, sociais, culturais, atingem todo o globo, provocando profundas mudanças, sobretudo, ideológicas. O aumento das forças neoconservadoras tem ocorrido de forma exponencial, aliadas a um processo intenso de discriminação e violência, atingindo as várias esferas da sociedade.

Almeida (2013) afirma que neste processo ocorre a naturalização da violência, e neutralizá-las significa transformá-las em desigualdades.

A naturalização do que é histórico ganha legitimidade pelo poder hegemônico e oculta a violência, as hierarquias (de poder nas relações sociais) produzidas por estereótipos cuja função é biologizar o que é social nas relações e práticas sociais. A naturalização

é a mediação para a essencialização da vida social. É, por assim dizer, a perpetuação da hegemonia do capital sob a experiência de vida dos sujeitos sociais concretos: negros (as), índios (as), população LGBT (lésbicas, gays bissexuais e travestis), crianças, idosos, pessoas com deficiência e o legado religioso não hegemônico [...] (ALMEIDA, 2013, p. 138).

Em acordo com a reflexão proposta por Almeida (2013), entendemos que para romper com a sociabilidade burguesa ao qual fomos condicionados, é preciso, antes de tudo, desconstruí-la. O desafio, portanto, consiste em ultrapassar a estrutura burguesa, objetivando uma transformação radical que nos permita caminhar na construção de outra forma de vida, que afirme os valores emancipatórios e nos possibilite viver em plenitude e liberdade.

Os indivíduos observam suas ações, resumidas a partir de suas atuações, em aspectos diversos, como políticos, culturais, econômicos, sociais etc., aquilo que os motiva e o que os faz compreender tal movimento, a partir dos processos históricos e das mudanças estruturais da sociedade. Da observação, surge a necessidade de compreender os múltiplos elementos, que perpassam a constituição da classe social. Deste modo, podemos afirmar que tanto as ações quanto a maneira de viver dos indivíduos são, de alguma maneira, determinados pelas relações estabelecidas com os meios de produção, com os bens materiais e culturais e com as relações de poder presentes na sociedade.

A proposição desta análise, é que esta seja feita além da conjuntura classista. Ou dito de outra forma, é preciso que ao analisar a questão de classe, sejam também ultrapassadas as barreiras que se alicerçam somente no âmbito das relações econômicas das classes sociais. Para Marx (1993), a política, as ideologias e, inclusive a cultura, somam-se às determinações econômicas, atuando no processo de constituição da classe social.

Neste ponto, voltamos a dialogar com Fanon (2005), quando em sua observação sobre a luta de classes, observamos que tal conceito é essencial para sua visão de mundo, bem como para suas análises teóricas, mesmo que esta não seja uma discussão central em suas obras.

Fanon (2005) entende que a chave-mestra para a compreensão da luta de classes é saber quais são as classes que estão em luta. E ressalta a necessidade de (des) racializar o pensamento, a começar pelo distanciamento das culturas ocidentais, e mesmo que este processo de (des)racialização tenha sido iniciado pelos colonizadores brancos conforme a afirmação que se segue, cabe ao negro também assumir essa postura se quiser continuar na luta por sua emancipação social e política.

E é bem verdade que os grandes responsáveis por essa racialização do pensamento, ou pelo menos dos processos de pensamento, são e continuam sendo os europeus que não cessaram de opor a cultura branca às outras inculturas. [...] O conceito de

negritude, por exemplo, era a antítese afetiva, senão lógica, desse insulto que o homem branco fazia à humanidade. [...] (FANON, 2005, p. 245-246).

Desracializar o pensamento implica numa ação direta em descolonizar, sobretudo, o homem negro, mas não só a ele, pois o homem branco é que se beneficia com essa colonização. E mesmo que este seja um processo violento e difícil de realizar, é preciso libertar as ações, dado que esse é um dos pressupostos para a promoção de valores universalizantes, capaz de fazer emergir atuações políticas emancipatórias. Romper com as amarras ideológicas que durante séculos se impôs, inclusive, como algo que beneficiava o negro, conforme a reflexão que se segue:

A destruição violenta que ocorria na África, e descrita por Marx peremptoriamente como ‘a transformação da África num vasto campo de caçada lucrativa’, poderia apenas ter significado “progresso”, visto que ele próprio manifestara que esse tráfico ‘marcava os albos da era da produção capitalista’. A escravidão era, portanto, um fenômeno “revolucionário”. Nesse sentido, Marx salientou que, “de fato, a escravidão dissimulada dos assalariados na Europa precisava fundamentar-se na escravatura, sem rebuços, no “Novo Mundo”. O preço pago pelo homem negro nunca foi calculado; apenas uma equação importava: a escravidão é igual a progresso econômico, igual a classe de trabalhadores assalariados, igual a revolução, igual a Socialismo. A partir de tais “necessidades históricas”, Marx e Engels construíram sua teoria a respeito da natureza “revolucionária” da escravização e expansão coloniais do Ocidente” (MOORE, 2010, p. 81).

É sabido que a classe ocupa um importante lugar na organização da produção, e que esta segue como a menina dos olhos do “marxismo”. Não há como negar, também, que Marx e Engels produziram a mais fiel das teorias sobre as contradições existentes entre capital e trabalho. Porém, a descrição acima foi também produzida por eles, e são essas formas de pensar que resultam num conjunto de ideologias que dão forma e significado aos diversos olhares hierarquizantes existentes na sociedade, sobretudo, pelo homem branco, herdeiro dessa forma de pensar.

Não estamos aqui concordando com teorias pós-modernas ao marxismo, que sustenta falsas polêmicas ou mesmo dicotomias inconsistentes sobre as objetividades e subjetividades dos sujeitos. Contudo, concordamos com Simionato (1999), que no debate marxista, abarcar a objetividade histórica não se resume somente à esfera da produção, mas, este também abarca a reprodução das relações sociais entre os homens, as quais partem de um ponto de vista histórico-ontológico, e que não deixaria de incluir os processos singulares dos sujeitos sociais, sem desvinculá-los da historicidade que os fundamenta (SIMIONATO, 1990, p. 85-86)

Fanon (2005), assim como Moore (2010), aponta que o caminho necessário a se percorrer é (des) racializar e descolonizar o pensamento e o conhecimento, como por exemplo, pensamentos de grandes pensadores tal como Marx e Engels. No entender de Fanon (2005) e

Moore (2010), ao formular teorias grandiosas como formularam Marx e Engels, também foram responsáveis por construir identidades, e possibilitaram outras formas de pensar a humanidade. Por consequência, ao direcionar o pensamento para a tão sonhada emancipação humana, a partir de uma revolução entre as classes sociais tal qual apontada pelos “fundadores do marxismo”, a classe não pode ser o único lugar capaz de se produzir identidade.

Para Fanon (2005) e Moore (2010), este lugar não é o suficiente para se produzir identidades, pois, embora, sob o jugo da alienação, a forma colonizadora de pensar sempre esteve em questionamento, o que aponta possibilidades de rompimento com o pensamento racializado.

Os negros deveriam reavaliar o comportamento dos fundadores do Marxismo por causa do silêncio de ambos diante do que o homem branco estava fazendo com os negros. Os negros deveriam indagar por que, nem se quer uma vez, Marx e Engels refutaram as duas premissas da sua época: a inferioridade do negro e a superioridade do branco; o direito histórico que teriam os brancos de rebaixar os negros às mais abjetas condições de submissão (MOORE, 2010, p. 87).

Ainda de acordo com Fanon, (2008) a identidade racial se constrói pela via da alienação, num processo dialético entre a negação e a afirmação, e nisto, ele ressalta que “racismo dos negros contra o negro é um exemplo da forma de narcisismo no qual os negros buscam a ilusão dos espelhos que oferecem um reflexo branco” (idem, p. 15). E afirma que, como ocorrem dentro deste processo, os muitos níveis de narcisismo impedem que o outro se reconheça neste mesmo reflexo.

A violência racista subtrai do sujeito a possibilidade de explorar e extrair do pensamento todo o infinito potencial de criatividade, beleza e prazer que ele é capaz de produzir. O pensamento do sujeito negro é um pensamento que se auto-restringe. Que delimita fronteiras mesquinhas à sua área de expansão e abrangência, em virtude do bloqueio imposto pela dor de refletir sobre a própria identidade (COSTA, 1983, p. 10)⁷⁹.

Conforme se observa, o pensamento que comunga tanto Fanon (2008) quanto Costa (1983) é de que o resultado da violência racial pode ser percebido como uma violência de várias facetas. O negro busca o ideal do pertencimento branque, negando a sua própria essência e o seu reflexo, utilizando inclusive meios de se diferenciar do seu igual, construindo hierarquias dentro da sua própria raça, seja pelo tom de pele ou pelo tipo de cabelo, pelo local de moradia etc.

Os branques, por sua vez, se apropriam desse movimento de dor e negação, não só para subtrair o negro, como também para manter-se na posição de privilegiado, inferindo e

⁷⁹ Cf. SOUZA, 1983.

aproveitando-se da perversidade do racismo para se projetar socialmente e manter-se em posição de superioridade. A respeito disso, o autor aponta o desejo de viver em uma sociedade livre e igualitária.

Mas, eu, homem de cor, na medida em que me é possível existir absolutamente, não tenho o direito de me enquadrar em um mundo de reparações retroativas. Eu, homem de cor, só quero uma coisa: que jamais o instrumento domine o homem. Que cesse para sempre a servidão do homem pelo homem. Ou seja, de mim por outro. Que me seja permitido descobrir e querer bem ao homem, onde quer que ele me encontre (FANON, 2008, p. 190-191).

Romper com a alienação entre o homem negro é algo intensamente trabalhoso, mas não há outra forma de superação. É necessário o rompimento do elo existente entre “colonização” e “alienação”, e a destruição dos instrumentos que os alimentam; somente assim será possível a superação da condição que mantém seres humanos atados às correntes que naturalizam as várias formas de violência entre grupos sociais distintos.

É possível o desenvolvimento de ações que superem as contradições impostas a determinados grupos sociais subalternizados. Porém, o processo de subordinação retira do ser social a capacidade de criar condições para o desenvolvimento de uma sociedade que não hierarquize as relações entre os indivíduos, mas que os une num propósito que lhes assegure a possibilidade de uma vida plena.

Buscamos um contra-movimento, que se realize e que também atue na desconstrução das falas e posições fincadas na ideia de que existem raças, culturas e sociedades superiores a outras, uma vez que tais crenças contribuem para o acirramento das desigualdades sociais e raciais existentes.

Os questionamentos que nos movem nessa reflexão sobre ser possível, que questões raciais caminhem na mesma direção que a classe social, afirmo pelo exposto, que isto somente será possível se os herdeiros beneficiários da escravidão estiverem dispostos a rever seus privilégios. Tendo em vista que não há possibilidades de se pensar o Brasil, sem sua fratura racista, porque nenhuma nação do mundo moderno é pensada sem a participação do caldo racista.

Voltamos ao início deste capítulo, onde é posto que desde o começo desta sociedade, tudo o que se pensou aqui, girou em torno das raças, e que a “raça” constitui uma identidade, e que essa identidade abarca a todes que, de um jeito ou de outro, foram condicionados a se identificarem dessa forma, uma vez que não tiveram o direito e nem a permissão para ser outra coisa senão negres. Deste modo, a identidade do “povo brasileiro” não inclui o sujeito negro,

seja pela tentativa do branqueamento e extermínio, ou ainda pela cidadania negativa que se produz estratificações e hierarquiza os grupos sociais distintos.

É fundamental a superação das assimetrias que subordinam os sujeitos, bem como das intersecções que se relacionam com essas variáveis. Só há possibilidade de se construir uma ação social eficaz, se de fato houver a efetivação de um processo revolucionário frente à hegemonia do capital na totalidade da produção social, desenvolvida ao lado da economia, no campo da política, da cultura e da educação e ainda da dimensão simbólica, com atribuições distintas, mas com significados relacionados ao modo de vida dos indivíduos, não só no âmbito da questão étnico-racial, como também na estrutura da própria classe, e sendo direcionadas como questões igualmente importantes. E é preciso ir muito além dos discursos e mover o recalque que mascara a sociedade dos privilégios, mas que na verdade, mantém tudo exatamente no mesmo lugar. A começar pela superação de ideologias como o mito da democracia racial no Brasil e toda a manipulação engendrada para a sua manutenção e efetivação. Desnaturalizar, desconstruir e, sobretudo, desracializar as formas de pensar é, antes de tudo, meios de superação da naturalização das desigualdades entre brancas (es/os) e negras (es/os).

As reflexões traçadas até aqui, me trazem mais questionamentos do que respostas. No entanto, estou convencida de que há possibilidades reais de construirmos outras formas de sociabilidade. E que os desafios que precisam ser materializados na busca pelo processo de emancipação⁸⁰, perpassam tanto pela construção de uma identidade humanizada quanto politizada também.

À vista disso, a democratização do ensino, advindas com o aumento significativo do acesso às universidades por negres, gays, indígenas, pessoas com deficiência (PcD's), mulheres, travestis e transexuais, quilombolas etc., bem como das políticas de permanência desenvolvidas para atender a um público específico, fez do conjunto das ações afirmativas um aparato legal na luta contra as desigualdades raciais e sociais existentes.

⁸⁰ Utilizo-me do conceito de emancipação no sentido atribuído por Marx, descrito nos Manuscritos econômico-filosóficos: “A superação da propriedade privada é, por conseguinte, a emancipação completa de todas as propriedades e sentidos humanos; mas ela é esta emancipação exatamente pelo fato de estes sentidos humanos e propriedades terem se formado humanos, tanto subjetiva quanto objetivamente” (1983, p. 174). Portanto, segundo Marx, a emancipação parcial é possível nos marcos do capitalismo, a emancipação universal só é realizável através da completa superação do capital. Cf. Marx (2004, p. 114-115).

1.5 A contrarreforma do Estado⁸¹ e seus efeitos no ensino superior brasileiro

À beira do terceiro milênio, entramos num contexto social político, econômico e cultural, em que as estruturas capitalistas estão sendo radicalmente reformuladas e reconduzidas para sua nova ordenação. Nesse processo, as nações espoliadas pelo antigo sistema colonial, e, portanto, tidas como atrasadas, dependentes e periféricas, assumem o papel de recriar dentro das novas necessidades, outras formas de violência e dominação. A velha política com novas roupagens, impõe ao mundo, também novas formas de resistências (NETTO, 1995).

Situar o período histórico em que ocorreram as transformações societárias que afetam diretamente o conjunto da vida social e incidem sobre as profissões, sua área de intervenção, conhecimento, de implementação e funcionalidade, é imprescindível, para estabelecer estratégias sócio profissionais minimamente adequadas para responder aos problemas que emergem em face dessas transformações.

No contexto do pós-guerra e da consolidação do capitalismo em sua fase monopolista, foi onde também ocorreu o realinhamento do Estado, que passou de restrito para ampliado⁸². Essas transformações provocaram o acirramento da luta de classes e a necessidade do desenvolvimento das políticas públicas e sociais, como resposta mínima para as necessidades sociais que têm origem na sociedade e são incorporadas e processadas pelo Estado em suas diferentes esferas de poder.

Alimentadas pelo novo padrão⁸³ de crescimento, as contradições advindas da lógica capitalista expressam-se através da crise do *Welfare State*⁸⁴, como resultado da crise de acumulação, dos elevados índices de impostos aos assalariados, dependência do capital financeiro e aumento do nível do emprego e do salário. Assim, o capitalismo contemporâneo caracterizou-se como capitalismo tardio, provocando a transição de um processo rígido em um processo flexível, gestado no interior de inflexões do movimento capitalista, fornecendo

⁸¹ C.f. BEHRING, 2003. **Brasil em contrarreforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez.

⁸² C.f. COUTINHO, 1994. Marxismo e política. A dualidade de poderes e outros Ensaio. São Paulo, Ed. Cortez.

⁸³ C.f. HARVEY. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1993.

⁸⁴ “O *Welfare State*, como padrão de política social, surge como um fenômeno do século XX e as teorias explicativas sobre sua gênese e desenvolvimento são inúmeros. Há um consenso, entretanto, que se constitui como um elemento estrutural ao capitalismo contemporâneo, sendo que significou mais do que um incremento nas políticas sociais. Representou um esforço de reconstrução econômica, moral e política do mundo industrial desenvolvido e um anteparo à possível ampliação de propostas comunistas. Economicamente significou o abandono da “ortodoxia do mercado”. Moralmente significou a defesa das ideias de justiça social, solidariedade e universalismo. Politicamente foi parte de um projeto de construção nacional da democracia liberal em relação às ditaduras fascista e bolchevista” (ESPING ANDERSEN, 1994 *apud* NOGUEIRA, 2001, p. 99).

municações para que tais complexidades e contradições efetivassem as possibilidades e os limites das transformações necessárias a essa ordem.

O velho Estado burguês parlamentar é uma forma inapropriada para enquadrar as novas configurações do capital, que dele se usam, comprando-o e chantageando-o conforme suas necessidades. A imposição de reduções e isenções fiscais, assim como a plena liberdade de movimento de capitais e mercadorias, são apenas um capítulo desta situação em que o Estado vai-se tornando redundante neste novo arranjo social, não obstante ser impossível a existência de mercado sem o Estado, e vice-versa (MENEGAT, 2008, p. 4).

A partir das transformações provocadas pelas configurações e adequações capitalistas, é que o Estado se apropria do processo de trabalho, dos meios e instrumentos de produção e desenvolve mecanismos de controle e organização para atingir as modificações necessárias que cumpram suas exigências. Desse jeito, a composição orgânica do capital cresce exponencialmente a força de trabalho excedente em face dos interesses do capital.

Netto (1995) explica que as transformações societárias metamorfoseiam a produção e a reprodução da sociedade, atingindo diretamente a divisão sociotécnica do trabalho. Segundo o autor, as alterações profissionais decorrem da intrínseca relação que se estabelece entre as transformações societárias, das relações de trabalho, dos meios de produção e reprodução da vida, afetando diretamente a constituição de cada profissão.

A crise contemporânea, seguida de grandes transformações na produção capitalista, é entendida como processos que determinam as mudanças societárias em curso. Desta forma, buscamos entender o significado dessas transformações, acima de tudo, na esfera da produção, intensificadas a partir do final dos anos 70 do século XX. Neste contexto, a política educacional brasileira não ficou à margem do processo de desenvolvimento do país, mas acompanhou o movimento das políticas sociais em geral e sofreu significativas mudanças nos diversos níveis de educação.

Esse período de colapso mundial, desencadeado, sobretudo, pela crise do petróleo em 1973, acompanhou a onda inflacionária que surpreendeu os Estados de Bem-Estar Social e o fim do padrão estabelecido pelo dólar e o ouro. Também o liberalismo foi gradativamente voltando à cena, agora com a nova roupagem do “neoliberalismo”. Contexto de denúncia dos altos índices inflacionários, resultante do aumento da oferta de moeda pelos bancos centrais, responsabilização dos impostos elevados e os tributos excessivos, juntamente com a regulamentação das atividades econômicas, como os principais culpados pela queda no processo de produção (NETTO, 1995).

Segundo Lewgoy, Maciel e Reidel (2013), nesse contexto, a partir da década de 1980, a orientação política sob inspiração neoliberal começou a ser implementada no Brasil, impulsionada por organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional – FMI – e o Banco Mundial – BM (idem, p. 94). Esta afirmação corrobora com o entendimento dos impactos desse processo, resultando, entre outras coisas, na contrarreforma do Estado⁸⁵ brasileiro, ocorrido na década de 90, com fortes rebatimentos no campo do ensino superior.

Os anos 1990 foram marcados pelas transformações do capitalismo nos países centrais e sua entrada massiva nos países ditos periféricos. O desmonte do Estado resultou na consolidação do seu caráter regulador, sobretudo, no que tange a seguridade e a assistência social. Com a adoção desse posicionamento, o Estado brasileiro, reassumiu a perspectiva de retomar a postura que havia feito no passado, e passou a não mais se responsabilizar pelo desenvolvimento das políticas sociais, colocando-se como mínimo e contraditório para a classe trabalhadora, porém máximo para o capitalismo e suas exigências.

Cabe, aqui, uma observação sobre o caráter contraditório do desmonte do Estado. Mesmo estando veemente, ocorreram inúmeras alterações na configuração das políticas sociais no Brasil. Mudanças como a descentralização e a focalização são, pois, alguns dos impactos mais severos que acometeram as políticas sociais a partir das estratégias produtivas-financeiras adotadas pelo projeto neoliberal (BEHRING, 2003; CASTRO, 2005).

Embora num contexto extremamente adverso, setores da sociedade mais vulneráveis como idosos, crianças e adolescentes receberam atenção na área de proteção e seguridade social. Em 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi promulgado, o qual tornou-se um importante instrumento para a formulação de políticas para este segmento social. Já para a população idosa em situação de pauperização, foi elaborado o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que garante o direito ao atendimento preferencial em unidades de saúde, proteção⁸⁶ da integridade física e emocional, gratuidade em transportes coletivos etc. (WANDERLEY; YASBEK, 2008; JACCOUD, 2009).

⁸⁵ Cf. BEHRING, 2003. Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

⁸⁶ De acordo com Jaccoud (2009), a proteção social brasileira se desenvolveu tendo por base o seguro social e excluindo, durante décadas, os grupos sociais não participantes do mercado de trabalho formal. Sua cobertura limitada e seu lento processo de expansão fizeram com que o reconhecimento da existência de um sistema de proteção social no Brasil não fosse consensual entre os estudiosos do tema. O debate sobre a existência ou não de sistema de proteção social ou de um Estado de Bem-Estar no país foi decisivo nos anos 80. Contudo, especialmente após o trabalho de Draibe e Aureliano (1988), o conceito de sistema de proteção social foi ganhando força nos estudos sobre as políticas sociais brasileiras e tem exigido esforços para compreensão sobre suas características e o papel que cumpre no tecido social brasileiro. Falar em um sistema de proteção social permite que se amplie a análise sobre as políticas sociais identificando as características comuns e buscando compreender de maneira integrada tanto a oferta de serviços como seus impactos sociais. De fato, o esforço estatal no campo da proteção

No ano de 1993 instituiu-se a Lei 8742 do governo federal, que versa sobre a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), trazendo consigo uma nova perspectiva sobre a Assistência Social. Tal mudança cumpriu papel importante no rompimento da visão assistencialista e da caridade que se tinha em relação aos direitos de cidadania e assistência, antes visto como um favor. Este é um considerável avanço, uma vez que ampliou a responsabilidade do Estado, para com os setores aqui mencionados. Portanto, a assistência social passa a ser compreendida como uma política pública. Com competências distintas entre união, estados e municípios, além de possibilitar a articulação e participação da sociedade (WANDERLEY; YAZBEK, 2008).

No âmbito da Previdência Social, observamos avanços como a ampliação dos direitos das mulheres⁸⁷, onde há direito da mulher se aposentar cinco anos antes do homem. Tal dispositivo legal discrimina positivamente as mulheres. Assim como a cota de 30% reservada a candidaturas femininas em disputas eleitorais para cargos legislativos. Observa-se que toda a preocupação com o bem-estar⁸⁸ da população brasileira assumida na constituinte, permaneceu somente no plano das ideias, uma vez que o enfraquecimento do papel do Estado, não permite que os avanços obtidos sejam suficientes para assegurar a efetivação das conquistas mencionadas.

O que se estabeleceu no Brasil foi uma ampliação capitalista, com enxugamento dos gastos públicos, privatizações, desemprego estrutural, empobrecimento da população e ataques aos direitos dos trabalhadores. Agudização das desigualdades sociais, políticas sociais cada vez mais focalizadas, pontuais e emergenciais, entregues ao terceiro setor e às Organizações Não Governamentais (ONGs). O que resulta dessa direção é o aumento do subemprego e uma enorme crise econômica, política e social, que pode ser sentida até os dias atuais.

A entrada da ofensiva neoliberal, marca a opção político-econômica assumida pelo Estado brasileiro provocado pelo seu desmonte e contrarreforma. As transformações ocorridas

social tem sido reconhecido como um sistema menos pelo fato de se ter constituído no país um conjunto articulado de políticas, e mais por terem sido estruturados programas e políticas abrangentes de caráter permanente, catalisadores de instituições, recursos humanos e fontes de financiamento estáveis. Tais iniciativas formaram um conjunto que, mesmo que heterogêneo, incompleto e muitas vezes ineficaz, dotaram o país de um sistema de proteção amplo, com impacto efetivo, apesar de desigual (JACCLOUD, 2009, p. 60-61).

⁸⁷ C.f Andrade e Matias (2009).

⁸⁸ Posteriormente, foi publicado a Resolução do CNAS n.º 145, de 15/10/2004 (DOU 28/10/2004), onde instituiu-se a Política Nacional de Assistência Social, (PNAS) e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB), que instrumentaliza à gestão pública em todo território nacional em parceria estendida aos estados e municípios, e assim, asseguram o desenvolvimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Ressalta-se ainda, que o conjunto destes instrumentos, normatiza as ações sobre os serviços de ordem universal, para os programas de transferência de renda direta ao cidadão como o Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e de ampliação a proteção social com o Programa de Erradicação do trabalho Infantil (PETI). Ver mais em: PNAS (2004); BOLETIM, Edição Especial. Nº 13 (IPEA; 2010). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5776&Itemid=9.

ao longo dos anos 90, sobretudo, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, apontam a direção a ser seguida no Brasil. Ter optado por essa direção, resultou em duras consequências para sociedade civil⁸⁹.

Essas mudanças foram fortalecidas entre o início e meados da década de 1990, por meio da adoção do Plano Real, no governo Fernando Henrique Cardoso, quando as decisões tomadas foram, sem dúvida nenhuma, bem mais eficazes, na obtenção de seu objetivo fundamental: a drástica redução da inflação. Esta passou de 46,60% em junho de 1994 para 3,34% em agosto e veio acompanhada por uma fase de rápido aumento da produção e do consumo, que se expressou em uma taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 5,8% neste mesmo ano (FILGUEIRAS, 2000).

Os movimentos sociais foram desarticulados, ocasionando o esvaziamento das suas pautas, inclusive, pondo em questão a necessidade de sua existência. Nesse contexto social surgem imposições à classe trabalhadora, que se rearticula em formas de organização com novas estratégias de luta. A isto, denominou-se o de “novos movimentos sociais⁹⁰” atuando, sobretudo, na substituição de papéis que cabem ao Estado. Dessa forma, observamos que:

Por esta razão, faz-se necessário também problematizar o modo como os “novos movimentos sociais” - surgidos na década de 90 - particularmente as ONGs, resgataram vários debates pertinentes à sociedade [...]. Acompanhando a conjuntura nacional, a crítica foi retomada, porém – na maioria das vezes - encerrada em seus próprios muros. A mudança fundamental trazida nos discursos desses “novos atores sociais”, que ficaram conhecidos como “sociedade civil organizada”, foi o esvaziamento da crítica ao sistema capitalista como criador e reproduzidor de desigualdades (MENEZES, 2014, p. 33).

Menezes (2014) identifica a necessidade de problematizar uma série de elementos que particularizam o que foi a década de 90. A partir da urgência em promover a reorganização democrática e inclusiva do Brasil, o que se viu foi a ampliação de ações desenvolvidas pelo chamado terceiro setor. Os espaços educacionais, sociais e políticos, deixados pelo encolhimento do Estado, foram preenchidos pelas Organizações Não Governamentais

⁸⁹ O conceito de sociedade civil vem sofrendo modificações que acompanham a conjuntura nacional. No Brasil [...] ele surge no período da transição democrática, no final dos anos 1970, quando foi introduzido no vocabulário político corrente e passou a ser objeto de elaboração teórica etc. Na ocasião, ele se tornou sinônimo de participação e organização da população civil do país, na luta contra o então regime militar. Esse cenário estimulou o surgimento de inúmeras práticas coletivas, no interior da sociedade civil, voltadas para a reivindicação de bens e direitos sociopolíticos negados, até então, pelo regime vigente. Um dos principais eixos articuladores da sociedade civil foi dado pela noção de autonomia. Tratava de organizar-se, independentemente, do Estado. Era um discurso estratégico. A democracia direta e participativa era tida como modelo ideal. Participar das práticas de organização da sociedade civil significava, também, um ato de desobediência e de resistência ao regime político predominante (GOHN, Op. cit. 2013, p. 302).

⁹⁰ Constituem-se movimentos sociais “ações coletivas propositivas as quais resultam, na vitória ou no fracasso, em transformações nos valores e instituições da sociedade”. (Idem. p. 42).

(ONG's), com o discurso de promover a inclusão social da população negra, periférica, pobre e jovem, foram se avolumando e ocupando os espaços de vários setores da sociedade brasileira, ocasionando um esvaziamento no que tange a luta política de caráter emancipatório.

As contrarreformas do Estado atingiram a todos os setores, inclusive a educação⁹¹ que, especialmente a partir dos anos 1990, sofreu ataques advindos de diversas esferas. Desta forma, operacionalizados pelo Estado e amparados pelo contexto neoliberal, teve como resultado um dos maiores ataques que a educação já experimentou.

Esse violento processo provocou a privatização de empresas estatais, exponenciou a mercantilização e a expansão das unidades de ensino, legitimou e transferiu recursos públicos para as modalidades do Ensino à Distância (EAD), ampliou as áreas do conhecimento, mas provocou o aligeiramento do ensino e da formação profissional, além de ter intensificado os mecanismos de subordinação do Ministério da Educação (MEC) e das agências de fomento à pesquisa (Capes/ CNPq) aos organismos internacionais.

A mercantilização do ensino e a redução da educação como direito à educação como um serviço e, portanto, avaliado a partir de critérios mercadológicos, traz implicações inclusive para a compreensão que se tem quanto ao papel que a universidade brasileira deve cumprir. Uma apreensão que também reside nessa reflexão, consiste em conhecer efetivamente a natureza política e social, como condição fundamental para se avançar em proposições reais de combate ao encolhimento das pós-graduações no Brasil.

Como destaca Dahmer (2009), estreitamente alicerçada ao contexto de crise socioeconômica, a educação superior aparece, na contemporaneidade, como um amplo e lucrativo campo de exploração para grandes grupos empresariais. Os elementos ideológicos já abordados ao longo deste trabalho justificam tal processo, e anulam a concepção de direito à educação pública superior, agora transmutada em um serviço.

O que vimos emergir nesse processo, são categorias fetichizadas e favoráveis à manutenção do capital de maneira latente, a exemplo da *aldeia global*⁹², que estabelece a educação como meio para resolver os problemas da humanidade, formação através das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), vendidas, em sua maioria, de forma precarizada e extremamente superficial, como constata diversos estudos (DAHMER, 2009).

⁹¹ C.f LEHER, Roberto. 2004. A (contra-) reforma universitária do governo Lula e o fim das fronteiras entre o público e o privado (Prefácio). In: NEVES, Lúcia M. W. (org.). Reforma universitária do governo Lula: reflexões para o debate. São Paulo: Xamã, 2004. Sendo este é um importante eixo deste trabalho, mais à frente voltaremos a essa discussão.

⁹²De acordo com LEHER (1998), a ideia de “aldeia global” representa a base ideológica que sustenta a necessidade de expansão do ensino superior. Essa expressão, também é utilizada para compreender de que maneira se dá o processo de globalização, onde, através da educação os países periféricos podem se integrar uns aos outros.

Segundo a autora o EAD configura-se como uma via extremamente lucrativa para a expansão capitalista e a formação de intelectuais necessários à ordem burguesa, com a criação das primeiras Universidades Abertas na década de 1970 e sua expansão mundial a partir de então.

O ensino superior constitui-se como um veio extremamente lucrativo para o capital e, ao mesmo tempo, destaca-se pelo seu papel na disseminação ideológica da sociabilidade colaboracionista, através da formação de intelectuais colaboradores e empreendedores, sob a ótica do capital. [...] A década de 1990 e o início do século 21 registraram um franco processo de expansão e de mercantilização do ensino superior, validado e incentivado pelos governos, de Cardoso a Lula, pautados no pressuposto de que a educação é um ‘bem público’, sendo, portanto, um direito de instituições públicas e privadas oferecerem seus serviços educacionais à população. Cabe ao Estado a partilha dos recursos públicos: naturaliza-se a entrega de verbas públicas para o setor privado e, ao mesmo tempo, o financiamento privado para as IES públicas, numa explícita diluição de fronteiras entre o público e o privado (DAHMER, 2009, p. 270-275).

O Estado brasileiro ampliou massivamente o processo de privatização das empresas estatais, alargando as fronteiras com o neoliberalismo e, ao mesmo tempo, desenvolvendo ações concretas na busca pela consolidação capitalista. Esse movimento acarretou duras perdas na área social, redefinindo assim, o padrão de politização embasado nos valores fordistas, acrescenta Dahmer (2009).

De acordo com Amaral (2012), as políticas educacionais assumem a lógica produtivista, da manutenção e legitimação do conservadorismo. Essa lógica fortalece a tendência desenvolvimentista, dando lugar a disputas de cunho teóricas, políticas e, sobretudo, ideológicas. As consequências desse movimento, além da perda considerável da autonomia universitária, descaracterizam o papel social que esse espaço deveria cumprir, comprometendo não só o fazer acadêmico, como também a produção de conhecimento (idem, p. 231).

O contexto político e econômico que marca tanto a década de 1990 quanto os anos 2000, é o período em que se confirmou a estrutura do Estado como financiador direto do capital. As reformas estruturais ocorridas nesse processo dão seguimento à focalização das políticas sociais, privatização de empresas públicas, ataque direto às políticas educacionais, além do aparelhamento político do sistema educacional brasileiro e ainda das pós-graduações.

Portanto, o capitalismo se reestrutura através da execução de uma série de reformas, objetivando garantir seu êxito. Nesse sentido, Lewgoy e Maciel (2008) sinalizam que:

[...] a contradição que envolve o projeto da reforma universitária, pois a legislação diz que a proposta da reforma é de fortalecimento da universidade pública, seguida pelo aumento significativo do número de IES privadas. Essa mudança tem implicações no fortalecimento do setor privado. As autoras relacionam isso ao projeto de orientação neoliberal, preconizado pelos organismos internacionais e à “corrida”

desenvolvimentista dos países que precisam alavancar a inserção dos cidadãos na educação superior (LEWGOY; MACIEL, 2008, p. 95).

Assim, o movimento que se desenvolve no interior das universidades brasileiras, é o cumprimento da ordem expressa do capital que determina as orientações, sob a justificativa de que assim as universidades serão incluídas no *ranking* internacional da educação superior.

Amaral (2012) chama a atenção para as discussões que vêm sendo realizadas a partir da produção de diagnósticos e das exigências do cumprimento de metas para o tão esperado ranqueamento internacional, bem como da “formação de ilhas de excelência”, construídas dentro das próprias universidades, por meio de cursos e programas que disputam os poucos recursos institucionais destinados ao funcionamento mínimo dos locais de pesquisa (idem, p. 231). Acerca disso, cabe ainda a ponderação de que

a flexibilização demandada pelos processos de enfrentamento da crise do capital adentra os espaços do ensino superior no Brasil, no que se refere à sua desregulamentação, flexibilizando a estrutura curricular, de um lado, e estabelecendo um novo marco regulatório, de outro, o qual oferece as bases jurídico-legais para atender as necessidades de valorização do capital no seu atual estágio de desenvolvimento. Na sequência desse *desmonte*, têm-se os processos de desprofissionalização, com a criação de novas áreas de conhecimento (GUERRA, 2011, p. 137).

Para Guerra (2011), essas são as consequências da entrada massiva do capitalismo nos espaços de produção de conhecimento. Ao obedecer a lógica mercantilista, produzindo necessidades de criação de outras áreas do conhecimento⁹³, além de induzir tanto uma formação pragmática quanto instrumental, onde não se pode esperar outra coisa, a não ser uma pós-graduação também instrumentalizada e aparelhada, seguindo quase que estritamente para responder às necessidades do capital e dos serviços oferecidos no mercado.

Diante do exposto, no próximo capítulo vamos reconstruir partes da trajetória exitosa que nos permitiu materializar, não só um conjunto de ações afirmativas, na construção de equidade e justiça social, como também, vamos refletir sobre as principais transformações que atravessam a educação superior, bem como a produção de conhecimentos.

⁹³ Recentemente observa-se o crescimento de pós-graduações em áreas como Ciências Humanas e Sociais, os Mestrados (em geral, profissionais) nas áreas de Defesa Social, Mediação de Conflitos, Aconselhamento Familiar, Direito Social, Vegetarianismo, Enfermidades e Doutorados em Teorias da Justiça e Teorias da sociedade, dentre outros. Dentro desta lógica também surgem os mestrados multiprofissionais e as atuais demandas para as políticas setoriais, a exemplo dos Mestrados Profissionais na Saúde ou em Saúde da Família (GUERRA, 2011, p. 137).

CAPÍTULO II

ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO, ENCRUZILHADAS EPISTÊMICAS E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS

Este capítulo versa sobre o percurso da educação superior brasileira e sua funcionalidade na organização do racismo acadêmico – o epistemicídio, apresentando ainda um panorama acerca da entrada da população negra no sistema educacional. Para isso, faço aqui o esforço em discorrer no que tange às transformações históricas pelas quais passou a educação brasileira, como também busco refletir acerca do racismo acadêmico e da intersecção entre gênero e raça e os mecanismos de hierarquização do espaço acadêmico.

Outro aspecto relevante deste capítulo, é a trajetória das políticas de ações afirmativas e os resultados obtidos a partir da sua implementação e os desafios presentes na atualidade. Por fim, apresento o diálogo entre Serviço Social brasileiro e as Relações Raciais e a discussão em torno da pós-graduação e da produção de conhecimentos.

2.1 Antecedentes históricos do ensino superior no Brasil e a exclusão racial

A história da população negra é marcada pelas múltiplas faces das desigualdades experimentadas ao longo dos séculos. O processo de escolarização ou a falta desse processo, é alvo de denúncias por militantes do movimento negro ou de integrantes progressistas da sociedade civil a muito tempo. Cronologicamente, é possível observar que muitos são os mecanismos de exclusão que dificultam determinados grupos sociais vivenciar o acesso à educação como aparato legal de transformação social.

Observando os artigos da Constituição de 1824 que versam sobre o ensino, encontramos preconizados que a educação deveria ser para todas (es/os). A conhecida constituição imperial, inspirada no modelo inglês, trouxe significativos avanços no que diz respeito aos direitos civis e políticos, incluindo assim a gratuidade da instrução primária para todos os cidadãos, conforme observa-se: “art- XXXII. A Instrucção primária é gratuita a todos os Cidadãos. art. - XXXIII. Os Collegios, e Universidades é onde serão ensinados os elementos das Sciencias, Bellas Letras, e Artes” (CARTA MAGNA, 1824).

No entanto, a própria Constituição de 1824 não considerava as pessoas escravizadas como cidadãs. O art; 6º determina que:

I. Os que no Brazil tiverem nascido, quer sejam ingenuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação; II. Os filhos de pai Brasileiro, e os illegitimos de mãe Brasileira, nascidos em paiz estrangeiro, que vierem estabelecer domicilio no Imperio; III. Os filhos de pai Brasileiro, que estivesse em paiz estrangeiro em serviço do Imperio, embora elles não venham estabelecer domicilio no Brazil (CARTA MAGNA, 1824).

Portanto, o artigo 6º contradiz os artigos expostos acima que apontam que não só a educação era vetada a população negra, mas também a humanidade desses grupos não era reconhecida. Não há cidadania que se desenvolva ao impedir que os indivíduos se percebam como sujeitos. E está impressa em carta magna a exclusão das pessoas negras ou indígenas ao sistema educacional.

As diversas legislações e decretos sobre a educação, sobretudo, a partir do século XIX, foram elaboradas como instrumentos de interdição e de impedimentos da presença negra nas instituições de ensino. De acordo com Barros (2016, p. 594),

[...] o Ato Adicional de 1834, “marco fundamental e determinante na organização da educação brasileira” (CASTANHA, 2006, p. 174), criou as Assembleias Provinciais, dentre cujas atribuições estava a legislar sobre a instrução pública. Desde então, questões como criação e organização de escolas, formação e atuação de professores, inspeção, métodos e conteúdo de ensino foram debatidas localmente e incluídas em leis e regulamentos. Também em relação aos alunos, os legisladores determinavam quem podia (ou não) se matricular e/ou frequentar a escola pública, a partir de critérios de gênero, idade, condição de saúde (ser portador de ou sofrer de moléstia contagiosa) e condição jurídica ou racial (livre, liberto, escravo, ingênuo, preto, filho de africano livre).

É possível compreender de que maneira as legislações, ao longo do tempo, contribuíram para inviabilizar a participação dos grupos sociais tidos como indesejáveis em acessar o espaço escolar. O estado brasileiro escamoteou, segregou e recusou ofertar matrículas a todo um segmento social, que ainda hoje sofre com os impactos dessas decisões.

A formação das primeiras instituições de ensino superior data do século dezenove (XIX), e os primeiros cursos eram: direito, engenharia, farmácia, filosofia e medicina. O objetivo era transformar a elite brasileira da época em pessoas diplomadas (CARVALHO, 2006, p. 19).

Para Martins e Vieira (2014), o ensino superior no Brasil aconteceu de forma tardia, se comparado aos países europeus e outros pertencentes ao eixo latino-americano. As primeiras universidades na América Latina foram criadas entre os séculos XVI e XVII, mas na Europa muitas universidades já existiam. No entanto, a colonização espanhola se mostrava favorável à criação de universidades, diferente da postura adotada pelos portugueses, que não permitia em suas colônias a criação de escolas superiores, ou muito menos universidades.

De acordo com os autores, somente no início do século XIX, com a transferência da corte portuguesa (em 1808) para a então colônia portuguesa, foram criadas as primeiras instituições de ensino superior. Essa formação deveria prover a qualificação para que os formandos ocupassem atividades funcionais à corte (MARTINS; VIEIRA, 2014, p. 95).

Nesse processo de desenvolvimento do ensino superior, o Estado brasileiro não adotou política alguma de inclusão de medidas voltadas para a qualificação de ex-escravizados ou de seus descendentes. Seguindo nesta reflexão, Costa (2018) refere que

os negros não receberam nem educação nem terra, duas coisas que poderiam lhes garantir participação na economia nacional. A proclamação da República não trouxe mudanças significativas para a cidadania brasileira. O poder passou do governo central para os estados, em que as mesmas oligarquias continuaram mandando. As eleições, que existiram no Brasil desde a Independência, continuaram sendo inteiramente fraudadas, de modo que não é possível falar de progresso dos direitos políticos. Os direitos civis, mesmo após o fim da escravidão, ainda eram frágeis, e os direitos sociais mal apareciam no discurso oficial (COSTA, 2018, p. 74).

Ao contrário da inclusão, o que se viu foi o desenvolvimento de uma política de embranquecimento, a qual objetivou substituir os poucos espaços de poder que este grupo social havia conquistado, pela mão-de-obra europeia pobre, que através da promessa de uma possível ascensão social, aportavam em terras brasileiras. Os governadores do Brasil à época, elaboravam políticas que podem ser entendidas como afirmativas, uma vez que reconhecia que estes estavam em desvantagem social ao vir para uma terra desconhecida e oferecia-lhes estímulos atraentes quando aqui chegassem.

Ainda segundo Carvalho (2006, 2006, p. 19-20),

[...] essa política de exclusão dos negros praticadas pelas elites brasileiras foi consistente, contínua e intensa durante todo o século XX. [...] a questão racial não foi discutida e confirmou-se pela ausência de questionamentos, de que estaria destinada a educar a mesma elite branca que a criara [...] a Universidade de São Paulo (USP) foi criada na mesma década sem que seus fundadores questionassem a exclusão racial praticada no Brasil (CARVALHO, 2006, p. 19-20).

De acordo com a reflexão acima, nota-se que nessa ocasião estava em curso o desenvolvimento da hegemonia teórico-crítica no Brasil, e a política adotada foi por manter a exclusão e a indiferença racial. Os europeus que chegavam, também não tinham boa qualificação, todavia, em pouco tempo eram reconhecidos socialmente e conquistaram autonomia, liberdade política e financeira. Para negres e indígenas, restou continuarem a margem da sociedade e a experiência de permanecerem segregadas.

Conforme demonstramos ao longo do primeiro capítulo, os vários séculos de violências e exclusões propiciando fossos em várias esferas da vida social, política, cultural e educacional

da maior parte da população negra e indígena do Brasil. Ainda hoje, os debates que incidem sobre as políticas educacionais são atravessados por muitas questões que não tiveram a devida atenção e continuam a permear desigualdades, seja no ensino básico ou no ensino superior.

No período pós-abolição, a despeito do pacto nacional surgido a partir de 1930, onde afirmava-se que esta era uma nação sem conflitos raciais e que havia uma sólida democracia entre as raças, onde exaltava-se a mestiçagem como o bem maior deixado pela escravidão, escamoteou-se as reais assimetrias aqui presentes. As disparidades entre os grupos sociais brancos e os grupos sociais negros e indígenas coexistem desde sempre. A realidade concreta, aponta que mesmo com os significativos avanços, mobilizados pela luta dos movimentos sociais antirracistas e em prol da equidade social, ainda existe um longo caminho pela frente (CARVALHO, 2006, p. 12; VIEIRA, 2010, p. 131).

Carvalho (2006) nos provoca a refletir sobre a trajetória de intelectuais negres que tentaram furar o bloqueio acadêmico contra a população negra, e que, infelizmente, não obtiveram êxito. Vejamos os exemplos:

Guerreiro Ramos, um dos grandes sociólogos e pensadores da condição nacional brasileira, formou-se na primeira turma da Faculdade Nacional de Filosofia, porém, não conseguiu ser professor da instituição. Vítima de várias perseguições (inclusive raciais), foi excluído do grupo seletor que formou a geração seguinte à sua. [...] Da mesma forma Edison Carneiro, um dos maiores estudiosos da cultura do negro no Brasil, não conseguiu exercer a cátedra de Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professores de trajetórias apagadas, se sucederam nos cargos que nenhum dos dois, brilhantes como foram, conseguiram ocupar. [...] Clóvis Moura, que dedicou sua vida a escrever sobre a história do negro no Brasil e que, da mesma forma que os outros, não conseguiu lecionar em nenhuma das universidades de renome no país. Uma das honrosas exceções que confirmam essa regra de exclusão continua sendo o saudoso geógrafo Milton Santos (CARVALHO, 2006, p. 29).

Concordamos com Carvalho (2006) quando, ao resgatar a trajetória de dois grandes intelectuais, fica nítido o processo excludente que havia nos espaços de formação superior. A ausência de pessoas negras como quadros das universidades brasileiras, segue a agenda da tentativa de silenciamento das contribuições teóricas que os autores Guerreiro Ramos e Clóvis Moura tiveram. Por denunciarem a segregação e a tentativa de apagamento nos espaços acadêmicos, seus escritos, por muito tempo foram colocados como produção sem grande valor intelectual.

Embora as reflexões acima demonstram o quanto a sociedade brasileira perde quando decide por operar as práticas racistas e não opta por rever seus preconceitos e limitações, além de impedir que o grupo social outrora invisibilizado produza conhecimentos daquilo em que vivencia. Assim, ao impedir ou negligenciar a entrada de grandes intelectuais neste espaço,

reforça o pacto da exclusão ao passo que publicam a fragilidade das suas produções teóricas e/ou científicas.

A despeito da interrupção ou tentativa de interdição de novas trajetórias de intelectuais docentes negras (es/os) no Ensino Superior, podemos olhar para os percursos feitos por Virgínia Bicudo, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, entre outras, que mesmo sendo poucas, conseguiram “furar a bolha” e se consagraram como docentes negras (es/os) no Ensino Superior. Isto nos aponta, que há nesse movimento uma ruptura das barreiras que impediam esse acesso e permanência, mas também marca o início de uma significativa mudança no percurso das trajetórias de pessoas que para além de ativistas, são ainda intelectuais negras.

No contexto da Guerra Fria, a chamada Aliança para o Progresso tornou-se realidade no Brasil e na América Latina. A era da modernização seguia seu curso, aqui e em outros países do eixo latino-americano, que via na industrialização (pós Segunda Guerra Mundial) a saída para se reorganizar internamente. Uma das necessidades latentes era a de formar academicamente profissionais qualificados para acompanhar o desenvolvimento econômico.

A partir da metade da década de 1960, o governo federal adotou a iniciativa de expandir as instituições de ensino superior, construindo uma rede de universidades federais, públicas e gratuitas. Somente a partir de 1965 o número de matrículas cresceu, atingindo cerca de 352 mil estudantes, e destes, 56% encontravam-se no setor público (MARTINS; VIEIRA, 2014, p. 97).

O advento do Golpe Militar no Brasil, ocorrido em 1964, seguiu o projeto desenvolvimentista a base do autoritarismo, perseguições e impedimentos do livre exercício docente. O cerceamento da liberdade condicionou tanto as práticas docentes como o comportamento de discentes, a uma obediência e servidão, sem a possibilidade de questionamentos ao que era ensinado. A perspectiva crítica estava cerceada, e os métodos tanto para pesquisas quanto para a formulação de políticas de intervenção nos problemas sociais, políticos e econômicos deveriam coadunar apenas com a corrida para a internacionalização da economia (MARTINS; VIEIRA, 2014).

O descompasso entre a expansão universitária e a quantidade de estudantes era latente. Embora o número de universidades tenha aumentado consideravelmente nesse período, o mesmo não acontecia com as matrículas. Este fato ocasionou uma mobilização tanto das organizações acadêmicas e estudantis quanto dos setores médios e urbanos da sociedade para ocupar os espaços acadêmicos e, deste modo, obter o diploma superior (CUNHA, 1975; DURHAM, 2003 *apud* MARTINS; VIEIRA, 2014, p. 97).

Ancorada nas ideias de Leher e Lopes (2008) e Martins e Vieira (2014), é importante ressaltar que o movimento estudantil criticou a maneira como o ensino superior funcionava,

denunciando a ausência de autonomia para a realização das análises pertinentes à realidade com que se depararam na academia. Por se tratar de um contexto ditatorial, o que se deu foi a imposição dos governos militares, realizando reformas educacionais e ajustando-as, conforme as necessidades que o desenvolvimentismo do momento exigia.

A Reforma Universitária de 1968 profissionalizou a academia, institucionalizou a pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) e desenvolveu a política de formação de recursos humanos, objetivando o potencial científico tecnológico nacional. O projeto buscou instituir a universidade como modelo de ensino superior, desenvolvendo, a partir de então, pesquisa e extensão – exigências para que docentes obtivessem títulos de mestrado e doutorado para progressão da carreira, adoção do regime semestral e de créditos. Com isso, a organização passou a ser por departamento e não mais por cátedra (MARTINS; VIEIRA, 2014, p. 97-98). Se por um lado o ensino superior se expandia, por outro, a população negra permanecia à margem de pertencer a este universo. Não houve políticas compensatórias pelo crime da escravidão, tampouco existiu políticas efetivas que desse ao povo negro e indígena, ou mesmo as mulheres, condições de obter promoção intelectual para que esses/as também fossem qualificadas e assim absorvidos pelo desenvolvimento industrial que se consolidava no Brasil. Se bem observados, veremos que nem mesmo diante do processo de ampliação da rede de ensino superior, ou com a sobra de vagas resultantes do processo de expansão, foi permitido ao negro a entrada no meio acadêmico.

O contexto ditatorial também colocou sérias limitações no campo das articulações necessárias para as ações do movimento negro, uma vez que até mesmo a existência do racismo e da discriminação racial passou a ser caracterizada como elementos pertinentes à segurança nacional. Ocorreram inúmeras ações de perseguição aos espaços da resistência negra. Fechamento de clubes de exaltação da cultura e identidade negra, encerramento à revelia de peças de teatro e dos bailes *blacks*, com registros de assassinatos, torturas e desaparecimentos de pessoas negras.

Nesse período, o mito da democracia racial ganha um importante papel nesse regime, pois, passou a representar um projeto político ideológico, onde através do Ato Institucional Número 5 (AI-5), Costa e Silva, ditador em exercício, assinou o decreto-lei 510, artigo 33º, que proibia qualquer discussão pública que envolvesse o termo raça (Shakur, 2021)⁹⁴.

⁹⁴ Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/O-racismo-da-ditadura-militar-brasileira> Acesso: 04/out/2022.

O Brasil tornou-se signatário de alguns tratados internacionais para o combate a todas as formas de discriminação racial, e isto permitiu que importantes deliberações fossem tomadas. Como exemplo,

[...] o governo militar confirmou o Brasil como signatário de três importantes tratados internacionais antidiscriminatórios: a Convenção 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) Concernente à Discriminação em Matéria de Emprego e Profissão (1968); a Convenção Relativa à Luta contra a Discriminação no Campo do Ensino (1968); e a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação (1969), e a se fazer presente nas duas conferências mundiais contra o racismo em 1978 e 1983. (JACCOUD, 2009, p.23)

A participação do MMN em espaços deliberativos foi de grande pertinência para os grandes avanços que esses tratados representam. Mediante a isso, o cenário político foi alterado a partir da reabertura democrática, onde a pauta sobre o combate à discriminação racial continuou sem importância. Os partidos de esquerda e os de direita continuaram a secundarizar a questão racial existente e, conseqüentemente, mantiveram-se alheios as reivindicações que o MNU e o MMN colocavam. Quando mal aparecia no debate público, as desigualdades raciais eram colocadas apenas como sinônimo de pobreza (JACCOUD, 2009).

A crise do capital, que se intensificou principalmente a partir da década de 1970, com repercussão mundial, agravou não só as desigualdades sociais, como também desencadeou uma desenfreada expansão capitalista, inclusive no campo do ensino superior. Isto fez com que esse setor se tornasse um excelente negócio aos olhos do capital. Portanto, a ofensiva capitalista desencadeou uma série de deformações não só nas bases da educação pública brasileira, mas também na educação superior.

Em relação a década de 1980, a pauta reivindicatória seguia uma lista extensa. A agenda de lutas exigia tanto a abertura democrática – fim do regime ditatorial – quanto a repatriação de militantes que estavam exilados, entre outras solicitações. Também o MNU e o MMN, aproveitando-se do momento de organização da luta coletiva, reacende a discussão e insere a inclusão do tema racial na agenda das políticas públicas. O estímulo ao debate público para combater o racismo foi muito oportuno; as denúncias sobre as violências e os níveis alarmantes das desigualdades raciais ganharam destaque nesse momento histórico. A promoção da igualdade racial e a reinterpretação da questão racial aparecia, sistematicamente, em cada oportunidade possível (JACCOUD, 20019, p. 19).

Neste sentido concordamos que,

apesar dos esforços desses movimentos para tal, a negação de uma questão racial no Brasil e o silêncio sobre a mesma continuaram, nessa época, sendo uma regra, não só para a elite dirigente brasileira, mas também para a maioria das organizações da

sociedade civil (partidos políticos, centrais sindicais, sindicatos de trabalhadores, sindicatos de empresários, movimentos sociais, igrejas – católica e protestante – entre outros). Mesmo entre essas últimas, foram raras as instituições que enxergaram uma questão racial no país (SANTOS, 2007, p. 138-139).

A referida reflexão nos possibilita a compreensão de que a questão racial atinge diretamente a todos e, embora tenha adquirido bons frutos e proporcionado debates interessantes, por vezes é interpretada como uma questão apenas do ser negro. Os efeitos do racismo seguem perversos em todas as suas possibilidades, alimentando as assimetrias sociais e raciais existentes. O racismo não dorme. Ele se atualiza constantemente para manter os níveis da superexploração em escalas cada vez maiores, no entanto, as forças antirracistas e revolucionárias também não descansam, posto que o conflito também é constante.

2.2 Epistemicídio: a régua e o compasso dos parâmetros colonialistas

Régua e compasso são instrumentos utilizados para traçar medidas e transferir dimensões. Recorro a esta simbologia para refletir sobre as práticas epistêmicas fincadas a partir de um único parâmetro: o *colonialismo europeu*. Em “O Perigo da História Única” (2009), Chimamanda Ngozi Adichie reflete sobre os impactos causados pela universalização e hierarquização da epistemologia ocidental sobre outros saberes, não provenientes do referido eixo.

O processo desenvolvido pelas narrativas eurocêntricas estabeleceu com outros povos uma relação de poder, subalternizando e violando culturas; causando conflitos raciais, étnicos, de gênero; subjugando outros saberes, e tais conflitos perduram até os dias atuais. Adichie (2009) chama a atenção para o fato de que quem detém o poder da narrativa, estabelece a definição histórica, a partir do seu parâmetro e da sua perspectiva.

Gonzalez (1980) evoca o lugar da consciência e memória para romper com a alienação e assim restituir a história que não foi escrita. Num jogo dialético, a autora afirma que hierarquizar saberes é o produto da classificação racial, que dá o privilégio social e epistêmico para a ciência eurocêntrica (idem, p. 226).

A partir do exposto, tomo como ponto de partida para essa reflexão uma categoria analítica elaborada pelo sociólogo e estudioso das *Epistemologias do Sul Global* Sousa Santos (2018) e aprofundado no Brasil por Sueli Carneiro (2005): *epistemicídio*. A qual nos auxilia na compreensão do percurso utilizado através do longo processo das múltiplas tentativas de apagamento, invisibilização e ocultação das contribuições culturais e sociais não distintas do “saber” ocidental.

Sousa Santos⁹⁵ (2018) destaca que esse processo é fundante de uma estrutura social que parte do colonialismo europeu, se desenvolvendo através do processo de dominação imperialista da Europa para os países “periféricos”, assim denominado pelo autor, que também correspondem aos chamados países de “capitalismo dependente”. O *epistemicídio* se coloca para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, mas persiste em produzir a privação cultural através da negação ao acesso à educação laica, gratuita e de qualidade.

Este processo também ocorre pela via da produção da inferiorização intelectual, que é manipulada por diferentes mecanismos de deslegitimação do ser negro enquanto sujeito histórico que carrega e/ou produz conhecimento.

A negação da plena humanidade do Outro, a sua apropriação em categorias que lhe são estranhas, a demonstração de sua incapacidade inata para o desenvolvimento e aperfeiçoamento humano, a sua destituição da capacidade de produzir cultura e civilização prestam-se a afirmar uma razão racializada, que hegemoniza e naturaliza a superioridade europeia (CARNEIRO, 2005, p. 99).

Para a autora, a educação é um dos elementos estratégicos e dentro daquilo que chamamos de racialidade. Por isso, produzir conhecimento e fazer com que esse conhecimento seja aprendido, torna-se imprescindível no processo de dedução dos padrões de hierarquias sociais. A negação da humanidade é, deste modo, uma das tentativas mais cruéis de interdição e “rebaixamento” da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima e ainda da fragilização das identidades. Tais e quais encontram-se nos processos de discriminações presentes, sobretudo, naqueles desenvolvidos a partir da educação.

Carneiro (2005) alerta que não se pode desqualificar as maneiras com que um povo produz conhecimento sem que também ocorra a dominação desses povos, tanto pelo conhecimento coletivo e individual, ou ainda, quando lhes retiram a condição de sujeitos que possuem consciência, tanto de si quanto da sua consciência coletiva.

Para dar mais capilaridade à discussão apresentada, veremos a seguir o que dizem os dados sobre a situação da população negra no Brasil e como o *epistemicídio* colabora com o racismo que organiza as desigualdades raciais. Os indicadores sociais podem apontar os avanços e limites de uma determinada pesquisa. Por isso, a relevância destes nessa discussão,

⁹⁵ Nos momentos finais desta tese, a comunidade acadêmica do Brasil, América Latina e de outros países, foram surpreendidas com denúncias de violência sexual praticadas pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos. Assim, optamos por não retirá-lo da bibliografia aqui utilizada, mas me coloco solidária a todas possíveis vítimas desse homem, que, embora seja um grande intelectual, afirmamos que a sua intelectualidade não está isenta de práticas também violentas. Boaventura está de certa forma blindado por sua branquitude e pelo pacto da cordialidade presente nesse sistema de opressões. Ressaltamos assim, que ele não está imune de ser responsabilizado por tais crimes e que se for culpado, que seja responsabilizado, assumindo inclusive o ônus pelas práticas abusivas. Machistas Não Passarão!

uma vez que assim podemos desmistificar a naturalização das assimetrias que versam sobre os distintos grupos raciais, e/ou de gênero e sexualidades.

Aqui, vale citar que:

Entre 1970 e 1980, organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre outros, desenvolveram e reproduziram um conjunto de indicadores sociais visando operacionalizar a mensuração do bem-estar, a exemplo da taxa de mortalidade infantil, do índice de desenvolvimento humano (IDH) e do índice de liberdade humana (ILH). (ARTES, 2018, p. 2).

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é o mais importante instituto a realizar o desenvolvimento de indicadores sociais. Artes (2018) aponta que desde o final dos anos 1970 este é o responsável pelo levantamento dos índices que medem as desigualdades sociais no país. A autora ressalta que Santagada (1993, p. 250), ao revisitar o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), entre os anos de 1975-1979, reconheceu a gravidade dos problemas sociais aqui existentes. Pensando no que encontrara sobre a realidade brasileira, tal pesquisador propôs uma “política de redução das desigualdades sociais e econômicas” (idem, p. 2).

Artes (2018), explica que foi assim que se iniciou a criação de indicadores sociais como instrumento usado para mensurar e monitorar as políticas públicas em desenvolvimento no Brasil. A partir disso, é possível saber quais grupos sociais encontram-se em condições de vulnerabilidade e, portanto, devem ser alvos de políticas públicas que intervenham em suas realidades.

Destaco no presente estudo, os marcadores de raça/cor, objetivando dar visibilidade às assimetrias que versam sobre os níveis de pertencimento dos grupos sociais distintos, bem como, apontar as condições de vida que os separam. Nosso intuito é apontar de forma breve que as diferenças no acesso aos bens e serviços saúde, educação, condição de moradia e, sobretudo da violência, são alarmantes, e, portanto, expressam a funcionalidade do epistemicídio para o grupo racial que segue em desvantagens.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2019 informam que 42,7% dos brasileiros se declararam como brancos, 46,8% como pardos, 9,4% como pretos e 1,1% como amarelos ou indígenas. Como já é sabido, a soma de pretas (es/os) e pardas (es/os) é o que compõem a população negra do Brasil. No entanto, embora a população negra seja nitidamente maioria, isto não significa que esteja representada igualmente nos espaços políticos, ou que tenha expressiva visibilidade social na mesma proporção.

De acordo com o IBGE (2020) – síntese do CENSO de 2010, em pesquisa realizada sobre as desigualdades sociais por raça ou cor no Brasil, é informado que recai sobre a população de cor preta, parda ou indígena os maiores níveis de vulnerabilidade econômica e social. Tais estudos, são elaborados pelo próprio instituto e recebem o aporte legal do grupo de Pesquisa das Características Étnico-Raciais da População (PCERP), criado a partir de 2008.

Os números desta pesquisa revelam que pretos e pardes correspondem a 64% da população desempregada e 66% dos chamados “subutilizados” – esse grupo racial recebe menos que as pessoas brancas, independentemente do nível de instrução que possuam. Já nas ocupações formais ou informais, trabalhadoras brancas recebem consideravelmente mais do que pretas e pardas, e que a diferença do salário médio chega a 73% se comparado com os homens brancos. A pesquisa informa ainda que se comparadas às mulheres brancas e as mulheres pretas e pardas e homens pretos e pardos, as mulheres pretas e pardas recebem menos da metade do salário de um homem branco – aproximadamente 44% (IBGE, 2020).

Entre os 10% da população com os maiores rendimentos, apenas 27,7% eram pretos ou pardes. Por outro lado, os pretos ou pardes representavam 75,2% do grupo formado pelos 10% da população com os menores rendimentos. O rendimento médio domiciliar per capita da população branca (R\$1.846,00) era quase duas vezes maior do que o da população preta ou parda (R\$934,00). Ainda, em consonância com o levantamento, a proporção de negres em cargos de gerência só foi superior à de brancos no Norte (61%) e no Nordeste (56%). No geral, o número é de quase 70% de brancos e menos de 30% de negres (IBGE, 2020).

O Atlas da Violência de 2020 apresenta dados sobre as taxas de homicídios da população negra, jovem e periférica. Divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública de São Paulo (FBSP), esses revelam que se comparados às análises feitas entre os anos 2008 e 2018, a taxa de homicídios entre não negres, fez o caminho inverso do percurso apresentando, onde demonstra uma queda de 12,9% dos casos.

O Sistema de Informação do Ministério da Saúde (SIMS) mostrou, em 2021, que para cada pessoa não negra assassinada em 2018, havia o proporcional de 2,7% de negres mortos de forma violenta. Tal estatística aponta o percentual de 75,7% das vítimas negras, assim, a taxa de homicídio para cada 100 mil habitantes corresponde a 13,9 casos entre não negres, enquanto para pretos e pardes a marca atingida é de 37,8%.

Usando a mesma pesquisa, mas dando enfoque no gênero, os números revelam que nesta década é possível afirmar que houve uma redução de 11,7% na taxa de vítimas não negras (brancas, amarelas e indígenas), no entanto, se o grupo em questão for as mulheres pretas e

pardas, os números sobem para 12,4%. O estudo aponta que os estados que tiveram as maiores taxas de homicídios entre a população negra estão localizados nas regiões Norte e Nordeste, onde se destacam Roraima (87,5% de mortes para cada 100 mil habitantes), Rio Grande do Norte (71,6%), Ceará (69,5%), Sergipe (59,4%) e Amapá (58,3%) (IBGE, 2019, n. 41, s/p).

A pesquisa realizada pela Agência Brasil (2021), nos mostra uma triste realidade no tocante ao crime de feminicídio. Este é um crime de ódio baseado no gênero e entendido como misoginia, ou seja, a vítima é morta por ser mulher. Em sua maioria, os casos de feminicídio estão atrelados a outros crimes de violência contra a mulher, como violência doméstica, psicológica, física, patrimonial, financeira etc.

Em 2018, foram 4.519 mulheres assassinadas em todo o país (quantitativo que inclui os casos de feminicídio, mesmo que não estejam assim tipificadas nas ocorrências). Dessa forma, o percentual nacional foi de 4,3% homicídios para cada 100 mil habitantes do sexo feminino, revelando que a cada duas horas, uma mulher foi assassinada no Brasil. O estudo fez uma comparação ao ano anterior, o que se percebe é que houve uma redução de 9,3% entre os anos de 2017 e 2018, no que diz respeito à taxa nacional, acompanhada por leve queda que conta com 19 dos 27 estados brasileiros⁹⁶.

A respeito da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), compreendemos que este consiste em um grande avanço, visto que se trata de um compromisso firmado pelo Ministério da Saúde no combate às desigualdades no Sistema Único de Saúde (SUS) e na promoção da saúde da população negra de forma integral, compreendendo, inclusive, quais são os impactos do racismo e das vulnerabilidades que nos cercam.

O Ministério da Saúde tem suas ações, baseado pelos princípios e diretrizes da integralidade, equidade, universalidade e participação social, estando de acordo com o Pacto pela Saúde e pela Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS (ParticipaSUS), onde o Ministério da Saúde instituiu, em 2009, a PNSIPN, instaurado por meio da Portaria GM/MS nº 992, de 13 de maio de 2009 (BRASIL, 20017).

De acordo com a referência supracitada, o número de pessoas brancas que consultaram um médico nos últimos 12 meses é maior (74, 8%) do que entre pretas (69,5%) e pardas (67,8%). Por isso, as pessoas negras (pretas e pardas) ficam abaixo da média nacional: 71,2% (142,8 milhões) de pessoas que consultaram um médico nos últimos 12 meses (BRASIL, 20017).

⁹⁶ AGÊNCIA BRASIL, 2021.

Já a proporção de pretas (es/os) 38,2% e pardas (es/os), 39,2% que se consultaram com um dentista nos últimos 12 meses é menor do que a de pessoas brancas (50,4%), e inferior à média nacional que foi de 44,4% (89,1 milhões). Das pessoas que tiveram algum medicamento receitado no último atendimento de saúde, 82,5% conseguiram obter todos os medicamentos prescritos. A proporção de pessoas de cor branca que obteve todos os medicamentos foi maior que 84,2%, observada entre as pessoas de cor parda 80,4% e preta 81,1% (BRASIL, 2017).

Com base nestas reflexões, concordamos que ao investir no processo de desqualificar os sujeitos, o colonizador – ou grupos dominantes – impõem uma destituição da razão dos povos que se pretende dominar. Inferindo-lhes condições para que o conhecimento que estes produzem, seja enfim reconhecido como “legítimo”. Isto é o que acontece com os povos descendentes de africanes e indígenas, por exemplo.

O genocídio que pontuou tantas vezes a expansão europeia foi também um epistemicídio: eliminaram-se povos estranhos porque tinham formas de conhecimento estranho e eliminaram-se formas de conhecimento estranho porque eram sustentadas por práticas sociais e povos estranhos. Mas o epistemicídio foi muito mais vasto que o genocídio porque ocorreu sempre que se pretendeu subalternizar, subordinar, marginalizar, ou ilegalizar práticas e grupos sociais que podiam ameaçar a expansão capitalista ou, durante boa parte do nosso século, a expansão comunista (neste domínio tão moderno quanto a capitalista); e também porque ocorreu tanto no espaço periférico, extra europeu e extra-norte-americano do sistema mundial, como no espaço central europeu e norte-americano, contra os trabalhadores, os índios, os negros, as mulheres e as minorias em geral (étnicas, religiosas, sexuais) (SOUSA SANTOS, 1995, p. 328 *apud* CARNEIRO, 2005, p. 96).

É neste movimento que ocorre a letalidade do epistemicídio, pois fere de morte a racionalidade de quem é posto como subjugado. Quando se retira dos sujeitos a capacidade de aprender e produzir saberes, ocorre uma espécie de aprisionamento duplo da razão que se dá através da negação da racionalidade. Silva e Dias (2021) ressaltam que

[...] dentre os elementos que alicerçam essa sociedade e que contribuem para o estranhamento do gênero humano por meio da hierarquização dos sujeitos, destaca-se o racismo. Segundo Almeida (2018, p. 15-16), o racismo é sempre estrutural, ou seja, “[...] ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. [...] O racismo é uma manifestação normal de uma sociedade e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade”. A partir dessa tese, é possível reconhecer que, o campo da produção intelectual, como produto humano assentado na sociedade de classes, está também alicerçado no racismo estrutural. O conhecimento acadêmico-científico foi e é, historicamente, masculino e branco (Chassot, 2004) (SILVA; DIAS, 2012, p. 14).

Carneiro (2005) reitera que os espaços acadêmicos são lugares de conflitos, e ao iniciar esse trajeto, os povos tidos como inferiores, sobretudo negres e indígenas, experimentam relações do saber que se confundem com poder. Segundo esta intelectual,

para nós, porém, o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a seqüestra, mutila a capacidade de aprender etc (CARNEIRO, 2005, p. 98).

Tal apontamento nos leva a consideração de hooks (1995), que diz que a função estratégica que o trabalho intelectual desempenha está no movimento da busca contínua em romper com os vícios dessa engenhosa armadilha, a qual é responsável por excluir determinados grupos sociais da atividade intelectual. Para a autora, “[...] o trabalho intelectual é uma parte necessária da luta pela libertação, fundamental para os esforços de todas as pessoas oprimidas e/ ou exploradas, que passariam de objeto a sujeito, que descolonizariam e libertariam suas mentes” (idem, p. 465).

Desnudar o “fenômeno” das assimetrias e desigualdades que atingem visceralmente a vida da população indígena, negra e empobrecida, no Brasil, configura-se como uma caminhada ambigualmente profícua. No entanto, nos questionamos: como podemos desenvolver estudos sobre produção de conhecimento e intelectualidade negra, se ainda são poucas a entrada de docentes negres nas universidades? Como romper com o modelo de educação superior vigente, se este se mantém assentado sob o pilar do *epistemicídio*?

2.3 Entre resistências e rebeldia: ações afirmativas e ensino superior

A agenda social, política, cultural e econômica elaborada pelo MNU, MMN e setores progressistas da sociedade brasileira em prol do enfrentamento das desigualdades raciais, representa um grande esforço coletivo. Conforme mencionado anteriormente, a população que se autodeclara preta e parda e que, portanto, compõem a população negra, ultrapassa o percentual de aproximadamente 56%, segundo as últimas pesquisas do IBGE (2021).

Os últimos trinta (30) anos foram marcados por mobilizações em busca de democracia, do combate ao racismo e da construção de políticas afirmativas, objetivando a promoção da igualdade racial no Brasil. É correto afirmar que, atualmente, colhemos os frutos advindos desse contexto, de onde vimos emergir as diversas organizações que protagonizaram embates políticos sobre as ações antirracistas e democráticas.

Embora a chamada agenda de construção da política de promoção da igualdade racial tenha se desenvolvido há muitas décadas, foi nos últimos vinte anos que estas mobilizações alcançaram o relevo necessário, responsável por efetivar políticas de acesso e inclusão da população negra e indígena ao ensino superior brasileiro.

Para o Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa (GEMAA), sediado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ):

Ações afirmativas são políticas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica no passado ou no presente. Trata-se de medidas que têm como objetivo combater discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero ou de casta, aumentando a participação de minorias no processo político, no acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais, redes de proteção social e/ou no reconhecimento cultural (GEMAA, 2022).

A reflexão acima nos possibilita compreender a necessidade das ações afirmativas, sendo necessário analisá-las a partir de uma série de elementos, em que, sem dúvidas, o caráter sócio-histórico fundante da sociedade brasileira é indispensável.

Santos (2021) publicou no site da entidade Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (EDUCAFRO) – Rede de Pré-vestibular Comunitário – um compilado sobre os Sete (7) Atos Oficiais que institucionalizam a marginalização do grupo social negro e indígena no Brasil. Destaco o Ato 2 da Lei Complementar da Constituição de 1924, que dispõe o seguinte: “[...] pela legislação do império os negros não podiam frequentar escolas, pois eram considerados doentes de moléstias contagiosas [...]” (SANTOS, 2016, p. 2).

Nessa direção, Barros (2016) analisa como esses grupos aparecem nas legislações e regulamentos elaborados ao longo do tempo. A autora ressalta a relação entre o ordenamento jurídico que versa sobre a educação brasileira e a população negra, indígena, asiática, deficientes, tal e qual aparece como um aspecto histórico relevante e que não pode ficar de fora quando pautamos a discussão sobre ações afirmativas. Na sua análise, destaca que

[...] esse segmento da população apareceu em leis e regulamentos imperiais sobre instrução, destacando permanências e mudanças nas permissões e proibições no acesso e frequência à escola. Foram lidos conjuntos integrais de leis e regulamentos da instrução primária e secundária de nove províncias, e indiretamente o de outras sete localidades, em busca de termos que referenciem a condição jurídica ou racial dos alunos permitidos e dos indesejados. Acompanhando as mudanças nas denominações ao longo do período século XIX – escravos, não livres, libertos, pretos, filhos de africanos livres, ingênuos – nas diferentes províncias, destacam-se interdições e permissões para matrícula e/ou frequência negra entre 1835 (ano das primeiras menções à proibição de matrícula a não livres) e 1887 (última proibição à matrícula de escravos) (BARROS, 2016, p. 591).

Se hoje estes grupos sociais sofrem com a inclusão subordinada, ou encontram maiores dificuldades para permanecerem nas escolas ou nas universidades, não é um problema individual ou que representa o desinteresse dos mesmos pelos estudos. Na realidade, são problemas que devem ser compreendidos como o resultado dos vários séculos de exclusão, de imposições e proibições, que impediram tanto a população negra, como a população indígena em frequentar o ambiente escolar e conceber os estudos como parte fundamental para projeções sociais.

Todavia, num processo de rebeldia, diversos grupos de negres organizavam-se através de associações, irmandades, agremiações e outros espaços de luta e resistência, para desenvolver estratégias e, assim, ofertar a alfabetização e o acesso ao ensino e a educação (BARROS, 2006, p. 24).

Sobre as insurgências e rebeldias, desenvolvi um conceito que denominei de *Audácia Epistêmica*, onde, a partir do Dicionário *Oxford Languages*, compreendi que o termo audácia, significa “tendência que dirige e incita o indivíduo a realizar ações difíceis, desprezando obstáculos, ousadia, intrepidez, qualidade de quem ou do que se caracteriza pela inovação, em oposição ao já estabelecido e aceito”. Também no mesmo dicionário, encontrei a definição para epistêmico, cujo significado refere-se a algo relativo a episteme, que evoca conhecimento, ou saber, a partir de um tipo de experiência.

Partindo deste entendimento, compreendo que as resistências negras, indígenas, dos grupos LGBTQIA+, ou dos coletivos de ciganos, imigrantes etc. foram forjadas ao longo dos séculos, não só através da rebeldia e da sua consciência política, e que a despeito das muitas perseguições que sofreram, não perderam os saberes ancestrais, intelectuais, científico e culturais que adquiriram. Sem dúvidas, estes elementos foram fundamentais para o não apagamento das suas histórias e identidades.

Dessa forma, a *Audácia Epistêmica* pode ser entendida como uma grande estratégia, realizada através de ações extraordinárias. Em aspectos gerais, penso que estas manifestações audaciosas, vem objetivando a transformação radical da sociedade em possibilidades reais de uma vivência livre de opressões e construindo coletivamente outra sociabilidade. Sobre isto, chegar ao tempo presente, rompendo barreiras seculares, permitiu aos povos subjugados, elaborar estratégias e forjar resistências, e isto tem nos possibilitado vislumbrar significativas mudanças.

As ações afirmativas com cotas raciais, indígenas, para pessoa com deficiência, ou LGBTQIA+, a entrada e permanência no Ensino Superior, de pessoas incluídas nos grupos sociais citados, são também formas concretas de *Audácia Epistêmica*, onde aponta-se

possibilidades de construção para outra sociabilidade, provocando e viabilizando a *Práxis Revolucionária*.

Neste sentido, é preciso resgatar marcos históricos que antecedem a realização das ações afirmativas, uma vez que a estes nos permitem analisar os processos que se constituem como um movimento de ações concretas para os projetos educacionais no Brasil, sobretudo, na construção de uma educação antirracista.

Traçamos um breve panorama sobre outras articulações políticas, voltadas para a educação e que antecedem a realização das ações afirmativas no Brasil. Todavia, em termos cronológicos, nos chama a atenção o tempo em que se elaborava as propostas e o tempo para a materialização das ações afirmativas, como um fato. Sem dúvidas, a morosidade deste processo, é um elemento que nos impressiona.

Foram muitas as campanhas desenvolvidas para erradicar o analfabetismo no Brasil, objetivando atingir principalmente adolescentes, jovens e adultos, destacamos as seguintes: a Campanha de Educação de Jovens e Adultos (CEAA), de 1947; a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), em 1958; Programa Nacional de Alfabetização (PNA), baseado na prática de Paulo Freire, de 1964; Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), desenvolvido entre os anos de 1968 e 1978. Além desses movimentos contra o analfabetismo, tivemos, também, em 1985, a Fundação Educar e, em 1990, o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC) e o Programa Alfabetização Solidária (PAS) (SILVA; FERREIRA; BOEING, 2020, p. 1-2).

Nos anos de 2001, além da preocupação para tirar o Brasil do lugar dos piores *rankings* do analfabetismo, também buscava-se estancar o alto índice de evasão escolar. Nisto, destacamos o Programa Brasil Alfabetizado (PBA) em 2003; Pró-Letramento, em 2007; o Programa de Formação de Professores (PROFA), em 2008; em 2012, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC); o Mais Alfabetização, em 2018; e em 2019 a Política Nacional de Alfabetização (PNA).⁹⁷

Embora reconheçamos a importância dos programas acima, compreendemos que os resultados esperados não foram concretizados, uma vez que as discontinuidades deles aconteciam com frequência. Seja porque se desenvolviam como uma política de governo ou porque eram apenas campanhas governamentais realizadas em período eleitoral. Entre outras coisas, destacamos que estes programas obedeciam a uma agenda neoliberal, construídos de

⁹⁷ SILVA; FERREIRA; BOEING, 2020, p. 2.

forma vertical e com baixa participação dos sujeitos interessados, transformando em mercadoria aquilo deveria ser um processo de desenvolvimento social.

Nascimento (2007) ressalta que os anos de 1990 foram marcados pelas ações desenvolvidas por diversas organizações e movimentos da sociedade civil. Nesta década também surgiram muitas ONGs. Financiadas, sobretudo, por agências de cooperação internacional, tais movimentos atuavam em muitas frentes de luta, sendo a educação um dos espaços mais significativos dessas atuações. As exigências em torno da construção de políticas em prol da justiça e equidade racial se intensificaram. Muitas ONG's se expandiram, desenvolveram estudos, pesquisas, assistência jurídica e apoio, objetivando o desenvolvimento social (idem, p. 67).

Algumas das ONGs surgidas nesse período, são atuantes ainda hoje. A exemplo da Casa Dandara de Belo Horizonte/MG, criada em 1987; Instituto da Mulher Negra (Geledés), fundada em 1988 – São Paulo/SP; Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP) de 1989 no Rio de Janeiro; Centro de Estudos de Relações, Trabalho e Desigualdades (CEERT) de 1990 na Cidade de São Paulo/SP; ONG Criola, 1992, da Cidade do Rio de Janeiro e Centro de Informação Coisa de Mulher (CIN), fundada em 1994, Rio de Janeiro. Merece destaque, a criação da Associação do Ex-alunos da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM/ASSEAF), fundada em 1979, mas com importância singular, pois, atuava na denúncia dos muitos assassinatos de crianças e adolescentes negras (es/os), voltada para a formação continuada das crianças e adolescentes que estava cumprindo medidas socioeducativas.

Como resultado das mobilizações construídas ao longo dos anos, vimos emergir na década de 1990, os primeiros cursos de Pré-Vestibulares para Negros e Carentes (PVNC's), bem como de outros movimentos pró educação e inserção política, visando o desenvolvimento escolar, a erradicação do analfabetismo no Brasil e a inclusão de grupos outrora excluídos. Também no Congresso Nacional outras mobilizações políticas aconteciam para incluir as políticas de ações afirmativas como emenda constitucional, conjuntamente com a luta pela erradicação do analfabetismo (SALVADOR, 2021).

Davi Raimundo Dos Santos, ou simplesmente Frei Davi como é internacionalmente conhecido, começou a gestar a ideia de fundar a EDUCAFRO, que seria voltada para a inclusão de pessoas negras, sobretudo, em universidades públicas e privadas a partir de 1976. O projeto começou a sair do papel somente em 1990, quando assumiu o *status* de uma ONG. A entidade ofertava bolsas de estudos, elaborou propostas sobre o que seriam os elementos essenciais para a entrada e permanência desses estudantes. Além disso, estabeleceu relações internacionais para

promover a participação de estudantes brasileiros em instituições de ensino superior fora do Brasil. A organização desta entidade se dava através do serviço de seus voluntários tanto na sua sede nacional em São Paulo, quanto nos diversos núcleos de pré-vestibular comunitários espalhados pelo Brasil.

No conjunto de suas atividades, a EDUCAFRO luta para que o Estado cumpra suas obrigações, através de políticas públicas e ações afirmativas (raciais ou sociais) na educação, voltadas para negros e pobres, promoção da diversidade étnica no mercado de trabalho, defesa dos direitos humanos, combate ao racismo e a todas as formas de discriminação. A instituição é responsável pela entrada de mais de cem (100) mil pessoas no ensino superior, mantida pela Fundação Francisco de Assis: Educação, Cidadania, Inclusão e Direitos Humanos (Faecidh), e não possui fins lucrativos.

Para além das múltiplas desigualdades sociais existentes entre pessoas brancas e negras, um argumento que a EDUCAFRO chamava a atenção era o fato de que no ensino médio o perfil de estudantes nas escolas particulares provinha de famílias mais ricas. Portanto, desde o ensino básico, esses estudantes tiveram as melhores condições educacionais. A realidade acima se difere da situação dos estudantes mais pobres, visto que estes, majoritariamente, são oriundos de escolas públicas e realizaram seus estudos em escolas sucateadas, situadas em lugares com alto índice de violência urbana, ausência de professores, disciplinas eletivas, além da precarização dos equipamentos mínimos necessários para o bom funcionamento.

A partir da referência acima, é possível visualizarmos que esse processo traçou estratégias para a ampliação e democratização do ensino superior no Brasil, inclusive, pelo ganho político, social e cultural que este movimento possibilitou ao pautar o racismo educacional em vários espaços da sociedade brasileira, como a *Marcha Zumbi dos Palmares, contra o racismo, pela cidadania e a vida*.

Pinheiro e Machado (2020) resgatam outros elementos sobre aspectos governamentais e sua relação com as políticas de promoção à igualdade racial. Um exemplo foi o que aconteceu durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), em 1995, quando alocou na Secretaria de Direitos Humanos o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), o qual tinha como missão elaborar um diagnóstico, discutir e formular propostas de projetos que viessem a intervir na desigualdade racial existente e promover ações, tendo como enfoque a população negra (idem, p. 67-68).

Ainda no governo de FHC (1995), foi criado o Grupo de Trabalho para Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação. Igualmente importante, foi o Seminário Internacional *Multiculturalismo e Racismo: o papel da ação afirmativa nos estados*

democráticos contemporâneos, realizado em 1996, que buscou entre outras coisas, colher subsídios para fortalecer argumentos de defesa sobre as ações afirmativas, bem como formular e elaborar projetos para responder às discriminações raciais, e assim, contribuir com a melhoria das condições de vida deste grupo racial aqui mencionado.

Ao falarmos sobre as articulações para realização das ações afirmativas, lembramos que em 1983, Abdias do Nascimento (PDT/RJ), exercendo o cargo de deputado federal, apresentou o Projeto de Lei nº 1.332. Seu eixo fundamental perpassava a realização de ação compensatória, objetivando implementar o “princípio da isonomia social do negro”. Nascimento (1983) propunha o estabelecimento de cotas raciais, sobretudo, no ensino público, mas no ensino privado também, e estendia a possibilidade do estabelecimento de cotas raciais para outros níveis da vida social dos sujeitos, como setores do funcionalismo público, a constituição de um ensino antirracista e sobre a cultura africana, bem como treinamento de ações antirracistas para policiais (*idem*).

Também no processo de construção da redemocratização do Brasil, o PT apresentou uma proposta de emenda constitucional para inclusão das políticas afirmativas, mas não entrou em votação. No entanto, a senadora Benedita da Silva (PT/RJ) não se deixou intimidar e apresentou outros projetos. São eles: o PLS 13, de 22/2/1995, que dispunha sobre a constituição de cota mínima de 20% das vagas das instituições públicas de ensino superior destinados à alunos “pobres e/ou carentes” e o PLS 14, de 22/2/1995, “sobre a instituição de cota mínima para os setores étnico-raciais, socialmente discriminados em instituições de ensino superior”.

Outras propostas interessantes também desse contexto, foi o texto inicial do Projeto de Lei nº 1.239 de 1995, encaminhado pelo então deputado federal Paulo Paim (PT/RS), objetivava garantir a reparação com indenização para os descendentes dos “escravos” no Brasil. Já no ano de 1998, o deputado federal Luiz Alberto (PT/BA) apresentou os PL nº 4.567, que instituía o Fundo Nacional para o Desenvolvimento de Ações Afirmativas e o de nº 4.568, realizado pelo Conselho Nacional de Promoção da Igualdade de Oportunidades. O PL nº 298, de 1999, do senador Antero Paes de Barros (PSDB), estabelecia a reserva de vagas nas universidades públicas para alunos egressos da rede pública de ensino (ROCHA, 2014, p. 82).

Ainda de acordo com Pinheiro e Machado (2020), existem outros elementos que foram importantes para a materialização do conjunto de ações desenvolvidas com intuito de promover a equidade racial aqui no Brasil. Trata-se das “influências internacionais”; as autoras destacam os dispositivos jurídicos utilizados para a defesa dos direitos humanos e contra as discriminações e violências raciais. São eles:

A Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (1966), o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), a Convenção pela Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial (1965), a Convenção contra a Discriminação no Ensino (1960) e a Conferência Mundial Contra o Racismo e a Discriminação Racial (2001) (PINHEIRO; MACHADO, 2020. p. 69).

Cabe enfatizar que, em setembro de 2001, aconteceu a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância, em Durban – África do Sul, conhecida como a “Conferência de Durban”. Esse evento se tornou um marco mundial na luta contra as discriminações raciais. O Documento Oficial Brasileiro para a Conferência reconheceu a responsabilidade histórica do Estado brasileiro pelo escravismo e pela marginalização econômica, social e política dos descendentes de africanos (CAVALLEIRO, 2006).

Essa conferência foi importante para dar visibilidade às reivindicações do MN. O Estado brasileiro foi impelido a formular projetos para responder a tais reivindicações e, assim, promover políticas públicas e programas, sobretudo aqueles que visavam valorizar a história e a cultura do povo negro (CAVALLEIRO, 2006, p. 18).

Silva (2009) salienta que a maior parte das iniciativas que visam à promoção da igualdade racial pode ser classificada como iniciais, pontuais ou funcionais, dado que muitas ações são marcadas por falta de continuidade, recursos e/ou abrangência. Destaca-se que as alianças que se firmaram após a Conferência de Durban permitiram o municiação de alguns discursos e medidas governamentais, além de ampliar o debate sobre as desigualdades raciais junto aos poderes legislativo, judiciário e alguns setores da sociedade civil.

Contudo, no encadeamento dessas alianças, uma característica central se coloca: tratar o racismo quase exclusivamente em sua materialidade. É um enfoque precioso em terras de “racismo camuflado”, mas que joga para segundo plano as dimensões históricas e simbólicas, isto é, a perenidade e profundidade do racismo, na perspectiva de Cavalleiro (2006).

Em 9 de janeiro de 2003 o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 10.639, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996) e que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”. O aprofundamento do conteúdo estabelecido na lei encontra-se no texto das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana de 2004.

Através desse texto, tanto as instituições de ensino quanto os gestores e professores podem obter orientações, além de se ancorar nos princípios e fundamentos para o planejamento

e execução do conteúdo afro-brasileiro e africano na sala de aula e em outros espaços de educação (COSTA, 2005; CAVALLEIRO, 2006).

Também em 2003 foi aprovado a Lei de Cotas, correspondente a parte do Projeto de Lei nº. 3.627/2004. O então Presidente Luís Inácio Lula da Silva encaminhou ao Congresso Nacional a aprovação do Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas federais de educação superior (BRASIL, 2004 *apud* SANTOS, 2018, p. 23).

É, pois, diante desse contexto que se inicia a implantação de ações afirmativas no Brasil.

As ações afirmativas se definem como políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Na sua compreensão, a igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos, e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade (GOMES, 2001, p. 21).

Essas políticas espelham-se nas medidas adotadas pelo governo dos Estados Unidos na década de 1960, denominadas de Políticas de Ação Afirmativa. Constituem-se como um conjunto de ações de combate à discriminação, visando à garantia da equidade e inclusão social. Alguns autores como Gomes (2001), Brandão (2004) e Jaccoud (2008) afirmam que as políticas afirmativas são uma alternativa viável para promover justiça social e propiciar aos beneficiários subsídios de se incluir socialmente, como também demonstrar o quão intenso é o racismo no país.

As ações afirmativas são, antes de tudo, uma forma de justiça reparatória ou compensatória, de justiça distributiva e de ação preventiva, conforme demonstra Silvério (2003). Sobre isto, reconhecemos que se versa um ganho político e social para a sociedade brasileira e, principalmente, para a população negra.

A implementação da reserva de vagas nas instituições de ensino superior brasileiras intensificou o debate sobre o racismo e a discriminação nas esferas públicas e privadas, nos meios de comunicação, e em outros espaços sociais. No entanto, o debate sobre o ingresso da população negra no ensino superior aponta para um dos maiores desafios que está para além do universo das políticas de ação afirmativa - a garantia do acesso e permanência de estudantes negros (as) nas IES (JANOARIO, 2014, p. 2).

Os desafios acerca da discussão sobre as políticas de ações afirmativas ainda são muitos, mas maiores ainda são os obstáculos criados a fim de silenciar essa discussão nos espaços da formação e produção de conhecimento. Em vista disso, o objetivo principal deste estudo consistiu em analisar como as pós-graduações estudadas se relacionam com essa temática e

contemplam (ou não) o debate em sua estrutura curricular, a fim de proporcionar embasamento teórico-metodológico para compreensão e enfrentamento dos desafios aqui apresentados.

Nesse mesmo período, houve a implementação das primeiras fases do Programa de Reestruturação das Universidades Federais – REUNI e do Programa de Exame Nacional de Ensino Médio – ENEM. No momento presente, ambos os programas compõem o Sistema de Seleção Unificada – SISU, o Programa Universidade para Todos – PROUNI e o Programa de Financiamento Estudantil – FIES (BRASIL, 2021).

No entanto, de acordo com Costa, Silva e Oliveira (2009), a implementação destes programas objetiva muito mais do que a simples expansão universitária.

A linhagem que funda o Pro Uni deriva da mencionada estratégia de expansão seletiva ensino superior, cuja família agrega as reformas de 1960 e de 1990, assim como todos os mecanismos de financiamento, desde o CREDUC (Crédito Educativo) até o FIES (que pode ser utilizado em conjunto com o Pro Uni). O Programa Universidade para Todos, por sua vez, confirma suas origens comportando o discurso da minimização dos impactos excludentes da educação superior pela via da parceria com instituições privadas, que em contrapartida, ficam isentas de uma série de impostos e incentivos fiscais, dentre eles: o imposto de Renda da Pessoa Jurídica, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, contribuição social para financiamento de seguridade social e contribuição para o programa de integração social. O mecanismo de renúncia fiscal já havia sido utilizado inicialmente no Brasil durante as décadas de 1960 e 1970 como forma de incentivo à expansão de vagas, tornando-se um fator central no financiamento do ensino superior privado brasileiro, e, com aliado ao Pro Uni corrobora a estratégia de preenchimento de vagas ociosas, com a isenção da ampliação direta do volume de gastos federais (COSTA; SILVA; OLIVEIRA, 2009, s/p).

As autoras/es mostram – e nos provoca – que o projeto de expansão da universidade pública, na verdade, obedece a uma agenda neoliberal, que objetiva antes de tudo um financiamento do ensino privado brasileiro. O preenchimento de vagas ociosas por esse mecanismo, contribui de forma sistemática para a ampliação dos gastos do orçamento público federal.

Sob a mira de constantes ataques, tais ações estão sempre em suspeição. É comum ouvirmos alegações de que o sistema de cotas raciais coloca o grupo racial negro em posição de inferioridade e/ou alegam se tratar de um sistema com práticas de “racismo reverso”. Um exemplo disto é a ação que o Partido Democratas – DEM ajuizou no Supremo Tribunal Federal – STF, em 2009. (JANOARIO, 2013; ROCHA, 2014).

Por uma situação específica ocorrido na Universidade de Brasília – UnB, o DEM exigiu que todo o sistema de cotas raciais fosse suspenso para alunes cotistas aprovadas no vestibular daquele ano, e também iniciou uma ação sobre a inconstitucionalidade das cotas raciais. Isto reacendeu o debate sobre as cotas raciais e o racismo. Sujeitos de diversos setores da sociedade ergueram suas vozes e forjaram espaços para que a militância contra e pró-cotas pudessem ser

ouvidas. Embora tenha sido tempo de angústias e medo de um possível retrocesso, foram também dias em que a esperança em novos tempos nos acompanhou de perto.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988), em seu artigo 206 inciso I e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira Nacional (LDBEN) de 1996 (BRASIL, 1996), em seu artigo 3º inciso I, estabelece que o ensino seja ministrado respeitando-se o princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Dessa forma, as políticas de inclusão social assumem o propósito de reduzir as assimetrias sociais; as ações afirmativas são entendidas como iniciativas para promover a igualdade, reduzindo as injustiças sociais (BAYMA, 2012, p. 327).

Os ministros do STF votaram por unanimidade pela constitucionalidade das cotas raciais. Para o Ministro da Educação na época, Aloizio Mercadante, “o Supremo cumpriu um papel histórico ao derrotar a ação que questionava a constitucionalidade das cotas raciais para acesso ao ensino superior”. Antes de expor os votos, os ministros e ministras refletiram sobre a sociedade brasileira ser fundada sob o pilar da escravidão, da ausência de políticas públicas, objetivando assim corrigir os efeitos desse sistema econômico que naturalizaram as desigualdades (MEC, 2012).

A decisão do Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) que concluiu o julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC 41) é, também, uma vitória que merece destaque, dado que reconheceu a validade da Lei nº 12.990/2014, que reserva 20% das vagas em concursos públicos tanto na esfera dos Três Poderes quanto da administração pública federal (JANOARIO, 2013; ROCHA, 2014).

Sobre a adesão das cotas raciais nas pós-graduações, não possui uma regulamentação federal, o que torna facultativo a sua adoção pelas instituições que possuam PPGs. Essa discussão está na ordem do dia, uma vez que estamos acompanhando o Projeto de Lei 3489/20 de autoria do Deputado Federal Bira do Pindaré (PSB-MA) e de outros 21 parlamentares, com a proposta da revisão da Lei de Cotas (CNJ, 2014).

Uma das premissas para a nova lei é a reserva de vagas levando em consideração a proporção do grupo beneficiado, a partir do Censo Demográfico de cada estado e da quantidade de instituições que ele possua. Também dispõe sobre a determinação para que as instituições federais de ensino superior reservem até 50% das vagas nos programas de pós-graduação, tanto para estudantes que se autodeclaram pretos, pardes, indígenas, como para pessoas com deficiência ou ainda LGBTQIA+.

O referido projeto de lei em tramitação na Câmara dos Deputados altera a Lei 12.711/12, socialmente conhecida como “Lei de Cotas”, que em conjunto com a ampliação da assistência

estudantil através do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), atua nas Instituições de Ensino Superior públicas e privadas. Atualmente, a lei de cotas garante a reserva de 50% das matrículas nas 59 universidades e 38 institutos públicos federais para alunos advindos do ensino médio público do Brasil. Os outros 50% das vagas permanecem destinados a alunos que optam pela livre concorrência (SANTOS, 2018).

O Decreto 7.824/2012 define quais são as condições necessárias para o uso dessa forma de reserva de vagas; a Portaria Normativa de nº 18/2012 do Ministério da Educação (MEC) determina e estabelece as condições gerais para a aplicabilidade da lei e dispõe das fórmulas e cálculos necessários para tal reserva (MEC, 2012). Seguindo as legislações, bem como os marcos judiciais oficializados para a efetivação das ações afirmativas nos programas de pós-graduações no Brasil, a Portaria Normativa 13/2016, de 11 de maio de 2016, assinada pelo então ministro da educação Aloizio Mercadante (PT), dispõe sobre a “indução de Ações Afirmativas na Pós-Graduação, e dá outras providências”.

Nos chama a atenção, alguns artigos que endossam a referida portaria.

Art. 1º As Instituições Federais de Ensino Superior, no âmbito de sua autonomia e observados os princípios de mérito inerentes ao desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, terão o prazo de noventa dias para apresentar propostas sobre inclusão de negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência em seus programas de pós-graduação (Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado), como Políticas de Ações Afirmativas; Art. 2º As Instituições Federais de Ensino deverão criar comissões próprias com a finalidade de dar continuidade ao processo de discussão e aperfeiçoamento das Ações Afirmativas propostas; Art. 3º A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES deverá coordenar a elaboração periódica do censo discente da pós-graduação brasileira, com o intuito de fornecer os subsídios para o acompanhamento de ações de inclusão de negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência na pós-graduação, bem como para a avaliação de tais ações junto aos programas de pós-graduação; Art. 4º O Ministério da Educação - MEC instituirá Grupo de Trabalho para acompanhar e monitorar as ações propostas nesta Portaria; Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação⁹⁸. (PORTARIA NORMATIVA, 13/2016)

A portaria acima foi considerada como um significativo avanço no que tange a aplicabilidade da lei para os programas de pós-graduação. Além de determinar a inclusão de pessoas negras, pretas e pardas, indígenas e/ou com deficiência em seus editais de seleção para mestrado ou doutorado, previu que a CAPES elaborasse um censo periódico com os estudantes das pós-graduações para servir de subsídios, e assim, não só acompanhar e monitorar sua execução, mas ao mesmo tempo pudesse ser aperfeiçoada, junto aos programas (mestrado, mestrado profissional e doutorado) que obtivessem cotas raciais, sociais e outras.

⁹⁸ PORTARIA NORMATIVA MEC Nº 13, DE 11 DE MAIO DE 2016.

Entretanto, como expressão da conjuntura de retrocessos e perda de direitos que estamos vivenciamos nos anos de desgoverno do ex-presidente Bolsonaro - PL, em 17 de julho de 2020, a referida portaria foi revogada pelo então ministro da educação Abraham Weintraub. Sem qualquer justificativa para tal revogação, o ministro apenas publicou sua decisão no Diário Oficial da União. A UnB foi uma das poucas universidades que conseguiu aprovar em seus editais de pós-graduação a reserva de vagas para indígenas, quilombolas e para pessoas negras.

O site Agência Brasil (2019) divulgou a pesquisa realizada pelo IBGE, em 2019, sobre os dados que revelam que, pela primeira vez, a população negra superou o número de pessoas brancas nas universidades públicas (50,3%). De acordo com a pesquisa, esse crescimento também é tendência nas universidades particulares, embora ainda não chegue a 50%. Uma das justificativas para esse aumento se deve às ações de políticas afirmativas voltadas para a promoção da equidade social. No entanto, muitos críticos das ações afirmativas têm usado desta pesquisa para justificar o fim das cotas raciais nas universidades públicas ou em outros níveis da educação superior.

Ao olharmos a proporção de jovens negres (pretos e pardes) entre 18 a 24 anos, que estão no ensino superior, compreendemos que este percentual passou de 50,5% em 2016 para 55,6% em 2018. Já entre o grupo social branco, a proporção é de 78,8%, e com a mesma faixa etária. Outro dado interessante que a pesquisa revela, é que o número de negres com menos de 11 anos de estudo e que não estavam frequentando a escola caiu de 30,8% em 2016 para 28,8% em 2018, enquanto o indicador para a população branca é de 17,4% (AGÊNCIA BRASIL, 2019).

Essa pesquisa chega em momento oportuno uma vez que apresenta significativos resultados e demonstra que os índices das populações negras em relação ao acesso no sistema educacional estão melhorando, sendo inclusive usada como um dos termômetros para medir os “bons resultados” que atestam a eficácia das políticas de ações afirmativas. Sobre isso, Costa (2022) afirma que, ao longo de três gerações, houve transformações graduais que impactaram o conjunto das discussões sobre a política de ações afirmativas, oportunizando novas dinâmicas e interlocuções, tanto entre os sujeitos intelectuais negres como ao meio acadêmico. A autora destaca, entre outras coisas, os debates raciais e os processos de organização do ativismo negro (idem, p. 2).

O Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ações Afirmativas – GEMAA, que integra um núcleo de pesquisa inscritos no CNPq, e que tem sua sede no Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP/UERJ, realizou, em 2019, um dos levantamentos mais completos sobre as políticas de ação afirmativa. Este estudo problematiza o processo de adesão da referida política

em cursos de pós-graduação acadêmicos (mestrado e doutorado) nas universidades estaduais e federais.

Na mesma direção, a pesquisa tomou como base os 2.763 editais de seleção dos programas de pós-graduação acadêmicos de universidades públicas, e o período analisado compreende de janeiro de 2002 a janeiro de 2018. O que os dados coletados desnudam é que houve uma ampliação da política de ação afirmativa nos últimos 4 anos. Em análise dos dados, o grupo de pesquisadores aponta que 26,4% dos programas possuíam algum tipo de ação afirmativa até janeiro de 2018, e que as universidades federais aderiram em maior número à política de cotas, ao contrário das universidades estaduais (GEMAA, 2021).

Em dados expostos no Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) da CAPES (2011-2020), encontramos que a maioria dos estudantes de pós que estudam e trabalham durante o curso são negras (es/os). Sem dúvidas, este fator torna-se impeditivo para que esse grupo de estudantes se dedique à elaboração e participação em projetos de iniciação científica. É fato que a entrada de pessoas negras no mercado de trabalho se dá de maneira precoce, ou ainda na infância. Outro fato, é que neste grupo encontra-se a maior quantidade de pessoas tanto na informalidade como no subemprego, e que por vezes, essa renda é a única da casa ou a que ajuda na manutenção dela.

Artes (2015), ao analisar os micros dados divulgados tanto pelo IBGE quanto pelo PNPG da CAPES, revela que a diferença de brancos e negres que trabalham não é tão grande assim. Em porcentagem, o número de pessoas brancas representa 72,3%, enquanto para negras o número é de 72,4%.

Sobre a distribuição de bolsas pelo CNPq, o que a autora revela é que a desigualdade racial também reside nesse aspecto. A análise do quesito raça/cor se deu a partir de 2015 e parte da declaração de bolsistas. Foram 59.160 bolsas, distribuídas em quatro categorias: 27.811 bolsas de iniciação científica (nível de graduação); 9.144 bolsas de mestrado (nível de pós-graduação); 8.165 bolsas de doutorado (nível de pós-graduação) e 14.040 bolsas de produtividade em pesquisa (nível de pós-graduação) (ARTES, 2015).

Um levantamento realizado em 2017 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), demonstra que o total de docentes em universidades públicas e privadas no Brasil era de 400 mil, no entanto, somente 62.239 destas/es, ou seja, 16% se autodeclararam pretos ou pardos. Em comparação com um levantamento similar ocorrido em 2010, observa-se um pequeno crescimento de negres, que antes era de 11,5%. Registra-se ainda,

que do universo de 392.036 docentes que responderam ao Censo, 29,4% não responderam quanto à sua pertença de raça/cor. (CENSO DA EDUCAÇÃO, 2017)⁹⁹

Houve um significativo aumento de negres nos espaços acima referidos. O levantamento apresentado informa que este resultado é determinado por uma série de questões, como, por exemplo, a expansão das universidades públicas e institutos federais, com abertura de novos cursos e, portanto, novos *campi*, particularmente em cidades pequenas e afastados das grandes capitais, como também pela elaboração e execução da lei de cotas para concursos públicos.

Pode-se dizer que, desde a sua criação, a “Lei de Cotas” está sendo observada e analisada por diversos setores da sociedade brasileira, tanto no campo progressista quanto nos mais conservadores. Conforme destaca Costa (2022), sua revisão estava prevista para o ano de 2022 (mas é provável que aconteça em 2023), e isto ocorre em concomitância a instituição das bancas de heteroidentificação, sendo este um instrumento que visa coibir possíveis fraudes no acesso à universidade, por meio das cotas raciais, também sua implementação nas pós-graduações e em outros setores, para além do educacional.

As discussões em torno das ações afirmativas representam uma fonte perene de reflexões. Sem exageros, podemos afirmar que a política de cotas raciais expressa uma agenda de mobilizações que atravessa quase um século de luta, e isto fica evidente ao longo deste trabalho.

Costa (2022) produz uma interessante reconstrução e síntese do que foi este movimento ao longo dos anos, e evidencia três principais períodos pelos quais passou a implementação das cotas raciais no Brasil. De acordo com a autora, o primeiro período foi marcado pela produção de estudos e pesquisas sobre a discussão das relações raciais; o segundo passa pela percepção da estrutura que conforma as desigualdades raciais e pelas discussões sobre ações afirmativas; por fim, aborda a chegada dos anos 2000, e com ele, as primeiras experiências das ações afirmativas no ensino Superior brasileiro (*idem*, p. 3).

A constatação que chegamos é que, de fato, as conquistas e os avanços são reais. Há três gerações que experimentaram os impactos causados pelas políticas de ações afirmativas. No entanto, há muito por fazer e muito o que mudar na estrutura racista em que se sustenta o sistema educacional brasileiro. Sim, desafiamos as estatísticas ao alterarmos o lugar que nos foi pré-estabelecido.

99

Disponível

em:

https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2017.pdf Acesso: 04/out/2022.

Comparo a continuidade das ações afirmativas como uma linda árvore frondosa, que expande seus galhos e raízes ao fazer surgir vários coletivos que incentivam a entrada de pessoas negras, indígenas e quilombolas em diversos programas de pós-graduação, tanto no Brasil como em programas internacionais.

A exemplo do que consegui identificar, ao realizar um rápido levantamento exploratório, fiz o mapeamento de alguns coletivos que oferecem apoio para a entrada de estudantes negres, indígenas, pessoas LGBTQIA+ em programas de pós-graduação, como por exemplo o Opará Saberes/BA – oferece suporte teórico e metodológico para projetos de pós-graduação; Coletivo Dandara/BA – realiza monitoria voluntária a candidatas/as com perfil de Políticas Afirmativas; Coletivo Dona Ivone Lara (RJ) – Curso Preparatório Para o Mestrado em Serviço Social Bete Leandro; Pretinhas na USP (SP) – incentiva mulheres a entrar em programas de mestrado e doutorado na USP; Instituto Braços (SE) – tem a finalidade de contribuir para a efetivação das cotas na Pós-Graduação; Projeto Consciências (SESC/RJ) – Curso Preparatório de Mestrado e Doutorado para Negros, Indígenas e Asiáticos; EDUCAFRO (Saber Afirmativo) – oferece formação e bolsas de estudos nacionais e internacionais; Curso Pós Afirmativas (UnB) – prepara potenciais candidatas negres aos processos seletivos de Programas de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado Acadêmico); Coletivo de Acadêmicas Negras Luiza Bairros (PE) – prepara potenciais candidatas negres aos processos seletivos de Programas de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado Acadêmico).

Messianismos à parte, mas o que o parágrafo acima evidencia é o sentido real de *aquilombar-se*, objetivando inverter a lógica presente nas formas de dominação. Hoje somos muitos. Somos centenas de milhares rompendo com a desumanização dos nossos corpos e dos nossos saberes. Produzimos conhecimentos a partir das nossas vivências e transformamos radicalmente as interdições em possibilidades reais de uma vivência emancipada em realidade. E isto é a *Práxis Revolucionária*, a *Audácia Epistêmica*.

É preciso manter o sentido da luta, pois diante deste panorama de incertezas, tudo o que temos são as conquistas históricas aqui apresentadas e a certeza de que é preciso manter a vigilância para não retrocedermos.

2.4 Intersecção entre gênero e raça/cor: atravessamentos do racismo acadêmico

“Somos herdeiras de mulheres que construíram a mulher e negra. É uma experiência compacta, inteira e singular, que traz vários reflexos em nossa vida.” (Jurema Werneck – 2016. s/p.)

Este tópico discorre brevemente sobre como o racismo e o sexismo se conectam e conformam uma estrutura que atua diretamente na inviabilização das mulheres negras como produtoras de conhecimento. A variável raça cumpre papel central nas relações atravessadas pelo gênero e a classe, uma vez que se colocam como dispositivos dos quais desdobramentos tornam-se o dínamo que potencializa o racismo que invisibiliza a produção de mulheres negras enquanto intelectuais.

Barreto (2020) afirma que o pensamento social brasileiro é, majoritariamente, o lugar em que predomina a presença de homens brancos. Também salienta que mesmo que as temáticas sejam diversas, estes seguem como os grandes intérpretes do Brasil. Alguns poucos intelectuais negres furaram esse cerco.

Ao traçar reflexões sobre outras formas de realizar a produção e transmissão e conhecimento, hooks (1995) propõe o exercício de desconstrução e reconstrução da ideia de intelectualidade. A autora instiga a refletir em como as ferramentas utilizadas como instrumentos para intervir na realidade devem estar em acordo com práticas que sejam de fato uma possibilidade concreta de mudança. Dessa forma, a autora sugere que ensinar e aprender é o constante exercício de contar histórias, mas também resgatar a memória dos sujeitos.

Refletindo sobre a discussão sobre intelectualidade negra¹⁰⁰ proposta por hooks (1995) consiste em problematizar as dimensões e o lugar da teoria e da prática na produção da escrita e conseqüentemente do conhecimento. E segue questionando o sexismo presente na forma habitual de pensar a intelectualidade, denunciando que tal prática provoca o desconhecimento e inviabiliza tal produção, o que incorre em distanciar as mulheres negras de escolher o trabalho intelectual.

Nos últimos anos, pudemos observar o surgimento de grandes intelectuais negras, que através das suas trajetórias de vida desenvolveram excelentes formulações teóricas e científicas para toda a sociedade. Mesmo com a constante tentativa de deslegitimar o trabalho político e científico das intelectuais negras, elas seguem exercitando a rebeldia, tornando suas atuações cada vez mais notáveis.

Se olharmos para o cenário internacional, nos deparamos com a vasta produção de grandes intelectuais como bell hooks, Audre Lorde, Angela Davis, Glória Anzaldúa, Maya

¹⁰⁰ Destaco nesta discussão, a tese de doutoramento da Professora Isis Rosa (Departamento de Serviço Social da UFOP), intitulada: Trajetórias, Práticas e Produção De Conhecimento De Intelectuais Negras e Negros Dos Núcleos De Estudos Arobrasilieiros Da Região Sudeste, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Angelou, Toni Morrison etc. No Brasil, destacamos importantes nomes como Ângela Figueiredo, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Maria Aparecida Bento, Conceição Evaristo, Magali Almeida, Nilma Lino Gomes, Jurema Werneck, Roseli Rocha, Renata Gonçalves, Marcia Eurico, Maria Helena Elpídio, Andrea Lopes, Franciane de Menezes, Mabel Assis, Marylucia Mesquita etc. São mulheres que a partir da vivência adquirida no interior dos movimentos sociais, particularmente daqueles desenvolvidos por e para as mulheres negras, dedicaram e ainda dedicam suas existências para romper com a invisibilidade imposta às mulheres negras.

É perceptível o quanto a produção intelectual das mulheres negras qualifica os espaços públicos e privados, e o quanto a sociedade avança quando também abraça as pautas que as movem. Neste sentido, busca-se o exercício diário de recorrer a outras escritas, a fim de romper com as imposições advindas dos modelos fincados sob a hegemonia branca e eurocêntrica.

Nisto, podemos recorrer a categoria da intersecção ou interseccionalidade, visto que elas nos fornecem elementos para compreender como se dá o enlace entre as categorias que se relacionam e fortalecem o conjunto das opressões. Para Bilge (2009, 2009, p. 70),

a interseccionalidade nos remete a uma teoria transdisciplinar que busca apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade idade, deficiência e orientação sexual.

Apesar de “recentes”, os estudos sobre as experiências advindas de uma divisão sexual e racial do trabalho e os recentes debates inspirados pelo pensamento interseccional, que considera a interação das contradições sociais de classe, gênero, raça, sexualidade, nos fornecem pistas para a compreensão onde ocorre estas trocas.

A interseccionalidade vai muito além do simples reconhecimento da diversidade presente nos sistemas de opressão, que nos permite a compreensão de como se dá a interação na produção e reprodução das desigualdades sociais, estruturadas no desenvolvimento da sociedade. Portanto, a interseccionalidade é vista como uma das formas de compreender o quanto as opressões se entrecruzam, alimentando-se mutuamente. Logo, podemos afirmar que a interseccionalidade é também compreendida como um importante instrumento de luta política.

Segundo Collins (2014), a interseccionalidade é tanto um projeto de conhecimento como uma arma política; este conceito sintetiza nossa compreensão sobre as condições sociais necessárias para a produção de conhecimentos, ao mesmo tempo em que desdobra as

possibilidades sobre o entendimento para as questões que envolvem a busca pela equidade e justiça social.

Collins (2016) realiza uma importante reflexão ao dizer que a criatividade intelectual é própria ao status de *outsider within* (forasteiras de dentro). E nos informa que o pensamento feminista negro resulta de ideias e ações produzidas por mulheres negras, de acordo com suas vivências e pontos de vistas, que embora distintos, caminham na mesma direção de se saber mulheres negras. A autora sugere ainda, que é impossível separar estrutura e conteúdo temático de pensamento das condições materiais e históricas que moldam as vidas de suas produtoras” (idem, p. 101).

Assim, a interseccionalidade pode ser compreendida também pela esfera da produção de conhecimentos e de como se materializa a ausência de mulheres negras no espaço acadêmico.

A mulher negra, elemento no qual se cristaliza mais as estruturas de dominação, como negra e como mulher, se vê, deste modo, ocupando os espaços e os papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. A “herança escravocrata” sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, a grosso modo, não muda muito. As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos, em menor grau nas indústrias de transformação, nas áreas urbanas e que permaneça como trabalhadora nas áreas rurais (NASCIMENTO, 2018, p. 82).

No imaginário social, a mulher negra ainda é vista como aquela que deve ocupar a subserviência e a organização da pobreza. Há uma lógica em manter essa perspectiva do lugar da mulher negra como trabalhadora braçal, zeladora das casas grandes e cuidadora de seus herdeiros. A estrutura da dominação e da subalternidade se firmam, ao passo em que negligencia o lugar da mulher negra enquanto produtora de saber.

Compreender a estrutura por onde se firmam as opressões é necessário para que possamos enfrentá-la. As violências que perpassam o gênero, por exemplo, necessitam ser desnudadas, para assim compreendermos o papel que esta categoria ocupa nesse lugar tão cercado por contradições. Neste sentido, o gênero – que possui sentido mais amplo do que as interpretações advindas do debate sobre os sexos – também está no cerne dessa estrutura.

Saffioti (2004) salienta que a interpretação de cada feminista sobre gênero perpassa pela construção dos múltiplos conceitos que estas adquirem ao longo das suas reflexões acerca desta categoria. Logo, mesmo que de maneira limitada, a definição de gênero resulta de uma construção social entre o masculino e o feminino, e, portanto, o conceito de gênero se constrói a partir da relação mediada pela subordinação da mulher pelo homem. Nisto se dá a importância de analisar a categoria mulher em consonância com os estudos sobre a categoria homem, porque

somente a partir disso podemos compreender que o gênero se constitui como uma categoria que se relaciona a partir de categorias diversas.

Neste trabalho, analisar o papel destas categorias é necessário, visto que isto nos permite compreender o papel deste movimento ao observar a trajetória das mulheres negras contra as práticas epistemicidas. Nós – primeira pessoa do plural, pois aqui reivindico meu lugar de pertencimento enquanto mulher negra docente, pesquisadora e intelectual insurgente – sempre tivemos ampla participação na busca pela liberdade e emancipação da população negra.

O próprio racismo epistêmico é uma das consequências diretas dessa tendência no campo dos estudos feministas, pois tanto a invisibilidade das mulheres negras enquanto protagonistas na história como o silenciamento da produção intelectual desenvolvida por estas mesmas mulheres implicam na construção de uma análise distorcida e limitada sobre a experiência feminina no Brasil (SANTOS, 2016, p. 25).

Historicamente, sempre estivemos à frente na organização pela emancipação e ampliação do protagonismo que nos reconhece enquanto grupo político, que transita para além dos espaços públicos e privados, com características que superam o marcador do gênero feminino ou masculino, porém, ainda somos resumidas a condição de mulheres negras subalternizadas.

Gonzalez (1988) afirma que precisamos ir além de apontar as ausências e silenciamentos, mas refletir sobre quais são os impactos reais e concretos produzidos pelo “racismo por omissão” (idem, p. 25), e que, portanto, materializa a invisibilidade dos nossos feitos, inclusive no que diz respeito a produção das nossas pesquisas nas diversas áreas do conhecimento.

Como já é sabido, as opressões estão solidificadas a ponto de nos colocar na base da pirâmide que sustenta a sociedade. No entanto, a mobilização e articulação desenvolvida por nós, bem antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, foi, sem dúvidas, uma das estratégias mais eficazes na travessia dos séculos. Estivemos aquilombadas em África e em toda diáspora, desenvolvendo ações que foram decisivas para nossa sobrevivência, liberdade e busca contínua pela emancipação humana.

Werneck (2009) frisa a importância das mulheres negras e das suas lutas nos processos de rebeldia e resistência cultivadas ao longo desse tempo histórico. Para ela, as mulheres negras participaram tanto em ações cotidianas como das de confronto entre senhores e escravizadas. Protagonizaram episódios de fugas individuais e coletivas, participaram ativamente dos assassinatos (justiçamentos) de escravocratas e seguem denunciando as violações impostas aos corpos negres, como nos desaparecimentos, assassinatos de jovens negres nas favelas e

periferias e seguem erguendo a voz na luta contra a dizimação do grupo socialmente marginalizados etc.

Na formação e expansão desta diáspora, as articulações empreendidas tinham e têm como âncora principal a luta contra a violência do aniquilamento – racista, heterossexista e eurocêntrico – com vistas a garantir nossa participação ativa no agenciamento das condições de vida para nós mesmas e para o grupo maior a que nos vinculamos. Articulações que se desenvolveram apesar (e a partir) das ambiguidades e limitações de identidades fundadas em atributos externos impostos pelo olhar dominador, de forte marca fenotípica (visual) e cuja amplitude de aniquilamento estende-se ao genocídio e ao epistemicídio (WERNECK, 2010. p.152).

Em vista disso, destacar a trajetória de lutas do Movimento de Mulheres Negras é se reconhecer enquanto herdeira desse protagonismo, enfrentando as desigualdades raciais e de gênero, na busca por igualdade de direitos e pela emancipação humana. Para além de compartilhar experiências baseadas na escravidão, racismo e colonialismo, os protagonismos das mulheres negras são também responsáveis por compartilhar experiências de fidelidade, irmandade, inteligência e de como desenvolver estratégias para os sucessivos processos de lutas e resistências diários.

Partindo das reflexões de Figueiredo (2020), onde ela ressalta a epistemologia feminista negra como insubmissa e aponta os avanços significativos que obtivemos ao adotar como metodologia, uma articulação entre a teoria e a prática política que busca a transformação social. A autora destaca o crescimento das pesquisas, publicações de livros e artigos acadêmicos e, ainda, como nos aliamos à tecnologia ao produzir, divulgar e elaborar conteúdos por e para mulheres negras.

Nas palavras de Figueiredo (2020), estamos vivenciando um movimento importante, denominado de “quarta onda feminista”. Para as mulheres negras, o movimento se alude como “maré feminista negra”, segundo a autora, uma vez que este movimento contribuí teoricamente e amplia as referências que embasam seus escritos. Neste movimento, mulheres negras seguem se articulando, referenciando e incluindo as contribuições de autoras africanas e também afro-diaspóricas (idem, p. 2).

Farias e Moares (2018) fizeram ecoar a voz de várias mulheres ao entrevistá-las sobre suas vivências e experiências na academia/universidade. Partindo de reflexões em como esse espaço dá lugar a múltiplas violências, as depoentes, assim como as autoras, também apontam alternativas para a organização política e resistências. Na visão das autoras, há sinais concretos de que uma mudança está em curso. A atual geração de acadêmicas tem assumido a tarefa de discutir e propor novas conjecturas epistemológicas. Portanto, desnaturalizar o ambiente

universitário e suas complexidades, bem como repensar a escrita e construir um ambiente de afeto, são alguns dos desafios apontados pelas autoras (idem, p. 220-225).

Nesse sentido, pode-se considerar que muitas das lutas que marcaram a história do nosso país contra a escravidão permitiu ao grupo insurgente uma ponta de esperança e nova expectativa de vida. As expressivas participações de mulheres negras em diferentes posições, como estar na linha de frente e atuar com força, beleza e dignidade, é uma das muitas qualidades que nos compõem, principalmente pela facilidade com que circulamos, articulamos e dialogamos com diferentes grupos políticos (WERNECK, 2009, p. 14).

A frase: “*nostros passos vêm de longe*” proferida por Werneck (2009), representa muito positivamente o movimento de mulheres negras contemporâneo. Herdeiras direto do movimento de vanguarda, também seguimos na resistência para dar respostas às urgências que atravessam visceralmente a vida do povo negro, indígena, LGBTQIA+, etc. Estamos desde o chão das fábricas, até nos grandes laboratórios de ciências e pesquisas. Mesmo que em menor número e sem o devido reconhecimento e remuneração adequados, estamos inclusas, buscando cotidianamente o pertencimento.

De acordo com Euclides e Silva (2016), há um número considerável de estudos e análises que abordam gênero e ciência no Brasil e na América Latina, e que buscam dar visibilidade a mulheres negras e as suas contribuições no campo científico, contudo, as autoras problematizam que as pesquisas que elucidem a interseccionalidade de gênero, raça e ciência não são encontradas com precisão (idem, p. 105). E destacam ainda que em outro momento Minella (2012) já havia sinalizado sobre a ausência de estudos que reflitam sobre a intersecção entre gênero, raça e ciência.

Ante o exposto, recorremos ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e ao Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), uma vez que, em pesquisa realizada no ano 2016, foi mostrada a desigualdade presente no sistema de ensino superior, onde é apresentado em números a realidade da docência nas universidades brasileiras. Do total de 63.234 docentes, somente 251 são mulheres negras, ou, se traduzido em percentual, este número representa menos de 0,4% do total.

De acordo com a pesquisa do INEP (2016), mulheres pretas com doutorado são 0,4% do corpo docente de pós-graduação em todo o país. Quando somadas, as mulheres pretas e pardas com doutorado, o percentual que forma o grupo racial das mulheres negras, não totaliza sequer 3% do total de docentes, ou seja, apesar de poucas, seguimos movendo as estruturas.

Aqui, destaco as reflexões de Figueiredo (2020), onde ela ressalta que no espaço acadêmico também vem ocorrendo o movimento político decolonial, e que através das pressões

e disputas internas, têm conseguido incorporar na bibliografia dos cursos ministrados as obras de autores negres e africanes (idem, p. 4-5).

Também merece ser mencionado o fato de que o Censo da Educação Superior (2017) solicitou ao corpo docente se autodeclarar; e, através de questionário enviado pelo INEP e o MEC, e recolhido pelas instituições de ensino, foi possível conhecer mais sobre o perfil docente das universidades brasileiras – os dados implicados, também abrangem instituições públicas e privadas do Brasil. Do total de professores, 44% escolheram não declarar sua raça ou pertença étnica, entretanto, a pesquisa revela que homens brancos doutores representam 43% dos docentes dos cursos de pós-graduação.

A objetividade do que os dados acima representam, evidenciam o baixo número de mulheres negras na docência. Esta é a resposta, que dá conta de traduzir o que buscamos evidenciar trazendo essa reflexão. Os dados demonstrados acima, nos permite alguns questionamentos: Se nós mulheres negras representamos um grande quantitativo na composição da sociedade brasileira, e se estamos desde muitos séculos tanto na frente das lutas políticas como na produção de diversos conhecimentos, entre outras qualidades, o que justificaria essa a baixa representatividade no espaço da produção de conhecimentos?

Mulheres Negras são aproximadamente 44% do total que compõem o percentual da população brasileira (IBGE, 2021). Para determinadas estudiosas/es/os das relações de gênero, não levar em consideração os fatores acima mencionados, incide em poucos estudos ou mesmo em informações inconsistentes sobre a realidade das mulheres negras, negligenciando assim, as intersecções que as atravessam e impactam negativamente este grupo social.

Em concordância com Santos (2016), entendemos que

os muitos silêncios sobre a experiência das mulheres negras no Brasil, e a invisibilidade imposta a este grupo, são evidenciados pela análise da bibliografia sobre os temas gênero, raça e sexualidade produzida, em grande medida, sem considerar as intersecções entre essas variáveis. Por este motivo, é urgente e necessário romper com os silêncios e desafiar as noções dominantes, para assim versar sobre a particularidade da experiência das mulheres negras, para colocá-las no centro do debate a partir do exercício proposto pelos estudos feministas de “escrever a respeito delas e assim tornar histórico o que até então havia sido escondido da história” (SANTOS, 2016, p. 28).

Santos (2016) enfatiza que é preciso compreender que a omissão racial traz sérias implicações para as mulheres negras. Ainda de acordo com a autora, é necessário romper com os silêncios sobre como as violências sofridas pelas mulheres negras trazem impactos que interditam vozes, corpos e mentes, porque tais implicações não podem ser lidas como um

problema isolado, uma vez que contribuem para a preservação e manutenção de quem atenta contra a vida das mulheres negras.

A opressão racial também se estende às mulheres indígenas. Se para as mulheres negras as marcas da invisibilidade causam sérios impactos, para a mulher indígenas ocorre uma série de discriminações advindas da sua condição de pertença étnica de grupos diferenciadas, e que mesmo estando dentro da sociedade brasileira, permanecem à margem das políticas públicas que versam sobre o gênero feminino e às condições específicas do ser mulher (YOSHIDA; SOUSA; SILVA, 2021, p. 137).

Euclides e Silva (2010) problematizam acerca dos muitos desafios enfrentados pelas mulheres negras – acrescento as mulheres indígenas – ao se tornarem doutoras e/ou professoras universitárias. As autoras ressaltam, inclusive, a necessidade de se realizar mais pesquisas sobre esses estudos, dado que estes podem nos apontar os caminhos percorridos por essas mulheres até/após adentrar nestes espaços de poder.

Quais os desafios essas mulheres encontram no cotidiano? Racismo institucional, assim como o gênero incidiria sob a não participação dessas professoras em cargos de chefia? Que estratégias essas sujeitas têm adotado no dia a dia das universidades públicas? (EUCLIDES; SILVA, 2010, s/p).

Acreditamos que as reflexões e inquietações traçadas nas linhas acima operam como pistas para compreendermos de que maneira se dá a ausência de mulheres negras, indígenas e pessoas pertencentes ao grupo LGBTQIA+ em espaços considerados privilegiados, como no ensino superior brasileiro, ou ainda nos espaços em que majoritariamente são cargos que figuram a presença de homens brancos.

É preciso romper a lógica meritocrática em que pré-selecionam os papéis a serem desempenhados socialmente. Para Euclides e Silva (2010), no espaço educacional em específico, um dos discursos utilizados para sugerir a reversão das desigualdades consiste na ideia de que todos são iguais e, portanto, temos as mesmas condições de “vencer na vida”.

Na ideia meritocrática, está também o pensamento de que as performances e competências individuais se aplicam mediante as particularidades do mérito de cada uma/um e não por serem diretamente beneficiadas/es/os pelos preconceitos, discriminações e racismo impresso nas relações sociais aqui presentes. Portanto, a meritocracia incute aos sujeitos à lógica do fracasso. De tal modo, os símbolos impressos nesta forma de relacionar-se funcionam nos culpabilizando pelo não acesso a determinados espaços (EUCLIDES; SILVA, 2010, s/p).

Por ora, deixamos as provocações acima onde reafirmo que as discussões abertas neste tópico não se esgotam aqui, todavia, nos colocamos a exercitar o compromisso político em que

nos comprometemos a produzir inquietações para dar visibilidade ao problema causado pelo racismo epistêmico e por toda essa estrutura racista que o mantém.

Diante das contradições estruturais e sociais em que nos deparamos, nós, mulheres negras, seguimos na contramão do lugar que nos foi imposto. Avançamos em rebeldia, assumindo e somando as maiores forças no que se refere a construção dos caminhos pela efetivação e manutenção das políticas públicas, pelo bem viver, contra todas as formas de interdição, tentativas de aniquilamento, e, sobretudo, pela emancipação humana.

2.5 Afinamentos do diálogo entre Serviço Social e relações raciais

Neste tópico, faremos uma apresentação da trajetória histórica percorrida pelo Serviço Social brasileiro, na busca pela maioria acadêmica e os desafios impostos para tornar-se importante área do conhecimento, bem como os afinamentos necessários para aproximar-se dos temas que urgem na sociedade brasileira, dentre eles, a implementação das cotas raciais nos programas de pós-graduação.

A partir dos anos de 1970, a ABEPSS adquiri sua maioria como área do conhecimento, em condições históricas totalmente adversas, marcado por mobilizações de diversos atores e movimentos sociais que redirecionaram a luta pela universalização dos direitos civis, sociais e políticos e pela ampla abertura democrática do país, como refere Behring (2013). Nesta direção, Ianni (1981) afirma que este movimento também foi marcado pela forte presença das lutas operárias, que impulsionaram a crise da ditadura militar ou, como nomeia o autor, “*a ditadura do grande capital*”.

Segundo Iamamoto (2014), o Serviço Social brasileiro, se atentando para o momento histórico, enfrentou o processo de ruptura com o tradicionalismo profissional e seu ideário conservador, dando início ao que Behring (2013) aponta como um importante movimento para a construção do “projeto profissional do Serviço Social brasileiro”. De acordo com a autora, este movimento se inicia entre anos de 1960 e 1970, com a “Reconceituação Latino-Americana” e o chamado “Método de BH”, todavia, o grande momento de curvatura se deu no dia 19 de setembro de 1979, quando aconteceu no Anhembi, em São Paulo, o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), posteriormente conhecido como “Congresso da Virada”.

O “Congresso da Virada” marca a guinada para os novos tempos. A renovação crítica do Serviço Social brasileiro, passa a realizar suas análises sob a ótica do método crítico marxista, a partir da perspectiva crítico-dialética, recorrendo a historicidade e a realidade concreta para dar conta da totalidade exigida nesse método de análise (CRESS-ES, 2019).

Naquele momento histórico, ocorria no Brasil e em toda a América Latina as lutas políticas em prol da retomada democrática e da liberdade e, mesmo diante de tantas incertezas e perseguições, esta categoria não se furtou em protagonizar ações e estratégias importantes para a construção de um processo político e crítico que busca, sobretudo, a emancipação dos sujeitos.

Elpidio, Rocha e Valdo (2021) demonstram que

[...] as evidências estão no rico legado da reestruturação das entidades representativas da profissão (CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO) e expressas na Lei n. 8.662/93, que regulamenta a profissão, no Código de Ética de 1993 e nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, de 1996. Além de todos documentos posteriores das Entidades que reafirmam os princípios coletivos que orientam a profissão em uma direção emancipatória de sociedade (ELPIDIO; ROCHA; VALDO, 2021, p. 22).

Todavia, reconhecer a relevância dos avanços desta categoria não é um impeditivo para encobrir as incongruências presentes no interior dela. Dentre tantos entraves, a discussão étnico-racial é uma delas. Foram inúmeras as táticas usadas para esvaziar e/ou silenciar as vozes que se levantaram com pautas antirracistas ou popularmente conhecidas como a luta contra as “opressões”. Deste modo, este trabalho está no curso de tantos outros construídos como instrumento de crítica às tentativas de apagamento, sendo ao mesmo tempo didático, uma vez que se constitui no processo dialético de denúncia e de “letramento racial crítico”.

Neste sentido, cabe destacar que:

O Letramento Racial Crítico nos remete a um meio de rebater numa perspectiva individual, as tensões raciais no movimento de reeducar o indivíduo sob uma perspectiva antirracista. Logo, se uma sociedade aprende a ser racista, o Letramento Racial Crítico propõe “desaprender” tal perspectiva. Ou seja, a utilização do Letramento Racial Crítico no ambiente escolar supõe um instrumento potente para o professor letrado que instiga problematizações através das discussões nas práticas pedagógicas abarcando a diversidade e o respeito para através do pensamento crítico e reflexivo desafiar aos alunos a buscarem uma ação crítica e transformadora na perspectiva racial (ALVES, 2018. p. 70).

Numa perspectiva colonizadora e eurocêntrica, a discussão em torno da temática étnico-racial perpassa os atravessamentos e embates de uma sociedade que opta por não se perceber racista, pois, ao fazê-lo, sabe que terá que enfrentar-se. Posso afirmar, que o letramento racial exige muito mais que a postura de visitar práticas racistas ou colocar-se como antirracista, mas implica aos sujeitos despir-se de seu fanatismo político, que os impedem de enxergar-se racistas, misóginas (es/os), patriarcais, xenofóbicas etc.

Para tratar da universidade, seja ela pública ou privada, ou mesmo do ensino superior no Brasil, antes é preciso compreender os impactos que este setor tem sofrido ao longo dos anos, sobretudo, a partir da contrarreforma da educação. Neste movimento, reconhecemos a

história como principal ponto de partida, as respostas que a classe trabalhadora tem dado, como enfrentamento a este processo. E nisto o Serviço Social brasileiro se destaca como uma categoria que se reinventa e reconstrói suas bases teórico-metodológicas e ético-políticas como necessidade vital para o seu aprimoramento.

Netto (1999) evidencia que a categoria profissional é um universo heterogêneo e que os sujeitos que a constroem são sujeitos coletivos, portanto, este espaço se constitui como um espaço plural. Segundo ele, o corpo profissional é uma unidade não-homogênea, uma unidade de diversos; nele estão presentes projetos individuais e societários diversos e, portanto, configura um espaço plural do qual podem surgir profissionais diferentes” (idem, p. 5).

Preconizado por um conjunto de documentos que o sustenta, o Serviço Social no Brasil se materializa a partir do Código de Ética de 1993, na Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993 que regulamenta a profissão, também através das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, e, a partir da orientação teórico crítico marxista, está a construção do Projeto Ético-Político Profissional. A dinâmica que envolve esta categoria, se constrói nos marcos do capitalismo, e, dessa forma, as respostas dadas por esta profissão são respostas que se qualificam mediante a articulação entre a percepção crítica da realidade e a reflexão teórica da prática profissional.

Os princípios contidos no Código de Ética dos Assistentes Sociais (1993) são, pois, extremamente radicais quanto à defesa dos direitos dos indivíduos. Um desses princípios, firma o compromisso com um exercício profissional que combata toda forma de opressão e discriminação. Em vista disso, este princípio reafirma o pacto assumido com uma prática que busque a “eliminação de todas as formas de preconceito”, pautado num projeto emancipatório que busca continuamente a construção de uma “nova ordem societária, sem dominação, exploração de raça, classe, etnia e gênero e sexualidades”.

Este é um dos deveres das/os assistentes sociais. Determina que o fazer profissional deve estar firmado no exercício profissional que não sofra discriminação nem discrimine por questões de “classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física”.

Na mesma direção, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) incorporaram em seu conteúdo programático, tornando-os obrigatórios nos currículos acadêmicos, a temática da questão étnico-racial. Assim, esse documento se apresenta como elemento estruturante das relações sociais e deve ser compreendido a partir das contradições e complexidade histórica.

É importante referir que as Diretrizes de 1996 explicitam a obrigatoriedade de se materializar nos currículos e projetos pedagógicos dos cursos, nas disciplinas e atividades da tríade ensino, pesquisa e extensão, para que proporcionem o aprofundamento do debate sobre

as relações étnico-raciais tanto na formação quanto na prática profissional das/os assistentes sociais.

Significativos avanços versam sobre a temática da questão racial no Brasil. Se analisarmos tal crescimento a partir do Serviço Social brasileiro, veremos que na última década, o número de publicações em revistas de grande circulação ou mesmo de outras áreas que dialogam com esta profissão, tem realizado significativas ações que contribuem para a ampliação dessa discussão.

Acerca disso, Almeida (2017) aponta que

[...] se hoje o Serviço Social brasileiro traz na sua agenda o combate às opressões, é porque há no campo de forças o agenciamento de sujeitos/as negros/as que têm provocado tensões no processo de transformação da realidade. A perspectiva de totalidade social coloca, para o projeto ético-político do Serviço Social e seus agentes, o combate ao ideal de branquidade que prevalece oculto, mas latente e atuante nas relações sociais. Esta tensão, como citei anteriormente, tem provocado a busca de novas possibilidades de analisar e propor projetos criativos e inovadores de transformação da sociedade brasileira (idem, p. 433-434).

Percebemos um salto tanto quantitativo quanto qualitativo dessas produções, o que pode ser interpretado como uma postura progressista adotada pela categoria no enfrentamento ao racismo e outras opressões, mas também como resultado do endurecimento advindo da militância antirracista existente no interior desta.

A consolidação dos chamados Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs) da ABEPSS é um fato que deve ser celebrado como mola incentivadora do aumento mencionado. Sobre este momento histórico, a militância negra desta categoria, entendo a possibilidade de qualificar as estratégias políticas para as relações raciais, organiza-se internamente para a criação de um GTP que aborda tanto as discussões étnico-raciais, como também de gênero e sexualidades.

Por ocasião do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), no ano de 2010, realizamos o I Colóquio de Serviço Social e as Relações Étnico-raciais realizado na UERJ (idem p. 32). Sem dúvidas, este momento representa significativo avanço para a elaboração do GTP de Serviço Social intitulado de *Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades*, pois, condensou esforços e acúmulos teóricos para que ele possibilitasse maior capilaridade para as discussões que seriam realizadas sobre Serviço Social e questão racial e nos possibilitasse ampla articulação do diálogo com a temática.

A consolidação dos GTPs dialoga intrinsecamente com este trabalho e representa o crescimento do Serviço Social como área que amplia a produção de conhecimentos. No tangente ao Serviço Social e às Relações Raciais, também representou uma grande vitória,

sendo vez que permitiu a aproximação da categoria com as discussões da questão étnico-racial e oportunizou a abertura mais ampla sobre este debate.

A conjuntura desse momento histórico, demonstra intenso movimento de reprodução do capital, elevados níveis de acumulação e dos valores que reforçam a naturalização das desigualdades sociais. Aumento da competitividade, imposição do pragmatismo e do discurso da educação voltada para o sucesso financeiro, submetendo-se ao mercado e seus efeitos enquanto regulador das reações individuais e coletivas dos sujeitos.

Em tempos duros como na atualidade, onde a produção de conhecimento, o desmonte da educação e da ciência se agudizam e encontram-se sob constante ameaças, percebemos a construção de estratégias e rebeldias, que caminham na contramão do obscurantismo que se espraia, no país e no mundo. Como veremos a seguir, a discussão racial está cada vez mais presente na agenda de discussão da categoria de assistentes sociais e o interesse em compreender a relação entre capitalismo e racismo, tem feito cada vez mais sentido para a referida categoria.

Antes, é preciso dizer que a questão étnico-racial, há muito tempo, aparece como característica que marca o Serviço Social brasileiro. Silva Filho (2004) e Rocha (2014) evidenciam que, outrora, esse grupo étnico encontrava-se apenas no lugar de usuário dos serviços prestados e com o passar do tempo, esta realidade foi sendo alterada, mediante a entrada de pessoas negras/es nos cursos de Serviço Social e, posteriormente, como profissionais também.

Seguindo na contextualização histórica, em 2004, foi realizada a primeira pesquisa com o objetivo de traçar o perfil dos assistentes sociais no Brasil. O levantamento foi feito pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). E embora afirmemos que esta pesquisa tenha sido realizada tardiamente, é indiscutível que ela subscreve como acertada decisão política posto que desnuda importantes variáveis que nos servem como instrumento de análise sobre o perfil profissional, e jogou luz em mostrar a mudança no perfil destes profissionais. O resultado desse levantamento foi pouco discutido pelas/os assistentes sociais, e a análise crítica também não aconteceu. No entanto, acreditamos que esta pesquisa deve ser mencionada neste trabalho como um grande avanço para a época.

Entre outros objetivos, a pesquisa quis saber a pertença étnico-racial do grupo pesquisado e como as/os assistentes sociais se identificavam. Os dados mostraram que a maioria das/os profissionais se identificou como branca (es/os), ou seja, (72,14%) e os que se identificavam como pretas (es/os), ou negras (es/os) apareciam em seguida somando (20,32%). Cabe destacar que o questionário aplicado foi elaborado através de resposta aberta, o que

permitiu aparecer nesta pesquisa mais dez variáveis quanto à autodeclaração da pertença étnico-racial (CFESS, 2005).

Em pesquisa mais recente (2013), outro levantamento foi realizado com o mesmo objetivo, saber o perfil social dos assistentes brasileiros. Dessa vez, a pesquisa foi feita pela Comissão Organizadora do 14º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), através do questionário contido no ato da inscrição dos participantes. O evento aconteceu no período de 14 a 18 de outubro de 2013 na Cidade de Águas de Lindóia, em São Paulo.

O quesito cor também foi incluído nesta pesquisa, o que não aconteceu na pesquisa anterior. Sendo assim, do total de 3.261 inscritos, no que se refere ao pertencimento de cor/raça/etnia, 57 se autodeclararam amarelas, 1.220 brancas, 8 indígenas, 855 pardas, 301 pretas e 820 não informaram. Com isso, considerando a soma de pretos e pardos, 47,3% das/os assistentes sociais que participaram do 14º CBAS e responderam ao questionário eram negres (CFESS, 2013).

Em comparação a pesquisa realizada há pouco mais de dez anos pelo CFESS, observamos que o número de assistentes sociais que se autodeclararam negres aumentou significativamente – dado este já identificado por Silva Filho em 2004. Entretanto, mesmo que um número bastante expressivo não tenha respondido ao questionário quanto ao quesito cor/raça/etnia, é possível observar tal mudança.

Conforme já demonstrado nesse estudo, os dados acima também nos apontam a urgência de problematizar o tema da questão étnico-racial não só durante a formação profissional, mas também em todas as esferas dessa profissão, sobretudo, no que se refere à produção de conhecimento desta categoria.

Rocha (2009) afirma que analisar a inserção da temática étnico-racial no processo de formação profissional em Serviço Social, bem como sua relevância para a consolidação do Projeto Ético-Político da profissão, configura-se como um grande desafio, tendo em vista que existem alguns entraves que acabam por dificultar a realização de debates ressaltando a importância dessa realidade. Entre outros motivos, alguns entraves se dão pela baixa produção teórica acerca desses temas e, também, pela pouca apropriação da categoria pela discussão das temáticas de cor/raça/etnia. Ou seja, a discussão sobre a temática étnico-racial sempre foi secundarizada por essa categoria profissional e não é percebida como importante variável para uma análise crítica das relações sociais sob a perspectiva da totalidade.

Quanto à baixa produção de conhecimento no que tange a temática étnico-racial, Ferreira (2010) aponta que até junho de 2010 a revista *Serviço Social e Sociedade* – numa das revistas mais importante em publicações teóricas acerca do Serviço Social brasileiro, desde o

seu início em 1939, já havia publicado 102 exemplares, e apenas em três deles foram publicados artigos referentes à temática étnico-racial. As publicações estão nas revistas de número 79, com o artigo de Matilde Ribeiro denominado de “As abordagens étnico-raciais no Serviço Social”, publicado em 2004, e que discorre sobre a militância de assistentes sociais dentro dos “movimentos negros” da década de 1980; ainda o número 81, “A questão racial na Assistência Social: um debate emergente” de Sarita Amaro, do ano de 2005, abordando políticas de ação afirmativa; e, por fim, a de número 99 “A questão étnico-racial no processo de formação em Serviço Social”, de Roseli da Fonseca Rocha, publicado em 2009 (FERREIRA, 2010, p. 11).

Cabe ressaltar ainda, que no ano de 2014 foi lançado um exemplar especial da Revista *Libertas*, contendo somente artigos de intelectuais negros (as) orgânicos (as) do Serviço Social, que debruçam suas análises no estudo da questão étnico-racial e a profissão. Essa revista se configura, também, como uma importante fonte teórica com relativo destaque entre os profissionais da área. Destacamos que essa revista foi a pioneira em trazer um debate franco e aberto sobre as temáticas supracitadas, feito que nenhuma outra produção teórica desta categoria se aventurou em realizar.

Recentemente, por iniciativa da ABEPSS, foi elaborada a publicação *Subsídios para o Debate da questão Étnico-Racial na Formação em Serviço Social* (2017-2018), e a chapa 2017-2020 do conjunto CFESS/CRESS, desde o início da sua gestão, lançou a campanha “Assistente Social no Combate ao Racismo”, resultando na publicação do livro “*Desafios para o Serviço Social na luta antirracista: questão étnico-racial em debate*” (2020-2021) e o outro “*Questão Racial, Serviço Social e os Desafios Contemporâneos*” (2021).

Uma conquista, é a recém-lançada série de sete cadernos - *Assistente Social no combate ao Preconceito*. O caderno de número 3 (três), elaborado pela intelectual Roseli Rocha, oferece pistas em como identificar, combater e lutar contra o racismo. Sem dúvidas, esses cadernos são uma excelente contribuição para refletirmos sobre as práticas e os impactos do racismo. São abordados temas como o racismo institucional e a materialização do racismo em diversas esferas da sociedade brasileira.

Outro momento histórico e importante, foi a realização do *Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil de Serviço Social comemorando os 40 anos do Congresso da Virada - Por Uma Práxis Antirracista: A Virada agora é Preta* em 2019, (ENESSO, 2020); em dezembro de 2020, ocorreu o *I Simpósio Serviço Social e Relações Étnico Raciais: Construindo Uma Plataforma Antirracista*. O evento aconteceu de forma remota. Foram mais de 20 salas com apresentações de minicursos, várias mesas de palestras, debates e

contou com a participação de convidadas internacionais e diversos nomes da luta antirracista no Brasil.

Desde o protagonismo do movimento estudantil no Serviço Social, que por intermédio da ENESSO, bem como da representação discente na ABEPSS, que a pelo menos nas últimas décadas, tem priorizado e incitado o debate das opressões no âmbito da formação profissional e da luta de classes, e assim junto com a grande maioria de estudantes, tem fortalecido e enfrentado as lacunas desta temática no âmbito universitário.

Enquanto esse trabalho é gestado (2022), está em curso a Comissão Temporária de Trabalho (CTT) da ABEPSS – Gestão: Aqui se respira a Luta (2021-2022), onde em conjunto com o GTP Ampliado da ABEPSS, pesquisadoras/es das relações raciais e da questão indígena, atuantes de diversas frentes do Serviço Social brasileiro, se debruçam em análise sobre a implementação das ações afirmativas nas pós-graduações de Serviço Social.

Como resultado deste trabalho coletivo, a gestão que se encerra no 17º ENPESS - UERJ de 14 a 17 de dezembro de 2022, deixa como legado a elaboração da Plataforma¹⁰¹ Antirracista, que acabou de entrar no ar e ganha uma aba interativa na página oficial da ABEPSS. É um repositório, com dicas de textos, separados por eixos de discussão sobre o Serviço Social e as Relações Raciais, que serão alimentados sempre que houver publicações críticas sobre a referida temática.

Outro trabalho pioneiro, é o levantamento feito também pela CTT, sobre a adesão das cotas raciais nas Pós-Graduações, onde a Coordenação de 35 PPGs responderam um questionário com informações sobre a relação destes com a questão étnico-racial. Entre vários relevantes, destaco as perguntas sobre como são trabalhadas as disciplinas com a temática étnico-racial, se há presença de pessoas negras e indígenas etc.

Os marcos históricos que destaco acima podem ser interpretados como possíveis resultados obtidos a partir da chegada das/os primeiros “cotistas” nos espaços que se colocam como sendo o berço da produção de conhecimento, as pós-graduações. Observo nos grupos que organizam tanto a construção política, como da produção acadêmica, uma postura enfática em assegurar que o debate da questão racial seja de fato transversal aos principais eixos que perpassam a formação profissional, tal como destacado.

O interesse em analisar as relações raciais através desta profissão se dá por ser esta a minha área de atuação, e por compreender o nexos histórico desta e sua relação com a

¹⁰¹Disponível em: <https://www.abepss.org.br/subsidiosparaodebateetnicoracial-94> Acesso: 08/dez/22.

emergência da política social, que antes, incorporadas e desenvolvidas pelo Estado monopolista em suas diferentes esferas de poder, foi pensada como resposta às necessidades sociais advindas da expansão capitalista, resultando no acirramento das tensões entre as demandas da classe trabalhadora e da burguesia.

A política social deve partir da perspectiva crítico-dialética, resultante de um processo de relações complexas e contraditórias estabelecidas, principalmente, entre o Estado e a Sociedade Civil. Portanto, “a política social como processo é reveladora da interação de um conjunto muito rico de determinações econômicas, políticas e culturais, e seu debate encerra fortes tensões entre visões sociais de mundo diferentes” (BEHRING, 2009.2). Nesse sentido, a política social está focada numa referência também histórica e crítica, compreendida através da economia política. Assim, o termo “políticas sociais” caracteriza-se pelo entendimento de diversas ações políticas, com abordagens também distintas e diferenciadas, que nos permite analisar a política como um todo (idem, p. 43).

Concordamos com Iamamoto (2009) quanto à compreensão de ser o Serviço Social uma profissão de caráter prático-interventivo, que efetiva sua prática na operacionalização do nexo entre as instituições sociais e os serviços que estas devem prestar, além de atender aos usuários em suas necessidades e demandas na busca pelo acesso aos direitos e cidadania. Além do mais, entendemos que essa profissão se relaciona com as várias formas de produção e reprodução do capital, das relações sociais, das condições de vida, da cultura e da riqueza dos indivíduos (idem, p. 1).

Sobre as características que compõem a questão social, destacamos que esta é um elemento de conflito, a qual se consolida como uma contradição histórica e reside no centro da luta de classes. O enfrentamento da questão social desafia a própria manutenção de uma sociedade, devendo, pois, ser objeto de intervenção dos diversos sujeitos sociais.

As “expressões da questão social” se propagam através de um conjunto de manifestações que incidem diretamente sobre os direitos sociais da população mais necessitada. São exemplos disto os serviços mais básicos, como: saúde, educação, habitação, assistência, entre outras essenciais para a vida dos indivíduos. Daí a política social pode ser vista como resultado dessa luta histórica, que se encontra em constante disputa.

Nesse sentido, toda intervenção profissional ou política, nas manifestações supracitadas, é parcializada, focalizada e com limitações que não resolvem o problema da desigualdade entre as classes sociais. Por isso, podemos afirmar que as “expressões da questão social” é algo que deve ser observado e enfrentado a partir da perspectiva da totalidade e com objetivos concretos

pelo fim da sociedade classista, que efetivem ações que tratem dos problemas postos na sociedade brasileira em sua essência e não apenas no que está aparente.

Desenvolvendo-se numa dimensão estrutural, a “questão social” atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa *“luta aberta e surda pela cidadania”* (Ianni, 1992), no embate pelo respeito aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos. Esse processo, porém, é denso de conformismos e rebeldias, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos de cada um e de todos os indivíduos sociais. É nesse terreno de disputas que trabalham os assistentes sociais (Iamamoto, 2009). E nessa tensão entre reprodução das desigualdades e a produção da rebeldia e da resistência, que a categoria de assistentes sociais atua, buscando interferir diretamente nas relações sociais cotidianas e no atendimento das diversas formas por onde se expressam a questão social (IAMAMOTO, 2009, p. 16).

No tocante a essa profissão, chamamos a atenção para algumas de suas características, como por exemplo, ter na questão social a base de sua fundação enquanto especialização do trabalho. Netto (2005) endossa que através da instauração da ordem monopólica e, ocupando uma posição subordinada na divisão sociotécnica do trabalho, o Serviço Social se profissionalizou, tornando-se apenas executor das políticas públicas e mediador da contradição *capital x trabalho*, pois, são nessas bases que o Estado Burguês se enfrenta.

A análise feita por Yamamoto (2008) quanto ao conteúdo dos eixos temáticos dos programas de pós-graduação elaborados até 2007, conclui que nesses programas os temas que se destacam referem-se a: “cultura, identidades e subjetividades dos sujeitos”; “família, relações de gênero e geração”; “formação profissional, fundamentos e trabalho do assistente social” etc. Podemos afirmar, com isso, que embora todos os temas mencionados tenham interfaces com a temática étnico-racial, poucas são as produções que se debruçam sobre este assunto, silenciando assim um importante indicador social que caracteriza este grupo profissional (IAMAMOTO, 2008, p. 458-464 *apud* FERREIRA, 2010).

Concluimos, por ora, que existem novas exigências colocadas ao Serviço Social brasileiro contemporâneo que se apresentam como *“preocupações emergentes no âmbito do Serviço Social, exigindo novas respostas profissionais”* (IAMAMOTO, 2009). Nota-se ainda, uma nova feição acadêmica profissional e social voltada à defesa do trabalho e dos trabalhadores, do compromisso com a afirmação da democracia, da liberdade, da igualdade e da justiça social no terreno da história, onde não cabe mais negligenciar determinadas discussões (*idem*, p. 4).

Entretanto, é sabido que na sociedade brasileira há poucos espaços que se colocam como arena de debate acerca da temática étnico-racial. Isto não é um problema que se manifesta só

entre a categoria profissional de assistentes sociais, mas uma vez preconizado no Código de Ética Profissional (1993) o compromisso na busca pela equidade e justiça social, torna-se necessário que tal categoria se aproprie de discussões que a façam exercer o seu compromisso ético e político.

Conforme informa Netto (2016, p. 52),

[...] a memória (individual e coletiva, aquela dos sujeitos singulares e aquela de categorias profissionais, grupos e classes sociais), é parte constitutiva da história [...]. A memória não se elabora a partir de parâmetros lógicos e racionais: é uma construção ideal que recupera vivências [...]. Ora, a reconstituição analítica – suposto da recuperação teórica – do processo histórico efetivo, na pesquisa da sua gênese e do seu desenvolvimento para alcançar o seu conhecimento verdadeiro, demanda operações e procedimentos específicos e rigorosos, próprios da ciência e histórica.

A partir do referencial acima, compreendemos que a história não é linear e não está posta sem a interação dos sujeitos. Sendo assim, a análise crítica sobre os processos históricos é a base fundamental para que façamos a defesa intransigente de ações que buscam a efetivação da igualdade, mediadas pelo compromisso assumido em torno da agenda antirracista, que tem se efetivado, através das ações concretas, que se desenvolvem buscando incansavelmente, a superação da opressão, da exploração e da desumanidade que atingem corpos negres.

Como síntese deste capítulo, resgatamos processos históricos e marcos judiciais e/ou regulatórios, igualmente importantes que mobilizou e manteve em curso a luta em torno da construção de outra sociabilidade. As conquistas civilizatórias e vitórias coletivas, é a certeza de que em muito avançamos, mas ainda precisamos avançar. Sigamos mobilizadas, organizadas coletivamente, e que mesmo em trincheiras distintas, é na luta que nos encontramos.

CAPÍTULO III

NO PASSO DO IJEXÁ¹⁰²: A PESQUISA CIENTÍFICA E OS CAMINHOS PARA REALIZAR-SE

“A educação é libertária quando todos tomam a posse do conhecimento como se fosse este uma plantação em que todos temos de trabalhar.”
(hooks, 2017, p. 26)

Dedicamos este capítulo a uma análise sobre a consolidação da pós-graduação em Serviço Social no Brasil, como também aos passos e a exposição da pesquisa que dá sentido a esta tese. Para tal, apresentamos a fundamentação teórica e o percurso metodológico deste estudo; e, posteriormente, mostramos os resultados encontrados diante da pesquisa empírica, tendo como objeto *A Produção de Conhecimento das Pós-Graduações de Serviço Social no Brasil e a Questão Étnico-Racial*.

Nosso objetivo com este estudo consiste não apenas em atestar a lacuna existente entre conceber a questão étnico-racial como aspecto importante para a produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro, mas também em atestar o cumprimento das determinações preconizadas tanto no Código de Ética Profissional (1993) e das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), como da Resolução 01/2004 do Conselho Nacional de Educação e dos Subsídios da ABEPSS para a incorporação da questão étnico-racial (2018).

3.1 A consolidação da pós-graduação no Serviço Social brasileiro

A trajetória construtiva do Serviço Social não aconteceu de forma linear ou mesmo contínua. Em sua gênese, essa trajetória possui características bastante complexas e nem sempre foi compreendida pela própria categoria ou mesmo pela sociedade. Nos deparamos com compreensões diversas sobre este movimento, tanto no que se refere às transformações experimentadas como área que produz conhecimento, quanto desta como categoria profissional.

¹⁰² O Ijexá é um ritmo presente nos terreiros de Candomblé e em espaços diversos de manifestação da cultura brasileira. Este ritmo é também o nome de uma nação africana, e foi difundido no Brasil por meio de artistas como Caetano Veloso e Gilberto Gil. Disponível em: <https://almapreta.com/sessao/cultura/ijexa-ritmo-dos-terreiros-e-da-musica-popular-brasileira> Acesso em: 23 set. 21.

Consideramos como avanços desse período histórico, a consolidação do Código de Ética Profissional de 1986 e, posteriormente, o de 1993 – resultado da construção coletiva da categoria de assistentes sociais. Além do alargamento das bases que sustentam a organização do ensino (ABESS) e da pesquisa com o Centro de Documentação e Pesquisa em Política Social e Serviço Social (CEDEPSS).

A junção dessas duas organizações transformou-se na Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), tal e qual preconiza as Diretrizes Curriculares para a Formação Profissional de Serviço Social e a Lei de Regulamentação Profissional (Lei de Nº 8.662/93). Além de outras legislações sociais que referenciam o exercício profissional, estritamente ligado à garantia de direitos, como o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA de 1990, a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS de 1993, a Lei Orgânica da Saúde – LOA em 1990.

Em 1946, criada como Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS), posteriormente assumindo-se como Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), a atual Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, a ABEPSS, explícita desde a sua nomenclatura, que tem como princípio o compromisso e a relação orgânica entre graduação e pós-graduação, por entender que na consolidação da pós-graduação localizam-se as condições para a qualificação da graduação. Assim, a pós-graduação aporta contributos teórico-metodológicos à graduação que, por sua vez, requalificada, torna-se insumo do desenvolvimento da pós-graduação (GUERRA, 2011. p. 127).

Para Guerra (2011), a mudança dessas nomenclaturas significa um enorme avanço para a profissão, dado que elas expressam o amparo jurídico-legal de uma mudança construída coletivamente. Com isso, a relação orgânica entre graduação e pós-graduação firma um compromisso ético-político e indissociável entre ensino, pesquisa e extensão, consolidando assim o eixo estrutural que conforma a formação profissional através da graduação e da pós-graduação. Constituindo, de forma ampla, as condições necessárias para legitimar a formação e a produção do conhecimento. Assim, o surgimento da ABEPSS passa a ter legalidade como entidade acadêmico-científica e política (idem, p. 127).

A formação em Serviço Social no Brasil passou por significativas transformações nas últimas décadas. O desenvolvimento de um projeto profissional inteiramente voltado para os interesses da classe trabalhadora permitiu com que essa categoria se mantivesse insubordinada aos ditames capitalistas. No tocante a essa questão, ousamos afirmar que a organicidade desta

categoria, na luta contra o conservadorismo¹⁰³ histórico que marca a sua trajetória política, é que lhe permite manter viva a chama da transformação política e social. Ações e valores que vão ao encontro da crítica dialética e das práxis revolucionárias estão preconizados no projeto ético político da profissão.

A criação da pós-graduação em Serviço Social no Brasil resulta, entre outras coisas, do intenso movimento de transformações históricas, as quais surgem como um terreno de possibilidades para o desenvolvimento do pensamento crítico e ideológico¹⁰⁴. Esse espaço configura-se como lugar de disputa teórica e política, no qual a produção do conhecimento ganha relevância e notoriedade, legitimando assim o papel da universidade no tocante ao desenvolvimento do saber, da ciência e da tecnologia.

É aqui onde se faz sentir o peso das questões político-ideológicas. Em uma sociedade de classes, o interesse das classes dominantes será sempre o pólo determinante da estruturação da educação. O que significa que ela será configurada de modo a impedir qualquer ruptura com aquela ordem social. Em consequência, a educação, quer formal, quer informal, sempre terá um caráter predominantemente conservador (TONET, 2007, p. 66).

A produção de conhecimento cumpre um papel importantíssimo para a compreensão das complexidades que se estabelecem nas relações sociais da vida humana. Nessa direção, fica fácil interpretar que a produção do conhecimento é muito mais do que assegurar a direção hegemônica de uma determinada categoria profissional, sendo também responsável pela manutenção das relações de poder que se estabelecem na sociedade¹⁰⁵.

Para Silva e Carvalho (2007), são considerados avanços tanto o desenvolvimento das novas alternativas de intervenção profissional, resultado da expansão das pós-graduações em

¹⁰³ C.f. Escorsim Netto (2011).

¹⁰⁴ Para Guerra (2011), os primeiros cursos a materializar a pós-graduação em Serviço Social no Brasil, embora com nítido perfil tecnológico e com base nos moldes norte-americano, foram os cursos de mestrado implantados nas Universidades Católicas do Rio de Janeiro e São Paulo, ambos em 1972. Todavia o primeiro a ser oficialmente credenciado pelo Conselho Federal de Educação (Parecer 4.428/76), voltado para a formação de docentes e pesquisadores, com o objetivo de “capacitar para a análise crítica da realidade social e para o desenvolvimento de estratégias de intervenção do Serviço Social” (idem) foi o da PUC/RJ, em 1992. Somente na década de 70, a formação profissional dos assistentes sociais brasileiros deixou os espaços das escolas isoladas para se integrar nos espaços universitários.

¹⁰⁵ Alguns estudiosos datam a origem da pós-graduação no Brasil a partir da década de 1930 do século XX. Porém, é na década de 1960, através do parecer de nº 977/65 da Câmara de Ensino Superior, também conhecido como parecer Sucupira, aprovado pelo Conselho Federal de Educação, e no contexto da ditadura militar, que se instituiu a pós-graduação no país. A escolha do nome é uma homenagem ao professor Newton Sucupira, autor do Parecer nº 977 de 1965. O documento conceituou, formatou e institucionalizou a pós-graduação brasileira nos moldes como é até os dias de hoje. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/plataforma-sucupira>. No entanto, somente em 1984 o Serviço Social obteve reconhecimento pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) como uma área específica de Pesquisa (GUERRA, 2011, p. 136).

Serviço Social, como a participação de assistentes sociais em atividades de pesquisas relacionadas à produção de conhecimento. Em consonância com a ABEPSS (2009, p. 1),

O surgimento das pós-graduações em Serviço Social é relativamente recente, remontando a meados da década de 1970. Os anos 1980 significaram para o Serviço Social, conforme a feliz expressão de Yamamoto, a sua maioridade intelectual, tendo em vista o investimento no desenvolvimento teórico, na formação de quadros acadêmicos, na produção bibliográfica, na formação de uma intelectualidade que vem intervindo substantivamente na construção de conhecimento e no debate científico na área e em áreas afins, resultando no seu reconhecimento como área de produção do conhecimento no campo das Ciências Sociais Aplicadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico – CNPq e pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Destaca-se, também, o aumento da produção científica acerca das políticas sociais e de outras questões relevantes para a profissão, fazendo com que esta seja considerada como área específica do conhecimento no campo das Ciências Sociais Aplicadas pela CAPES e pelo CNPq.

Esses resultados consolidaram a ação profissional no campo das políticas públicas, permitindo inclusive a criação de um sujeito ativo e participativo do processo político que culminou com a Constituição Brasileira de 1988. A partir daí fica instituída a Seguridade Social no país, composta pelo tripé: Política de Saúde, Previdência Social e Política de Assistência Social, que levou à seguridade social a adquirir o *status* de Política Pública (ABEPSS, 2009, p. 36).

Todavia, as reformas estruturais ocorridas nesse processo dão seguimento à focalização das políticas sociais, privatização de empresas públicas, ataque direto às políticas educacionais, além do aparelhamento político do sistema educacional brasileiro e ainda das pós-graduações. Deriva-se desse processo de “reestruturação do capitalismo” a execução de uma série de reformas para garantia do seu êxito. No que se refere a esta manifestação do capital, convém sinalizar que é

[...] a contradição que envolve o projeto da reforma universitária, pois a legislação diz que a proposta da reforma é de fortalecimento da universidade pública, seguida pelo aumento significativo do número de IES privadas. Essa mudança tem implicações no fortalecimento do setor privado. As autoras relacionam isso ao projeto de orientação neoliberal, preconizado pelos organismos internacionais e à “corrida” desenvolvimentista dos países que precisam alavancar a inserção dos cidadãos na educação superior (LEWGOY; MACIEL, 2008, p. 95).

O movimento que se desenvolve no interior das universidades brasileiras, é o cumprimento da ordem expressa pelo capital sob a justificativa de que assim as universidades serão incluídas no *ranking* internacional da educação superior. Sobre isso, Amaral (2012)

chama a atenção para as discussões que vêm sendo realizadas a partir da produção de diagnósticos e das exigências do cumprimento de metas para o tão esperado ranqueamento internacional, bem como da “formação de ilhas de excelência”, construídas dentro das próprias universidades por meio de cursos e programas que disputam os poucos recursos institucionais destinados ao funcionamento mínimo dos locais de pesquisa (AMARAL, 2012, p. 231).

É fundamental considerar ainda, que

[...] a flexibilização demandada pelos processos de enfrentamento da crise do capital adentra os espaços do ensino superior no Brasil, no que se refere à sua desregulamentação, flexibilizando a estrutura curricular, de um lado, e estabelecendo um novo marco regulatório, de outro, o qual oferece as bases jurídico-legais para atender as necessidades de valorização do capital no seu atual estágio de desenvolvimento. Na sequência desse *desmonte*, têm-se os processos de desprofissionalização, com a criação de novas áreas de conhecimento (GUERRA, 2011, p. 137, *grifo nosso*).

Guerra (2011) acrescenta que são essas algumas consequências da entrada massiva do capitalismo nos espaços de produção de conhecimento. Ao obedecer a essa lógica mercantilista foram criadas outras áreas do conhecimento, e torna-se compulsório o modelo de formação pragmática e instrumental. Assim sendo, não se pode esperar outra coisa a não ser uma pós-graduação também instrumentalizada e aparelhada, seguindo quase que estritamente para responder às necessidades do capital e dos serviços oferecidos no mercado.

Observa-se o crescimento de pós-graduações em áreas como Ciências Humanas e Sociais nos últimos anos: os mestrados (em geral, profissionais) nas áreas de Defesa Social, Mediação de Conflitos, Aconselhamento Familiar, Direito Social, Vegetarianismo, Enfermidades e Doutorados em Teorias da Justiça e Teorias da sociedade, entre outros. Dentro desta lógica, também surgem os mestrados multiprofissionais e as atuais demandas para as políticas setoriais, a exemplo dos Mestrados Profissionais na Saúde ou em Saúde da Família (GUERRA, 2011, p. 137).

O processo de financeirização da educação, da saúde, do fundo público e das políticas sociais brasileiras não aponta outra direção senão a continuidade da luta pela construção de outra ordem social e pela emancipação humana. Nesse sentido, Barroco (2008) salienta a necessidade da busca constante por condições e mediações que permitam a materialização do compromisso ético-político firmado com e pela classe trabalhadora.

Algumas observações que perpassam o universo da pós-graduação, são de particular importância para a compreensão de como se estrutura a produção do conhecimento no Brasil e no Serviço Social. Dentre essas compreensões, estão: o Plano Nacional de Pós-Graduação/2011-2020 (PNPG), os Grupos Temáticos de Pesquisas (GTPs) da ABEPSS, bem

como os Projetos Pedagógicos dos cursos de mestrado e doutorado em Serviço Social, e os Núcleos e os Grupos de Pesquisa de cada programa de pós-graduação.

Elaborado pela CAPES, o PNPG tem como objetivo definir novas diretrizes, estratégias e metas para dar continuidade e avançar nas propostas para política de pós-graduação e pesquisa no Brasil. Paralelamente a este Plano, está sendo elaborado o novo Plano Nacional de Educação (PNE). De fato, pela primeira vez, um plano nacional de educação contemplará as metas da pós-graduação, e isto porque o PNPG será parte integrante do PNE¹⁰⁶.

O projeto pedagógico é aqui entendido como um projeto de formação, que delibera um

[...] conjunto de diretrizes e estratégias que expressam a prática pedagógica de um curso, como seu núcleo catalisador, não se confundindo com currículo. [...] É a definição das ações intencionais de formação, de como as atividades de professores, de alunos, da administração do curso que se organizam, constroem e acontecem, como um compromisso definido e cumprido coletivamente. [...] É projeto político, porque estabelece e dá sentido ao compromisso com a formação do cidadão e da pessoa humana para um tipo de sociedade, revelando, portanto, a intencionalidade da formação e os compromissos deste profissional com um tipo de sociedade” (SILVA, 1998, p. 20-21).

Sobre os projetos pedagógicos, estes se destacam porque têm como direção principal o estudo do Serviço Social como profissão, a formação continuada e o aprimoramento dessa área de conhecimento. Logo, pensar e analisar os projetos pedagógicos nos possibilita entender onde se constitui a base a partir da qual se estruturam os objetivos dos programas de pós-graduação, voltados principalmente para a formação de pesquisadores e docentes, tanto no âmbito do Serviço Social como das áreas que se relacionam com a profissão.

Por sua vez, os eixos norteadores impulsionam e materializam as diretrizes para a pós-graduação brasileira e os problematizam, tendo em vista que partem de um conjunto de questões complexas e ainda contraditórias. Esse caminho permite não só a busca por respostas capazes de nos fazer compreender as novas configurações da questão social e das relações que se estabelecem entre o Estado e a sociedade, mas também os rebatimentos que tais questões acarretam para a educação no Brasil.

Uma das estratégias do PNPG para levar o Brasil a superar a distância existente entre a pós-graduação daqui e dos demais países, é desenvolver-se nos seguintes âmbitos: 1) na pós-graduação à distância; 2) nos mestrados profissionais (destinados à formação de recursos para as empresas; 3) na interdisciplinaridade; 4) em áreas estratégicas; 5) na internacionalização e cooperação internacional.

¹⁰⁶ Ver em: <http://www.capes.gov.br/plano-nacional-de-pos-graduacao>

Conforme podemos observar, esses “incentivos” foram traçados com o objetivo de alavancar a pós-graduação no país, na tentativa de superar a ideia de que a educação superior aqui ainda se assemelha a um país periférico. Tais estratégias foram pensadas a partir da “política de bolsas”, que considera os cursos de pós-graduação à distância e interdisciplinares como saída para o cumprimento de metas, além de privilegiar o desenvolvimento e o maior repasse de verbas para outras áreas tidas como estratégicas.

Não por acaso, o PNPG está dividido em cinco eixos principais que norteiam suas ações: 1º) Refere-se à expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), onde seus objetivos principais prezam pela “primazia da qualidade, a quebra da endogenia e a atenção à redução das assimetrias”; 2º) Aponta para a necessidade de elaboração de uma agenda nacional sobre a pesquisa associada com a pós-graduação; 3º) Diz respeito às formas de avaliação, primando pelo aperfeiçoamento, bem como a expansão de outros segmentos diretamente ligados ao sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação; 4º) Determina a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade, dando destaque entre as principais características da pós-graduação e os importantes temas da pesquisa; 5º) Assinala como diretrizes centrais do plano, não só o apoio à educação básica, como também a outros níveis e modalidades de ensino, sobretudo, o ensino médio (AMARAL, 2012).

Nisto, de acordo com Tonet (2012),

Nas últimas décadas, com a revolução informacional, o mundo do trabalho sofreu profundas mudanças. Instaurou-se – algo que ainda está em andamento – um novo modelo produtivo, caracterizado pela incorporação cada vez maior da ciência e da tecnologia à produção, pela flexibilidade, pela descentralização, pela necessidade de um giro muito rápido dos produtos e por uma produção voltada para o atendimento de uma demanda mais individualizada (TONET, 2012, p. 13-14).

É possível o entendimento de que tais orientações cumprem o papel de induzir o desenvolvimento de estratégias nas atividades entre a pós-graduação e as fundações estaduais e os fundos setoriais. No entanto, são combinações como essas que direcionam, em grande parte, a política de editais das agências de fomento. Portanto, Amaral (2012) e Tonet (2012) concordam que dessa forma, além de ampliar as possibilidades de refuncionalizar as relações entre o público e o privado, também fortalece o traço histórico conservador que permeia a formação da sociedade brasileira nesses setores (AMARAL, 2012).

Em 2018, após a apreciação dos APCN (Avaliação de Propostas de Cursos Novos), pela CAPES, 3 (três) novos programas foram instituídos. Com relação à área básica: 2 (dois) estão em Serviço Social e 1 (um) em Política Social. Os novos cursos de mestrado são na Universidade Federal de Tocantins (UFT), na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e na

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Também houve a aprovação, nesse mesmo ano, do curso de Doutorado em Serviço Social na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Contabilizamos 20 Cursos de Doutorado: PUC/RS, PUC/SP, PUC-Rio, UFMA, UFRJ, UFPE, UnB, UNESP, UERJ, UFF, FUFPI, UFES, UFV, UEL, UFSC, UCPel, UFRN, UFPA, UFAL e UFJF; e 36 Cursos de Mestrado Acadêmicos. Atualmente, 55,6% dos 36 PPGs da área possuem os cursos de Mestrado e Doutorado, distribuídos em todas as regiões do país. Em média, o tempo de titulação para o Mestrado foi de 24 a 28 meses – dois anos e quatro meses) e para o Doutorado 52 meses (CAPES, 2019, p. 7).

As questões que se apresentam, revelam um cenário nada otimista sobre os rumos da educação brasileira. Nesse contexto de disputas, há forças conservadoras que almejam a preservação e manutenção da ordem vigente. Contudo, a categoria profissional junto às suas entidades representativas vem somando forças e desenvolvendo ações que visam fortalecer à pós-graduação em Serviço Social no Brasil, como também buscam contribuir com o fortalecimento dos programas dos cursos *stricto sensu* na área e, em particular, resguardar a atuação da ABEPSS como associação científica que torna a pós-graduação mais orgânica nesta relação.

3.2 Percursos metodológicos

Utilizou-se as lentes tanto decolonial quanto interseccional, em diálogo com a teoria social crítica marxista, para a construção da pesquisa bibliográfica e para a realização da análise dos dados, tendo em vista que essas trazem pertinentes reflexões, cujas contribuições são fundamentais para a discussão e compreensão das relações étnico-raciais na modernidade.

Logo, numa proposta de exame sistemático do objeto em estudo que vá além da aparência fenomênica, do imediato e fugaz, e que se consiga a apreensão da essência dos fenômenos que se apresentam na realidade social. Elaboramos esta pesquisa científica, sob os aspectos documental, qualitativo e quantitativo, compreendendo que estes elementos se complementam, subsidiando um ao outro, na busca pelo objeto que se pretende explorar.

Barroco (2008) enfatiza que, ao utilizarmos da razão dialética para intervir na realidade social, alteramos a nossa realidade e a dos sujeitos também. Neste movimento, está o ser social, singular e plural, atravessada pelas complexidades que o conforma; e, portanto, inserida no processo histórico e materialista. Dessa forma, à orientação teórico-metodológica presente na teoria social marxista é o que nos permite, enquanto profissionais, inscritas (e/o) na categoria

profissional de assistentes sociais, uma intervenção afinada com o Projeto Ético Político Profissional que fundamenta esta profissão.

A relevância desta pesquisa se justifica pela importância do tema para o Serviço Social brasileiro, do qual caráter prático-interventivo está na efetivação dos direitos de cidadania dos sujeitos, bem como do imaginário social e político que envolve a discussão da questão étnico-racial e sua intersecção com outros aspectos que atravessam a vida social.

Em relação à questão metodológica, empregou-se um conjunto de métodos que melhor auxiliaram no processo de desenvolvimento da pesquisa realizada. Acredita-se que cada método e técnica de pesquisa promoveram uma perspectiva diferenciada de análise no mundo social. A ideia é a busca do rigor científico e do aprofundamento teórico que nortearam o estudo. Entendemos a metodologia como caminho presente em todo o processo da pesquisa, e permeado por um pensamento teórico e direção prática a exercido na abordagem da realidade.

Nas palavras de Minayo (2008, p. 14), “a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade)”. A metodologia se refere, portanto, ao caminho escolhido para se realizar a pesquisa, e é a partir dela que o pesquisador poderá abordar e delimitar seu objeto de estudo. Assim, para a concretização da presente pesquisa só foi possível a partir da apropriação de um conjunto de procedimentos metodológicos adequados, que permitam a aproximação ao objeto em análise.

Minayo (2014) enfatiza, além disso, que sob o aspecto metodológico, não existe uma incongruência nem mesmo continuidade entre a investigação quantitativa e qualitativa. Até porque, a natureza entre elas é distinta. Portanto, a investigação quantitativa opera em níveis de realidade, objetivando destacar os dados sob a perspectiva dos indicadores sociais, seguindo as intenções que se observam na pesquisa.

No que tange a abordagem qualitativa, Minayo (2014) ressalta que essa se desenvolve por buscar responder questões particulares, a partir da compreensão sobre um nível de realidade. Para a autora, tal nível de realidade não pode ser quantificado, uma vez que nele opera outros fatores como, crenças, valores e percepções distintas, levando em consideração o perfil da (es/os) pesquisadora (es/os), e que este seja dinâmico, atento ao que a investigação qualitativa requer, proporcionando tomadas de atitudes fundamentais, para abertura, flexibilidade, capacidade de observação e de interação com as/es/os sujeitos sociais envolvidos.

Tal método de análise se justifica na medida em que o texto analisa a qualidade político-social e cultural do fenômeno expresso através do racismo e das relações sociais estruturadas pelo sistema capitalista vigente, objetivando, sobretudo, compreender o impacto do referido

fenômeno para a produção de conhecimento e dos saberes produzidos por sujeitos que se enquadram em tal grupo racial.

Contudo, enfatizamos que a metodologia se construiu durante a própria pesquisa, ou seja, parte de uma intencionalidade, a qual envolve uma opção teórica e política, mas que é passível de modificações, adequando-se, conforme as necessidades expostas no desenvolver da pesquisa.

Para alcance dos objetivos propostos nesta tese, nos apropriamos das definições conceituais e procedimentos metodológicos das pesquisas bibliográficas, pesquisa documental e levantamento de dados que utilizamos na construção dos infográficos.

Como parte inicial e contínua de nossa pesquisa, trabalhamos com a pesquisa bibliográfica visando um conjunto de procedimentos de pesquisas e leituras encadeadas e relacionadas à nossa temática de estudo. Por pesquisa bibliográfica, entende-se “um procedimento metodológico importante na produção do conhecimento científico capaz de gerar, especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas” (MIOTO *et al*, 2007, p. 44).

A pesquisa bibliográfica se baseou na leitura sistemática como uma das técnicas de pesquisa, prática essa que foi sistemática e contínua ao longo da pesquisa. O uso da pesquisa bibliográfica se fez por entender que a escolha do material pesquisado e lido, não pode ser aleatória; o que exige de pesquisadores uma escolha detalhada da literatura lida e debatida nos encontros da pesquisa, fichada e aprofundada. Consideramos que se trata, pois, de um método imprescindível para qualquer encaminhamento de investigação a ser realizado.

A pesquisa bibliográfica buscou contribuir com os processos de revisão das principais literaturas, contextualização, problematização e aprofundamento teórico sobre as ações afirmativas, a questão étnico-raciais, pós-graduação e o Serviço Social. Para isso, seguimos da seguinte forma: leitura crítica dos fundamentos que constituem o referencial teórico; análise interpretativa dos dados coletados da pesquisa.

Compreendemos que a pesquisa bibliográfica é uma das etapas da investigação científica, exigindo um trabalho minucioso para desenvolvê-la. Portanto, a pesquisa bibliográfica é considerada o primeiro passo para a efetivação de uma pesquisa, possibilitando assim, o conhecimento de trabalhos realizados na área da qual se pretende pesquisar. Tal aprofundamento diz respeito, especialmente, ao reconhecimento do chamado “estado das artes” (ROMANOWSKI, 2006; FERREIRA, 2002) no que se refere aos temas em estudo.

Para interpretação dos dados, utilizamos a análise documental, uma vez que esta é muito utilizada nas ciências sociais e humanas por se tratar de uma técnica que busca, por meio da

interpretação de dados e informações, compreender uma realidade ou fenômeno social. A partir das questões norteadoras, estudamos os documentos para encontrar respostas.

A análise documental pressupõe que os textos (sejam eles manuscritos, impressos, fotos, vídeos, entre outros), contêm significados variados, sentidos expressos ou ocultos (não-dito). Podem ser palavras, frases ou detalhes que expressam algo, uma mensagem. A análise documental estuda documentos para entender as conjunturas sociais, econômicas, históricas e políticas intrínsecas. Intenta interpretar as informações em sua fase bruta, extraindo delas um novo sentido, valorizando e contribuindo para o conhecimento científico.

Segundo Cellard (2008), compreende-se como documento tudo aquilo que serve como prova, textos escritos, fotos, filmes, documentários, registros governamentais, leis, entrevistas, anotações, documentos públicos e privados, entre outros. Importante refletir acerca do contexto histórico, social, econômico e político, no qual o documento – as políticas – foi produzido, bem como entender os sujeitos sociais que os construíram e de como os níveis de desigualdades cumprem um papel funcional para o capitalismo.

Refletindo sobre o que disse o poeta Carlos Drummond de Andrade no poema Nosso Tempo ao afirmar que “... As leis não bastam. Os lírios não nascem da lei...” mas as leis não são frutos de lutas históricas e, portanto, o uso das leis, de forma crítica deve ser referenciada e utilizada como instrumento para enfrentar as desigualdades. Neste sentido, as leis de combate ao racismo e que sigam numa perspectiva antirracista, deve ser referenciada. Isto traz novos valores e princípios e nos possibilita pensar em políticas, que também necessitam de orçamento.

A pesquisa documental, de caráter qualitativo, parte de uma interpretação subsidiada pela perspectiva crítica que nos direciona no objeto aqui apresentado. Propomos uma análise crítica a partir de saberes distintos, mas que confluem para a produção de conhecimentos sobre o fenômeno das ações afirmativas e da questão étnico-racial, a partir do rigor teórico necessário que tal análise merece.

Objetivando dar maior capilaridade para essa pesquisa de tese, realizamos densa pesquisa bibliográfica, com leitura crítica das obras citadas ao longo da problematização, entre outras referentes aos temas versados, como: a fundação sócio-histórica da sociedade brasileira e sua intrínseca relação com o capitalismo dependente, o surgimento do racismo e dos aspectos que o fundam enquanto elemento necessário ao modo de produção capitalista, as políticas públicas e as ações afirmativas.

Por fim, cabe abrir um parêntese para referenciar que optamos por analisar os programas de pós-graduação das Unidades de Formação (UFAS) filiados à ABEPSS, porque ao longo da sua existência, enquanto entidade representativa de formação e pesquisa, esta tem contribuído

com o fortalecimento e desenvolvimento dos programas (*stricto sensu*) dos cursos de Serviço Social, além de produzir constantemente diversos documentos que buscam subsidiar a discussão acerca da produção de conhecimento no Brasil.

A ABEPSS é composta por 6 (seis) regionais, distribuídas da seguinte forma:

Mapa 1 – Distribuição Regional da ABEPSS



Fonte: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)¹⁰⁷.

¹⁰⁷ Disponível em: <https://www.abepss.org.br/regionais.html>

3.2.1 Análise dos dados

As questões chaves foram tomadas como indicadores e trabalhadas em conjunto de análises deste estudo. A construção deste trabalho, está para além de responder questionamentos pessoais, mas sim pela real necessidade de expandir essa discussão em todos os eixos da produção de conhecimento, uma vez que esta pesquisa revela a urgência dessa expansão. Afirmamos que esta elaboração cumpre o papel de denúncia e de instrumento pedagógico, onde se coloca como resposta às tentativas de apagamento e/ou silenciamento de temas que nos é caro, e, portanto, necessários para o fim da sociedade de classes e outras opressões.

Além do mais, esta pesquisa não pretende esgotar as múltiplas questões que atravessam o objeto construído, ao contrário disto, encontra-se flexível às contradições da realidade que foi concebida, posto que, o processo dialético no qual o instrumento que determina a intervenção é também determinado pela realidade que se propõe intervir.

3.2.2 Adesão das ações afirmativas pelos 36 PPGs de Serviço Social da Área 32

Este levantamento foi realizado no período de 2019 a 2022. O marco temporal foi assim estabelecido, levando em consideração que esse é o período em que entrou em vigor o Decreto 7.824/2012, o qual definiu as condições necessárias para o uso das reservas de vagas étnico-raciais, e pela elaboração e execução da Portaria Normativa de nº 18/2012 do MEC, a qual determina e estabelece as condições gerais para a aplicabilidade da lei de reserva de vagas e dispõe das fórmulas e cálculos necessários para que tal reserva se efetivasse¹⁰⁸.

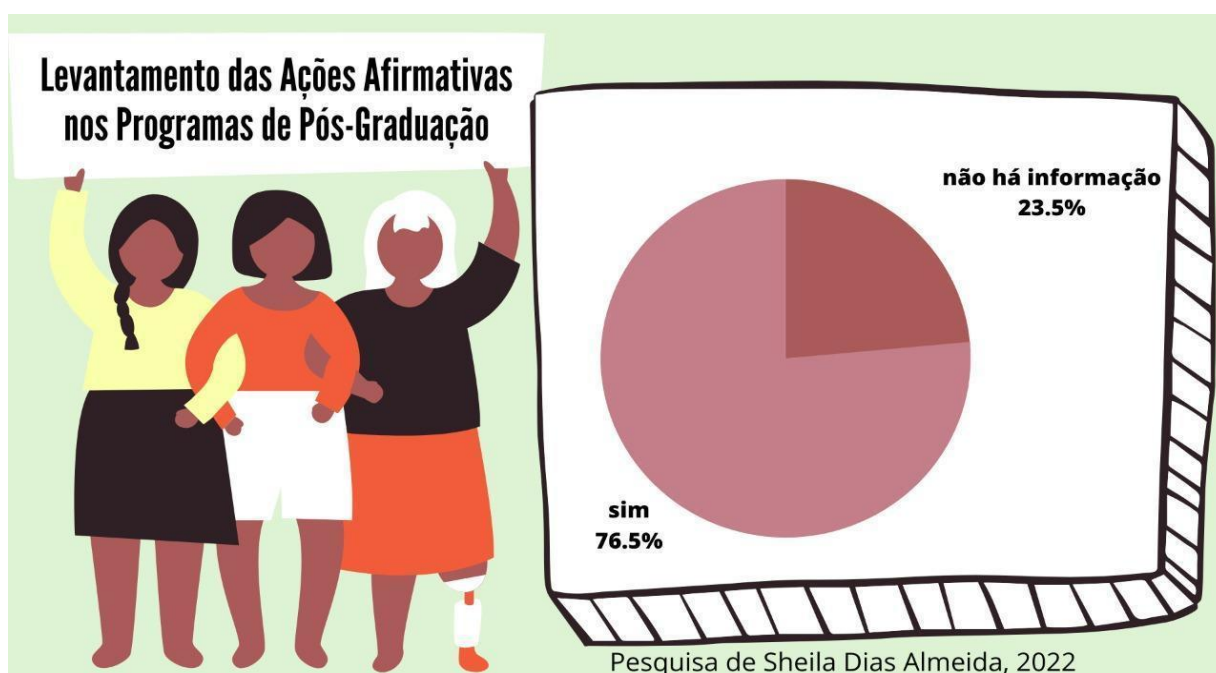
Os elementos analisados foram: instituição; natureza (se pública ou privada); nível de especialização; tipos de cotas aderida e regional da ABEPSS. Os bancos de dados usados foram: site da ABEPSS; site da CAPES; Plataforma Sucupira; portal dos PPGs. E as palavras-chaves utilizadas foram: ações afirmativas; cotas raciais; Serviço Social; questão étnico-racial; racismo.

Para mais, alguns atravessamentos: atualmente, dos 36 PPGs da Área 32, 16 (dezesseis) possuem somente mestrado, e outros 19 (dezenove) mestrado e doutorado, além do fato de que alguns desses cursos foram instituídos recentemente. Isto também pode ser um indicativo de

¹⁰⁸ Salientamos que tanto o decreto quanto a portaria normativa descrita acima dizem respeito à graduação, todavia, acreditamos que isto tenha causado um impacto significativo também para a pós-graduação.

baixa produtividade em relação à temática étnico-racial. Outro fator é que, embora não seja o foco desta pesquisa trabalhar o perfil de pós-graduandos que produziram as dissertações e teses aqui analisadas, reconhecemos que tal levantamento seria de grande importância para dar maior capilaridade a esta pesquisa.

Gráfico 1 – Levantamento das ações afirmativas nos PPGs de Serviço Social



Fonte: Elaboração própria a partir de levantamento no site de cada PPG (36 no total).

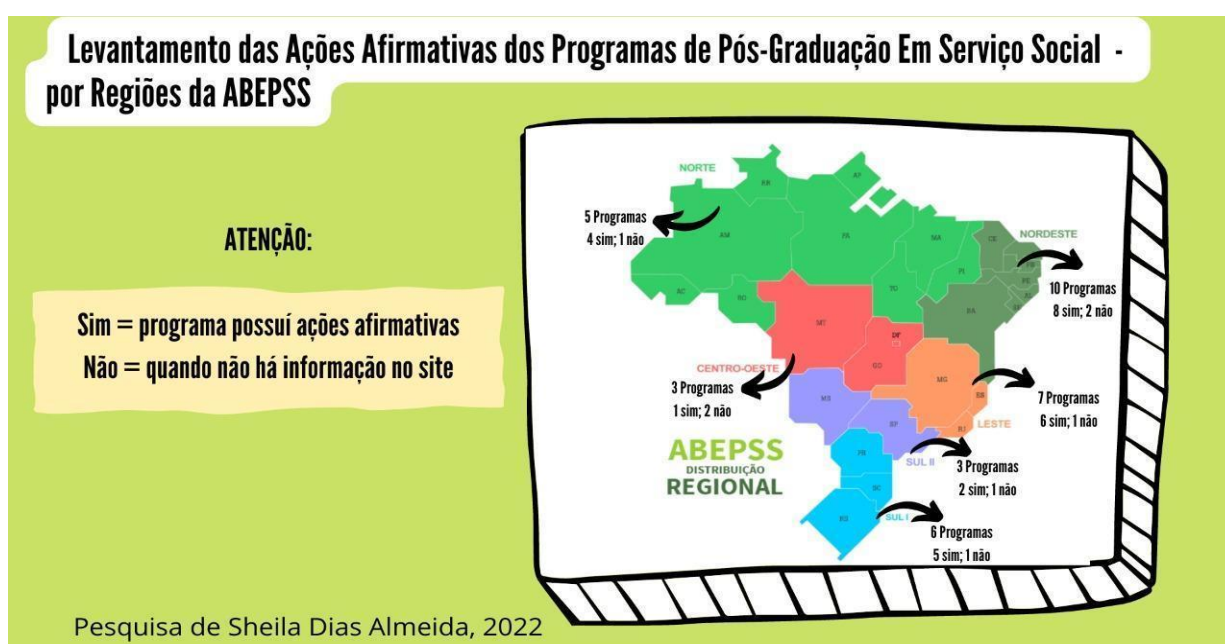
Este levantamento mostrou que do total de 36 (trinta e seis) PPGs de Serviço Social, 7 (sete) – ou 23,5 % – não têm informação disponível se existe ou não ingresso por reservas de vagas étnico-racial ou de outra modalidade. Dos que tinham essa informação, constatou-se que 29 (vinte e nove) PPGs – ou 76,5% – afirmam que sim.

Outro dado relevante, é que nem sempre o PPG menciona em seu site/portal qual a modalidade de ingresso adotada¹⁰⁹. As vagas vão de “candidatas/os autodeclaradas/dos pessoas

¹⁰⁹ É importante ressaltar que alguns PPG só tem uma entrada por ano. Em outras áreas, há aqueles que têm duas entradas por semestre, igual na graduação. As modalidades de entrada são diversas, aqui observamos algumas: vaga ofertada a pessoas com deficiências ou com necessidades especiais; reservas para candidatos Pretos, Pardos e Indígenas (cotas PPI), de acordo com a ordem de classificação dos candidatos que declararem interesse em concorrer a tais vagas; Vagas para estrangeiros. Sobre as modalidades de ações afirmativas, também foram identificadas pelo menos 6 (seis): Cota - Cotas para determinados grupos; Cota + Vagas Suplementares Reservadas (com processo seletivo separado) - Cotas para um grupo e vagas adicionais destinadas exclusivamente a outro(s) grupo(s) de beneficiários, os quais são submetidos a um processo seletivo separado e com regras distintas; Cota + Vagas Suplementares Reservadas (com processo seletivo separado) - Vagas adicionais destinadas exclusivamente

negras (pretas e pardas), quilombolas, ciganas, indígenas, trans (transexuais, transgêneros e travestis)¹¹⁰ ou para pessoas com deficiência” (VENTURINI, 2019), ou simplesmente não especificam, informando somente que há reserva para cotas raciais. Portanto, não há como saber se as reservas são para cumprir as determinações dos instrumentos legais que assim determinam, ou se parte da intencionalidade de promover inclusão e diversidade.

Gráfico 2 – Levantamento das ações afirmativas nos PPGs de Serviço Social por Regiões da ABEPSS



Fonte: Elaboração própria a partir de levantamento no site de cada PPG (36 no total).

Sobre o mesmo levantamento, a prevalência da adesão dos PPGs pelas ações afirmativas em divisão pelas 6 (seis) Regionais da ABEPSS, ficou da seguinte forma: Centro-Oeste: Total

para pessoas pertencentes a determinados grupos e todos os candidatos são submetidos a processo seletivo regulado por edital único; Vagas Suplementares Reservadas (com processo seletivo separado) - Apenas vagas adicionais destinadas exclusivamente a determinados grupos, os quais são submetidos a processos seletivos separados e com regras distintas; Cota + Bônus - Cotas para determinados grupos e bônus em etapas do processo seletivo (VENTURINI, 2019, p. 8-9).

¹¹⁰Também de acordo com este grupo, “a Universidade Federal da Bahia (UFBA) aprovou no início de 2017 uma política afirmativa para todos os seus programas de pós-graduação e tornou-se uma das primeiras universidades a se preocupar com a inserção de pessoas transgêneras nesse nível educacional. Além disso, os programas de pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e em Artes Cênicas da Universidade de Brasília (UnB) também possuem medidas em favor de pessoas trans. Grande do Sul (UFRGS) e em Artes Cênicas da Universidade de Brasília (UnB) também possuem medidas em favor de pessoas trans” (VENTURINI, 2019, p. 12).

de 3 (três) PPGs, onde 1 (um) apresenta algum tipo de reserva de vagas e em 2 não há informação disponível; Leste: Total de 7 (sete) PPGs, onde 6 (seis) apresentam algum tipo de reserva de vagas e em 1 (um) não há informação disponível. Norte: Total de 5 (cinco) PPGs, onde quatro 4 (quatro) apresentam algum tipo de reserva de vagas e em 1 (um) não há informação; Nordeste: Total de 10 (dez) PPGs, onde 8 (oito) apresentam algum tipo de reserva de vagas e em 2 (dois) não há informação disponível; Sul I: Total de 6 (seis) PPGs, onde 5 (cinco) apresentam algum tipo de reserva de vagas e em 1 (um) não há informação disponível; Sul II: Total de 3 (três) PPGs, onde 2 (dois) apresentam algum tipo de reserva de vagas e em 1 (um) não há informação disponível.

As Regionais Nordeste, Leste e Sul I, respectivamente, são as com maiores índices de cursos com adesão às políticas de ações afirmativas.

Venturini e Júnior (2020) destacam que “a pós-graduação brasileira é marcada por intensas desigualdades regionais, étnico-raciais e econômicas” (idem, p. 883). Para os autores, a criação de ações afirmativas é, de alguma forma, uma devolutiva aos grupos socialmente excluídos dos espaços educacionais. Embora reconheçamos que há vitórias nesse percurso, reafirmamos que ele também é marcado por grandes adversidades, tais quais põem em ameaça este processo.

Venturini (2019) resgata que, já nos anos de 1990, a UnB e a USP denunciavam a quase ausência de estudantes negres nas pós-graduações, no entanto, foi a Universidade Estadual da Bahia (UNEB) a primeira instituição de ensino superior (2002) a aderir a política de ação afirmativa voltada para negres e indígenas. Ainda de acordo com o grupo acima, do ano de 2015 até 2018, houve um salto significativo da adesão das ações afirmativas pelos programas de pós. (idem, p. 4-5).

O panorama acima pode ser considerado uma importante vitória e, também, interpretado como uma resposta advinda das muitas mobilizações em prol das políticas de ação afirmativa, construídas ao longo de muitas décadas e consolidadas nos últimos 10 anos. A pressão social, tanto nacional quanto internacional, surtiu efeitos, visto que em várias esferas do governo federal, estadual, municipal, e até mesmo privadas, foram adotadas várias medidas de combate às desigualdades raciais, sobretudo entre não negres (brancos e outros), negres e indígenas.

Sem dúvidas, a luta antirracista foi também fortalecida por meio dos muitos instrumentos jurídicos já citados neste trabalho, como pela legislação específica, que abrange tanto o Estatuto da Igualdade Racial, a Lei n. 12.288/10 e a Lei de Cotas, Lei n. 12.711/12. Sobre as instituições privadas, a criação do Programa Universidade para Todos (Prouni), o

Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), são processos igualmente importantes, que viabilizaram o ingresso de pessoas historicamente excluídas, não só ao acesso, mas também à permanência no ensino superior.

Nas últimas décadas, a pós-graduação em Serviço Social tem se expandido consideravelmente. As universidades públicas lideram o *ranking* (78,8%), seguida das universidades comunitárias (14,7%), com pouca expressividade de instituições privadas (2,9%), em uma tendência inversa à detectada na graduação. Registra-se, que tem havido maior expansão de PPGs nas universidades estaduais (de 3, em 2010, para 8 em 2016 – crescimento de 26%) e redução de Programas em universidades privadas¹¹¹.

Por ora, reafirmamos a importância dos avanços obtidos até o presente momento. Todavia, igualmente reconhecê-los como avanços, é fundamental. No entanto, apesar da ampliação do número de vagas nos PPGs e da entrada de pessoas negres pertencente a comunidade LGBTQIA+, quilombolas, pessoas com deficiência e outras, em diversas esferas da sociedade e não só no Ensino Superior, as práticas racistas e/ou discriminatórias não desapareceram da sociedade.

De acordo com Silvério (2003) e Munanga (2004) existem duas possibilidades de enfrentamento à questão mencionada acima. Para esses autores, dar visibilidade e provocar discussões sobre o racismo, a diversidade cultural e a permanente produção de estudos e pesquisas que desnudam as assimetrias sociais que envolvem diferentes grupos, são mecanismos interessantes e necessários para combater o racismo e outras violências.

3.2.3 Produção de conhecimentos e relações étnico-raciais no Serviço Social

Por produção de conhecimento, compartilhamos da mesma conceituação proposta por Bauer (2012, p. 76):

A produção do conhecimento histórico pressupõe uma Metodologia da História, como uma disciplina especializada e articulada com a própria Metodologia Científica. Esta se deriva diretamente da Filosofia da Ciência, situando-se ao lado da Epistemologia e da Teoria.

Seguindo na mesma direção deste ponto de análise, é possível a compreensão de que a intencionalidade do conhecimento serve como instrumento de domínio do “homem” pela natureza, transformando, a partir das suas objetivações, a prática social que se realiza no e para o conhecimento científico. Portanto, na compreensão marxista, a determinação central do

¹¹¹ RELATÓRIO CAPES, 2017-2020, p. 7.

conhecimento está em conceber a objetivação dele ou no sentido que este adquire, quando se pergunta: para que serve o conhecimento?

Os elementos que compõem as fases da produção de conhecimento são, de acordo com Bauer (2012), questão das fontes históricas, fontes primárias, análise histórica, síntese histórica e a crítica histórica. Nesta concepção, a historicidade (aquilo que é histórico), adquire status de produto abstrato e ao mesmo tempo teórico, com níveis entre o sentido etimológico, amplo, largo e imensurável e sentido restrito mensurável (idem, p. 77-78).

Todavia, o conhecimento só pode realizar-se mediante a pesquisa e, por sua vez, o significado etimológico para pesquisa também é a busca pelo conhecimento. Assim, a pesquisa se torna atividade primária da ciência, onde, através da utilização de um conjunto de recursos, técnicas e instrumentos científicos, a busca pelo conhecimento se realiza desvelando a realidade (ARAÚJO *et al*, 2020, p. 82).

O Serviço Social vem se utilizando da pesquisa como recurso para desnaturalizar a realidade, sobretudo, nos aspectos sociais, culturais, econômicos, raciais etc., através da mediação entre teoria e prática que assistentes sociais se aproximam da perspectiva crítica e desenvolvem suas intervenções na realidade social dos sujeitos. Com isso, a partir de uma articulação coletiva entre vários atores sociais, ocorre o desenvolvimento de estratégias que nos permite caminhar em direção à perspectiva da emancipação humana.

A produção de conhecimento no interior do Serviço Social adquire através do seu referencial teórico e das suas dissertações, teses e linhas de pesquisas um aprofundamento teórico, metodológico e científico capaz de inovar e promover mudanças necessárias na maneira em que a produção do conhecimento se realiza.

Na esteira deste pensamento, Sposati (2007) contribui para refletirmos a relação entre o Serviço Social e a produção de conhecimento. A autora informa que esta categoria profissional se diferencia por realizar o exame crítico das bases ideológicas, que incide diretamente na constituição sócio-histórica da própria profissão e da sua prática. Nisto, ela ressalta que esse foi um dos componentes centrais para a efetiva compreensão das dimensões ético-valorativas do trato para a questão social, bem como da função social adquirida no processo de reprodução de conceber as relações sociais (idem, 2007, p. 16).

Também Yazbek (2004) traz elementos acerca desta análise, ao informar que a relação entre a produção de conhecimento em Serviço Social e o processo sócio-histórico contribuiu para estabelecer uma interlocução entre pesquisadores advindos do Serviço Social com outros sujeitos, cuja área de conhecimento permitiu diálogos. Em outras palavras, essa expansão interdisciplinar nos permitiu alcançar outros saberes, qualificando nossa produção científica e,

desse modo, nos permite estabelecer uma relação mais profícua entre a prática profissional e as classes populares.

Tal e qual coloca Sposati (2007), obter o reconhecimento institucional tanto pela CAPES quanto do CNPq foi fundamental para a área do Serviço Social, dado que o legitima como campo específico de pesquisa. Este reconhecimento trouxe, então, possibilidades de financiamentos para a pesquisa e seus pesquisadores (idem, p. 17).

Contudo, Ribeiro (2017) destaca que ao mesmo tempo em que as universidades se constituem como o campo central para as pesquisas, encontram limites para viabilizá-las uma vez que não possuem recursos próprios. Assim, as universidades ficam subordinadas às agências de fomento, o que também impõe condições e limites para as pesquisas, sobretudo, porque direcionam as pesquisas e por vezes comprometem seu objetivo. No Brasil, a principal agência de concessão pública é a CAPES e o CNPq¹¹², que atuam como principais responsáveis por viabilizar o recurso que garante o incentivo à capacitação através da concessão de bolsas, editoração, pesquisas e a realização de eventos (idem, 2017, p. 185).

Dentre muitas reflexões sobre o lugar da pesquisa na formação profissional, Guerra, Back e Repetti (2013) destacam que esta não pode ser reduzida apenas à pós-graduação, dissociada do ensino e da extensão. Em torno disso, refletem que

[...] a concepção de pesquisa que se forja nas diretrizes estabelece uma relação intrínseca e de autoimplicação com a intervenção profissional, na medida em que a investigação para o Serviço Social ganha o estatuto de elemento constitutivo da própria intervenção profissional. [...] nessa direção, estágio e extensão são espaços privilegiados para a pesquisa concreta de situações concretas, para forjar nos estudantes posturas e atitudes técnico-operativas, investigativas e ético-políticas (GUERRA; BACK; REPETTI, 2013, p. 228).

A pesquisa propicia a mediação necessária para que a relação teoria e prática seja o instrumento de intervenção na realidade, devendo ser estimulada do espaço acadêmico aos mais variados espaços de atuação profissional. Portanto, a formação deve estar a serviço da produção do conhecimento que tenha como princípio servir aos interesses para as lutas sociais, e que o seu fazer se esteja afinado com a luta da classe trabalhadora e o lugar da pesquisa resguardado (GUERRA; BACK. REPETTI, 2013, p. 230).

¹¹² Nos momentos finais dessa tese, fomos surpreendidas/os/es, mais uma vez, com o anúncio do corte de verbas para o Ministério da Educação, o que suspende não só o funcionamento das pesquisas em andamento, como também os possíveis resultados podem sofrer alterações com o passar do tempo. O governo federal, por intermédio do (des) Presidente Jair Bolsonaro (PL), cortou o recurso para o pagamento de aproximadamente 200 mil bolsas de estudos (BRASIL, PORTAL MEC, 2022). Ver mais em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/restricoes-orcamentarias-e-financeiras-impostas-a-capes> Acesso: 08/dez/22.

Feitas as reflexões necessárias para a compreensão da pesquisa e da produção de conhecimentos, vamos agora refletir sobre a importância dessas para a luta antirracista e em prol da educação como um dos principais instrumentos contra as desigualdades sociais. Nessa direção, o panorama a seguir traz uma síntese sobre os avanços e limites que perpassam o âmbito da produção de saberes voltados às relações raciais.

Conforme apresentado nesta tese, o início da pós-graduação *stricto sensu*, no Brasil, ocorreu na década de 1960, e no Serviço Social, apenas na década de 1970. De maneira pioneira, inicia os cursos de mestrados, destacando-se inclusive de outras escolas da América Latina. O doutorado corresponde a um desdobramento da profícua produção decrescente do mestrado. Entretanto, é imprescindível dizer que a produção científica, de fato, começa a ser gestada ainda na graduação. Aos órgãos de fomento à pesquisa, como a CAPES e o CNPq, cabe a regulamentação dos mesmos e sua condição de permanência como um PPG.

Os fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social caminham intrinsecamente junto aos eixos sobre trabalho, ética, questão social, movimentos sociais, saúde, questão urbana e agrária, saúde, previdência e assistência e das relações de gênero e raciais, entre outros, sendo que esses fundamentam esta profissão. Tal produção pode ser observada nos principais fóruns da categoria, como o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) e tantos outros de igual importância teórica e política.

A reflexão que fizemos até aqui, demonstra o quanto a produção de conhecimento da área do Serviço Social tem se ampliado. O relatório da CAPES de 2017-2020 evidencia o crescimento dos cursos de doutorado e destaca que “a expansão recente dos Cursos de Doutorado (crescimento de 80%), um importante indicativo do processo de consolidação dos Programas criados entre o final dos anos 1990 e início dos anos 2000” (CAPES, 2004, p. 4). Apesar de atestar que esta é uma mudança recente, se comparado a outros países, é importante reconhecê-la como um salto na produção científica (*idem*).

Como o nosso principal objetivo com este trabalho é evidenciar a produção de conhecimentos no que se refere à questão étnico-racial na mencionada profissão, passamos a apresentar um breve panorama da produção científica acerca deste eixo de discussão.

3.2.4 Panorama sobre a produção de dissertações e teses no período de 2012 a 2022 nos PPGs de Serviço Social

Para a realização do levantamento, os elementos analisados foram: autora/o/e; título da dissertação ou tese; universidade; programa de pós-graduação; ano; Região da ABEPSS. As palavras-chaves utilizadas foram: ações afirmativas; cotas raciais; Serviço Social; questão étnico-racial; racismo; povos indígenas, ciganos e imigrantes. E os bancos de dados usados foram: sites da ABEPSS; sites da CAPES; Plataforma Sucupira; Portal de cada PPG (através da página oficial da universidade).

Alguns atravessamentos: embora verificou-se o título de cada dissertação e tese e leitura dos resumos, não é possível garantir sobre a perspectiva crítica dos trabalhos. Outra informação relevante, é que nem todas as dissertações e teses informam a linha de pesquisa a que pertenciam no programa, e isto não nos permitiu relacioná-lo com os eixos que figuram como a linha de pesquisa informada pelos PPGs.

O total de dissertações encontradas foi de 181 (cento e oitenta e uma), e de teses 71 (setenta e uma). A partir do levantamento realizado de 2019 a 2022, constatou-se que o total de dissertações e teses produzidas entre 2012 e 2022 nas seis regiões do país, haja vista a divisão da ABEPSS, é: a) Centro Oeste -13 (treze) dissertações e 5 (cinco) teses; b) Leste -59 (cinquenta e nove) dissertações e 17 (dezessete) teses; c) Norte -19 (dezenove) dissertações e 1 (uma) tese; d) Nordeste - 32 dissertações e 1 (uma) tese; e) Sul I -32 (trinta e duas) dissertações e 1 (uma) tese; f) Sul II - 26 (vinte e seis) dissertações e 20 (vinte) teses.

Já em percentual, a produção científica entre dissertações e teses que versam sobre as relações étnico-raciais se traduz da seguinte forma: Regional Centro Oeste: 7,1%; Regional Leste: 34,1%; Regional Norte: 7,9%; Regional Nordeste: 13,1%; Região Sul I: 19,4%; Região Sul II: 18,3%. Região Sul I com 19,4% e Região Sul II com 18,3%.

Com a finalidade de melhor representar os dados encontrados, é possível observarmos nas 2 (duas) tabelas, a seguir, o quantitativo das produções, por meio de dissertações e teses, relacionadas à discussão sobre a questão étnico-racial, com recorte regional (6 (seis) Regionais da ABEPSS), de gênero (autor/a/e) e ano de publicação entre 2012 a 2022.

Dito isso, é importante salientar que os PPGs analisados possuem vínculos com a ABEPSS, e evidenciar esta informação é importante, posto que a produção científica que aqui se apresenta se constrói indissociável aos núcleos de Fundamentos teórico-metodológicos da Vida Social, Núcleo de Fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e o

Núcleo de Fundamentos do trabalho profissional, que, desde 1996, ancoram a formação profissional comprometida com a emancipação humana.

Tabela 1 – Período e quantitativo de dissertações produzidas entre 2012 e 2022 voltadas à questão étnico-racial

ANO	SUL I	SUL II	LESTE	CENTRO OESTE	NORTE	NORDESTE
2012	1	2	2	1	0	0
2013	0	3	1	0	2	0
2014	4	0	3	0	3	1
2015	1	0	3	0	1	4
2016	0	2	8	0	1	3
2017	2	1	2	0	5	4
2018	5	2	6	0	0	2
2019	6	5	13	2	0	3
2020	7	5	6	4	3	5
2021	3	5	12	5	2	5
2022	3	1	3	1	2	5

Fonte: Elaboração própria a partir de levantamento no site de cada PPG (36 no total).

A coleta dos dados apresentados foi realizada entre o início do primeiro semestre de 2019 até o mês de dezembro de 2022¹¹³.

Na Região Leste estão os primeiros PPGs da Área 32, ou seja, alguns dos cursos mais antigos; seguidos respectivamente das Regiões Sul I e Sul II, onde também estão localizadas algumas das escolas pioneiras do Serviço Social brasileiro.

A Região Centro Oeste apresenta o menor indicador sobre a produção das dissertações voltadas às populações negras, indígenas, imigrantes e ciganas.

A Região Norte se destaca pela quantidade de produções acerca dos povos ciganos e de imigrantes e pessoas refugiadas, com 5 (cinco) trabalhos; e, na junção entre relações raciais e imigrações, com 3 (três) trabalhos. Totalizando, assim, 8 (oito) produções. Os anos de 2017 e 2020 representam os maiores indicativos dessas produções.

¹¹³ Como já é sabido, entre março de 2020 a agosto de 2022, o Brasil e o mundo foram assolados pela pandemia do vírus da COVID-19. Isto alterou toda a organização dos espaços sócio-ocupacionais, educacionais, culturais etc. Assim, os períodos letivos e o calendário acadêmico dos PPG também foram alterados, e com isso não conseguimos atestar o período vigente em cada UFA, na ocasião da coleta dos dados.

No tocante à produção de dissertações, foi possível distinguir que é na Região Leste que se concentra o maior índice de trabalhos que versam sobre as relações raciais, sendo que nos anos de 2019 a 2021 houve o maior salto de produções.

A Região Sul I representa a segunda maior produção das dissertações acerca da questão étnico-racial. O ápice das produções foram os anos 2019 e 2020. Essa região é a que representa uma certa continuidade nos índices de produção – como observado, mantém-se relativamente estável o número de produções ao longo dos últimos anos.

Tabela 2 – Temáticas das dissertações produzidas entre 2012 e 2022 voltadas à questão étnico-racial

TEMÁTICA	SUL I	SUL II	LESTE	CENTRO OESTE	NORTE	NORDESTE
Serviço Social e Relações Raciais + Questão Indígena	10	0	0	0	1	0
Serviço Social e Relações raciais + imigrantes	10	3	0	0	3	1
Serviço Social e Relações Raciais + Questão indígena + imigrantes	0	0	0	0	0	0
Relações Raciais	8	18	47	10	8	25
Questão indígena	10	2	1	2	2	5
Outros(imigrantes, ciganos, refugiados, fronteiriços)	4	3	11	1	5	1

Fonte: Elaboração própria a partir de levantamento no site de cada PPG (36 no total).

De acordo com a pesquisa, as dissertações que se debruçam sobre a questão étnico-racial são majoritariamente realizadas por mulheres.

Nota-se que a maioria das dissertações se volta para a temática “Relações Raciais”, conforme representado.

Também cabe referir que, de acordo com Relatório da CAPES (2019), a Região Nordeste concentra a maior porcentagem de PPGs (33,3%) na área do Serviço Social, todavia, assim como em outras regiões, as temáticas que sobressaem são aquelas que versam sobre políticas sociais, e a temática étnico-racial segue na posição de sub-representação.

Tabela 3 – Período e quantitativo de teses produzidas entre 2012 e 2022 voltadas à questão étnico-racial

ANO	SUL I	SUL II	LESTE	CENTRO OESTE	NORTE	NORDESTE
2012	1	1	0	0	0	0
2013	0	3	3	0	0	0
2014	1	0	2	0	0	0
2015	0	1	0	1	1	0
2016	0	5	3	0	0	0
2017	0	1	5	0	0	0
2018	4	2	1	0	0	0
2019	2	1	4	1	0	0
2020	2	1	6	1	0	0
2021	4	3	2	1	0	1
2022	3	2	1	0	0	5

Fonte: Elaboração própria a partir de levantamento no site de cada PPG (36 no total).

A coleta dos dados apresentados foi realizada entre o início do primeiro semestre de 2019, até o mês de dezembro de 2022 (*idem* nota 101).

Acerca da produção das teses, o índice é visivelmente menor do que o das dissertações. Algumas pistas como o início de cursos novos de doutorado e o tempo de permanência no programa – mínimo de 4 (quatro) anos – podem ser fatores que contribuem para esse resultado, uma vez que o tempo de maturação de uma tese é duas vezes maior do que para o mestrado.

A Região Leste mantém-se como a que detém os maiores índices de produção. Um fator que pode contribuir para isso, pode ser a quantidade de PPGs nesta região. Constatou-se, ainda, que é baixa a oscilação entre um ano e outro.

A Região Nordeste apresenta uma produção muito baixa sobre relações raciais, onde registra-se apenas uma tese de doutorado ao longo de uma década.

A Região Sul II também se mantém estável. Lembrando que, tanto a Região Sul I quanto a Região Sul II estão localizadas em regiões do país com o maior índice de xenofobia e racismo, e onde se identifica focos neonazistas, fascistas e conservadores.

Cabe mencionar ainda, que a Região Sul I apresenta uma certa regularidade nas produções de teses, sobretudo a partir de 2018, ano em que se intensifica as mobilizações no país em prol da adesão das ações afirmativas nos PPGs de Serviço Social, assim como de outras áreas.

Tabela 4 – Temáticas das teses produzidas entre 2012 e 2022 voltadas à questão étnico-racial

TEMÁTICA	SUL I	SUL II	LESTE	CENTRO OESTE	NORTE	NORDESTE
Serviço Social e Relações Raciais + Questão Indígena	0	0	0	0	0	0
Serviço Social e Relações raciais + imigrantes	3	1	0	0	0	0
Serviço Social e Relações Raciais + Questão indígena + imigrantes	1	0	0	0	0	0
Relações Raciais	11	14	27	2	0	1
Questão indígena	2	3	2	0	1	0
Outros(imigrantes, ciganos, refugiados, fronteiriços)	1	3	1	2	0	0

Fonte: Elaboração própria a partir de levantamento no site de cada PPG (36 no total).

Assim como as dissertações, os dados mostram que as teses que se dedicam à discussão étnico-racial são em maioria realizadas por mulheres.

Existem poucas produções sobre Serviço Social e relações raciais direcionadas à questão indígena.

O panorama que se segue, informa o crescimento da produção científica com ênfase na temática Serviço Social e as Relações Étnico-raciais. Sua relevância se justifica pelo objetivo de que este se torne um instrumento de análise sobre as lacunas, entraves e desafios que permeiam a produção de conhecimento e a temática étnico-racial no Brasil.

De modo geral, no que concerne o âmbito dos PPGs e da produção de dissertações e teses, destacamos como aspecto importante desta construção a constante necessidade de produzir novos estudos sobre as reais condições dos grupos historicamente excluídos, para que, assim, nos seja possibilitado o desenvolvimento e monitoramento das políticas públicas, sobretudo, aquelas que permitem acesso e permanência ao ensino superior e aos PPGs.

Nossa análise buscou conhecer a prevalência das produções científicas por meio da produção das dissertações e teses, a temática étnico-racial é o eixo que fundamentou as buscas, todavia, compreendemos a necessidade de conhecer a produção sobre outros temas também. Para nossa boa surpresa, apareceram produções sobre povos ciganos, imigrantes, principalmente oriundos do Continente Africano e Países Árabes.

Diante disto, é importante referenciar o Caderno 5 do CFESS (2016), Série: Assistente Social no Combate ao Preconceito - Xenofobia. Sem sombras de dúvidas, esta é uma contribuição histórica sobre os aspectos que perpassam a discussão sobre “*Xenofobia*”, porque concordamos com a afirmação que este é um tema complexo, dado que expressa particularidades de classe, gênero, etnia, religião, os quais estão para além da saída de um território. Esta é uma realidade que representa significativas alterações na esfera da geopolítica mundial (CFESS, 2016, p. 8).

Embora as agências internacionais desenvolvam uma política migratória, não ocorre um debate amplo sobre os atravessamentos dessa problemática. O que se vê, são índices alarmantes de agressões, reações de violência e conservadora aos povos imigrantes. Nisto o Serviço Social brasileiro se destaca, porque além da produção recente mencionada, essa é uma profissão que tem buscado desnaturalizar os preconceitos e as desigualdades dos temas urgentes da sociedade. Elpídio (2020) apresenta algumas reflexões, que evidenciam a questão étnico-racial como um elemento que perpassa centralmente a formação da vida social, e que, portanto, estrutura o conjunto das relações sociais. Embora a sociedade brasileira tenha avançado, constatamos também que são quase inexpressivas as discussões que envolvem os povos indígenas, povos ciganos e a questão da imigração, sobretudo, quando se trata de povos refugiados.

Ora, a dificuldade para traçar reflexões a respeito dos dados encontrados é um exemplo do quanto precisamos avançar. São poucas reflexões críticas a respeito de temas que, assim como a questão étnico-racial, ainda figuram-se como temáticas com pouco interesse político, econômico, cultural e social. As práticas epistemicidas já mencionadas se estendem a outros povos, e estão para além da questão étnico-racial.

Sobre isto, Krenak (2019, p. 9), indaga: “Como justificar que somos uma humanidade se mais de 70% estão totalmente alienados do mínimo exercício de ser?” Para o autor, a desistoricização coloca os sujeitos numa espécie de sociedade que, na verdade, desumaniza e provoca a individualidade.

O Serviço Social brasileiro se destaca internacionalmente uma vez que realiza um imenso esforço interno para interpretar a realidade e, dessa forma, garantir tanto uma formação de qualidade quanto teorias que possam alterar a vida dos sujeitos. Como infere Iamamoto (2014; 2017), a disputa teórica política de projetos desta profissão se dá pela via contra hegemônica, e numa sociedade atravessada por projetos sociais também distintos.

Nesta disputa, precisa-se de organização individual e coletiva, tanto nas dimensões profissionais como na produção acadêmica e educativa. A esta última, é necessário rigor teórico e radicalização contra o conservadorismo e as formas de barbárie e desumanização. Portanto,

‘decifrar o enigma chamado Brasil’ consiste em um enorme desafio, e a produção de conhecimento sobre a realidade que se esconde na dinâmica da vida cotidiana é elemento indispensável para a construção de valores emancipatórios.

A Coordenação Nacional de Pós-Graduação da ABEPSS busca construir estratégias para garantir a autonomia da produção científico-acadêmica, e assim, fornecer subsídios para problematizar a política nacional de pós-graduação. É indiscutível que este movimento expressa os dilemas que envolvem a pesquisa, como também os desafios que se colocam para os programas de pós-graduação em Serviço Social.

O objetivo central dos PPGs é formar pesquisadores/as com excelência, capazes de compreender a realidade para além daquilo que está posto. Neste sentido, o Serviço Social – e as áreas afins – busca aperfeiçoar seus métodos de análises, desde os processos seletivos, quando se escolhe projetos qualificados e que se desdobram em produção de excelentes pesquisas, sobretudo, nas questões que perpassam o mundo do trabalho, das políticas sociais, da questão social, das discussões de gênero, dos fundamentos do Serviço Social e dos projetos de extensão (que inclusive cumpre o papel de aproximar a universidade da comunidade e devolver em conhecimento, aquilo que recebemos através dos recursos que lhes são retirados como impostos).

Gonçalves (2021) ressalta as significativas movimentações que se desenvolveram no interior do Serviço Social nos últimos anos. Segundo ela, tais mobilizações aconteceram em concomitância com as lutas do Movimento Negro e for respaldado pelo Projeto Ético Político Profissional; além disso, a luta antirracista desenvolvida pela categoria estimula o desenvolvimento de pesquisas na graduação e na pós-graduação, em seminários e colóquios, entre outros meios.

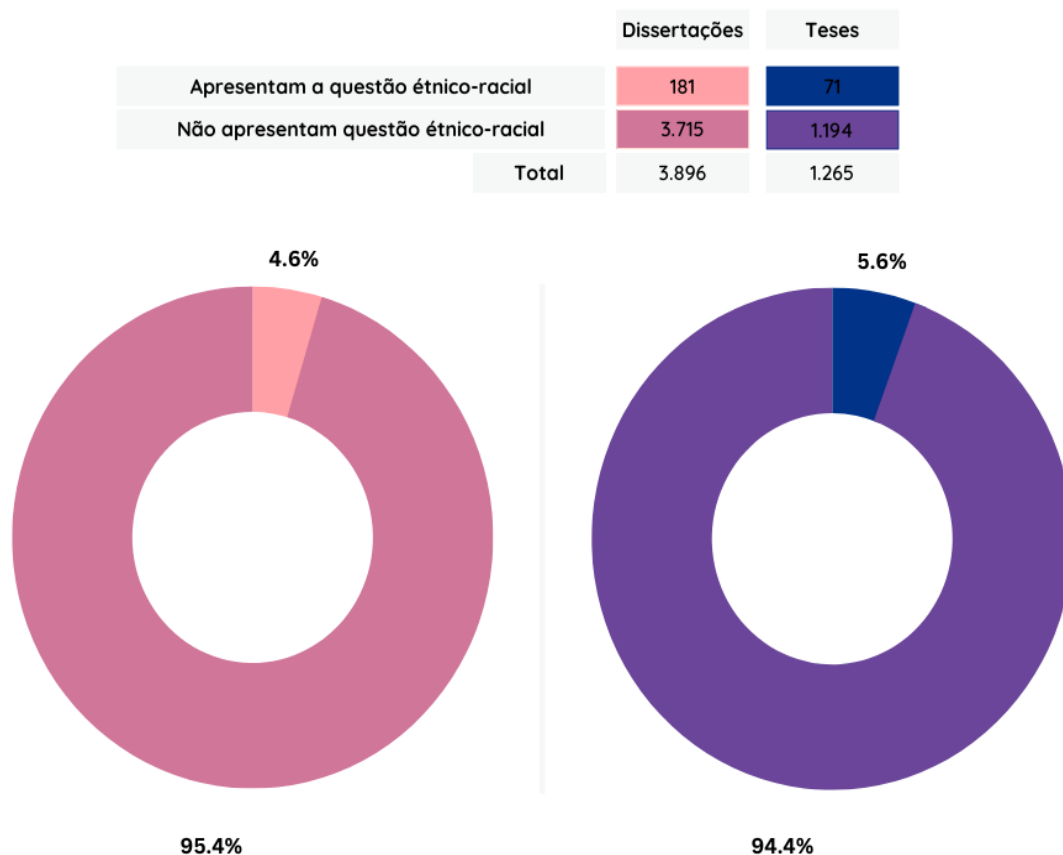
No entanto, também de acordo com Gonçalves (2021, p. 75, *grifo da autora*),

há uma espécie de fosso quando assunto é o conhecimento da produção teórico-política de importantes intelectuais negras/os sobre o impacto do racismo em diferentes aspectos da formação social brasileira. Apesar de farta, a produção teórica desse segmento é o que mais permanece desconhecido no ambiente letrado da *intelligensia* brasileira.

A partir da reflexão acima, compreendemos que este é um dos percursos no qual transita o racismo acadêmico. A produção intelectual, especialmente de mulheres negras, apesar de ser realizada em grande escala, segue secundarizada. Nisto, o Serviço Social, apesar dos avanços, não foge à regra.

Para uma melhor problematização sobre os aspectos apontados até aqui, observemos o seguinte gráfico.

Gráfico 3 – Número total de dissertações e teses produzidas na última década (2012 a 2022) nos 36 PGG de Serviço Social filiados à ABEPSS



Fonte: Elaboração própria a partir de levantamento na Plataforma Sucupira.

Das 3.896 (três mil oitocentos e noventa e seis) dissertações publicadas entre os anos de 2012 a 2022, tendo em conta os 36 (trinta e seis) PPGs de Serviço Social filiados à ABEPSS, 181 (4,6%) versam sobre a questão étnico-racial, e das 1.194 (um mil cento e noventa e quatro) teses publicadas, somente 71 (setenta e uma) abordam a referida temática.

Considerando todos os apontamentos evidenciados até aqui em torno das determinações e manifestações do racismo, bem como suas imbricações na sociedade brasileira, e diante dos dados que informam o número de dissertações e teses produzidas no período de 10 (dez) anos, ainda que consideramos e reconhecemos o significativo aumento de produções que apresentam a questão étnico-racial, deixamos ao Serviço Social brasileiro o seguinte questionamento: De que lugar e como está sendo construída a análise da nossa realidade? Quem pesquisa e sobre

quem/o que se pesquisa? Recorremos novamente a Gonçalves (2018) para perguntar por que raça não aparece com centralidade quando sabemos que existe um *nó entre questão social e questão racial?*

De maneira geral, o Serviço Social desenvolveu elementos que possibilitam uma intervenção qualificada e que objetivamente altera as condições de vida dos sujeitos por onde atua. No entanto, há impasses quanto a algumas questões como as relações raciais e que também precisam avançar. Estas são igualmente importantes e necessárias para que tal intervenção não se dê de maneira apenas momentânea.

Conforme já apresentado neste trabalho, os núcleos que fundamentam o currículo da formação em Serviço Social é o terreno que propicia os avanços acontecerem. No âmbito da graduação, a tese de Rocha (2014), que se propôs analisar as relações étnico-raciais nos currículos da graduação dos cursos de Serviço Social vinculados à ABEPSS, aponta que esta mudança vem acontecendo. Contudo no campo da pós-graduação, este trabalho demonstra que ainda há muitas lacunas.

Estamos a muito tempo denunciando através das nossas escritas o genocídio do povo negro, da população jovem e periférica; apontando que a classe trabalhadora tem cor, gênero, geração etc. A nossa compreensão de como a exploração e a dominação se expressam de maneira mais perversa quando se é negro, mulher, indígena, quilombola, periférica, pobre, entre outros atravessamentos, por muito tempo foi negligenciada.

A experiência de ser pesquisadoras (es) negras não é uma das melhores no espaço acadêmico. Há desprezo pelas produções sobre relações étnico-raciais. Quando não são chamadas de ‘identitárias’, são referenciadas como produção de “minorias”. Ocorre ainda um certo desinteresse em orientar trabalhos de dissertações e teses ou mesmo em elaborar linhas de pesquisas sobre as relações étnico-raciais e outros debates considerados de pouca relevância. A perspectiva conservadora insiste em qualificar as produções sobre os referidos temas como pós-modernos, desconsiderando, assim, os atravessamentos históricos que perpassam o interesse pelas referidas pesquisas.

Diante disso, é pertinente reiterar a reflexão de Figueiredo (2020, p. 10-11):

A nossa realidade desafia qualquer perspectiva de ciência conservadora e neutra. Como pensar na existência de um conhecimento que não esteja voltado para a compreensão de dinâmicas sociais que perpetuam as desigualdades e asseguram privilégios para uma minoria? Como aceitar e, de certo modo, reproduzir conceitos e teorias que em nada nos ajudam em termos de construir uma ciência comprometida com a transformação social. Então, foi exatamente a partir desses desafios, resultantes de uma realidade que se impõe e desafia a estagnação dos conceitos e teorias que essa geração de feministas negras têm reagido, criado um constante diálogo dentro e fora da academia. Falar com tem substituído o falar sobre.

O diálogo estabelecido pela autora reflete angústias e desafios, que estão para além da produção de conhecimento. Outrossim, representa o tanto que as produções negras orientam uma perspectiva emancipatória, comprometida com a transformação social, uma vez que utilizam da produção científica para traduzir a realidade e encontrar os sentidos de uma ciência que desnude fenômenos como o racismo, o sexismo, a violência contra os povos indígenas, o patriarcado etc. Sob essa direção, a produção de conhecimentos deve servir ao propósito que coaduna com a *práxis revolucionária*.

O panorama aqui apresentado decerto representa um avanço, todavia, concordamos com Rocha (2014), posto que, “[...] embora a discussão sobre o tema raça/etnia tem avançado nos últimos anos, ainda está longe de expressar a sua real importância no interior do processo de formação e exercício profissional” (idem, p. 128).

Elpídio (2020) oferece algumas pistas em tratar a questão étnico-racial, com vista a enfrentá-la. Para a autora,

no âmbito das unidades de formação cabe adensar estudos por meio da pesquisa e socializar conhecimentos por meio do ensino e extensão que contribuam para o debate da questão racial e classe social enfrentando alguns dilemas e resquícios do mito da democracia racial presente nas tendências neoconservadoras que negam o debate, e àquelas pós-modernas que evidenciam o sujeito individual liberal e o multiculturalismo, reivindicando a hegemonia do debate racial, dentro e fora do serviço social. Acredita-se que o desenvolvimento e socialização de produções acadêmicas pertinentes ao tema dos fundamentos do serviço social e da questão racial como forma de contribuir para o enfrentamento e para as lutas antirracistas no âmbito da educação pública e do exercício da profissão (ELPÍDIO, 2020, p. 526).

A partir dessas contribuições firmadas em possibilidades concretas sobre como esta categoria pode comprometer-se com ações antirracistas, torna-se nítido que é preciso radicalizar a luta, na busca de encontrar, cada vez mais, formas e sentidos que nos permita construir um horizonte em que as opressões que sustentam o modo de produção capitalista não sejam eficazes no processo de nos aniquilar e nos desumanizar.

3.2.5 Levantamento das ementas e disciplinas sobre a questão étnico-racial nos PPGs de Serviço Social

O período analisado é de 2019 a 2022, tendo como objetivo realizar um panorama se houve aumento das disciplinas em concomitância com o aumento dos PPGs que aderiram às ações afirmativas neste mesmo período. Destaca-se também que todos os 36 PPGs analisados, são vinculados à ABEPSS.

Os elementos verificados foram: a) instituição; b) disciplinas obrigatórias sobre questão étnico-racial; c) disciplinas optativas sobre questão étnico-racial; d) disciplinas em formato de seminários e outros; f) período de vigência informado pela plataforma Sucupira; h) nível de especialização; i) vínculo e nota do programa. As palavras-chaves utilizadas foram: 1) ações afirmativas; 2) cotas raciais; 3) Serviço Social; 4) questão étnico-racial e racismo. E os bancos de dados usados foram: a) site da ABEPSS; b) site da CAPES; c) plataforma Sucupira; d) portal dos PPGs.

No que se refere às disciplinas eletivas ou optativas voltadas às relações étnico-raciais no âmbito da pós-graduação em Serviço Social, a partir do levantamento realizado foi possível identificar que dos 36 (trinta e seis) programas investigados, 19 (dezenove) ofertam disciplinas eletivas ou optativa abordando a questão étnico-racial; 16 (dezesseis) não ofertam disciplinas eletivas ou optativas acerca desta discussão; sobre 1 (um) PPG não foi possível identificar tais informações (site fora do ar).

A informação acima, de que apenas um PPG oferta disciplina obrigatória sobre a temática étnico-racial, contrasta com a quantidade de programas (gráficos 1 e 2), os quais demonstram que a maioria dos PPGs aderiram às ações afirmativas. Pela reflexão construída ao longo deste trabalho, onde fundamentamos teoricamente sobre a relevância da discussão étnico-racial, concluímos que não basta aderir a cotas raciais e não discutir a centralidade do racismo na sociedade brasileira.

O debate sobre relações raciais e as ações afirmativas tem que ser realizado em sua amplitude e não apenas como reserva de vagas. Quais são as/os autoras/es negras/es utilizadas como referência bibliográficas nos editais? Como dizer que estamos avançando, se os editais do Serviço Social, seja para carreira docente, cursos de mestrado e doutorado etc. não vimos contemplados as/os referenciais teóricos pretas/os? Sem que ocorra esta mudança, a perspectiva antirracista não se efetiva na prática.

Com relação a reflexão sobre as dimensões pedagógicas da produção e transmissão de conhecimentos pelas disciplinas, Libâneo (1994, p. 150) demarca:

Os conteúdos de ensino são duas coisas: uma pedagogia de cunho crítico-social reconhece a objetividade e a universalidade dos conteúdos, assim como reconhece que nas sociedades capitalistas difunde-se um saber que reflete os interesses do poder, isto é, um saber que seja vantajoso para reforçar a atual forma de organização social e econômica. Existe, pois, um 180 saber objetivo e universal que constitui a base dos conteúdos de ensino, mas não se trata de um saber neutro.

Diante das colocações feitas por este autor, compreendemos que existe uma relação dialética entre docente e estudante. Esta interação, por sua vez, se apresenta a partir de

mediações sobre o processo de transmissão e aprendizado do conhecimento. Portanto, cabe ao docente construir caminhos no processo da formação profissional que oportunize a/o estudante estabelecer uma percepção da realidade, bem como sobre o meio no qual essa/e se insere socialmente. Assim, a formação numa perspectiva antirracista deve estar presente em todos os currículos e em todas as modalidades de ensino.

A partir desta ótica, afirmamos que a educação deve servir ao propósito de uma intervenção social crítica, onde, através dos instrumentos, técnicas e, sobretudo, de um método de ensino, o conhecimento seja transformador, alterando deste modo a relação sujeito e sociedade. Diferente do que exige o modo de produção capitalista, em que a produção de conhecimento se torna indispensável para a obtenção do lucro. Ao contrário disso, uma educação libertária se coloca em prol da construção de uma pedagogia emancipatória.

Traçamos um diálogo entre o caráter pedagógico das disciplinas elaboradas para a formação profissional do Serviço Social, cujas disciplinas são estruturadas a partir de conteúdo programático, ementa, objetivos e referências bibliográficas. Destaca-se que, ao buscar as referências bibliográficas ou mesmo o conteúdo programático de algumas disciplinas eletivas ofertadas em alguns PPGs, essas informações não foram encontradas. Isso pode ser interpretado como reflexo da condição marginal ou mesmo secundarizada que a temática tem.

Neste momento recorreremos aos Princípios das Diretrizes Curriculares, que são:

1. Flexibilidade de organização dos currículos plenos, expressa na possibilidade de definição de disciplinas e ou outros componentes curriculares - tais como oficinas, seminários temáticos, atividades complementares - como forma de favorecer a dinamicidade do currículo;
2. Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social.
3. Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
4. Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares;
5. Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
6. Padrões de desempenho e qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos, com máximo de quatro horas/aulas diárias de atividades nestes últimos;
7. Caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional;
8. Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão;
9. Exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que 181 compõem a produção das ciências humanas e sociais;
10. Ética como princípio formativo perpassando a formação curricular;
11. Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional (ABEPSS, 1996).

Os princípios sublinhados acima permitem a compreensão de que a defesa por disciplinas obrigatórias para a discussão das relações raciais na pós-graduação em Serviço

Social cumpre – ou deveriam cumprir – o que as Diretrizes de 1996 determinam. Tais princípios ganham relevo quando a ABEPSS em ação deliberada no planejamento da gestão “Quem é de luta, resiste!” (biênio 2017-2018), com a proposição da criação da Comissão de Trabalho sobre Cotas articulada ao GTP que trata da questão, assumindo o compromisso em favor das políticas de ações afirmativas nos PPGs. Um exemplo, é a elaboração do documento *As cotas na pós-graduação: orientações da ABEPSS para o avanço do debate* (ABEPSS, 2018).

Esse posicionamento da ABEPSS é um importante avanço, dado que a referenciada entidade acadêmica científica que coordena, institui e direciona o projeto de formação profissional em Serviço Social, no âmbito da graduação e pós-graduação, está caminhando em consonância com os elementos que fundamentam esta profissão, sobretudo, no que está no Código de Ética Profissional (1993) e no projeto ético político.

Ainda em relação a esse assunto, a entidade declara que “[...] o que se aplica em relação às cotas no nível de pós-graduação ao possibilitar a aplicação de medidas que permitam evitar que a discriminação racial ocorra no momento do acesso e durante a permanência deste grupo na universidade” (ABEPSS, 2017, p. 2). E aponta ser necessário que os PPGs da Área 32 reconheçam a urgência das ações afirmativas, enfatizando que esta é uma ação que incide sobre reparações, cujo enfrentamento deve ser encarado com o objetivo de “eliminar as diversas formas de discriminação que cerceiam as oportunidades de determinados grupos na sociedade” (idem).

Pode-se apreender, com isso, que para a ABEPSS a política de cotas raciais na pós-graduação é um dos caminhos que se percorre contra o epistemicídio e o racismo acadêmico. Em linhas gerais, o documento instrui de forma pedagógica que cada PPG se atente à sua adesão.

Considerando que o racismo é parte fundante do sistema de dominação e exploração, o Serviço Social brasileiro caminha inversamente a essa lógica e reivindica ser contrário. É indiscutível que a indiferença e o silenciamento para com esse debate funciona como mecanismo de manutenção e reprodução da ideologia racista e, portanto, depõe contra o Projeto Ético Político Profissional.

Almeida (2013) problematiza que a análise das expressões da questão social sob a perspectiva de totalidade deve ser orientada por valores historicamente construídos em defesa da democracia, liberdade, cidadania, justiça e igualdade, os quais cimentam o projeto ético-político profissional.

Nossa educação é alicerçada em valores burgueses. Entretanto, a capacidade criativa/transformadora e histórica dos sujeitos permite, através da práxis social, a consciência dos limites da sociabilidade burguesa à realização plena de sua humanidade. A consciência desse limite é o que o faz promover transformações. Mas o processo de desconstrução não é de forma alguma linear. Trata-se de um processo contraditório, sempre exigindo a crítica do instituído na sociedade capitalista (ALMEIDA. 2013, p. 140).

Dessa forma, é um fator que contribui para a apreensão fragmentada da realidade e do entendimento que as relações sociais são efêmeras e instáveis, e que delas decorrem também as vivências objetivas, tal e qual salienta Barroco (2011). Esses processos se expressam através do empobrecimento de análises reais que ultrapassem os limites dessa sociabilidade burguesa, a qual estamos inseridos e condicionados. Assim, urge rompermos com a naturalização das desigualdades e das opressões que se recalam sob a lógica do natural.

O Serviço Social brasileiro preconiza em seus instrumentos legais, a necessidade de realizar disciplinas obrigatórias, sobretudo, acerca das temáticas étnico-racial e indígena. Entretanto, como se observa a partir dos dados apresentados, o mesmo não acontece nas pós-graduações. Tanto a ausência quanto a forma enviesada em que as referidas temáticas aparecem na produção de conhecimento, nos faz indagar se estamos retrocedendo e voltando a caminhar na contramão da perspectiva da totalidade. Sobre este movimento, Guerra (2013, p. 131) afirma que “[...] uma formação teórico-política crítica permite revelar o significado de uma capacitação contínua e as implicações de sua negligência”.

Também para a autora, existe um tipo de formação que rebaixa e acaba por limitar e empobrecer as formas reais e concretas de enfrentamento às expressões da questão social. Portanto, reiteramos que a pós-graduação cumpre o papel não só da continuidade da formação, mas também do aprofundamento do conhecimento com vias a fornecer subsídios para a produção de estratégias e novos instrumentos onde se pretende intervir.

Outro dado encontrado, é que dos 36 (trinta e seis) PPGs, somente 5 (cinco) ofertam disciplinas em formato de seminário, fórum e outros, com ênfase nas relações étnico-raciais; 1 (um) não apresenta informações (site fora do ar) e 30 (trinta) não tem nenhuma dessas modalidades.

A discussão acerca da questão étnico-racial praticamente desaparece ao ser posta junto com outros temas, ou das ditas “opressões”¹¹⁴. Compromete-se o caráter pedagógico da disciplina, se esta não for elaborada nos moldes que deve ser executada.

¹¹⁴ Cabe ressaltar que durante muito tempo, até mesmo a ABEPSS e demais órgãos representativos da categoria secundarizaram todos esses debates ao colocá-los juntos em um mesmo grupo e linha de pesquisa. Acreditamos que o despreparo e falta de cuidado ao trabalhar a temática racial é o reflexo de como esta foi e ainda é negligenciada pela categoria.

No geral, a proposta impressa nos formatos das disciplinas acima não se proporciona de maneira adequada, a que se pretende. Outrossim, temas relevantes e de muita densidade teórica em apenas um momento ou um encontro, onera o debate e sem dúvidas compromete o fôlego para que as temáticas sejam suficientemente contempladas, abrindo caminhos para interpretações equivocadas.

3.3 Uma breve análise crítica do Relatório de Avaliação da Quadrienal da CAPES (2017-2020) acerca da Área 32

A análise a ser realizada acerca do Relatório de Avaliação da Quadrienal da CAPES (2017-2022) apresenta um resumo sobre a área de Serviço Social. Assim, nos debruçamos sobre este instrumento de avaliação com a finalidade de melhor compreendermos quais as orientações ele recomenda sobre a adesão das ações afirmativas nos PPGs. A pertinência em analisar este documento, ainda que brevemente, se justifica a partir do fato de que este determina, apresenta propostas e direciona as ações a serem desenvolvidas pelos PPGs.

Atualmente, 55,6% dos 36 (trinta e seis) Programas de Pós-Graduação da área possuem os cursos de Mestrado e Doutorado, distribuídos em todas as regiões do país, de acordo com o documento.

Na última década, houve significativa expansão de novos cursos de PPG na área do Serviço Social. A isto, atribui-se ao pressuposto “do amplo processo de renovação acadêmica e profissional crítica que ocorre no Serviço Social no Brasil, nas últimas décadas, no intuito de romper com as marcas conservadoras e confessionais de sua origem” (CAPES, 2019, p. 5).

O documento também apresenta os principais temas discutidos pelos PPG, que são:

Trabalho, reestruturação produtiva, proteção social, seguridade social, avaliação e análise de políticas e programas sociais. Destacam-se igualmente, como objeto de pesquisa, os aspectos sociais relacionados aos seguintes temas: envelhecimento, terceiro setor, migrações, voluntariado, questão agrária, urbana e ambiental, **questões identitárias**, famílias, além da priorização de estudos sobre criança e adolescente, entre outros. Essa produção também expressa a crescente preocupação com as expressões da questão social no Brasil, decorrentes dos elevados índices de desigualdade social e pobreza, realçando a importância do Serviço Social contemporâneo na apreensão e no trato das questões nacionais, regionais e locais (CAPES, 2019, p. 5, *grifo nosso*).

O documento foi elaborado em plena efervescência no que se refere à adesão das cotas étnico-raciais nos PPGs, inclusive o período de elaboração do mesmo foi em concomitância com os Subsídios da ABEPSS (2018), e não há qualquer menção sobre o tema em questão. O máximo que o documento se refere, é sobre “questões de identidades”.

Cabe mencionar, também, que os cursos de mestrado e doutorado na área de Serviço Social ocupam um lugar de destaque enquanto produção de conhecimento, visto que as pesquisas científicas realizadas pela categoria assumem centralidade ao tratar, de forma crítica, de temas que atravessam cotidianamente a vida de sujeitos.

O Relatório CAPES (2017-2020) aponta alguns possíveis impactos da Área 32 na sociedade. De acordo com o documento, é também através do conhecimento produzido que se desenvolvem as formulações e execuções das políticas públicas, leis e dos serviços, assim, a produção intelectual organiza concursos públicos e outras ações. Em síntese, é a produção intelectual desta área que tem subsidiado uma produção crítica, incidindo diretamente nas diversas expressões da questão social (CAPES, 2019, p. 14-15).

O documento evidencia que a área possui alguns eixos temáticos para direcionar suas produções, e são eles: “Serviço Social, Política Social e Relações de Gênero, Raça, Etnia, Sexualidade e Desigualdades Sociais, Econômicas e Culturais; Sexualidades, Identidades de Gênero e Direitos” (CAPES, 2019, p. 15). Isto expressa, portanto, que a área se atenta aos temas que urgem na sociedade e que precisam ser analisados.

Todavia, quando numa rápida análise do Relatório da CAPES (2019) e sua relação com a adesão das ações afirmativas pelos PPGs de Serviço Social, onde também destaco que este documento foi elaborado no mesmo período em que a implantação das cotas étnicos raciais estavam acontecendo, notamos que este relatório sequer menciona tal adesão ou o seu movimento. Pode-se aprender, com isso, que se o documento que analisa e direciona as ações da área e que inclusive aponta as possíveis estratégias de intervenção na realidade social, ancorado pela pesquisa e a produção de conhecimentos, não concebe a adesão das afirmativas como um movimento legítimo para tal intervenção, nos impele a certeza de que a mobilização em torno de sensibilizar a área precisa ser questionada.

Que intencionalidade se esconde diante de tal ausência? Quais limites se impõe, quando a direção social e política que deveria instruir a área também se silencia? É real, que há um investimento intelectual e orgânico da categoria, que se articula com setores progressistas e que estão a provocar rupturas com o racismo estrutural e estruturante que ainda escamoteia os impactos desta violência nas relações sociais desta sociedade.

Elpídio (2020), através de reflexão certa, problematiza como esse eixo está intrinsecamente relacionado com os fundamentos do Serviço Social, em particular, com os 3 (três) Núcleos de Fundamentação das Diretrizes Curriculares de 1996, demonstrando que as relações raciais atravessam a construção da sociedade brasileira tanto quanto permeiam as relações sociais em diferentes aspectos.

Netto (1999) e Iamamoto (2017) inferem sobre a necessidade de conhecer profundamente a história do Brasil, desde a sua gênese. Isto implica, pois, em compreender que o processo de escravidão deixou marcas profundas, e que precisam ser enfrentadas. Como exposto, o racismo é uma realidade; as variadas formas de discriminações, interdições e tentativas de apagamento da história de um povo é a métrica que legitima o genocídio e o extermínio de negres, indígenas, LGBTQIA+'s etc.

Dessa forma, mais do que um eixo, a discussão sobre as relações raciais precisa percorrer todos os lugares em que a produção de conhecimento alcançar. Tal e qual demonstramos ao longo dos capítulos desta tese, os números que expressam as desigualdades entre um determinado grupo social e outro são abissais. O exercício de revisar a história é indiscutível e fundamentalmente necessário para desnudar fenômenos impressos em práticas racistas.

A pesquisa em Serviço Social assume um caráter central, e se desenvolveu ao longo do tempo/espço a partir de perspectivas teóricas distintas, refletindo o contexto em que se localizava. Em relação a essas correntes, Iamamoto (2009) destaca o positivismo, a fenomenologia e o próprio marxismo.

Neste sentido, concordamos que a produção teórico-científica do Serviço Social começa a se desenvolver ainda âmbito da graduação, quando nos deparamos com instrumentos que nos possibilitam compreender a realidade para além do que se apresenta. Netto (1999) diz que uma formação acadêmica de qualidade permite a compreensão crítica necessária para direcionar e analisar de maneira igualmente crítica a realidade que se apresenta, todavia, um dos desafios para esta formação ancorada na perspectiva crítica são os atravessamentos do próprio cotidiano, os quais, por vezes, impõem limites a uma prática profissional que exige respostas imediatas, e que não possibilita a suspensão do cotidiano. Nisto, Iamamoto e Carvalho (2009, p. 114-115) inferem que:

É a partir dessas expressões concretas das relações sociais no cotidiano da vida dos indivíduos e grupos que o profissional efetiva sua intervenção. A crítica da vida cotidiana implica ultrapassar as aparências que a escamoteiam, para redescobri-la em toda densidade do seu conteúdo histórico, a partir do desvendamento das formas pelas quais se expressa. O cotidiano é o “solo” da produção e reprodução das relações sociais.

Pelo exposto, é preciso reafirmar o que está preconizado tanto nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), como no Código de Ética Profissional (1993), por onde se articulam as possibilidades reais da defesa intransigente da vida humana, além de ultrapassar a

análise do Serviço Social que se situa em si mesmo, mas, localizá-lo no contexto de relações mais amplas que se estabelecem na sociedade capitalista (IAMAMOTO e CARVALHO, 2009)

Quanto a isso, hooks (2017) nos lembra o lugar que certas produções teóricas ocupam na produção científica e/ou na produção de conhecimentos. A partir desta constatação, a autora sugere repensar novas propostas de cunho teórico-metodológico. É, portanto, com base neste questionamento e proposição política que afirmamos ser fundamental a continuidade e o fortalecimento do movimento iniciado por mulheres negras, indígenas e sujeites LGBTQIA+ entre outros grupos – de retirar a produção intelectual que se produz a partir dessas vivências do limbo em que o racismo acadêmico nos obrigou a ocupar.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

*(...) fim ao poder da colonialidade
se vai delírio da branquidade
fim da terra condenada
se vai terra colonizada*

*ecoa vozes subalternas
(bonito também é o pretoguês)
para o racismo não mais vingar
para o sistema da colonialidade desvigorar*

*a mulher do fim do mundo
as bi
as trans
as sapatão
organizadas pra fazer revolução
não deviam calhar na estrutura da viril
heterossexualidade
desta embranquecida civilidade
que nem devia ter continuidade*

*num reinventado bonito mundo
negras indígenas operárias ribeirinhas
quilombolas ciganas e bichas
tecerão um terreno onusto de cor
isento de sangue e de dor
onde brancos-burgueses
ciências euro-centrais
e todo vestígio colonial
serão fuzilados por ceifadores de capitais.*

(Rumo a um Reinventando Mundo – Lucas Aredes¹¹⁵, 2022)

A construção desse trabalho se apresenta como um diamante bruto que, ao ser lapidado, nos mostrou incontáveis possibilidades de análises, e que se concretiza ao refletir os raios de sol sobre uma pedra preciosa. E, ao passo que a lapidação ocorria, também se revelaram fenômenos até então escamoteados. Sobre isto, afirmo de antemão que esta pesquisa não se esgota aqui, todavia, se coloca como possível continuidade de um caminhar coletivo, em que há muito o que se percorrer.

¹¹⁵ Assistente Social formado pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Atualmente é representante discente de pós-graduação pela Regional Nordeste da Gestão da ABEPSS (2023-2024) e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na Universidade Federal da Bahia (PPGSS/UFBA).

O que esta produção nos aponta é, sobretudo, a necessidade de analisar com lente de aumento as particularidades da formação social brasileira e os aspectos que evidenciam o racismo como um elemento que fundamenta a sociabilidade vigente, a qual atravessa a vida de todas as pessoas. O que conhecemos da história deste país ainda é pouco se comparado a maneira como ela nos atravessa cotidianamente. Assim, realizamos análises teóricas, políticas e econômicas sobre as transformações ocorridas no interior da sociedade brasileira. Acerca desses aspectos, foi possível compreender que os desafios, as lutas e rebeldias são marcas que imprimem na nossa história um legado de resistências. Certamente nossas vivências são marcadas por esse legado, como também pelo enfrentamento contínuo contra os privilégios deixados para quem se beneficiou diretamente tanto da escravidão quanto das suas implicações. Resgatamos os antecedentes históricos da educação no Brasil e que, portanto, justificam a necessidade de constituição das ações afirmativas. Esse debate se mostrou muito mais complexo do que pensávamos, visto que não se trata de ser a favor ou contra as cotas raciais, mas sim pelo fato dessa política tocar naquilo que fora desenvolvido para manutenção de privilégios: a educação superior.

Esse processo tirou o racismo do armário da história, onde, durante muito tempo, esteve intocado. Seja pela tentativa de construir uma nação sem tratar das feridas abertas pela escravidão, seja pela ideia advinda da “democracia racial”. As cotas étnico-raciais reacenderam, dessa forma, o debate sobre os níveis de desigualdade, se contrapondo com a noção de equidade e justiça social. As assimetrias existentes entre negres e não negres também se acentuaram, e foi em meio aos avanços e às contradições deste movimento que importantes mudanças estão acontecendo.

As disputas se acentuaram em torno de narrativas diversas, especialmente daquelas que versam sobre um único lado da história, ou seja, a história colonial eurocêntrica. A estrutura racial da sociedade brasileira sofreu duras críticas, ao passo que a articulação dos movimentos sociais e alguns segmentos progressistas também radicalizou a luta e cobraram respostas. Essa luta extrapolou as fronteiras brasileiras, adquirindo a amplitude necessária para abalar a organização desta sociedade.

As universidades, majoritariamente públicas, se viram obrigadas a adequar-se para receber docentes, discentes e técnicos/as/es administrativos negres, indígenas, quilombolas, deficientes, LGBTQI+, entre outros. Contudo, o racismo – e outras opressões – também se reatualiza. Os linchamentos públicos, a incursão policial nas favelas, jovens negras (es/os) e periféricas (es/os) estão sendo amarradas (es/os) em postes e/ou estão sufocadas (es/os) no fundo das viaturas policiais. A bala perdida que encontra um alvo racializado como negro, e as

instituições privadas ainda se sentem autorizadas a sufocar nossa respiração. A favela não venceu. Ainda continuamos a tombar pelas mãos do Estado.

Este trabalho apresenta uma tese e sua hipótese está de pé: a inclusão tem acontecido, de fato, mas o pertencimento caminha a passos lentos. Estamos em disputa; ora avançamos, mas em outros momentos os retrocessos também se dão em larga escala. Capitalismo e racismo são indissociáveis, e não há como entender a passagem do século passado, sem considerar a raça como a espinha dorsal do capitalismo imperialista. Ao olharmos como o capitalismo se organiza na sociedade brasileira, compreendemos que a raça, lhe serve de alimento.

Aqui, busquei compreender o movimento histórico das respostas que a organização negra, componente orgânica da classe trabalhadora, tem dado ao racismo estrutural, e nisto, concebemos a educação como um dos instrumentos também de subversão. Assim, a expansão da graduação e da pós-graduação, são indícios que respiramos luta e objetivamos resultados. Dessa forma, refletir sobre as novas configurações que versam sobre a política educacional no Brasil, sobretudo, os impactos conjunturais que acentuam os descaminhos da educação superior, é condição necessária para superação da ordem que está posta.

Nesta proposta de estudo, conseguimos apontar alguns avanços e limites obtidos pela categoria quanto à consolidação e concretização de projetos elaborados a partir de um movimento contínuo pela oferta cada vez maior de PPGs que coadunam com a formação crítica e que caminham na perspectiva emancipatória, a fim de realizar o que Netto (1996) propõe ao expressar que: *“ao profissional de Serviço Social, cabe converter as possibilidades em realidade”*, de forma que estas possam atuar na contra hegemonia daquilo que está posto, respondendo com ações qualificadas aos desafios que nos movem.

O objeto que nos moveu nesta pesquisa é relativamente novo, tendo em vista que são poucos os trabalhos publicados com esse recorte – referindo com mais propriedade no que diz respeito às dissertações e teses. Por sua vez, esse fato o torna distinto e, também, responsável por trazer novas respostas sobre a produção de conhecimentos no âmbito da pós-graduação em Serviço Social com ênfase nas relações étnico-raciais, além de outros aspectos. Diante disso, é importante reafirmar que a luta que moveu/move este objeto de estudo se torna/ou concreta e real devido às forças coletivas que atravessam muitas décadas. Chegamos em ritmo de continuidade sobre esta pesquisa, mas com algumas pistas sobre os aspectos importantes dessa construção.

A primeira pista é que os dados encontrados mostram a existência de uma contradição que é própria dos projetos societários distintos, e que estão em disputas, com interesses também distintos. O primeiro aspecto que se apresenta nesta contradição é a existência de uma

burocracia que opera mediando as relações institucionalizadas e se alinha aos modelos de educação elitistas, excludentes e racistas. No entanto, há uma causalidade, que faz com que a burocracia se enrijeça a ponto de torná-la quase intransponível. Essa estrutura recebe insumos provenientes do modo de produção capitalista, uma vez que o capitalismo usa essa artimanha para camuflar a vontade de uma burguesia, que não está disposta a renunciar aos seus privilégios.

O segundo, próprio da contradição, é a resistência que se elabora para responder às investidas do capitalismo e das opressões que a partir dele se espraia na sociedade e atravessa as relações sociais existentes. Os movimentos de insurgências e rebeldias, se constituem como possibilidades de enfrentamento ao *modus operandi* das violências necessárias para a obtenção do lucro e extração de mais-valor do próprio sentido da vida.

Se a pesquisa aqui realizada evidenciou o baixo índice das dissertações e teses ao longo de uma década com ênfase nas relações étnico-raciais nos PPGs da Área 32, é real a resistência que se faz frente a esses resultados, como a adesão das próprias ações afirmativas por exemplo. As disputas estão acontecendo, e isto se dá conjuntamente entre as forças progressistas, que sabem que não dá mais para secundarizar a questão étnico-racial, como também pelas forças conservadoras que, inclusive, ganharam dimensões assustadoras nos últimos anos.

A discussão e data para revisão da chamada “Lei de Cotas” está veemente. Há quem defenda a ideia de que a reparação já aconteceu, e que agora estamos experimentando uma democracia racial e uma inclusão que nos confere pertencimento. Todavia, a análise realizada nesta pesquisa demonstra que, na realidade, este pertencimento está em processo de maturação. Tratando particularmente do Serviço Social brasileiro, temos alguns exemplos de avanços obtidos histórica e coletivamente, o mais recente é que, já no apagar das luzes da atual gestão da ABEPSS “Aqui se Respira a Luta” (biênio 2021-2022), entra no ar no início de dezembro de 2022 a primeira *Plataforma Antirracista* da referida entidade científica. São 75 (setenta e cinco) anos dessa senhora. É quase um século de existência e somente agora, no final deste ano, conseguimos essa significativa vitória.

Não estamos aqui desconsiderando que esta é uma instituição que também nasce e se desenvolve numa sociedade marcada pelo conservadorismo, porém, nossa crítica está justamente em se constatar que apesar do processo de luta se realizar de forma ininterrupta, as conquistas e avanços se realizam de forma lenta e nada segura, uma vez que os retrocessos e ameaças estão sempre à espreita.

Outra pista que se mostrou evidente, é que no período de 10 (dez) anos, a quantidade de dissertações que versam sobre a temática étnico-racial, foi de 181 (cento e oitenta e uma), num

total de 3.715 (três mil, setecentos e quinze) e para teses, 71 (setenta e uma), ou no percentual de 5,6 para o total de 1.194 (mil cento e noventa e quatro). Destes números, predominantemente, o gênero feminino foi quem mais produziu dissertações e teses. Percebemos, pois, que seria interessante levantarmos um dado sobre raça/cor de quem pesquisa relações raciais, o que nos permitiria evidenciar o *pacto narcísico da branquitude*. Essa investigação não foi possível, e por isso temos apenas o marcador gênero – informação facilmente identificável ao pesquisarmos as/os autoras/es dos trabalhos. Já o quesito raça/cor seria difícil, tendo em vista que envolve autodeclaração, e tal informação não aparece nas publicações ou no *lattes*, entretanto, nossa hipótese é que a maioria das pessoas que produziram as dissertações e teses encontradas/contabilizadas são racializadas como negras.

Ainda que consideravelmente baixo, como mostra esta pesquisa, mais especificamente no capítulo III, o aumento que se obteve nos últimos 10 (dez) anos no número de programas de pós-graduação e da produção científica como dissertações e teses, entre outros, direcionadas ou que dialogam transversalmente com a temática racial, decerto é a resistência decorrente da organização coletiva.

Moura (1988) ensina que a própria consciência negra não é bem-vista por quem opera e se beneficia da alienação. Este nível de criticidade se opõe a alienação necessária ao *modus operandi* do capitalismo e das relações de exploração. O conflito que se instaura, assume níveis abissais de dominação, subordinação e investidas de desumanização dos sujeitos e reatualiza as formas de superexploração.

De tal modo, quando caminhamos no sentido da construção de uma nova consciência étnico-racial, que é radical e/ou até mesmo utópica (essencial para nutrir o desejo por mudanças estruturais), avanços ocorrem, mesmo que cercado de conflitos e contradições. Isso não invalida a pertinência da resistência negra tampouco os avanços arduamente conquistados nos últimos anos para as populações negras e indígenas, contudo, mais do que esse entendimento, é preciso olhar cuidadosamente para todos esses processos e para seus movimentos contraditórios, porque só assim será possível radicalizar tanto nossa luta quanto a destruição e/ou mudança do capitalismo racista.

É fato que isto nos onera em tempo, nos causa desgaste físico, mental, e por vezes, compromete nossa prática pedagógica. A universidade se manteve como extensão da casa grande e a prática do *epistemicídio* serviu como suporte para a tentativa de silenciamento de grupos não hegemônicos, no entanto, apesar de tudo, conseguimos nos aquilombar em resistência, e assim vamos construindo novas práticas e saberes.

Ao olharmos para toda construção desse trabalho, identificamos outro ponto para refletirmos sobre os movimentos em curso. De um lado, está expresso o baixo índice das produções mostradas, como também o fato de a estrutura acadêmica racista ter sofrido abalos, mas que ainda não modificaram a contento as estruturas onde se assentam – essa reflexão não é nem deve ser lida como uma posição fatalista. Soma-se a este ponto o fato de nós, negres, sermos a maioria na sociedade brasileira, e tais resultados expressam, também, respostas às diversas formas de organização e mobilização coletiva que atravessaram várias décadas.

Diante disso, por outro lado, estão as mudanças que indicam a existência de um movimento subversivo, razoavelmente tímido e crescente, mas que existe e resiste ao longo dos últimos 10 (dez) anos, e que provoca no interior do Serviço Social as discussões e tensões sobre a questão étnico-racial, tais e quais refletem no âmbito da produção de trabalhos acadêmicos, nas áreas e linhas de pesquisa, nos projetos pedagógicos dos PPGs de Serviço Social etc.

Em tempos de hegemonia neoliberal e precarização das relações de trabalho, o cotidiano do assistente social é permeado de desafios que lhe exigem cada vez mais para que as demandas de usuáries de seus serviços sejam minimamente atendidas. A contemporaneidade é marcada pela falência do sistema econômico vigente que, como tentativa de superação da crise estrutural descortinada nas últimas décadas, adota um conjunto de estratégias das quais os resultados são duramente sentidos pela classe subalternizada. Estamos imersos em uma crise, cujas proporções certamente irão ecoar pela história e, no caso brasileiro, o contexto mundial soma-se às particularidades que marcam o desenvolvimento do capitalismo no país.

Ao trazermos essa reflexão para o campo da pós-graduação em Serviço Social, salientamos que é de essencial importância firmar no projeto ético-político profissional, bem como sob a perspectiva dos interesses – único e exclusivo – da classe trabalhadora. Desse modo, compreendemos que na lógica dominante e dentro dessa forma de sociabilidade, é impossível que o ser humano tenha uma vida plena.

A ordem do capital nunca deixou de nos ajudar no trabalho da consciência. Ela é injusta, desigual, fundada na exploração, na desumanização, e destrói qualquer capacidade da vida se expressar como vida sendo fácil entender porque as pessoas se antagonizam contra a exploração e a reificação. Por outro lado, não é fácil entender porque a maioria mantém-se passiva diante deste antagonismo da ordem do capital em relação à vida. Não pode ser somente pela reprodução e imposição de ideias, valores e conceitos prontos. [...] a existência do antagonismo de classe também implica o surgimento – sob formas explícitas ou implícitas – de outras propostas, com outros fundamentos, outros valores e outros objetivos. Isto nos permite constatar que o campo da educação também é um espaço onde se trava uma incessante luta, ainda que a hegemonia esteja sempre em mãos das classes dominantes. Qualquer outra proposta sempre terá um caráter muito limitado (TONET, 2005, p. 478).

O que se percebe é que a educação passou a se adequar ao capitalismo e segue subordinada as suas exigências; há contradições que se estabelecem por meio das resistências e as ações afirmativas se revelam como sendo uma das contradições que estão postas. No entanto, a máxima segue a educação voltada para o mercado e sem perspectiva crítica. Percebe-se que, na maioria das vezes, são discussões que se colocam como determinantes para a manutenção da ordem capitalista e que alimentam a produção e reprodução da vida como coisas ou mercadorias, voltadas para o mercado de trabalho.

[...] quando, porém, essa formação é desnudada dos seus elementos superficiais e ideológicos, deixa ver que ela nada mais é que, formação de mão-de-obra para o capital. Como o caráter de mercadoria da força de trabalho não é questionável, antes é tomado como algo natural, então essa parte de preparação “integral” nada mais é do que a transformação do ser humano em mercadoria apta a atender os interesses da reprodução do capital (TONET, 2006, p. 4).

O trabalhador sequer é dono da sua força de trabalho, tendo em que vista que ele precisa vendê-la para garantir os meios necessários para a manutenção da sua própria vida. Nesse sentido, também a formação, seja ela cultural, moral, educacional, ética e tudo que envolve a vida do sujeito, está subordinada aos interesses capitalistas.

A pesquisa no Serviço Social destaca-se como preponderante, sobretudo, para a análise de determinações sócio-históricas, tais como conjunturas políticas, econômicas e sociais que redesenham, redefinem e desafiam a agenda das políticas sociais, substratos basilares para as requisições das ações profissionais dos assistentes sociais (MAURIEL; GUEDES, 2013. p. 15).

Compreendemos que esta tese ultrapassa os limites do tema proposto, ao considerarmos as imbricações das mudanças na cultura política do país com o desenvolvimento da profissão, o que implica, ainda, em alterações quanto à auto representação das/os profissionais desta categoria, conforme se discute a seguir.

Assim como destacado em outros momentos, é notório que o debate acerca das relações raciais adquiriu certa relevância na agenda política brasileira nos últimos anos, embora de forma tímida, vem se tornando objeto de estudo em pesquisas, tanto no meio acadêmico quanto em instituições estatais, não governamentais e organismos públicos e privados. E ressaltamos que isso ocorre porque, de alguma forma, o Brasil ainda se encontra inserido em um quadro de permanência das desigualdades e assimetrias raciais, que contrastam com o *status* de país em desenvolvimento progressista.

Embora reconheçamos os avanços na legitimidade política e nas bases teóricas que permeiam o universo da produção de conhecimento no que tange às relações raciais, verifica-se a existência de barreiras ideológicas e políticas de predominância dessa abordagem no meio

acadêmico, estatal e societário. Este trabalho se propôs a abordar de que maneira tais barreiras aparecem, entre o fazer profissional de forma qualificada e as investidas capitalistas que fragmentam cada vez mais essas relações. Em vista disso, observa-se que:

O projeto ético-político profissional inclui elementos político-normativos que postulam, no plano ideal, o dever ser profissional e elementos político-operativos, que apontam, no plano real, condutas. Mas a relação entre essas dimensões é absolutamente orgânica, já que no plano prescritivo está subjacente à realização do dever ser. O dever ser, independentemente de realizar-se ou não, tem caráter obrigatório para todos os membros da coletividade profissional; logo, trata-se de uma referência universal para toda a categoria. O projeto ético-político indica o dever ser à razão. A vontade opera livremente no sujeito profissional na direção das escolhas, somente assim podendo ser o mesmo responsabilizado pelos seus atos. Para responder, portanto, pelos seus atos, o sujeito ético deve conhecer as alternativas possíveis e fazer escolhas livres e conscientes [...] (VINAGRE, 2003, p. 199).

Para que assistentes sociais possam intervir na realidade de maneira a fortalecer sujeitos da classe subalterna e contribuir para a superação das desigualdades, faz-se necessário que sua formação contemple a apreensão crítica da realidade sob a égide do Capital, seus movimentos, inflexões e formas de produção e reprodução na vida social. Essa dimensão é suficientemente considerada no processo formativo. E neste sistema, existem outros mecanismos de dominação-exploração engendrados nas relações sociais, e que devem ser igualmente compreendidos na formação em Serviço Social, quais sejam, o patriarcado e o racismo.

Segundo Saffioti (1987), estamos diante de um único sistema de dominação-exploração, qual seja, o Patriarcado-Racismo-Capitalismo. A autora propõe a expressão construída pela ordem de emergência de cada um desses sistemas, que se transformaram e que, na sociedade capitalista, através de um processo simbiótico, transmutou-se em um só.

Concordamos com a autora de que ambos os sistemas são indissociáveis, e que operam simultaneamente nas opressões sofridas por sujeitos em situação de desigualdade, seja pelo gênero, raça/etnia, classe social ou pela intersecção desses. Contudo, hegemonicamente, a direção teórico-política do Serviço Social vem sinalizando que o debate acerca das relações de gênero e étnico-raciais são complementares à perspectiva crítica adotada pelo curso, explícita no Código de Ética Profissional e nas Diretrizes Curriculares.

Em um país marcado por mais de três séculos de escravidão, que abriga a segunda maior população negra do mundo, onde a cada 15 (quinze) segundos uma mulher é agredida fisicamente e onde as mulheres negras ocupam as piores posições em todos os indicadores sociais, é imprescindível compreender que a simbiose entre patriarcado, racismo e capitalismo, projeta um caleidoscópio de multifacetadas expressões de uma mesma “Questão Social”.

Pesquisadores que se dispõem a discutir e construir o arcabouço teórico-crítico que compõem a formação profissional, em sua maioria, tendem a priorizar a luta de classes em detrimento do combate ao patriarcado e ao racismo. Mas, as experiências socialistas evidenciadas na história mostram que o fim da sociedade de classes não resulta no fim das demais formas de opressão (SAFFIOTI, 1987), o que nos leva a propor que o sistema de dominação-exploração deve ser considerado em suas três dimensões, igualmente.

Desse modo, sendo a/o assistente social um profissional que lida diretamente com as demandas que emanam da classe subalterna, esse deve munir-se de embasamento para dar conta do conjunto de expressões de dominação-exploração advindas da simbiose desse sistema, que se manifesta cotidianamente na vida dos sujeitos que compõem a heterogênea classe trabalhadora.

Concordamos com Rocha (2014): “a formação profissional é um processo contínuo e permanente”. Isto não se restringe apenas à formação inicial de graduação, mas amplia-se, com o fazer profissional, na prática cotidiana e, sobretudo, na pós-graduação. Portanto, a nossa investigação buscou analisar a produção de conhecimento do Serviço Social no que tange às relações raciais, com ênfase na adesão de cotas raciais e nas dissertações e teses produzidas entre 2012 e 2022.

Os achados da pesquisa documental apresentado no terceiro capítulo, nos leva a refletir que o posicionamento crítico da profissão a favor da heterogênea classe subalterna, composta por mulheres, homens, crianças, adolescentes, pessoas trans, idosos, negres, lésbicas, homossexuais, pessoas com deficiência, e tantos outros segmentos, que muitas vezes interseccionam-se em maior ou em menor grau, exige a compreensão do sistema simbiótico de dominação-exploração, denominado patriarcado-racismo-capitalismo (SAFFIOTI, 1987), para o entendimento da dinâmica das relações sociais e para uma intervenção profissional qualificada.

A formação da/o assistente social, inclusive na pós-graduação – foco de análise – necessita de adensamento nessas temáticas, no sentido de munir-se de embasamento teórico-metodológico, para posteriormente dar conta das dimensões ético-política e técnico-operativa, de maneira a efetivar o exercício da profissão conforme determina seu Código de Ética e, sobretudo, o projeto ético-político do Serviço Social.

Quando o projeto societário hegemônico é claramente oposto àquele em que se acredita, tornam-se mais fáceis as escolhas. Isto é, quando a conjuntura obstaculiza a possibilidade de realização dos componentes da essência humana – o trabalho, a sociabilidade, a universalidade, a liberdade e a consciência –, a possibilidade de desenvolvimento de consciência/comportamento ético é maior, posto que o inimigo a

quem se contrapor é facilmente identificado: o neoliberalismo, o racismo, a xenofobia, o sexismo, a homofobia, e qualquer forma de violação aos direitos humanos (VINAGRE, 2003, p. 200).

Almejamos uma pós-graduação que se funda em princípios éticos, democráticos e emancipatórios. E que nela, seja possível a participação concreta de docentes, discentes, pesquisadores, profissionais e da sociedade civil, com discussões e proposições para a formulação de pesquisas e ação real no enfrentamento às várias formas de desigualdades.

Que o princípio basilar de sua direção seja em prol de políticas sociais que atendam às necessidades de uma imensa parcela da sociedade brasileira, que se encontra às margens dos projetos centrais desse país. Que as instituições de fomento garantam a autonomia das pesquisas, sem reduzi-las a meras produtoras de dados ineficazes, mas que priorize pesquisas com propósitos socialmente relevantes, que caminham lado a lado com uma educação laica, autônoma, socialmente referenciada e, sobretudo, que segue na construção de uma sociedade sem desigualdades, justa e livre de opressões.

Conforme aponta Vinagre (2003), o desafio consiste em realizar a análise da realidade, porém “sem conformismos, mas com indignação e rebeldia, mas também com o máximo de criticidade”. A partir de todo caminho aqui percorrido, reafirmamos que só o diagnóstico não basta, é preciso ter proposição, otimismo e a vontade de romper com a lógica capitalista que a tudo transforma, corrompe e molda ao seu desejo.

Sabemos do compromisso político entre as entidades representativas dessa categoria, como o conjunto CFESS/ CRESS, ABEPSS, ENESSO, os movimentos de mulheres, Movimento Negros entre outros, que também almeja a defesa dos direitos humanos, sem distinção de cor, raça, etnia, sexo, identidade de gênero, crença etc. E que a prática profissional seja verdadeiramente comprometida com a classe trabalhadora e com todos que a ela pertença, todavia, há que se radicalizar nos enfrentamentos ao racismo acadêmico e contra as práticas epistemicidas.

Compreender que a radicalização ética aqui desenhada é que devemos desenvolver, tendo por pressuposto o sujeito ético dotado de teleologia, liberdade, razão, consciência, vontade e responsabilidade: o sujeito criador, propositivo e prático (SILVA, 2003). Assim, o desafio é deixar que os princípios firmados no Código de Ética de 1993, que apontam a direção pelo projeto ético-político hegemônico do serviço social, sejam cotidianamente alimentados pelo sonho que impulsionam a nossa práxis (idem, p. 205).

E, sem a pretensão de esgotar as reflexões aqui apresentadas, buscamos apontar alguns elementos que possam subsidiar uma efetiva mudança no comportamento dessa categoria, em

não mais invisibilizar temas tão caros à população brasileira. Esperamos, assim, contribuir com esse processo, seguindo acima de tudo na perspectiva de totalidade e da emancipação humana, que leva em conta as particularidades dos diferentes grupos sociais, como, por exemplo, as populações negras e as comunidades indígenas, assim como o que elas trazem aos processos e à organização da sociedade e às lutas sociais.

É fato a ausência de pesquisadores negres se comparada a quantidade de pesquisadores brancos, mas é também fato que existem resistências para aprovar as linhas de pesquisas que abordam a questão étnico-racial, para construir trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, projetos de extensão ou pesquisas científicas etc.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Disponível em: <<https://www.abepss.org.br/>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

_____. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**: com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

_____. **A consolidação da ABEPSS como organização acadêmico-científica**: Documento base de discussão para a formação dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs). Gestão 2009-2010.

_____. **Propostas dos GTPs Elementos Para Construção da Ementa** (Produto das discussões feitas na reunião do dia 9-07-2011 durante o ENPESS). Gestão 2011-2012. BOLETIM OCS Nº1: *Raça e Gênero nas Ciências Sociais*: o perfil da pós-graduação no Brasil Marcia Rangel Candido • João Feres Júnior • Luiz Augusto Campos, 2018. Disponível em: <<http://ocs.iesp.uerj.br/boletins/boletim1/>>. Acesso em: 21 fev. 2022.

_____. **As cotas na pós-graduação**: orientações da ABEPSS para o avanço do debate. Brasília, 2017. Disponível em: . Acesso em: 26/08/2021.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **80 anos de Serviço Social no Brasil**: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Serv. Soc. Soc. Soc., , n. 127, p. 456-475, set. /dez. 2016.

_____. Lutas sociais e desafios da classe trabalhadora: reafirmar o projeto profissional do serviço social brasileiro. São Paulo: **Serv. Soc. Soc.**, n. 129, p. 366-386, maio/ago. 2017.

_____. **Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento**: contribuições para o combate à tríade capitalismo-patriarcado-racismo. In: *Marxismo e questão étnico-racial: desafios contemporâneos*/Maria Beatriz Costa Abramides (org.). São Paulo; EDUC, 2021.

ADICHIE, Chimamanda. **O Perigo da única história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

AMARAL, Ângela. A política nacional de pós-graduação e suas relações com o Serviço Social. Florianópolis: **Revista Katálysis**, v. 15, n. 2, p. 230-238, jul. /dez. 2012.

ALMEIDA (1), Magali. **Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física**. In.: *Projeto ético político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais / Conselho Regional de Serviço Social (Org.)*. – Rio de Janeiro: CRESS, 2013.

_____. **Epistemologias da igualdade**. Entrevista concedida à Revista SER Social, Brasília, v. 19, n. 41, p. 428-438, jul. dez./2017. Por Djonatan Kaic Ribeiro de Souza e Leonardo Ortegal.

ALMEIDA (2), Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

_____. **Os Afro-brasileiros, sua inclusão nas universidades e mobilidade social:** Como deixar de ser oprimido sem somar-se aos opressores? Tarefa: autocrítica sobre o ingresso de afros nas universidades, no mercado e seu engajamento na luta por uma nova sociedade. Disponível em: <http://www.educafro.org.br/site/wp-content/uploads/2021/01/EDUCAFRO-prova-de-cidadania-todos-os-temas.pdf>. Acesso em 14 mar. 2021

ALVES, Samanta. **Letramento Racial Crítico E Práticas Educacionais No Ensino Fundamental Do Município Do Rio De Janeiro:** A Formação Continuada De Professores Da Sala De Leitura E Suas Narrativas. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ. 2018.

ANDRADE, Priscila; MATIAS, Mariana. **Notas sobre o desenvolvimento do trabalho com famílias no âmbito da política social.** In Concepção e Gestão da Proteção Social Não Contributiva no Brasil - Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

ANDRÉ, Maria da Consolação. **O Ser Negro:** A construção de subjetividades em afro-brasileiros. Brasília, LGE Editora, 2008.

ARTES, Amélia. **Desigualdades de cor/raça e sexo entre pessoas que frequentam e titulados na pós - graduação brasileira:** 2000 e 2010. Relatório de Pesquisa, Fundação Carlos Chagas, SP, 2015.

_____. **Estudantes de pós-graduação no Brasil:** Distribuição por sexo e cor/raça a partir dos Censos Demográficos 2000 e 2010. Disponível em: <http://www.anped11.uerj.br/texto_Amelia.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2016.

_____. **Desigualdade de cor/raça e sexo entre estudantes e titulados na pós-graduação brasileira 2000 e 2010.** Relatório de Pesquisa do Projeto Equidade na Pós-Graduação, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, SP, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edur/a/tkrr6kbbwzbs946mc96xGWp/?lang=pt>>. Acesso em 10 jan. 2016.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos.** 7º ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BAUER, Carlos. **Apontamentos Sobre a Produção de Conhecimento Científico e a Construção do Conceito de Historicidade.** Londrina: História & Ensino, v. 18, n. 1, p. 71-87, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/849672/mod_resource/content/1/BAUER%2C%20Carlos%20-%20Artigo%20-%20Hist%C3%B3ria%20-%20Ensino.pdf>. Acesso em 17 abr. 2022

BAYMA, Fátima. **Reflexões sobre a Constitucionalidade das Cotas Raciais em Universidades Públicas no Brasil:** referências internacionais e os desafios pós-julgamento das cotas. Rio de Janeiro: Ensaio: aval. pol. públ. Educ., v. 20, n. 75, p. 325-346, abr./jun. 2012. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/xWK9mv8FbJ6NMnf53PvzQ9s/?lang=pt&format=pdf>>.
Acesso em 25 jun. 2021

BEHRING, Elaine. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

BENTO, Maria Aparecida. BRANQUEAMENTO E BRANQUITUDE NO BRASIL. In: **Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil** / Iray Carone, Bento (Org.) Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BILGE, Sirma. (2009), "Théorisations féministes de l'intersectionnalité". *Diogène*, 1 (225): 70-88.

BRANDÃO, André Augusto. **Miséria da Periferia: desigualdades raciais e pobreza na metrópole do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 70 de 29 de março de 2012. Senado Federal. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/legislacao/constituicao-federal#/con1988/CON1988_29.03.2012/CON1988.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2021.

_____. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS** / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. 3ª Ed. Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2017.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 41. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2018 – Divulgação dos Resultados**. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/apresentacao_censo_superior2018.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2022

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2018: notas estatísticas**. Brasília, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/6734509>. Acesso em: 21 fev. 2022.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação**. Disponível em: <<http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 21 fev. 2022.

BRAZ, M.; RODRIGUES, M. P. **O ensino em Serviço Social da Era Neoliberal (1990-2010): Avanços, Retrocessos e Enormes Desafios.** In: SILVA, J. F. S.; SANT'ANA, R. S.; LOURENÇO, E. A. S. (Orgs.). *Sociabilidade Burguesa e Serviço Social*: Rio de Janeiro, 2013.

CASTEL, Robert. **As armadilhas da exclusão.** In. *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: EDUC. 1997.

CAPES. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.** Disponível em: <<https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php?>>. Acesso em: 01 mai. 2021.

_____. **RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO QUADRIENAL DA CAPES/ 2017-2020).** Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/doc-servico-social-01-11-pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2022.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** 2005. Tese (Doutorado em Filosofia e Educação) –Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARVALHO, José Jorge. **Inclusão Étnica e Racial no Brasil:** a questão das cotas no ensino superior. Attar Editorial: São Paulo, 2006, 2ª ed.

CASTRO, Alba. **A Política Social do Governo Lula.** In.: II Jornada Internacional de Políticas Públicas Mundialização e Estados Nacionais: a questão da emancipação e da soberania. São Luís, 2005.

CAVALLEIRO, Eliane. Valores Civilizatórios: dimensões históricas para uma educação anti-racista. In: **Orientações e Ações para a Educação das Relações étnicorraciais.** Brasília: SECAD, 2006.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, Vozes, 2008.

CEOLIN, George Francisco. Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 118, p. 239-264, abr./jun. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/yJQLmgRRmJ8XpYnmzYsP6kf/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso 20 ago. 2021

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **A “questão social” no Brasil:** crítica do discurso político. São Paulo: Civilização Brasileira, 1982.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso Sobre o Colonialismo.** São Paulo: Veneta, 2020.

CHASSOT, Attico. **A CIÊNCIA É MASCULINA? É, sim senhora!** *Revista Contexto & Educação*, 19(71-72), 9–28. <https://doi.org/10.21527/2179-1309.2004.71-72.9-28>.

CHESNAIS, François. **O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos.** In: *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. Boitempo: São Paulo, 2005.

CNPq. **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico**. Disponível em: <<https://www.gov.br/cnpq/pt-br>>. Acesso em: 01 mai. 2021.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**". Trad. Natália Luchini. Seminário "Teoria Feminista", CEBRAP, 2013.

Conheça o significado da sigla LGBTQIA+. **Diário do Nordeste**. 2021. Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/estilo-de-vida/sisi/conheca-o-significado-da-sigla-lgbtqia-1.3103180>>. Acesso em: 01 ago. 2021.

Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão. Aprovado em 13 de Março de 1993.

_____. Plano de Lutas Em Defesa do Trabalho e da Formação e Contra a Precarização do Ensino Superior. **GT Trabalho e Formação Profissional**. Distrito Federal, 2009. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201606211332307577180.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2021.

_____. **Resolução CFESS Nº 533**, de 29 de setembro de 2008. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2021.

CORRÊA, Mariza. **As ilusões da liberdade: A Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil**. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

COSTA (1), Andréa. **A Ação Afirmativa e o Combate às Desigualdades Raciais no Brasil: Em Busca do Caminho das Pedras**. Tese de Doutorado. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2005.

_____. **De qual inclusão se fala quando o assunto é ensino superior?** Uma análise comparativa entre as propostas de Cotas Raciais e o Programa Universidade para Todos (Pro Uni). In. 33º Encontro Anual da ANPOCS GT 33: Relações Raciais e Ações Afirmativas. 2009, realizado na Cidade de Caxambú-MG.

_____. **AÇÕES AFIRMATIVAS E TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO INTELLECTUAL: UMA REFLEXÃO**. **Educação & Sociedade [online]**. 2022, v.43, e254899. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/ES.254899>>. Epub 25 Nov 2022. ISSN 1678-4626. <https://doi.org/10.1590/ES.254899>. Acesso em 29 nov. 22

COSTA (2), Wellington. **SOCIOLOGIA DO BRASIL NEGRO: A PEDAGOGIA DO PENSAMENTO DE CLÓVIS MOURA**. Cadernos de Pós-graduação, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 66-83, jan./jun. 2018.

Cotas raciais no Brasil: entenda o que são. **Coordenadoria de Ações Afirmativas & Coordenadoria de Inclusão e Pertencimento (Orgs.)**. Universidade Federal de Goiás. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1109/o/Cotas_Raciais_no_Brasil_-_Apresenta%C3%A7%C3%A3o_CAAF-UFG.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2021.

COUTINHO, Carlos. **Pluralismo: dimensões teóricas e políticas.** Diretoria ABESS e CEDEPS. Gestão 1989/1991. Cadernos ABESS

_____. Notas sobre cidadania e modernidade. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, 1997.

_____. **O Estruturalismo e a Miséria da Razão.** 2ª edição. Expressão Popular, São Paulo, 2010.

CRESS/ES. **Conselho Regional de Serviço Social do Espírito Santo.** Disponível em: <<http://www.cress-es.org.br/40-anos-do-congresso-da-virada/>>. Acesso em: 17 jun. 2021.

_____. **40 anos do Congresso da Virada.** Espírito Santo: 2019. Disponível em: <<http://www.cress-es.org.br/40-anos-do-congresso-da-virada/>>. Acesso em: 25 jun. 2021

DA MATTA, Roberto. **Relativizando, uma introdução à antropologia social.** “Digressão: a fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira”. Editora Vozes: Rio de Janeiro, Rocco, 1981.

DAHMER, Larissa. Mercantilização do ensino superior, educação a distância e Serviço Social. **Revista Katálysis.** Florianópolis v. 12 n. 2 p. 268-277 jul./dez. 2009. Acesso em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802009000200017>>. Acesso em 24 set. 2021

DIAS, Luciene. **Mulher Preta e a Institucionalização de Ações Afirmativas.** Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X.

DÍAZ, Ruby Esther León. A “QUESTÃO RACIAL” NEGRA COMO AGENDA ESTATAL NO BRASIL. Grupo de Pesquisa: “Igualdad Racial, Diversidad Cultural, Conflictos Ambientales y Racismos en las Americas Negras” (IDCARÁN). **R. Pol. Públ.** São Luís, v.14, n.1, p. 77-84, jan./jun. 2010.

DOMINGUES, Petrônio José. **A insurgência de ébano: a história da Frente Negra Brasileira (1931-1937).** Tese de doutorado em história, FFLCH-USP, 2005.

_____. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos.** Tempo (UFF), vol. 23, 2007.

_____. **Um “templo de luz”:** Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. In.: Revista Brasileira de Educação v. 13 n. 39 set./dez. 2008.

EUCLIDES, Maria Simone; SILVA Joselina. **Professoras negras em universidades públicas do Ceará: das práticas de enfrentamento aos afrontamentos raciais** Revista de Ciências Humanas, Viçosa, v. 16, n. 1, p. 104-116, jan./jun. 2016.

ELPÍDIO, Maria Helena. **Diretrizes curriculares e questão racial: uma batida pulsante na formação profissional.** R. Katál., Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 519-527, set./dez. 2020 ISSN 1982-0259. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592020v23n3p519>>. Acesso em: 21 mai. 2021.

ELPIDIO, Maria Helena; ROCHA, Roseli; VALDO, João Paulo (Orgs). **Desafios para o Serviço Social na luta antirracista: questão étnico-racial em debate**. São Paulo. 1ª edição. Editora Annablume, 2021.

ESCORSIM NETTO, Leila. **O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica**. São Paulo. Cortez, 2011.

Epistemicídio, a morte começa antes do tiro. **Alma Preta - Jornalismo Preto e Livre**. nov/2017. Disponível em: <<https://almapreta.com/sessao/cotidiano/epistemicidio-a-morte-comeca-antes-do-tiro>>. Acesso em: 04 abr. 2022.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

_____. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. Rio de Janeiro: Editora Malê, 2017.

_____. A escrevivência serve também para as pessoas pensarem. **Itaú Social**. 2020. Disponível em: <<https://www.itausocial.org.br/noticias/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-serve-tambem-para-as-pessoas-pensarem/>>. Acesso em: 23 dez. 2021

FARIAS, Patrícia; MORAES, Andrea. **Na Academia**. In. Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade. Og. Heloisa Buarque de Hollanda. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. Disponível em: <https://campodiscursivo.paginas.ufsc.br/files/2020/04/Explos%C3%A3o-Feminista-H.-Buarque-de-Hollanda.pdf> Acesso em 28 nov. 22

FERREIRA (1), Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**, 2010.

FERREIRA (2), Camila. **O negro na gênese do Serviço Social (Brasil, 1936-1947)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – UFRJ – Rio de Janeiro, 2010.

FERREIRA (3), Norma Sandra de Almeida. **As pesquisas denominadas “estado da arte”**. Educação & Sociedade, São Paulo, v. 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação sociológica. Biblioteca de Ciências Sociais. Zahar editores, 1974.

_____. **Padrões de dominação externa na América Latina**. In: Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978, v. 1

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil – 1**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

FIGUEIREDO, Angela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, e0102, jan./abr. 2020.
<http://dx.doi.org/10.5965/2175180312292020e0102>

GOG - Part. Ellen Oléria. **Carta à Mãe África**. Youtube, 2006. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=QyJPAp9WSYI>>. Acesso em: 04 abr. 2022.

GOMES, Nilma Lino. **Intelectuais negros e produção do conhecimento**: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS. B.; MENEZES, M. (Org.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010. p. 492-516.

_____. **O movimento negro educador**. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: vozes, 2019.

GONÇALVES, Renata. Dossiê: Trinta anos do I Encontro Nacional de Mulheres Negras: uma articulação de gênero, raça e classe. **Lutas Sociais**: São Paulo, vol.22 n.40, p.9-22, jan. /jun. 2018.

_____. Quando a questão racial é o nó da questão social. In Espaço Temático: Serviço Social: Gênero, Raça/Etnia, Gerações E Sexualidade. **Revista Katálysis**. Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018 ISSN 1982-0259. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rk/a/JGPd8LQgf3yWcxfRRWwjFN/?lang=pt&format=pdf> Acesso: 17/jul/21.

GONZALEZ, Lélia. **Cultura, Etnicidade e Trabalho**: Efeitos Linguísticos e Políticos da Exploração da Mulher. Comunicação apresentada no 8º Encontro Nacional da Latin American Studies Association Pittsburgh, 5 a 7 de abril de 1979.

_____; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Direitos adquiridos pela Editora Marco Zero Limitada. Rio de Janeiro. 1982.

GUERRA, Yolanda Demétrio. A PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: UM PATRIMÔNIO A SER PRESERVADO. **Revista Temporalis**, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.125-158, jul./dez. 2011.

_____. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. 5ª edição. São Paulo, Cortez, 2007.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. A “Questão Racial” na política brasileira (os últimos quinze anos). **Tempo Social**. V. 13, n.2, p.121-142, 2001.

_____. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Editora 34, 2002.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos**. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

hooks, bell. **Ensinar a transgredir**: a educação como prática de liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

_____. Intelectuais Negras. **In: Estudos Feministas**. Tradução de Marcos Santarrita, 1995.

IAMAMOTO, Marilda. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 26 ed. São Paulo: Cortez/CELATS, 2009.

IANNI, Octávio. **Raças e classes no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **A ideia do Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992. p. 87-109.

_____. **Pensamento social no Brasil**. Bauru: Edusc, 2004.

JACCOUD, Luciana. **O combate ao racismo e à desigualdade**: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial (p. 135-170). In: THEODORO, Mário. (org.). As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição. Brasília: IPEA, 2008.

_____. **A construção de uma política de promoção da igualdade racial**: uma análise dos últimos 20 anos / organizadora: Luciana Jaccoud. - Brasília: Ipea, 2009. 233 p.: gráfs., tabs.

_____. **Proteção social no Brasil**: debates e desafios. In Concepção e gestão da Proteção social no Brasil – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

JANNUZZI, P. de M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**: Brasília, v. 56, n. 2, p. 137-160, abr. 2005.

KRIPKA, Rosana Maria; SCHELLER, Morgana; DONOTTO, Danusa de Lara. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de investigaciones UNAD**. Bogotá - Colombia, 2015, n. 14, julho-diciembre. Disponível em: <Administrador,+04_ Pesquisa+documental+na+pesquisa+qualitativa.pdf>. Acesso em 18 mar. 2020

LEWGOY, Alzira; MACIEL, Ana Lucia; REIDEL, Tatiana. A formação em serviço social no Brasil: Contexto, confirmação e produção de conhecimento na última década. **Temporalis**: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Brasília – DF. Ano 13 n. 25, (jan./jun. 2013), Semestral.

_____. Reflexões acerca do Ensino a distância na Formação em serviço Social. **Revista Temporalis**: Estado e educação Superior – Questões e Impactos no serviço Social. Brasília: DF, n. 15, ano VIII, 2008.

LIMA, Elaine Cristina. A categoria da alienação em Lukács: uma contradição entre desenvolvimento da atividade produtiva e aviltamento da personalidade humana. **Revista Urutágua** - revista acadêmica multidisciplinar Departamento de Ciências Sociais Universidade Estadual de Maringá (UEM). Nº13. ago. /set/out/nov. 2007. Quadrimestral. Maringá. Paraná. Brasil. ISSN. 15196178

LOPES, Jussara de Cássia. À flor da pele: memórias de vivências do racismo e do sexismo na infância e na adolescência de assistentes sociais negras catrumanas. **Revista Libertas: Juiz de Fora**, 2014.

LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Artigo publicado na revista **Actuel Marx**, 18, 1995. Tradução de Henrique Carneiro.

MAIO, Marcos Chor. **Raça, ciência e sociedade**/ organizado por Marco Chor Maio, Ricardo Ventura Santos. Rio de Janeiro. Ed. FIOCRUZ/CCBB, 1996.

_____. **O Brasil como "laboratório racial": os estudos sobre relações raciais entre os anos 40 e 60** 10 - A questão racial no pensamento de Guerreiro Ramos Marcos Chor Maio. 1996. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/djnty/pdf/maio-9788575415177-11.pdf> Acesso: 29 set. 22

_____. O Brasil no concerto das nações: a luta contra o racismo nos primórdios da UNESCO. **História, Ciências, Saúde**. Manguinhos, v. 5, n. 2, jul./out/98.

MALATIAN, Teresa. **MEMÓRIA E CONTRA-MEMÓRIA DA FRENTE NEGRA BRASILEIRA**. In. XXIX Simpósio Nacional de História. Contra os Preconceitos: História e democracia. 2016. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548953096_4b658d360586fe092e466b830b5eec4c.pdf Acesso em 29 set. 22

MANDEL, Ernest. **Le troisième âge du capitalisme**. Paris, UGE, 1-3, 1976.

_____. **A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista**. São Paulo: Ensaio; Campinas: Ed. UNICAMP, 1990.

MARINHO, Cristiane Maria. **Capitalismo tardio e a terceira revolução tecnológica**. In: SOUSA, Adriana e Silva et al (orgs.). Trabalho, Filosofia e Educação no espectro da modernidade tardia. Fortaleza: Edições UFC, 2007.

MARTINS (1), Carlos; VIEIRA, Maria Manuel. **Educação superior e os desafios no novo século: contextos e diálogos Brasil-Portugal**. Brasília: Editora da UnB, 2014.

MARTINS (2), José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

_____. **O Cativo da Terra**. 2ª Edição, São Paulo. Lech, 1981.

MARTINS (3), Tereza Cristina. O negro no contexto das novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade. **Revista Serviço Social & Sociedade**. Nº. 111, São Paulo, Jul./ e Set. 2012.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **A Ideologia Alemã**. (I – Feuerbach). Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 9ª edição. Ed. Hucitec, São Paulo. 1993.

_____. **Capital – Crítica da Economia Política. Primeiro, Tomo 1.** São Paulo: Nova Cultural, 1996.

_____. **Manuscrtos Econômico-Filosóficos.** Tradução de Jesus Ranieri. 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. 171 p.

_____. **Sobre a questão judaica.** São Paulo: Boitempo, 2010.

_____; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Cortez, 1998.

MAURIEL, Ana Paula; GUEDES, Olegna. Os Grupos Temáticos de Pesquisa da ABEPSS na relação entre pós-graduação e graduação - Relato de Experiência: Pós-Graduação em Serviço Social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 262-271, maio/ago. 2017 ISSN 1982-0259.

_____. Desafios da Pesquisa na Formação Profissional do Assistente Social: um olhar a partir da experiência do curso “ABEPSS-itinerante”. **Revista Temporalis**. Brasília (DF), ano 13, n. 25, p. 13-32, jan./jun. 2013.

MENEGAT, Marildo. A crise da modernidade e a barbárie. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro. 10 (1): 197-216. 2000. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.092>>. Acesso em 14 dez. 2021

MENEZES, Franciane Cristina. Repensando a funcionalidade do racismo para o capitalismo no Brasil contemporâneo. **Revista Libertas: Juiz de Fora**, 2014.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** São Paulo: Boitempo Editorial; Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2002.

MINAYO, Maria Cecília. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 14ª edição. São Paulo: Hucitec Editora, 2014.

MINELLA, Luzinete. **Temáticas prioritárias no campo de gênero e ciências no Brasil: raça/etnia, uma lacuna?** Cad. Pagu, Campinas, n. 40, p. 95-140, June 2013 . Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/JXJgYbcktzL3CwChZKZQ9qp/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 09 mai. 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em 10 fev. 2022

MOTA, Ana Elizabete. 80 anos do Serviço Social brasileiro: conquistas históricas e desafios na atual conjuntura. **Rev. Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 128, p. 39-53, jan./abr. 2017.

MOURA, Clóvis. **O negro, de bom escravo a mau cidadão?** Rio de Janeiro: Conquista, 1977.

_____. **Rebeliões da senzala.** 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

_____. **Sociologia do negro brasileiro.** São Paulo: Ática, 1988.

_____. **Dialética radical do Brasil negro.** São Paulo: Anita, 1994.

_____. **Quilombos, Resistências ao escravismo.** São Paulo. 1ª ed. Ed. Expressão Popular. 2020.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: Usos e Sentidos,** 2ª ed. São Paulo: Ática, 1988.

_____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional Versus Identidade Negra.** Petrópolis: Ed.Vozes, 1999.

_____. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Cadernos Penesb,** v. 5, p. 15-34, 2004.

NASCIMENTO (1), Abdias. **O Brasil na mira do pan-africanismo.** 2ª Ed. Salvador: EDUFBA/ CEAO, 2002.

_____. **O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil.** São Paulo: Selo Negro, 2003.

_____. **Teatro Experimental do Negro: trajetória e reflexões.** In.: ESTUDOS AVANÇADOS 18 (50), 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/B8K74xgQY56px6p5YQQP5Ff/?format=pdf&lang=pt> Acesso: 20/set/22.

_____. **O movimento social afro-brasileiro no século XX: um esboço sucinto.** In: NASCIMENTO, Elisa L. (org.). SANKOFA 2. Matrizes africanas da cultura brasileira: cultura em movimento – matrizes africanas e ativismo negro no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2008.

NASCIMENTO (2), Alexandre. **Os Cursos Pré-Vestibulares Populares Como Prática de Ação Afirmativa e Valorização da Diversidade.** In: O Programa Diversidade na Universidade e a Construção de uma Política Educacional Antirracista. 2007. Org. Maria Lúcia de Santana Braga. Maria Helena Vargas da Silveira. Brasília, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. UNESCO, 2007.

NASCIMENTO (3), Maria Beatriz. O Quilombo do Jabaquara. **Revista de Cultura Vozes,** v. 73, n. 3, abr., 1979.

_____. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. **Afrodíaspóra.** Revista do mundo negro. Nº 6-7. Ipeafro, 1985.

_____. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias da destruição.** São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** São Paulo. 4ª ed. Ed. Cortez. 2005.

_____. **Ditadura e Serviço social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** 9ª ed. Ed. Cortez. 2006.

_____; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 2006.

NEVES, Paulo Sérgio da C. Luta anti-racista entre reconhecimento e redistribuição. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 59, p.81-168, 2005.

PAIXÃO, Marcelo. **Desenvolvimento humano e relações raciais.** Rio de Janeiro: DP&A. 2003.

Para que serve o Censo, que o governo desistiu de realizar em 2021 por falta de verbas. **BBC NEWS.** Brasil: 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56867582>>. Acesso em: 10 fev. 2022

PEREIRA, Amilcar (Org.). **Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC.** Rio de Janeiro: Pallas, 2007.

_____. **“O Mundo Negro” a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995).** Tese (Doutorado em História), Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2010.

_____. **Movimento negro brasileiro: aspectos da luta por educação e pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil” ao longo do século XX.** In.: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300639227_ARQUIVO_MovimentonegroBrasil-ANPUH2011.pdf. Acesso em 18 set. 2019

PESSOTO, Ana Lucia. Língua Para Todes: um olhar formal sobre a expressão do gênero gramatical no Português e a demanda pela língua (gem) inclusiva. **Revista Ártemis**, vol. XXVIII nº 1; jul-dez, 2019. p. 160-178.

PINHEIRO, Márcia; MACHADO, Elielma. **Formação militante e ação afirmativa: reflexões sobre a prática e o projeto da Educafro.** Revista Praia Vermelha, Rio de Janeiro v.30 n.1 p. 62-87 Jan-Jun/2020 ISSN 1414-9184 eISSN 1984-669X.

PRADO JR., Caio. **História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro.** São Paulo, Brasiliense, 1999 [1968].

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** In: LANDER, E. (org.). A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Set. 2005.

RAMOS, Alberto. **Introdução Crítica à Sociologia Brasileira.** Rio de Janeiro: Editorial Andes Limitada, 1957.

RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica: Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento.** São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

_____; RIOS, Flavia. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

RIBEIRO, Darcy. **O processo civilizatório. Etapas da evolução sociocultural**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ROCHA, Roseli. A questão étnico-racial no processo de formação em Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 99 Jul./Set., SP: Cortez, 2009.

_____. **A Incorporação da Temática Étnico-racial no Processo de Formação em Serviço Social: avanços e desafios**. José Maria Gomez. Coorientadora: Marlise Vinagre Silva. Tese de Doutorado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SALVADOR, Andréia. O papel protagonista do Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC) nas políticas afirmativas – a experiência da educação superior brasileira. **EM PAUTA**, Rio de Janeiro, 1º Semestre de 2020 - n. 45, v. 18, p. 211-223.

SANTAGADA, Salvatore. Indicadores sociais: contexto social e breve histórico. *Indicadores Econômicos FEE*, vol.20, no.4. 1993

SANTOS (1), Frei Davi. **Sete atos oficiais que decretaram a marginalização do povo negro no Brasil**. Disponível em: [EDUCAFRO-prova-de-cidadania-tema7-marginalizacao-do-povo-negro.pdf](#) Acesso em 13 abr. 2021

SANTOS (2), Joel. **A Luta Organizada Contra o Racismo**. In: BARBOSA, Wilson do Nascimento (org.). *Atrás do muro da noite; dinâmica das culturas afro-brasileiras*. Brasília. Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares, 1994.

_____. **O Movimento Negro e a crise brasileira**. In: *Política e Administração*, Vol. 2. Julho – setembro de 1985.

SANTOS (3), Augusto. **Movimentos negros, educação e ações afirmativas**. 2007. 554 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.

SANTOS (4), Giselle Cristina. **Os estudos feministas e o racismo epistêmico**. In. DOSSIÊ MULHERES NEGRAS experiências, vivências e ativismos. *GÊNERO | Niterói | v.16 | n.2 | p. 7- 32 | 1.sem. 2016*.

SARTRE, Jean Paul. **Reflexões sobre o Racismo**. Trad. J. Guinsburg. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965.

SCHWARCZ, Lilia. **Espectáculo da miscigenação**. In: *Estudos Avançados*. São Paulo, v.8, n.20, abr. 1994.

SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flávio. **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SEYFERTH, Giralda. **Construindo a nação:** Hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. Raça, ciência e sociedade. Org. Marco Chor Maio/Ricardo Ventura Santos. Rio de Janeiro. Ed. FIOCRUZ, CCBB. 1996.

SILVA (1), Ana Cecília. **Das diretrizes curriculares à construção dos projetos pedagógicos em cada instituição.** Cadernos ABESS. S. Paulo, Cortez, 8, 1998.

SILVA (2), Ana Paula. **O pensamento social de Clóvis Moura:** relações raciais, classes sociais e a dialética radical do Brasil negro. 41º Encontro Anual da Anpocs GT28 Relações raciais: desigualdades, identidades e políticas públicas. De 23 a 27 de outubro de 2017, em Caxambu - MG. ISSN 2177-3092

_____. **Resistências negras e amefricanidade:** diálogos entre Clóvis Moura e Lélia Gonzalez para o debate antirracista das relações de classe na América latina. Revista Fim do Mundo, nº 4, jan/abr. 2021.

SILVA (3), J. Doutoradas professoras negras: o que nos dizem os indicadores oficiais. **Perspectiva**, v. 28, n. 1, 2010.

SILVA (4), Ivanderson; DIAS, Alfrâncio. **O panorama dos estudos que enfocam o protagonismo de intelectuais negras nas produções científicas do campo da Educação (2010-2019).** In.: FORMAÇÃO DE PROFESSORES E POLÍTICAS PÚBLICAS. Acta Scientiarum. Education, v. 43, e55325, 2021

SILVA (5), Renata. **Milton Santos:** Pensamento Global e Educação. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Setor de Ciência Humanas Letras e Artes. Ponta Grossa/PR, 2009.

SILVA (6), Maria; CARVALHO, Denise. **A pós-graduação e a produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro.** R B P G, Brasília, v. 4, n. 8, p. 192-216, dezembro de 2007.

SILVA (7), Nelson; HASENBALG, Carlos. **Relações raciais no Brasil Contemporâneo.** Rio de Janeiro, Rio Fundo, IUPERJ, 1992.

SILVÉRIO, Valter. **Ação afirmativa e combate ao racismo institucional no Brasil.** São Paulo: Anped, 2003.

_____. et al. **Educação e ações afirmativas:** entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. 2003.

SKIDMORE. Thomas. **Preto no branco:** Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930). Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra. 1976.

SOUSA (1). Celeste Ribeiro de. **“Pertencimento/não pertencimento” Franz Kafka:** um exemplo a ser lembrado. 2021. Este ensaio é uma remodelação e ampliação da palestra “Franz Kafka entre vida e obra”, apresentada em 26 de setembro no Colóquio Internacional “Europa Central Judaica”, realizado na Universidade de São Paulo em 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ea/a/grCFcy854YdKpL4PsXGmRzB/?format=pdf&lang=pt> Acesso: 16 fev. 2023

SOUSA (2), Luiz Junior. **A expansão da universidade pública:** uma experiência de democratização do ensino superior. Anpae: 2010. Disponível em: <<https://anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0310.pdf>>. Acesso em: 15. jan. 2022

SOUSA SANTOS (1), Boaventura de. **A gramática do tempo:** por uma nova cultura política. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Construindo as Epistemologias do Sul.** *Antologia*. Vol. I e II. Buenos Aires: CLACSO, 2018.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira:** quem é e como vive. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2009,

_____. **A elite do Atraso:** da escravidão a lava jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

THEODORO, Mário. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil:** 120 anos após a abolição / Mário Theodoro (org.), Luciana Jaccoud, Rafael Osório, Sergei Soares. – Brasília: IPEA, 2008. 176 p.: graf. tabs.

_____. **A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil.** In: As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição / Mário Theodoro (org.), Luciana Jaccoud, Rafael Osório, Sergei Soares. – Brasília: IPEA, 2008. 176 p.: s.

TELLES, Edward. **Racismo à Brasileira.** Uma nova perspectiva sociológica. 1ª ed. Rio de Janeiro: Dumará, 2003.

TONET, Ivo. **Educação contra o Capital.** Maceió: UFAL, 2007.

TOZONI-REIS, Marília. **Metodologia da Pesquisa.** 2. ed. — Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

TURRA, Cleusa; VENTURI, Gustavo. **Racismo Cordial:** A mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil. Editora Ática, 1995. Folha de São Paulo/Datafolha.

VÁZQUEZ, Adolfo. **Filosofia da Práxis.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VANZUITA DA SILVA, S. C.; FERREIRA, V. S.; RIBEIRO BOEING, R. F. **As políticas de combate ao analfabetismo no Brasil:** continuidades e discontinuidades. *Horizontes*, [S. l.], v. 38, n. 1, p. e020057, 2020. DOI: 10.24933/horizontes.v38i1.1041. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/1041>. Acesso em: 10 dez. 2022.

VENTURINI, Anna Carolina; FERES JÚNIOR, João. **Política De Ação Afirmativa Na Pós-Graduação:** O Caso Das Universidades Públicas. *ad. Pesqui.* São Paulo, v. 50, n. 177, p. 882-909, jul. /set. 2020.

VINAGRE, Marlise; ALMEIDA, Sheila. **Respeitem o meu Axé! O Racismo Cultural Religioso como expressão e manifestação do Racismo Estrutural.** In: Desafios para o Serviço Social na luta antirracista: questão étnico-racial em debate. Maria. Helena. ROCHA, Roseli da Fonseca. VALDO, João Paulo da Silva. (*Orgs.*). São Paulo. 1ª edição. Editora Annablume, 2021.

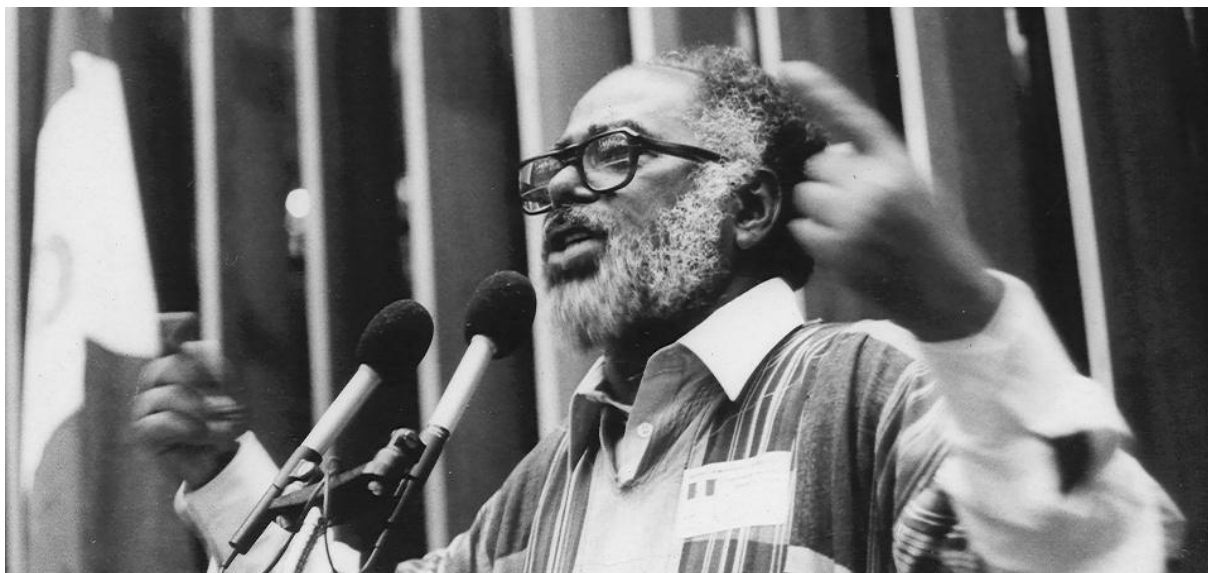
_____. Ética, Direitos Humanos e o Projeto Ético-Político do Serviço Social. Palestra proferida no Seminário Internacional “Ética e Direitos Humanos”, promovido pelo Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da UFRJ, no período de 04 a 07 de novembro de 2003, na cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.cress-es.org.br/site/images/art_marlise_vinagre.pdf Acesso: 05/mai/2022.

VITORIO, Kajali. **O Debate Racial Na Agenda Política Do Conselho Federal De Serviço Social (CFESS).** Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em Serviço Social e Políticas Sociais. Instituto Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, 2019.

WERNECK, Jurema. **Nossos passos vêm de longe!** Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. In WERNECK, Jurema Pinto (org.): Mulheres Negras: Um olhar sobre as lutas sociais e as Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: CRIOLA, 2009.

_____. Somos herdeiras de mulheres que construíram a própria força. **Brasil de Fato.** 2016. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/07/27/jurema-werneck-somos-herdeiras-de-mulheres-que-construiram-a-propria-forca/>>. Acesso em: 18 mar. 2022.

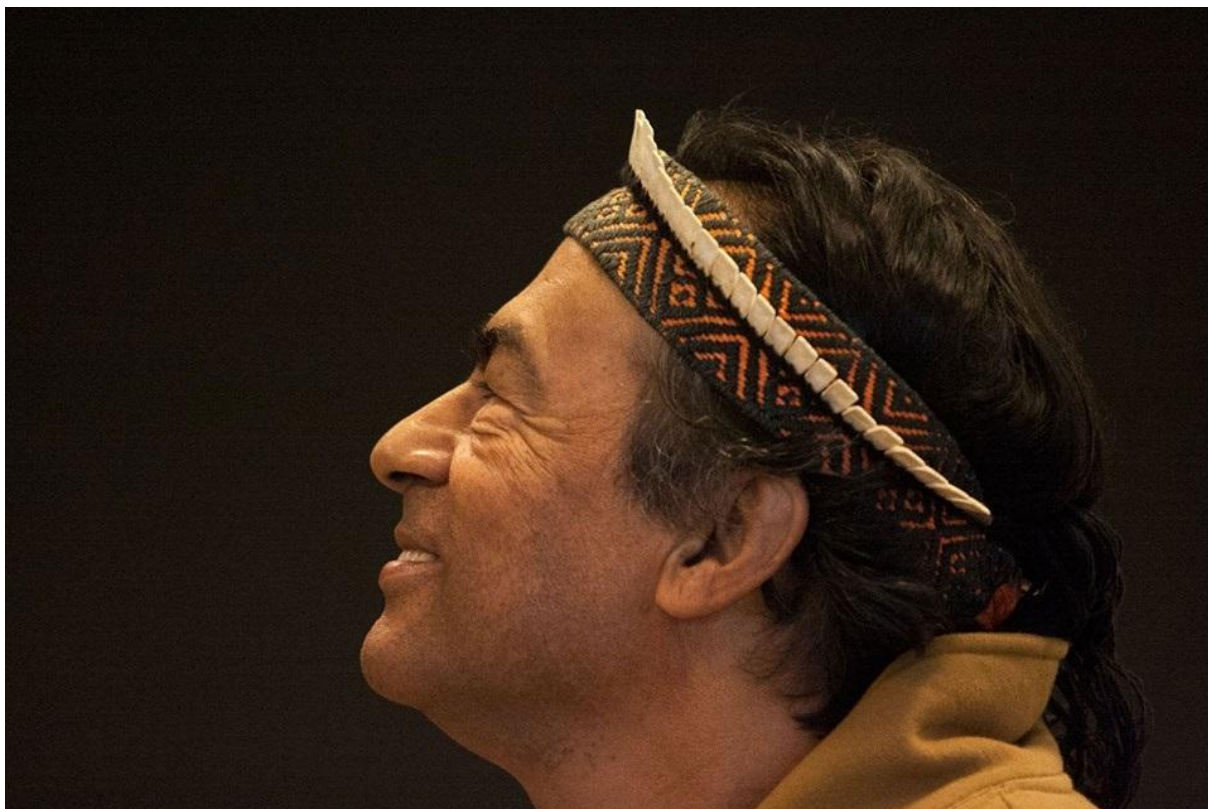
YOSHIDA, Mariana; SILVA. RAFAELLA, Cássia; SILVA, Liana. **O movimento das mulheres indígenas:** da invisibilidade à luta por direitos coletivos. In. Revista Eletrônica do CNJ, v. 5, n. 2, jul. /dez. 2021 | ISSN 2525-4502.

ANEXOS**Anexo A – Memória, luta e rebeldia: a audácia epistêmica a partir da resistência e intelectualidade subversiva**

Abdias do Nascimento



Achille Mbembe



Ailton Krenak



Ana Paula Procópio



Angela Yvonne Davis



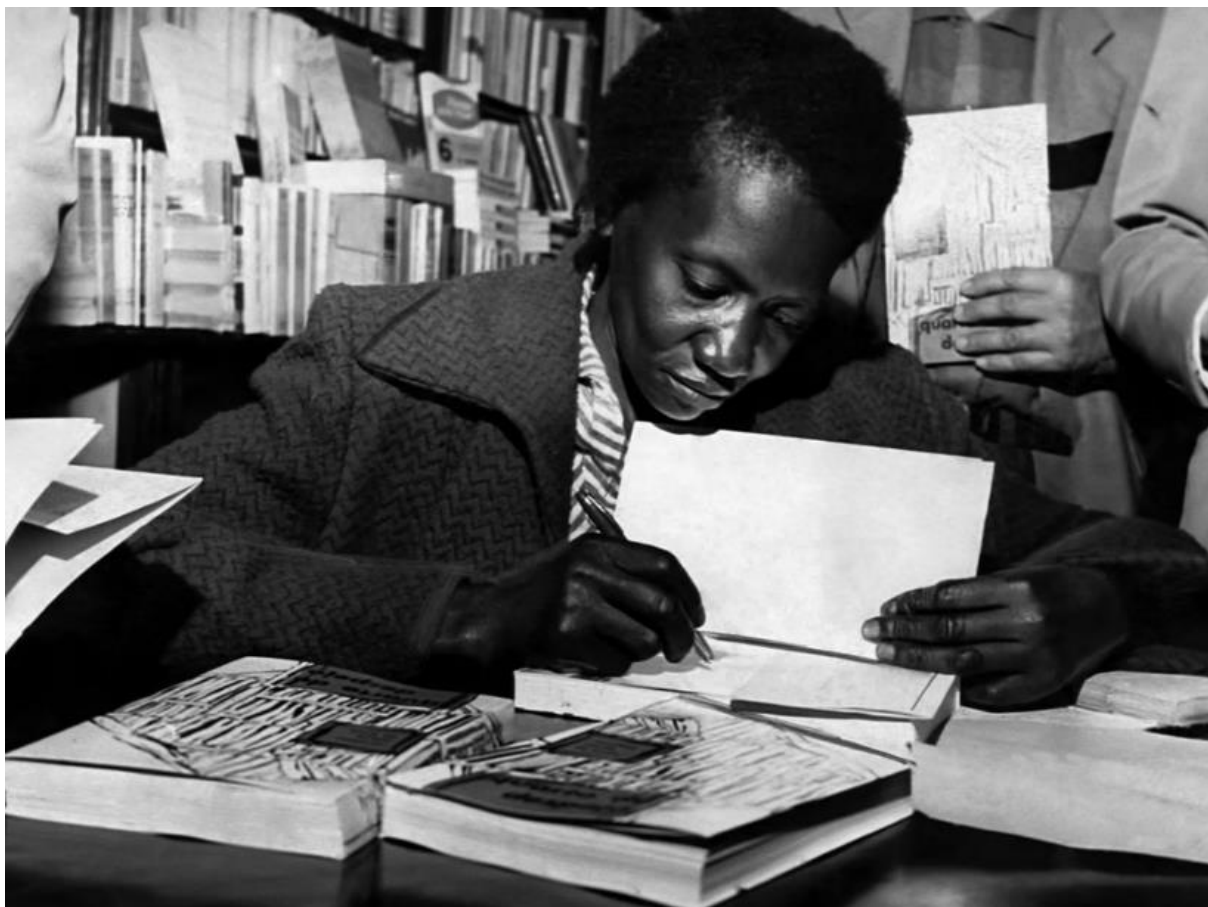
Anielle Franco e Sonia Guajajara



Audre Lorde



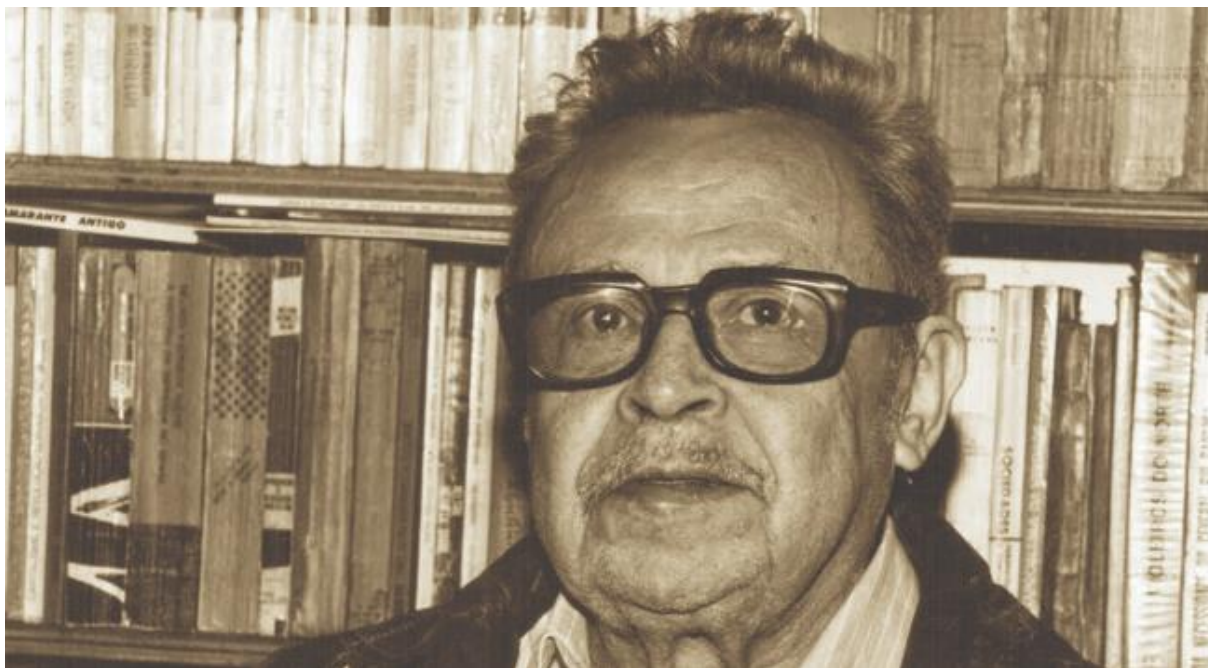
bell hooks



Carolina Maria de Jesus



Chimamanda Ngozi Adichie



Clóvis Moura



Conceição Evaristo



Eliane Potiguara



Frantz Fanon



Ivone Lara



Jurema Werneck



Jussara de Cássia Lopes e Sheila Dias



Lélia Gonzalez



Luiz Gama (ilustração)



Magali Almeida



Margareth Menezes e Silvio Almeida



Maria Aparecida Bento



Maria Beatriz Nascimento



Maria Helena Elpidio



Maria Firmina dos Reis (ilustração)



Márcia Campos Eurico



Marielle Franco



Maya Angelou



Neusa dos Santos



Nilma Lima Gomes



Renata Gonçalves



Roseli Rocha



Sueli Carneiro



Toni Morrison